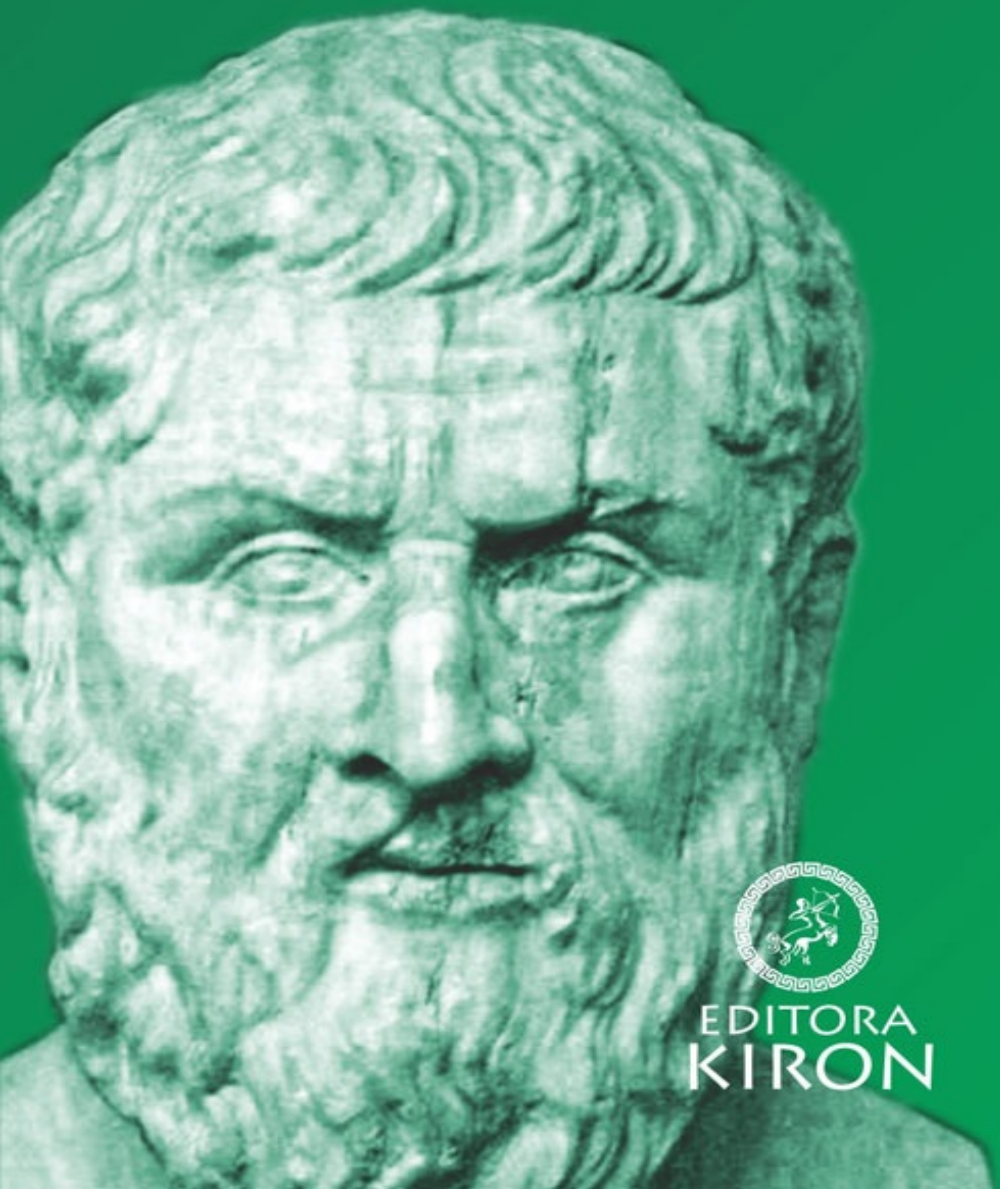
Coleção Filosofia à Maneira Clássica

A República

Platão



EDITORA
KIRON

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

PLATÃO

A República

Ficha Catalográfica

Organizador da Coleção
Daniel Alves Machado
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Denny Guimarães de Souza Salgado
Edson Santos de Souza
Editora Kiron
Editoração Eletrônica da Capa
Paulo de Tarso Soares Silva
Organizador da Coleção
Daniel Alves Machado
Tradução
Ingrid Cruz de Souza Neves
Revisão
Alzira Sampaio Porto
Cassimiro de Farias Leite Neto
Produção Digital
Editora Kiron (61) 3563-5048
www.editorakiron.com.br / editora@editorakiron.com.br

74899
Platão
A República / Platão. Organização: Daniel Alves Machado – Brasília: Editora Kiron, 2012.
420p. ; 15 cm
ISBN 978-85-8113-093-4
1. Filosofia. 2. Filosofia Grega. I. Platão. II. Título
CDD 180

Coleção Filosofia à Maneira Clássica



Da brevidade da vida

Disse Sêneca: "O tempo que temos não é curto; mas perdendo muito dele, fazemos que o seja, e a vida é suficientemente larga para se fazer coisas grandes, se a empregarmos bem. Mas perdemos muito da vida em ócio e em deleites, e não a ocupamos em louváveis exercícios; e quando chega o último momento dela, conhecemos que se passou muito rápido, sem que tenhamos percebido que caminhávamos. O certo é que a vida que temos não é breve, fazemos com que assim seja; e que não somos pobres, e sim pródigos do tempo."

MAIS INFORMAÇÕES



Analetos

Os analetos, também conhecidos como Diálogos de Confúcio, constituem o livro mais importante desse Mestre de Sabedoria. A obra apresenta uma seleção de textos creditados aos seus discípulos. Confúcio acreditava que a sociedade só estaria em harmonia se todos os indivíduos que nela viviam estivessem harmonizados dentro de si.

MAIS INFORMAÇÕES



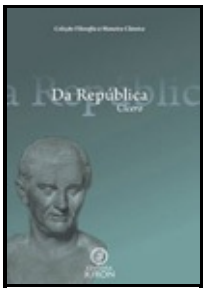
Dhammapada

O Dhammapada é um escrito budista tradicionalmente considerado uma das principais obras que contém os ensinamentos do próprio Buda, que não compilou nem escreveu seus preceitos. Podemos extrair desses ensinamentos o que é próprio da essência humana, aquilo que perdura através dos tempos, apesar de todas as mudanças. Aquilo que nos leva a paz interior e estimula a cada um a trilhar o caminho da libertação.

MAIS INFORMAÇÕES

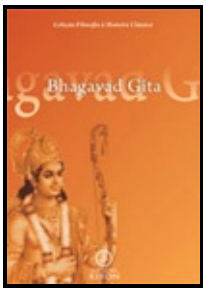
Da república, de Cicero

Marcus Tullius Cicero, ou Marco Túlio Cícero em português, nasceu no ano 106 a.C., na cidade de Arpino, uma comuna italiana da região do Lácio, e é proveniente de uma



família humilde. Grande filósofo, orador, escritor, advogado e político, Cícero foi considerado uma das mentes mais versáteis de Roma. Foi ele quem apresentou aos Romanos as escolas da filosofia grega e criou um vocabulário filosófico em latim.

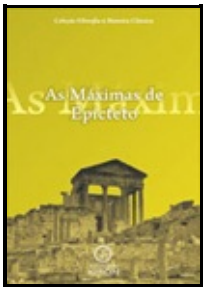
MAIS INFORMAÇÕES



Bhagavad Gita

Bhagavad Gîta é uma parte da grande epopéia hindu: o Mahabarata. Nesta epopéia se narra a luta sustentada por dois grandes exércitos inimigos para conquistar a gloriosa cidade de Hastinapura. O significado etimológico de Bhagavad Gîta "Canção do Senhor" ou "Canto do Mestre", nos demonstra que a canção está composta pelas mágicas palavras da divindade que, com seu imenso caudal de conhecimento, mostram o sentido da Vida.

MAIS INFORMAÇÕES



As máximas de Epicteto

As coisas, dizia Epicteto, são de duas classes: umas dependem de nós, as outras, não. Dentre estas últimas estão o nosso corpo e sua integridade, as riquezas e as honras que nos são inteiramente alheias. Nosso bem e nosso mal, ao contrário, estão completamente dentro da esfera de nosso poder. Agir bem é agir conforme a nossa natureza e a nossa razão.

MAIS INFORMAÇÕES



Meditações

Os escritos de Marco Aurélio apresentam bem as ideias estóicas que giram em torno da negação de uma emoção, de uma habilidade, que, segundo o imperador, libertarão o homem das dores e dos prazeres do mundo material. A única maneira de um homem ser atingido pelos outros seria se ele permitisse que sua reação tomasse conta de si. Marco Aurélio não mostra qualquer fé religiosa em particular nos seus escritos, mas parecia acreditar que algum tipo de força lógica e benevolente organizasse o universo de tal maneira que até mesmo os acontecimentos "ruins" ocorressem para o bem do todo.

MAIS INFORMAÇÕES



Tao Te King

O Tao Te King contém antigos escritos pelo sábio chinês Lao Tsé, e é considerada uma das obras mais importantes da filosofia. Os ensinamentos desse mestre de sabedoria foram guardados na obra Tao Te King, termo que é traduzido como "O Livro do Caminho e da sua Virtude". Trata-se de um texto filosófico e moral, que mostrava como o ser humano pode ter uma boa conduta, dentro daquilo que é sua natureza: ser um humano.

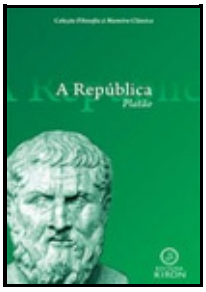
MAIS INFORMAÇÕES



A voz do silêncio

Ainda que conhecido superficialmente, "A Voz do Silêncio" é um dos livros mais notáveis da literatura oriental, apresentado ao mundo, principalmente o ocidental, pela filósofa e tratadista russa Helena Petrovna Blavatsky. A "voz do silêncio" de que fala o título é uma alusão à inspiração verdadeiramente divina, à comunicação direta do devoto com sua alma imortal, condição obtida somente após um longo e árduo processo de treinamento, desenvolvimento e purificação pessoal, que pode levar diversas vidas para ser completado.

MAIS INFORMAÇÕES



A República

Nascido em Atenas no ano de 427 a.C., Platão é considerado um dos principais filósofos da história. Suas ideias e teorias influenciaram, e influenciam até hoje, o pensamento ocidental. O método utilizado por Platão em suas obras é o diálogo. Este termo vem do grego "dia logos", que significa "duas inteligências", ou seja, por meio da dualidade chega-se à verdade.

MAIS INFORMAÇÕES

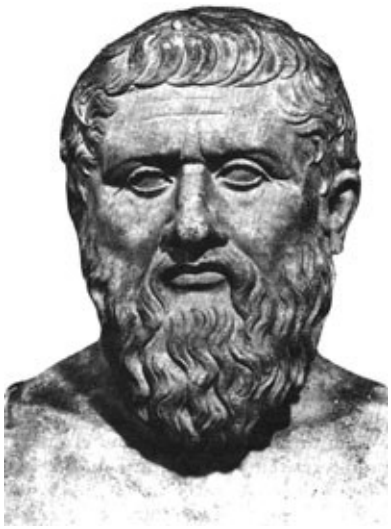
Apresentação

A palavra filosofia vem do grego philos (amigo ou amante) e sophia (sabedoria). O filósofo é, portanto, aquele que ama a sabedoria e, por não tê-la, busca-a constantemente, em toda forma de conhecimento e em todos os lugares.

A Coleção Filosofia à Maneira Clássica resgata as grandes obras do pensamento universal, que são como ferramentas para essa busca. Possibilita um estudo comparativo de diversas tradições, tanto do Oriente quanto do Ocidente, visando a responder aqueles questionamentos que todo ser humano se faz: “Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou?”.

Estude Filosofia de forma prática, dinâmica e atrativa, aprendendo com os grandes mestres de sabedoria a encontrar respostas e entender melhor a si mesmo e ao mundo!

Introdução



Nascido em Atenas no ano de 427 a.C., Platão é considerado um dos principais filósofos da história. Suas ideias e teorias influenciaram, e influenciam até hoje, o pensamento ocidental.

Pertenceu a uma família nobre. Chamava-se, na verdade, Arístocles. Platão era um apelido que, provavelmente, foi dado a ele devido à sua característica física de ombros largos (omoplatas grandes - “omoplatão”).

O primeiro contato relevante de Platão com a Filosofia foi com os pensamentos de Crátilo, um seguidor do filósofo Heráclito. Mas é por volta de seus 20 anos de idade que ele encontra Sócrates, de quem se tornou discípulo até a morte deste.

Após a morte de seu Mestre e de várias viagens - nas quais Platão obteve muitos conhecimentos -, retorna a Atenas e abre a “Academia”, uma escola de filosofia à maneira clássica, que era, ao mesmo tempo, um centro de estudos e uma escola de formação moral do ser humano. Aí passa a maior parte de sua vida, até sua morte no ano de 347 a.C.

Obras

O método utilizado por Platão em suas obras é o diálogo. Este termo vem do grego “dia logos”, que significa “duas inteligências”, ou seja, por meio da dualidade chega-se à verdade.

A base de seu pensamento é a “teoria das ideias”. Segundo Platão, o mundo sensível (o que se percebe pelos sentidos), com suas variações e mutações, é apenas uma “sombra” do mundo real, constituído este pelas formas puras, ideias perfeitas, fixas e imutáveis, que só podem ser conhecidas por meio da razão pura, desenvolvida nos diálogos.

O conjunto de obras de Platão compreende 35 diálogos e 13 cartas, dentre os quais destacam-se: Apologia à Sócrates, A República, Protágoras (ou Dos

sofistas), Ménon (ou Da Virtude), Fédon (ou Da Alma), O banquete, Fedro (ou Da Beleza), Teeteto (ou Da Ciência), Timeu (ou Da Natureza), Crítias (ou Da Atlântida) e As Leis.

Livro I

I. Sócrates - Acompanhado por Glauco, filho de Aríston, ontem, desci ao Pireu com a finalidade de rezar para a deusa e, ao mesmo tempo, para ver como faziam a festa, já que a celebravam pela primeira vez. Pareceu-me muito bonita a procissão, mas não menos esplendorosa que a dos Trácios. Após orar e apreciar o espetáculo, iniciamos o regresso à cidade, e neste momento, Polemarco, filho de Céfalo, havendo-nos visto de longe, ordenou a seu escravo que nos avisasse para esperá-lo. E o rapaz, puxando-me pelo manto, disse:

- Polemarco pede que o esperem.

Virando-me, então, perguntei onde ele estava.

- Ele vem atrás de mim. – respondeu-me – Esperem-no.

- Muito bem, esperaremos. – disse Glauco.

Pouco tempo depois, chegaram Polemarco e Adimanto, irmão de Glauco, Nicérato, filho de Nícias e alguns outros que, aparentemente, vinham da procissão.

Polemarco - Sócrates, parece-me que já regressam à cidade.

Sócrates - E não estás errado.

Polemarco - Vê quantos somos?

Sócrates - Como não?

Polemarco - Pois, então, ou têm mais força que nós ou ficam aqui.

Sócrates - E não há outra saída para convencê-los de que têm que deixar-nos ir?

Polemarco - E poderiam convencer-nos – disse ele - se nós não queremos?

Glauco - De nenhuma maneira.

Polemarco - Porque percebam, não queremos.

E Adimanto acrescentou:

- Não sabem que esta noite haverá uma corrida com tochas a cavalo, em honra à deusa?

Sócrates - A cavalo? – perguntei. Isso é coisa nova! E quanto às tochas, serão passadas uns aos outros enquanto montam? Ou como devo entender?

Polemarco - Como já bem disseste. Além do mais, celebrarão ainda uma

festa noturna, que valerá a pena vê-la. Nós sairemos depois de acabar o jantar, assistiremos à festa e nos encontraremos com muitos jovens para conversar. Fiquem, portanto, e não pensem em outra coisa.

Glauco - Vejo que teremos que ficar.

Sócrates - Sim, assim parece.

II. Fomos, então, à casa de Polemarco e encontramos seus irmãos, Lísias e Eutidemo, Trasímaco de Calcedonia, Carmántides de Peneia e Clitofonte, filho de Aristónimo. Estava também presente Céfalo, pai de Polemarco, que me pareceu muito envelhecido, pois fazia muito tempo que não o via. Estava sentado em uma cadeira com almofada e usava uma coroa, porque havia oferecido um sacrifício no pátio. Sentamo-nos ao seu lado, onde havia algumas cadeiras. Ao ver-me, Céfalo cumprimentou-me.

Céfalo - Ó, Sócrates, são raras as vezes que vens ao Pireu! Não deveria ser assim, pois se eu ainda tivesse forças para ir à cidade, não precisarias vir aqui, senão, nós mesmos iríamos a tua casa. Mas, como não é assim, tens que vir com mais frequência a minha. Quanto mais amortizados estão em mim os prazeres do corpo, mais crescem os desejos e satisfações da conversação. Não deixes de acompanhar-te dos jovens, e de frequentar a casa dos amigos, onde terás sempre intimidade.

Sócrates - Em verdade, Céfalo, agrada-me conversar com pessoas de mais idade, pois me parece necessário informar-me com pessoas que já percorreram um caminho pelo qual, talvez, também tenhamos que passar, e assim conhecer se é áspero e difícil ou fácil e cômodo. Com muito prazer, ouviria tua opinião sobre isso, porquanto já chegastes à idade que os poetas chamam “o limiar da velhice”. Declaras como um período desgraçado da vida, ou melhor, como a qualificas?

III. Céfalo – Eu dir-te-ei, por Zeus, como é minha realidade, ó Sócrates! Muitas vezes nos reunimos, confirmando o antigo provérbio, alguns poucos, aproximadamente da mesma idade, e então, a maior parte dos reunidos se lamenta, sentindo falta e recordando os prazeres juvenis do amor, da bebida, dos banquetes e outras coisas da mesma espécie. Afligem-se como se houvessem perdido grandes bens e como se houvessem vivido bem e agora, nem sequer vivessem. Alguns se atormentam também pelas ofensas que recebem de seus parentes, e alegam que são consequências da velhice todos os sofrimentos que lhes sobrevêm. Em meu modo de ver, Sócrates, eles culpam o que é inculpável, porque se fosse a velhice a causa dos problemas, eu teria sofrido o mesmo que eles, e assim também todos os demais que chegam à mesma idade. Todavia, tenho encontrado muitos que expressam a velhice de maneira diferente. Em certa

ocasião, estava com Sófocles, o poeta, quando alguém lhe perguntou:

"Como te encontras, Sófocles, em relação ao amor? És capaz, ainda, de estar com uma mulher?". E ele respondeu: "Nem me recordes, bom homem, livrei-me do amor com a maior satisfação, como quem escapa de um senhor furioso e truculento". Pareceu-me que ele havia concluído bem, e sigo concordando com suas palavras, porque, efetivamente, a velhice produz uma grande paz e uma grande liberdade, no que diz respeito a estas questões. Quando, as tensões dos desejos diminuem, ocorre exatamente o que Sófocles dizia: que nos livramos de muitos tiranos furiosos. De todas as queixas e aborrecimentos alegados, não existe mais de uma causa, Sócrates, e ela não se resume à velhice, senão ao caráter dos homens, pois para os prudentes e bem humorados a velhice não é de grande pesar, ó Sócrates. Entretanto, se assim não forem, quer a velhice, quer a juventude, lhes provocarão repúdio.

IV. Admirado com o que ele dizia e querendo que seguisse falando, estimulei-o dizendo:

Sócrates - Eu penso, ó Céfalo, que os demais não acreditaram nas coisas que afirmas e creem que suportas facilmente a velhice, não pelo teu caráter, e sim porque possuis uma grande fortuna. Dizem, que para os ricos existem muitos consolos.

Céfalo - Isso é verdade. Não creem, efetivamente. E o que dizem não carece de valor, ainda que não o tenha tanto como eles pensam. Nesse ponto é pertinente o que disse Temístocles a um cidadão de Sérifos, que lhe insultava dizendo que sua glória não era devida a ele mesmo, senão a sua pátria. "Nem eu – replicou - seria reconhecido, se fosse de Sérifos, e tu tampouco, mesmo sendo de Atenas". E aos que, sem serem ricos, vivem com pesar a velhice, que tenham em mente o seguinte raciocínio: nem o homem humilde pode suportar facilmente a velhice na pobreza, nem o insensato, mesmo rico, pode vivê-la satisfeito.

Sócrates - E tu, Céfalo, o que possuis, obtiveste por herança ou teus bens foram conquistados?

Céfalo - O que eu conquistei, ó Sócrates? Como comerciante, fui o intermediário entre meu avô e meu pai, porque meu avô, de quem eu possuo o mesmo nome, recebeu uma herança aproximadamente do mesmo valor que a minha e a multiplicou várias vezes; enquanto meu pai, Lisanias, a reduziu a menor valor que o atual. Eu me contento se não deixá-la diminuída, senão um pouco maior do que a recebi.

Sócrates - Perguntei isso porque me pareceu que não possuis excessivo amor às riquezas, e isto ocorre, geralmente, àqueles que não as adquiriram por si

mesmos, pois os que as adquirem se agarram a elas em dobro, como o amor dos poetas a seus poemas e o dos pais por seus filhos. Um comerciante preza pela riqueza por ser obra sua e também pela utilidade, assim como todos os outros homens. Este é o motivo por que é difícil a convivência com eles: interessam-se apenas pelo dinheiro.

Céfalo - Dizes a verdade.

V. Sócrates - Não há dúvida. Dizes-me mais uma coisa: qual foi a maior vantagem que conseguiste sacar com tua grande fortuna?

Céfalo - É algo que, provavelmente, não poderia convencer muitas pessoas com minhas palavras. Porque, como sabes, ó, Sócrates - seguiu - quando um homem começa a pensar que vai morrer, sobrevém o medo e a preocupação por coisas que antes nem pensava. E as fábulas que contam sobre o Hades, de que, o que se há cometido aqui, será pago ali. Histórias antes não levadas a sério, transtornam-nos a alma, por temermos serem verdadeiras. A debilidade da velhice e a proximidade desse outro mundo ajudam-nos a compreender melhor as coisas do além, enchem-nos de receio e nos fazem examinar se ofendemos a alguém. Aquele que encontra muitos pecados em sua vida, desperta-se frequentemente dos sonhos, cheio de pavor, como criança, e vive infeliz, cheio de expectativa. Mas, aquele que sabe não haver praticado nenhuma injustiça, constantemente, enche-se de uma doce esperança “benévola ama da velhice”, segundo a frase de Píndaro, que, esclarecidamente, disse, ó, Sócrates, que quem vive em justiça e piedade,

acompanha-o uma doce esperança,
que acalenta o coração e suaviza a velhice,
que governa, soberana,
as mentes vacilantes dos mortais.

- Falou com razão e de uma admirável maneira. Aí ponho o principal valor das riquezas, não para qualquer um, e sim para o moderado, pois para não enganar nem mentir, ainda que involuntariamente, e para não estar em dívida de sacrifícios com nenhum deus, nem devendo dinheiro a nenhum homem, e partir sem medo para o mundo do além, ajuda o fato de possuir riquezas. Existem também outros proveitos, porém, mais que tudo, ó Sócrates, sustento que é por essa finalidade que considero a riqueza útil para o homem sensato.

Sócrates - É o que tu dizes Céfalo, mas essa virtude sobre a qual falamos - a justiça - consiste, simplesmente em dizer a verdade e devolver a cada um, o que lhe foi tomado, ou estas mesmas coisas podem ser feitas algumas vezes com justiça e outras sem ela?

Exponho um exemplo: se alguém recebe armas de um amigo em perfeito juízo, e esse adquire a insanidade e as pede de volta, todos diriam que não se deve devolvê-las e que não seria justo devolvê-las, muito menos dizer a verdade a quem se encontre em semelhante estado.

Céfalo - Concordo.

Sócrates - Portanto, a justiça não consiste em dizer a verdade, nem em devolver o que se tomou.

Polemarco - Eu digo que sim, Sócrates, se acreditamos nas palavras de Simônides.

Céfalo - Bem, deixo-vos a discussão, pois tenho que atender ao sacrifício.

Polemarco - Atento a essas palavras - Então quer dizer que não sou eu teu herdeiro?

Céfalo (sorrindo) - Sem dúvida, e se foi para o sacrifício.

VI. Sócrates - Dizes tu, então, já que és herdeiro da discussão, que disse Simônides tão acertadamente acerca da justiça?

Polemarco - Que é justo devolver a cada um o que lhe é devido. E eu estou de acordo com essa afirmação.

Sócrates - Certamente, não é fácil retirar a razão de Simônides, porque é um homem sábio e inspirado, não obstante, tu, Polemarco, deves saber o significado do que ele diz, ao passo que eu desconheço. Está claro que Simônides não expressou a mesma situação que falávamos, sobre restituir a uma pessoa algo cuja guarda nos foi confiada, estando essa pessoa sem as faculdades da razão. Na verdade, o que foi depositado é de alguma maneira, devido, não é assim?

Polemarco - Sim.

Sócrates - Mas de forma alguma deve ser restituído, se quem o reclama tiver perdido a razão?

Polemarco - Com certeza.

VII. Sócrates - Então, parece-me que Simônides quis dizer outra coisa quando afirmou ser justo restituir o que se deve.

Polemarco - Por Zeus, certamente que se trata de outra coisa! Na opinião dele, os amigos devem sempre fazer bem aos amigos, nunca o mal.

Sócrates - Entendo. Não é devolver aquilo que se deve, entregando o ouro àquele que o confiou, se essa devolução o for prejudicial, e se forem amigos o entregador e o recebedor.

Polemarco - Exato.

Sócrates - E, então, aos inimigos se deve restituir aquilo que o devemos?

Polemarco - Seguramente, sim, deve-se restituir aquilo que se lhes deve.

Ora, o que um inimigo deve ao outro é, em meu entendimento, o que lhe convém: o mal.

Sócrates - Simônides falou - ao que parece -, enigmaticamente, à maneira dos poetas, ao explicar o que é a justiça. O pensamento dele era que: a justiça consistia em reunir a cada um, o que lhe convém, e a isso chamou de restituir o que é devido.

Polemarco - Sem dúvida.

Sócrates - Oh Céus! Então, se alguém lhe perguntasse: Ó, Simônides, a arte, a que chamam de medicina, o que dá que é devido e conveniente? Que supõe que ele responderia?

Polemarco - É evidente que dá aos corpos os remédios, a comida e a bebida.

Sócrates - E a arte a que chamam de culinária, o que dá que é devido e conveniente?

Polemarco - Dá aos alimentos os temperos.

Sócrates - Bem. E a arte a que chamam de justiça, o que dá que é devido?

Polemarco - Se seguimos o mesmo raciocínio, a justiça dá ajuda aos amigos e prejuízo aos inimigos.

Sócrates - Portanto, ele diz que a justiça consiste em fazer bem aos amigos e mal aos inimigos?

Polemarco - Assim me parece.

Sócrates - E agora quem é mais capaz de fazer bem a amigos doentes e mal a inimigos, em questão de doença e de saúde?

Polemarco - O médico.

Sócrates - E, relativamente, os perigos do mar aos navegantes?

Polemarco - O piloto.

Sócrates - E o justo, em que atividade e para que serviço é mais capaz de ajudar aos amigos e prejudicar aos inimigos?

Polemarco - No combate contra uns e a favor de outros, me parece.

Sócrates - Bem. Mas, na verdade, meu caro Polemarco, para quem não estiver doente, o médico é inútil.

Polemarco - É verdade.

Sócrates - E assim também o piloto, para quem não estiver embarcado.

Polemarco - Sim.

Sócrates - Logo, também é inútil o justo para quem não estiver em guerra?

Polemarco - Não me parece muito.

Sócrates - Então, a justiça também é útil em tempo de paz?

Polemarco - É.

Sócrates - E agricultura também, não é?

Polemarco - Também.

Sócrates - Certamente, para adquirir seus produtos?

Polemarco - Sim.

Sócrates - E, sem dúvida, a arte do sapateiro?

Polemarco - Sim.

Sócrates - Diria, julgo eu, que seria para efeitos de adquirir sapatos?

Polemarco - Precisamente.

Sócrates - E, então, qual diria ser a utilidade ou aquisição da justiça em tempos de paz?

Polemarco - Para os contratos, Sócrates.

Sócrates - Refere-se às parcerias ou qualquer outra espécie de contratos?

Polemarco - A parcerias, sem dúvida.

Sócrates - Sendo assim, o parceiro bom e útil para colocar as peças do xadrez é o homem justo ou o jogador profissional?

Polemarco - O jogador profissional.

Sócrates - E para colocar tijolos e pedras, é melhor o homem justo que o pedreiro?

Polemarco - De modo nenhum.

Sócrates - E em que parceria é melhor o homem justo ao citarista, tal como este é melhor que aquele, para quem se associa para tocar?

Polemarco - Na parceria de dinheiro, em minha opinião.

Sócrates - A não ser, talvez, ó, Polemarco, para efeitos de fazer uso do dinheiro, quando seja preciso comprar ou vender cavalos, seria melhor o tratador de cavalos, não?

Polemarco - Parece que assim o é.

Sócrates - E se for um barco, o armador de navios ou o piloto?

Polemarco - Acho que sim.

Sócrates - Então, quando é que, sendo preciso fazer uso de ouro ou prata, o justo será mais útil que os outros?

Polemarco - Quando se trata de fazer um depósito que fique a salvo, ó, Sócrates.

Sócrates - Diz, então, quando não houver necessidade de utilizar o dinheiro, mas sim o guardar?

Polemarco - Exatamente.

Sócrates - Logo, quanto o dinheiro está sem ser utilizado é que a justiça é útil?

Polemarco - É possível.

Sócrates - Então, quando for preciso guardar uma vinha, será a justiça útil na parceria ou individualmente, enquanto que, para sua utilização, será útil a vinicultura?

Polemarco - Assim parece.

Sócrates - Afirma também que, para o escudo e a lira, quando se tratar de guardar e de não os utilizar para nada, será útil a justiça; enquanto para se servir deles, mais útil serão o soldado e o músico?

Polemarco - É forçoso.

Sócrates - E em tudo o mais e para cada coisa, a justiça é inútil, quando nos utilizamos dela, sendo útil apenas quando não nos servimos.

Polemarco - Provavelmente.

VIII. Sócrates - Então, meu amigo, a justiça não poderia ser uma coisa muito séria, se só é útil para as coisas que não são utilizadas. Mas examinemos o seguinte: acaso o mais hábil a bater na luta, ou no pugilismo, ou em qualquer outra modalidade, o é também para defender-se?

Polemarco - Inteiramente.

Sócrates - Logo, quem é capaz de defender-se de uma doença, é também o mais capaz para transmiti-la despercebidamente?

Polemarco - É o que me parece.

Sócrates - Mas, na verdade, será um bom guardião do exército aquele que sair-se vitorioso ao roubar os planos do inimigo?

Polemarco - Exatamente.

Sócrates - Logo, se uma pessoa for um hábil guardião de uma coisa, é também um hábil ladrão da mesma?

Polemarco - Assim parece.

Sócrates - Portanto, se o homem justo é hábil para guardar dinheiro, também é hábil para roubá-lo.

Polemarco - Assim conduz seu raciocínio.

Sócrates - Logo, o homem justo seria uma espécie de ladrão, e isso é provável que o tenha aprendido em Homero. Efetivamente, ele tem grande estima pelo avô materno de Ulisses, Autólico, e afirma que ele excedia todos os homens em roubar e fazer juras. Parece, então, que a justiça, segundo a sua opinião, segundo a de Homero e a de Simônides, é uma espécie de arte de furtar, mas para vantagem de amigos e dano de inimigos, não era isso que afirmava?

Polemarco - Por Zeus que não! Já não sei o que dizia. No entanto, ainda continua a parecer-me que a justiça é auxiliar os amigos e prejudicar os

inimigos.

Sócrates - A quem chama de amigos: aos que parecem honestos a uma pessoa, ou aos que o são de fato, ainda que não o pareçam? E outro tanto direi dos inimigos?

Polemarco - É natural amar a quem nos parece honesto e odiar a quem nos parece mal.

Sócrates - Mas os homens não se enganam a esse respeito, de maneira que lhes parecem honestos muitos que não o são e vice-versa?

Polemarco - Enganam-se

Sócrates - Logo, para esses, os bons são inimigos, e os maus, amigos?

Polemarco - Precisamente.

IX. Sócrates - Não obstante, para essas pessoas, a justiça é ajudar os maus e prejudicar os bons?

Polemarco - Assim perece.

Sócrates - E, contudo, os bons são justos e incapazes de cometer injustiças?

Polemarco - É verdade.

Sócrates - Então, é justo fazer mal a quem não cometeu qualquer injustiça?

Polemarco - De modo algum, Sócrates. Isso parece um raciocínio perverso.

Sócrates - Então – disse eu – é justo prejudicar os injustos e ajudar os justos?

Polemarco - Esse raciocínio já me parece mais coerente do que o anterior.

Sócrates - Logo, ó, Polemarco, acontecerá que, para muitos que errarem em seu juízo sobre os homens, será justo prejudicar os amigos, pois não são maus aos seus olhos, e ajudar aos inimigos, pois o tomam por bons. E assim afirmaremos exatamente o contrário que concluímos ser o pensamento de Simônides.

Polemarco - É assim que acontecerá. Mas vamos corrigir-nos, pois é provável que não tenhamos definido corretamente o que é amigo e o que é inimigo.

Sócrates - Como o definimos, Polemarco?

Polemarco - O que parece honesto, esse é o amigo.

Sócrates - E agora – disse eu – como conseguimos corrigir a definição?

Polemarco - Amigo, é o que parece e é na realidade honesto. O que parece, mas não o é, apenas aparenta ser amigo sem o ser. E, sobre o inimigo, a definição é a mesma.

Sócrates - Logo, segundo esse raciocínio, parece que amigo é o homem de bem, e inimigo é o malvado.

Polemarco - Sim.

Sócrates - Acrescentamos à definição da justiça, tal como a formulávamos primeiro – de que é justo fazer bem ao amigo e mal ao inimigo – a ideia de que é justo fazer bem a um amigo bom e mal a um inimigo mal?

Polemarco - Exatamente. Parece-me que isso seria falar com propriedade.

Sócrates - Então, é próprio de um homem justo fazer mal a qualquer espécie de homem?

Polemarco - Precisamente. Deve-se fazer mal aos malvados e inimigos.

Sócrates - Quando se faz mal aos cavalos, eles se tornam melhores ou piores?

Polemarco - Piores.

Sócrates - Em relação à perfeição dos cães ou à dos cavalos?

Polemarco - À dos cavalos.

Sócrates - Mas, caso se fizer mal a cães, eles se tornam piores relativamente à perfeição de cães, e não à de cavalos?

Polemarco - Forçosamente.

Sócrates - E quanto aos homens, ó, companheiro, não teremos de dizer o mesmo: que, se lhes faz o mal, tornam-se piores em relação à perfeição humana?

Polemarco - Exato.

Sócrates - Mas a justiça não é a perfeição dos homens?

Polemarco - Isso também é forçoso.

Sócrates - E, se se fizer mal aos homens, são forçosos que eles se tornem mais injustos?

Polemarco - Assim parece.

Sócrates - Acaso os músicos podem tornar outrem ignorante na música através de sua arte?

Polemarco - Impossível.

Sócrates - E os tratadores de cavalos podem tornar outrem incapaz de montar através de sua arte?

Polemarco - Não pode ser.

Sócrates - Mas os justos podem tornar outrem injusto através da justiça? Ou, de um modo geral, os bons podem tornar outrem mal através de sua perfeição?

Polemarco - É impossível.

Sócrates - Efetivamente, a ação do calor não é parece-me refrescar, mas o contrário.

Polemarco - Sim.

Sócrates - Nem a da secura umedecer, mas o contrário.

Polemarco - Exatamente.

Sócrates - Nem tampouco a do homem bom fazer o mal, mas o contrário?

Polemarco - Assim parece.

Sócrates - Então, o homem justo é bom?

Polemarco - Absolutamente.

Sócrates - Logo, ó, Polemarco, fazer mal não é a ação do homem justo, quer seja a um amigo, quer seja a qualquer outra pessoa, mas, ao contrário, é a ação de um homem injusto.

Polemarco - Parece-me inteiramente verdade, ó, Sócrates.

Sócrates - Portanto, se alguém afirmar que a justiça consiste em restituir a cada um, o que lhe é devido, e que isso significa que o homem justo deve fazer mal aos inimigos e bem aos amigos, quem assim afirmar não é sábio, porquanto não disse a verdade. Fazer mal não é justo de nenhuma maneira.

Polemarco - Concordo.

Sócrates - Logo, lutaremos, pois, tu e eu, se alguém pretender afirmar que disse semelhante coisa Simônides, Biante, Pítaco ou qualquer outro dos bem aventurados sábios.

Polemarco - Eu estou disposto a acompanhar-te na luta.

Sócrates - Mas, sabes tu, por acaso, a quem pertence esta afirmação: “é justo fazer bem aos amigos e mal aos inimigos”?

Polemarco - De quem?

Sócrates - Penso que é de Periandro, de Perdicas, de Jerjes, de Isménias de Tebas ou de qualquer outro homem rico muito convencido de seu grande poder.

Polemarco - Verdade.

Sócrates - Bem, se nem o justo nem a justiça se demonstram assim, que outra coisa será?

X. - E então, Trasímaco - que várias vezes, enquanto conversávamos, havia tentado participar da discussão e fora impedido pelos que estavam ao seu lado, desejosos de ouvi-la até o final - ao fazermos uma pausa, não se deteve mais e contraindo-se como uma fera, lançou-se sobre nós. Tanto Polemarco, como eu, assustamo-nos, enquanto ele falou em alto e bom som para todos:

Trasímaco - Que falatório é este, ó, Sócrates, que iniciaste há um bom tempo? Porque discutir o tema de maneira tão simplista, cedendo alternadamente o lugar um ao outro? Se quiseres saber o que é a justiça, não te limites a perguntar e a refutar arrogantemente quando te respondem, sabendo que é mais fácil perguntar que responder. Antes, respondes tu mesmo, e dizes tu, que entendes por justiça. E cuidado com o que falarás: que é o necessário, o

proveitoso, o útil, o vantajoso, o conveniente. Tudo que venhas a falar há de ser com claridade e precisão, porque eu não aceitarei que sigas com semelhantes frivolidades.

Sócrates - Surpreso, escutei o temeroso. Parece-me que, se não houvesse olhado para ele antes de ele olhar para mim, teria perdido a voz. Mas ocorreu que, quando começou a exaltar-se com nossa discussão, dirigi-lhe meu olhar primeiro, e assim me senti capaz de responder. Disse-lhe com um ligeiro tremor:

Sócrates - Ó, Trasímaco, não te zangues conosco. Se Polemarco e eu, nos sobre passamos um tanto ao examinar o assunto e cometemos erros, estes foram contra nossa vontade. Porque, se estivéssemos buscando ouro, sabes que não cederíamos voluntariamente o lugar um ao outro, arruinando a descoberta. Quando buscamos a justiça, que é mais preciosa que muitos ouros, o faríamos com mútuas concessões, sem nos esforçarmos para chegar à verdade? Tu entendes amigo, que não podemos, porque não temos força para tanto. É muito mais razoável a compaixão por nós, em vez de irritação.

XI. Trasímaco - Ouvindo isto, riu sarcasticamente e disse: - Ó, Heracles! Aqui está Sócrates com sua costumeira ironia. Já os havia dito que não querias responder, senão que te esquivarias de responder, se alguém lhe perguntasse.

Sócrates - És um homem esperto, Trasímaco, porque bem sabes que se perguntasses a alguém quanto são doze, e ao perguntar incluísses: “Cuidado, amigo, não digas que são duas vezes seis, nem três vezes quatro, nem seis vezes dois, nem quatro vezes três, porque não aceitarei semelhantes banalidades”, resultaria claro, penso eu, que ninguém iria responder a uma pergunta assim formulada. Mas, se te dissessem: “Trasímaco, que dizes? Que não posso responder a nada que me anunciasses previamente, ainda que seja a realidade alguma destas coisas, isto é, que terei de afirmar algo distinto da verdade? Ou como se deve entender?”. Que responderias a isto?

Trasímaco - Ora, como se isso fosse a mesma coisa!

Sócrates - Nada se opõe a que o seja. Ainda que não fosse igual, pensas que o interrogado deixará de responder seu entendimento, se o proibimos?

Trasímaco - Isso é o que vais fazer? Responder com algo que eu te vedei?

Sócrates - Não me surpreenderia se, após refletir, assim o fizesse.

Trasímaco - E o que seria se eu te desse outra resposta acerca da justiça, distinta e melhor que todas essas? A que estarias condenado?

Sócrates - A que haveria de ser, senão, ao que convém àquele que não sabe? Para ele o correto, creio, é aprender com quem sabe, e a esta pena me considero digno.

Trasímaco - Que engraçado és, mas, além de aprender, terás de pagar dinheiro.

Sócrates - Com certeza, quando o tenha.

Glauco - E tens. Se for por dinheiro, falas, Trasímaco, que todos nós contribuiremos para ajudar Sócrates.

Trasímaco - Bem vejo. Para que Sócrates se saia como de costume, não respondendo e, ao responder outro, tome a palavra e a refute.

Sócrates - Mas como poderia responder quem primeiramente não sabe nada, e assim o confessa? Ademais, se crê saber algo, encontra-se proibido de dizer qualquer palavra do que opina por um homem nada digno de desprezo? É mais razoável que fales tu, porque dizes que sabes e que tens algo a dizer. Satisfaz-nos a todos respondendo e não poupes a Glauco de teus ensinamentos, nem aos demais.

XII. Ao dizer isto, Glauco e os outros lhe pediram que não se esquivasse, já que era evidente que Trasímaco estava desejando falar para se sair bem, crendo que possuía uma resposta insuperável, mas fingia insistir para que fosse eu quem deveria responder. Finalmente, cedeu e disse:

Trasímaco - Esta é a sabedoria de Sócrates: não quer ensinar, e sim andar daqui para ali, aprendendo dos demais, sem sequer agradecê-los.

Sócrates - Que eu aprendo dos demais, é a pura verdade, ó, Trasímaco. Entretanto, que não pago com meu agradecimento, é um erro, pois pago com o que posso, e não posso fazer mais que elogiar, porque dinheiro não tenho. No que se referem a elogios, os faço quando me parece que alguém fala retamente, e isso saberás em seguida, quando emitires tua resposta, porque penso que falarás bem.

Trasímaco - Escutes tu então, sustento que o justo não é outra coisa, a não ser o que convém ao mais forte. Por que não aprovas?

Sócrates - O farei quando entender o que dizes. Ainda não sei. Dizes que o justo é o que convém ao mais forte. E como entendes tu isso, Trasímaco? Porque, sem dúvida, não queres dizer que o campeão do pugilismo, é mais forte que nós e que assim o é, devido a seu corpo. A carne de vaca, com que ele se alimenta, é também adequada e justa para nós, que somos inferiores a ele.

Trasímaco - Sócrates, toma meu acerto por onde mais facilmente podes desvirtuá-lo.

Sócrates - De nenhuma maneira, meu bom amigo. Dizes mais claramente o que queres expressar.

Trasímaco - Tu não sabes, que algumas cidades se originam por tirania,

outras por democracia, outras por aristocracia?

Sócrates - Como não?

Trasímaco - E que o governo de cada cidade é feito por quem detém a força?

Sócrates - Exato.

Trasímaco - E assim, cada governo estabelece as leis segundo sua conveniência: a democracia, leis democráticas; a tirania, tirânicas, e do mesmo modo os demais. Ao estabelecê-las, mostram àqueles que o justo para os governados é o que a eles lhe convém, e o que vai de encontro a isto lhe castigam como violador das leis e da justiça. Assim é, meu bom amigo, o que digo que em todas as cidades é identicamente justo: é o conveniente para o governo constituído. E este é, segundo creio, o que detém o poder. De modo que, para todo homem que raciocina bem, o justo é o mesmo em todas as partes: a conveniência do mais forte.

Sócrates - Agora compreendo o que dizes. Se for verdade ou não, tratarei de analisar. Respondeste, ó, Trasímaco, que o justo é o conveniente, e, não obstante, proibiste-me de responder isso. Certo que agregas: “para o mais forte”.

Trasímaco - Dirás, por acaso, que é um pequeno acréscimo!

Sócrates - Não está claro ainda se pequeno ou grande, mas sim examinar se isso que dizes é verdade. Eu também reconheço que o justo é algo conveniente. De tua parte, includes e afirmas que é o conveniente para o mais forte. Pois bem, isso é o que eu ignoro e que terei de examinar.

Trasímaco - Examinas.

XIII. Sócrates – Assim o farei – repliquei. Afirmas também que é justo obedecer aos governantes?

Trasímaco - Afirmo.

Sócrates - E são infalíveis os governantes em cada cidade ou estão sujeitos a erros?

Trasímaco - Inteiramente sujeitos a erros.

Sócrates - E assim, ao aplicarem leis, a alguns o fazem bem e a outros mal?

Trasímaco - Assim creio.

Sócrates - E aplicá-las bem é o conveniente para eles mesmos, e, do contrário, aplicá-las mal, é o inconveniente? Ou como entendes?

Trasímaco - Assim como dizes.

Sócrates - E o que estabelecem há de ser feito pelos governados, isso é o justo?

Trasímaco - Como não?

Sócrates - Portanto, segundo tua afirmação não é só justo fazer o

conveniente para o mais forte, senão, também o contrário: o inconveniente.

Trasímaco - Que estás dizendo?

Sócrates - O mesmo que tu segundo crês. Examinemos melhor: concordamos que os governantes, ao ordenar algumas coisas aos governados, se afastam do erro do que é melhor para eles mesmos, e que aquilo que mandam os governantes é justo que façam os governados?

Trasímaco - Assim penso.

Sócrates - Pensas, então, também que o justo é fazer coisas inconvenientes para os governantes e donos da força quando eles, involuntariamente, ordenam o que é prejudicial para si mesmo, posto que afirmasse que era justo fazer o que eles ordenam. Por acaso, Trasímaco, não vem necessariamente a ser justo fazer o contrário do que dizes, quando se ordena aos inferiores fazer o inconveniente para o mais forte.

Polemarco - Sim, por Zeus. Isso está claríssimo, Sócrates!

Clitofonte - Sem dúvida, porque tu o declaras.

Polemarco - E que necessidade tem uma declaração? O próprio Trasímaco confessa que os governantes ordenam, às vezes, coisas prejudiciais para eles mesmos e que é justo que os outros as façam.

Clitofonte - Fazer o ordenado pelos governantes, Polemarco, foi justamente o que estabeleceu Trasímaco como justo.

Polemarco - Mas também, Clitofonte, colocou como justo o conveniente para o mais forte. E estabelecendo ambas as coisas confessou que os mais fortes ordenam, às vezes, o inconveniente para eles mesmos, com o fim de que o façam os inferiores e governados. Segundo estas confissões, mais justo seria o conveniente para o mais forte que o inconveniente.

Clitofonte - Entretanto, pelo conveniente para o mais forte quis dizer o que o mais forte entende que lhe convém. E que isto teria de ser feito pelo inferior. Com base nisso firma-se a justiça.

Polemarco - Não foi assim como disse.

Sócrates - Igualmente, ó, Polemarco, se agora Trasímaco diz assim, assim entenderemos.

XIV. Sócrates - Dizes, então, Trasímaco: era isso o que querias definir como justo, o que parece ser conveniente para o mais forte? Temos que confirmar que essas foram tuas palavras?

Trasímaco - De nenhum modo. Pensas, por acaso, que eu chamo mais forte ao que erra?

Sócrates - Eu, pelo menos pensava que era isso o que dizias ao afirmar que

os governantes não eram infalíveis, senão que também tinham seus erros.

Trasímaco - Tu és um farsante na argumentação, Sócrates. Chamas médico ao que erra com os enfermos? Ou matemático ao que se equivoca no cálculo, na mesma ocasião em que o faz? É certo que costumamos dizer, creio eu, que o médico errou ou que o matemático se equivocou, mas cada um deles não erra, em minha opinião. De modo que, falando com rigor, posto que goste também de precisar tuas palavras, nenhum dos profissionais erra: aquele que se equivoca, o faz porque lhe falhou sua ciência, e nisso não é profissional. De sorte, que nenhum profissional, nem governante, nem sábio erra, ainda que se afirme que o médico ou o governante errou. Pensas, então, que essa é também minha resposta agora, e o que afirmo com toda certeza é que o governante, enquanto governante, não erra, e não errando estabelece o melhor para si mesmo. Isto há de ser feito por ele, e, assim como declarei a princípio, entendo por justiça o que é conveniente para o mais forte.

XV. Sócrates - Pois bem, Trasímaco. Parece-te que estou de má-fé?

Trasímaco - Inteiramente.

Sócrates - Pensas que te interroguei propositadamente deste modo para te prejudicar na discussão?

Trasímaco - Sei bem que sim. Mas de nada te servirá, porque não me passam despercebidas tuas manobras. Nem se me apanhares de surpresa serás capaz de me dominar na argumentação.

Sócrates - Nem haveria de tentá-lo, afortunado Trasímaco, mas, para que não nos aconteça uma coisa assim, define claramente que entendes por governante e por mais forte, se é no sentido geral ou como, agora, intitulaste. Esse mais forte, enquanto o mais poderoso, que possui uma conveniência, a qual é justo que o mais fraco sirva.

Trasímaco - Quero significar o governante no sentido mais rigoroso do termo. Perante isto, põe-te de má-fé tanto quanto puderes, pois que não te peço nenhuma graça, porque não serás capaz.

Sócrates - Julgas-me tão delirante, a ponto de tirar os pelos de um leão, colocando-me em má situação contra tu mesmo?

Trasímaco - Ainda há pouco o experimentaste.

Sócrates - Basta destas questões. Mas me dizes: o médico, em sentido rigoroso que há pouco definias, tem por objetivo ganhar dinheiro ou tratar os doentes? Mas, refere-te ao médico de verdade.

Trasímaco - Tratar os doentes.

Sócrates - E o piloto? Como deve ser, chefe dos marinheiros ou marinheiro?

Trasímaco - Chefe dos marinheiros.

Sócrates - Não se leva em consideração, para nada, o fato de ele estar embarcado no navio, pois não é por isso que se deverá chamar-lhe marinheiro, e não é pelo fato de navegar que lhe chamam piloto, mas pela sua arte e pelo seu comando aos marinheiros.

Trasímaco - É verdade.

Sócrates - Nesse caso, cada um tem sua própria conveniência?

Trasímaco - Sem dúvida.

Sócrates - E sua arte foi feita para procurar e fornecer, a cada um, o que lhe convém?

Trasímaco - Para isso.

Sócrates - Cada uma das artes possui qualquer outra vantagem para além da maior perfeição possível?

Trasímaco - Que queres perguntar com isto?

Sócrates - Te explico com um exemplo: se me perguntasses se basta ao corpo ser corpo, ou se necessita de algo mais, eu responderia que, “sem dúvida, necessita. E por isso se inventou e existe a arte da medicina, porque o corpo está sujeito a defeitos, e dos mesmos necessita ser curado. Para lhe fornecer o conveniente, foi criada esta arte”. Parece-te certo o que falo, ou não?

Trasímaco - Totalmente.

Sócrates - E então? A medicina, em si mesma, é imperfeita, ou, em geral, qualquer outra arte necessita de alguma virtude, como os olhos, da vista, e os ouvidos, da audição, e por esse motivo, além desses órgãos, nós carecemos de uma arte apropriada para examinar e para fornecer o que lhe é útil, e esta, por sua vez, de outra, e assim infinitas vezes? Ou ela mesma examinará o que lhe é vantajoso? Ou, quiçá, não necessita de si mesma nem de outra para examinar o que é conveniente a sua própria imperfeição. Efetivamente, nenhuma arte possui imperfeição ou falha alguma, nem cabe a uma arte examinar o que é útil, senão àquilo de que é arte? E examina de maneira rigorosa, é assim ou de outro modo?

Trasímaco - Assim parece ser.

Sócrates - Portanto, a medicina não busca a conveniência para si mesma, senão para o corpo.

Trasímaco - Assim é.

Sócrates - Nem a equitação a conveniência para a equitação, mas para os cavalos. Nem nenhuma outra arte o conveniente para si mesma, pois para nada serve, senão para o ser a que ela se aplica.

Trasímaco - Assim parece.

Sócrates - Então, ó, Trasímaco, as artes governam e dominam o objeto que constituem?

Ele concordou neste ponto, ainda que a duras penas.

Sócrates - Portanto, nenhuma ciência procura ou prescreve o que é vantajoso ao mais forte, mas sim ao mais fraco e ao que é por ela governado?

Por fim, reconheceu também isto, mas tentou discutir. Depois de ele assentir, continuei:

Sócrates - Nenhum médico, na medida em que é médico, procura ou prescreve o que é vantajoso ao médico, mas sim ao doente? Pois concordamos que médico, no sentido rigoroso, é o que governa os corpos, e não o que faz dinheiro com eles, ou nisso nós não concordamos?

Trasímaco - Sim, nisso concordamos.

Sócrates - Logo, também o verdadeiro piloto é o chefe dos marinheiros, e não marinheiro?

Trasímaco - De acordo.

Sócrates - Então, um piloto ou chefe há de examinar e prescrever não o que é vantajoso para si mesmo, mas sim ao marinheiro e ao súdito?

Ele concordou a custo.

Sócrates - Assim, Trasímaco - disse eu - nenhum chefe, em qualquer lugar de comando, examina ou prescreve o que lhe é vantajoso, mas o que o é para seu subordinado, para o qual exerce sua profissão. E tendo esse homem em atenção e o que lhe é vantajoso e conveniente, diz o que diz e faz a tudo quanto faz.

XVI. Chegando a esse ponto da discussão, tornou-se evidente para todos que a definição de justiça foi refeita em sentido oposto ao afirmado. Trasímaco, em vez de responder, perguntou:

- Dizes-me, Sócrates, tens uma ama?

Sócrates - Que queres saber?

Trasímaco - É que julgas que os pastores ou boiadeiros velam pelo bem das ovelhas ou dos bois e que os engordam e os tratam com outro fim em vista, que não seja o bem dos patrões, ou o próprio. E mesmo os que governam os Estados, aqueles que governam de verdade, supõem que se comportam com seus súditos diferentemente de como o fazem com os carneiros e que velam por outra coisa, dia e noite, que não seja tirar proveito deles? E és tão profundamente versado em questões de justo e justiça, de injusto e injustiça, que desconheces serem a justiça e o justo um bem alheio, que na realidade consiste na vantagem do mais forte e de quem governa, e de que é próprio de quem obedece e serve ter prejuízo. Enquanto a injustiça é o contrário, é quem manda nos verdadeiros

ingênuos e justos, na qual os súditos fazem o que é vantajoso para o mais forte e, servindo-o, tornam-no feliz, mas de modo algum a si mesmos. E assim basta reparar que o homem justo, em todo o seu físico, fica por baixo do injusto. Em primeiro lugar, nos consórcios que fazem uns com os outros, quando uma pessoa de uma dessas espécies se associa com uma da outra, jamais se verificará, por ocasião da dissolução da sociedade, que o justo tenha mais que o injusto, e sim menos. Depois, nas questões civis, onde quer que haja contribuição a pagar, o justo, em condições iguais, paga uma contribuição maior, e o outro menor. Quando se tratar de receber, um não lucra nada, e o outro, muito. E, se algum dos dois ocupar um posto de comando, o justo pode contar – ainda que não tenha outro prejuízo – com ficar com seus bens pessoais em má posição e com não ganhar coisa alguma do Estado, por ser justo. E, ainda, criar inimizades com parentes e conhecidos por se recusar a servi-los contra a justiça. Ao passo que o homem injusto pode contar com o inverso de tudo que foi exposto. Refiro-me àquele que há pouco mencionei; ao que pode ter grandes ambições de supremacia. Repara, pois, neste homem, se queres julgar quanto mais vantagem tem para um particular ser injusto que ser justo. A maneira mais fácil de aprenderes é se chegares a mais completa injustiça, àquela que dá o máximo de felicidade ao homem injusto, e o maior dos desgostos aos que foram vítimas de injustiças. Trata-se da tirania, que arrebata os bens alheios às ocultas e pela violência, quer sejam sagrados, profanos, particulares ou públicos, e isso não aos poucos, mas de uma só vez. Se alguém for visto a cometer qualquer destas injustiças de per si (vontade própria), é castigado e recebe maiores injúrias. Efetivamente, a quem comete quaisquer destes malefícios isoladamente, chama-se sacrilégio, gatuno, espoliador, ladrão. Mas se um homem, além de se apropriar dos bens dos cidadãos, faz deles escravos e os tornam seus servos, em vez destes epítetos injuriosos, é qualificado de feliz e bem aventurado, não só pelos seus concidadãos, mas por todos os demais que souberam dessa injustiça completa. É que aqueles que criticam a injustiça não o fazem por recearem praticá-la, mas por temerem sofrê-la. Assim, ó, Sócrates, a injustiça, quando chega a certo ponto, é mais potente, mais livre e mais despótica que a justiça, e, como eu dizia a princípio, a vantagem do mais forte é a justiça, ao passo que a injustiça é qualquer coisa de útil a uma pessoa e de vantajoso.

XVII. Depois de assim falar, Trasímaco pensava retirar-se, como se fosse um empregado do balneário que nos tivesse despejado uma argumentação compacta e abundante nos ouvidos. Porém, os presentes não o consentiram, mas o forçaram a ficar para prestar contas de suas palavras. Eu, de minha parte,

também o pedi muito, dizendo:

Sócrates - Ó, divino Trasímaco, pensas retirar-te após lançares tal argumentação e ensinares o bastante, ou aprenderes se é assim ou não que sucede? Pensas que é insignificante o que tentaste definir, o curso de toda a vida, que devemos seguir, para vivermos a mais útil das existências?

Trasímaco - Acaso penso de outro modo?

Sócrates - Assim parece. Ou então não queres saber de nós ou não te importa que vivamos piores, ou melhores, por desconhecermos o que tu declaras saber. Mas, meu bom amigo, esforça-te por não o revelar a nós. Não será um mau investimento para ti se prestares um benefício a este grupo, que é tão grande. Eu, por mim, declaro-te qual é minha opinião: não estou convencido, nem creio que a injustiça seja mais vantajosa que a justiça, ainda que alguém se utilize daquela à vontade, sem ninguém impedi-lo de fazer o que quiser. Mas, meu bom amigo, que uma pessoa seja injusta, que possa cometer injustiças às ocultas ou em luta aberta, mesmo assim o seu exemplo não me convence que isso é o mais proveitoso para ela, que a justiça. Esta mesma impressão é talvez a de outros entre nós, e não minha apenas. Convence-nos, portanto, ó, meu bom aventurado, e de maneira suficiente, que não pensamos bem, quando damos maior valor à justiça que à injustiça.

Trasímaco - E como hei de convencer-te? Se não ficaste persuadido com o que disse há pouco, como o hei de fazer? Hei de recolher meus argumentos e colocá-los em tua alma?

Sócrates - Não, por Zeus, não o faças! Mas, em primeiro lugar, mantém as afirmações que fizestes, ou então, se fizeres alguma alteração, faça-a abertamente sem iludir-nos. Vês, Trasímaco – examinando o que tratamos antes –, que, embora desejasse definir primeiro o verdadeiro médico, tu não o achasse necessário depois prestar rigorosa atenção ao exemplo do pastor, mas supões que ele trata de engordar as ovelhas, na medida em que é um pastor, não porque tenha em vista o que é melhor para elas, mas como um conviva ou uma pessoa que quer dar um banquete, para presenteá-las ou vendê-las, como se fosse um homem de negócios, e não um pastor. Ora, a finalidade da arte do pastor não é outra, sem dúvida, senão àquela a que foi destinada: conseguir para seu objeto o máximo de bem estar. Por estas razões, concluí a pouco que é forçoso que concordemos que todo governo, como governo, não tem por finalidade velar o bem de mais ninguém, senão só súdito de que cuida, quer este seja uma pessoa pública ou particular. Ora, tu pensas que os governantes dos Estados, os verdadeiros, governam por prazer?

Trasímaco - Por Zeus, que não penso. Bem o sei.

XVIII. Sócrates – E, então, Trasímaco? Não reparas que nos demais cargos ninguém deseja exercê-los por sua vontade, mas exigem um salário, pensando que, de seu exercício, nenhum proveito pessoal lhes advirá, mas sim para seus súditos? E depois, dizes-me, não afirmamos sempre que cada uma das artes se diferencia das outras pelo fato de ter uma potência específica? Não respondas meu caro, contra tua opinião real, para ver se conseguimos adiantar alguma coisa.

Trasímaco - Diferenciam-se por isso, sim.

Sócrates - E não é verdade que cada uma das artes nos proporciona qualquer vantagem específica, e não comum, como a medicina, a saúde, a de pilotar, a segurança da navegação, e assim por diante?

Trasímaco - Exatamente.

Sócrates - Portanto, a arte dos lucros também tem o seu salário? Pois é este o efeito que lhe é peculiar. Ou designas da mesma maneira a arte de curar e a arte de pilotar? Se na verdade queres formular uma definição rigorosa, conforme propuseste inicialmente, no caso de um piloto ficar são, pelo fato de lhe ser benéfico embarcar, não irás chamar, por causa disso, medicina à sua arte?

Trasímaco - Certamente que não.

Sócrates - Tampouco, chamarás assim à arte dos lucros, penso eu, se alguém ficar são ao exercer uma profissão lucrativa?

Trasímaco - Com certeza que não.

Sócrates - E então? Chamarás a medicina arte dos lucros, se alguém, curando uma pessoa, ganhar um salário?

Trasímaco - Não.

Sócrates - Acaso, não concordamos que há uma vantagem peculiar a cada arte?

Trasímaco - Assim o é.

Sócrates - Se há uma vantagem de que gozam todos os artífices, é manifesto que devem empregar alguma faculdade adicional, e daí derivarem a vantagem.

Trasímaco - Assim parece.

Sócrates - Ora, nós afirmamos que a vantagem dos artífices, quando ganham um salário, advém de empregarem uma faculdade adicional à arte dos lucros.

Concordou a custo.

Sócrates - Por conseguinte, não é da sua própria arte que advém a cada um esta vantagem, que consiste na obtenção de um salário, mas, se devemos examinar a questão com rigor, a medicina produz a saúde, a arte dos lucros, o

salário, e a do arquiteto, uma casa. Ao passo que a arte dos lucros, que a acompanha, dá o salário. E todas as outras, igualmente, produzem seu efeito e vantagens àquele a quem se aplicam. Se, porém, não lhe advir um salário, é possível o artífice auferir alguma vantagem de sua arte?

Trasímaco - Não me parece.

Sócrates - Mas, acaso ele não é útil, quando trabalha de graça?

Trasímaco - Com certeza, assim o creio.

Sócrates - Portanto, Trasímaco, é evidente que nenhuma arte, nem governo, proporciona o que é útil a si mesmo, mas, como dissemos antes, proporciona e prescreve o que o é ao súdito, pois tem por alvo a conveniência deste, que é o mais fraco, e não a do mais forte. Ora, é por isso, meu caro Trasímaco, que eu disse que ninguém quer espontaneamente governar, tratar e curar os males alheios, mas antes exige um salário, porquanto aquele que pretende exercer bem a sua arte jamais faz ou prescreve, no exercício de sua especialidade, o que é melhor para si mesmo, mas para o cliente. É por esse motivo, ao que me parece, que é preciso proporcionar aos que querem consentir em governar um salário, dinheiro ou honrarias, e um castigo, se não consentirem.

XIX. Glauco - Que queres dizer, ó, Sócrates? Sei o que são os dois salários, mas o castigo a que te referes, e em que sentido o incluiu no grupo dos salários, não compreendo.

Sócrates - Na verdade, não entendes que seja o salário das boas pessoas, aquele devido aos mais perfeitos governantes, quando consentem em governar? Ou não sabes que o amor às honrarias e às riquezas é considerado uma vergonha, e o é de fato?

Glauco - Bem o sei.

Sócrates - Por este motivo, os homens de bem não querem governar nem por causa das riquezas, nem das honrarias, porquanto não querem ser chamados de mercenários, exigindo abertamente o salário de seu cargo, nem de ladrões, tirando vantagem da sua posição. Tampouco querem governar por causa das honrarias, uma vez que não as estimam. É forçoso, pois, que sejam constrangidos e castigados se se pretende que eles consintam em governar, que se arriscam à vergonha, voluntariando-se ao poder, sem aguardar a necessidade de tal decisão. Ora, o maior dos castigos é ser governado por quem é pior do que nós, se não quisermos governar nós mesmos. É com receio disso, me parece, que os bons ocupam as magistraturas, quando governam, e vão para o poder, não como quem vai tomar conta de qualquer benefício, nem para com ele gozar, mas como quem vai para uma necessidade, sem existir pessoas melhores que eles,

nem mesmo iguais, para quem possam relegá-lo. Efetivamente, nos arriscaríamos se houvesse um Estado de homens de bem, e que houvesse competições para não governar, como agora as há para alcançar o poder, seria evidente que o verdadeiro chefe não nasceu para velar por sua conveniência, mas pela de seus súditos. De tal maneira que, todo aquele que fosse sensato preferiria receber benefícios de outrem a ter o trabalho de ajudar ele aos outros. Logo, de modo algum concordo com Trasímaco, em que a justiça consiste na conveniência do mais forte. Mas esse ponto havemos de examinar de novo. Parece-me valer muito mais a afirmação que agora fez Trasímaco, ao declarar que é melhor a vida do injusto que a do justo. Tu, Glauco, qual vida escolhes? Qual das duas afirmações te parece mais verídica?

Glauco - Eu, por mim, acho que a vida do justo é a mais vantajosa.

Sócrates - Ouviste quantos benefícios Trasímaco enumerou há pouco como sendo os da vida do injusto?

Glauco - Ouvi, mas não fiquei convencido.

Sócrates - Queres então que o convençamos; se formos capazes de encontrar alguma maneira disso, de que não diz a verdade?

Glauco - Como não o quereria?

Sócrates - Se, por conseguinte, opondo um argumento a outro argumento, enumerar quantos benefícios traz o ser justo, e ele falar por sua vez, e nós respondermos, será necessário contar os bens e medir o que cada um de nós disser em cada um dos seus argumentos, e aí já precisaríamos de juízes para resolver a questão. Se, porém, como há momentos, examinarmos as coisas chegando a um acordo um com o outro, seremos nós mesmos simultaneamente juízes e causídicos.

Glauco - Precisamente.

Sócrates - Agrada-te mais desta maneira ou daquela?

Glauco - Desta.

XX. Sócrates - Ó Trasímaco, responde-nos desde o começo: afirmas que a perfeita injustiça é mais útil que a perfeita justiça?

Trasímaco - É precisamente isso o que eu afirmo, e dei as minhas razões.

Sócrates - Vamos lá: como qualificas estas coisas? Dás a uma delas o nome de virtude, e à outra, o de vício?

Trasímaco - Como não?

Sócrates - Portanto à justiça chamas virtude, e à injustiça vício?

Trasímaco - É natural, meu caríssimo amigo. Não há dúvida, uma vez que afirmo que a injustiça é proveitosa, ao passo que a justiça não.

Sócrates - Que dizes, então?

Trasímaco - Justamente o contrário - respondeu.

Sócrates - Acaso a justiça é que um vício?

Trasímaco - Não, mas uma sublime ingenuidade.

Sócrates - Então, ao injusto tu chamas mau-caráter?

Trasímaco - Não, mas sim imprudente.

Sócrates - Acaso te parecem bons e sensatos os injustos?

Trasímaco - Sem dúvida, os que são capazes de ser perfeitamente injustos, com força para submeterem à sua autoridade aos Estados e nações. Julgas, talvez, que me refiro aos que sacam dinheiro. É que também isso é proveitoso, se passar despercebido. Mas não vale a pena falar do assunto, e sim daquilo que há pouco eu fiz menção.

Sócrates - O que tu queres dizer, eu não ignoro, mas o que me surpreende é que coloques a injustiça no grupo da virtude e da sabedoria, enquanto a justiça no grupo contrário.

Trasímaco - Assim as coloco.

Sócrates - Isso é uma posição ainda mais irredutível, companheiro, e já não é fácil arranjar um modo de refutá-la. Porquanto, se falavas da hipótese de a injustiça ser vantajosa, entretanto, tu concordas como alguns outros concordam que, ela é um vício ou uma conduta vergonhosa, poderíamos responder-te de acordo com a opinião geral. Porém, a verdade é que é evidente que vais afirmar que ela é bela, forte e possui todas as demais qualidades que estávamos habituados a atribuir à justiça, uma vez que ousaste colocá-la ao lado da virtude e da sabedoria.

Trasímaco - Disseste a pura verdade.

Sócrates - Contudo, não devemos recuar na prossecução do exame, enquanto eu supuser que estás a dizer o que pensas. Pois, me parece, ó, Trasímaco, que realmente não estás a zombar agora, mas a dizer o que julgas ser a verdade.

Trasímaco - Que diferença te faz se é o que eu penso ou não, desde que não refutes minha argumentação?

Sócrates - Nenhuma. Mas tenta ainda responder a esta pergunta: parece-te que um homem justo deseja exceder a outro homem justo em qualquer coisa?

Trasímaco - De modo algum. Porque nesse caso, não seria educado, como é de fato, nem de boa índole.

Sócrates - E se fosse um ato justo?

Trasímaco - Nem mesmo em um ato justo.

Sócrates - Mas consideraria digno de exceder o injusto e julgaria isso justo,

ou não?

Trasímaco - Sim, julgá-lo-ia, mas não o poderia.

Sócrates - Mas não é isso que estou a perguntar, e sim, se o homem justo não se consideraria digno e desejaria exceder ao injusto, pois isso é uma atitude do injusto.

Trasímaco - É assim mesmo.

Sócrates - E quanto ao homem injusto? Porventura se consideraria digno de exceder o justo e a ação justa?

Trasímaco - E como não seria assim, se ele de fato se considera digno de exceder toda a gente?

Sócrates - Portanto, o homem injusto quererá exceder o homem injusto e a ação injusta, e lutará para ser ele quem tem mais que todos?

Trasímaco - É isso.

XXI. Sócrates - Digamos, pois, que o justo não quer exceder ao seu semelhante, mas ao seu oposto. Ao passo que o injusto quer exceder tanto o seu semelhante como o seu oposto.

Trasímaco - Falastes perfeitamente.

Sócrates - O injusto é inteligente e bom, e o justo não é uma coisa nem outra.

Trasímaco - Também está certo.

Sócrates - Portanto, o homem injusto se parece com o inteligente e bom, enquanto o justo não?

Trasímaco - Pois como há de ser um homem, com certa qualidade, semelhante aos que a têm, e o que não possui ser diferente?

Sócrates - Perfeitamente, cada um deles tem, então, a qualidade daqueles com quem se parece?

Trasímaco - E depois?

Sócrates - Ora, Trasímaco, tu podes dizer algo de uma pessoa que é músico, e de outra que não o é?

Trasímaco - Com certeza.

Sócrates - Qual dos dois é sábio? E qual é ignorante?

Trasímaco - Sem dúvida, o músico é o sábio, e o não músico o ignorante.

Sócrates - E quanto ao médico, é da mesma maneira?

Trasímaco - É.

Sócrates - Parece-te, pois, excelente atitude, que um músico, quando afina a lira, pretenda exceder outro músico na tensão ou distensão das cordas, e se consideram dignos de ultrapassarem-se mutuamente?

Trasímaco - A mim, não.

Sócrates - E, então, se for a um não músico?

Trasímaco - Forçosamente, sim.

Sócrates - E quanto ao médico? Na dieta da comida ou de bebida, quereria ele exceder outro clínico ou outra regra?

Trasímaco - Sem dúvida que não.

Sócrates - E a um que não fosse médico?

Trasímaco - Sim.

Sócrates - Observas toda espécie de ciência e/ou de ignorância, se te parecer que qualquer sábio quereria exceder os atos e palavras de outro sábio, e do contrário, não fazer o mesmo, em igual caso, que o que é semelhante a ele?

Trasímaco - Será forçoso, talvez, que seja assim.

Sócrates - E, agora, o ignorante? Não pretenderia ele igualmente exceder o sábio e o ignorante?

Trasímaco - Talvez.

Sócrates - Mas o sábio é sensato?

Trasímaco - Afirmo-o.

Sócrates - E o que é sensato também é bom?

Trasímaco - É.

Sócrates - Ora, o homem bom e sábio, não quererá exceder o que lhe é semelhante, mas sim o que é diverso e oposto a ele.

Trasímaco - Parece que sim.

Sócrates - E o que é mau e ignorante quererá exceder o que lhe é semelhante e o seu contrário?

Trasímaco - Assim me afigura.

Sócrates - Ora, Trasímaco, o injusto, para nós, quer exceder tanto o seu contrário como o que lhe é semelhante? Ou não foi assim que disseste?

Trasímaco - Certamente.

Sócrates - Ao passo que, o justo não quererá exceder o que lhe é semelhante, mas sim o seu contrário?

Trasímaco - Sim.

Sócrates - Logo, o justo assemelha-se ao homem sábio e bom, e o injusto ao mau e ignorante?

Trasímaco - É provável.

Sócrates - Mas nós concordamos que cada um deles tem as qualidades daquele a que se lhe assemelha.

Trasímaco - Concordamos, com efeito.

Sócrates - Logo, o justo revela-se como bom e sábio, e o injusto como mau e ignorante.

XXII. Trasímaco concordou com tudo isso, não com a facilidade com a que agora estou a contar, mas, arrastadamente, e a custo, suando espantosamente, tanto mais porque era verão. Foi então que vi uma coisa nunca antes vista: Trasímaco a corar. Assim que concordamos que a justiça é virtude e sabedoria, e a injustiça, maldade e ignorância; exclamei:

Sócrates - Bem, deixemos este ponto assente! Mas afirmamos também que a injustiça era a força. Ou não te recordas, ó, Trasímaco?

Trasímaco - Recordo-me. Mas o que acabas de dizer não me apraz e tenho uma resposta a dar-lhe. Se eu falasse, sei perfeitamente que afirmarias que eu estava a discursar como um demagogo. Deixa-me, pois, falar a minha vontade, ou, se tu quiseres interrogar-me, interroga. E eu o direi como às velhinhas que estão a contar histórias: - Bem! – E farei com cabeça que sim e que não.

Sócrates - Mas nunca contra tua própria opinião.

Trasímaco - De maneira a poder agradar-me, uma vez que não consentes que eu fale. Que mais queres?

Sócrates - Mais nada, por Zeus! Mas, se queres fazer assim, que faças, pois eu mesmo interrogo.

Trasímaco - Interroga.

Sócrates - Farei, portanto, exatamente a mesma pergunta de há pouco, a fim de levarmos metodicamente ao fim a argumentação: que é a justiça em relação à injustiça. Disse-se a certa altura que a injustiça era mais poderosa e mais forte que a justiça. Agora – prossegui – se, na verdade, a justiça é sabedoria e virtude, julgo que facilmente se demonstrará que é mais forte que a injustiça, uma vez que a injustiça é ignorância, ninguém deixaria de reconhecê-lo. Mas não é assim tão simplesmente, ó, Trasímaco, que eu desejo resolver o caso, mas antes examiná-lo por outro lado. Concordarias que seria injusto para um Estado tentar submeter injustamente outros Estados e reduzi-los à escravatura, ou ter diversos sujeitos aos seus impérios?

Trasímaco - Como não? E isso é que fará, acima de tudo, o melhor dos Estados e o mais perfeitamente injusto.

Sócrates - Compreendo que era esse teu argumento. Mas, relativamente a ele, só quero examinar este ponto: um Estado que se apossa de outro exercerá a sua dominação sem a justiça, ou será forçado a utilizar-se dela.

Trasímaco - Se é como há pouco afirmavas, sobre a justiça e a sabedoria, com ela. Mas, se é como eu disse, com a injustiça.

Sócrates - Estou satisfeitíssimo, ó, Trasímaco, porque não te limitas a dizer que sim, e, que não com a cabeça, mas respondes muito bem.

Trasímaco - É para te ser agradável.

XXIII. Sócrates – Fazes muito bem. Mas, faças-me o favor de responder ainda a esta pergunta: parece-te que um Estado, ou mesmo um exército, ou piratas, ou ladrões, ou qualquer outra classe, poderiam executar o plano ilegal que empreenderam em comum, se não observassem a justiça uns com os outros?

Trasímaco - Certamente que não.

Sócrates - E se não a observassem? Não seria melhor?

Trasímaco - Absolutamente.

Sócrates - Decerto, Trasímaco, é porque a injustiça produz em uns e em outras revoltas, ódios e contendas, ao passo que a justiça gera a concórdia e a amizade. Não é assim?

Trasímaco - Que seja, só para discutir contigo.

Sócrates - Fazes bem, meu excelente amigo. Mas dizes-me o seguinte: se, portanto, é este o resultado da injustiça, causar o ódio onde quer que surja, quando ela se formar entre homens livres e escravos, não fará também com que se odeiem uns aos outros, com que se revoltem e fiquem incapazes de empreender qualquer coisa em comum?

Trasímaco - Precisamente.

Sócrates - E se se originar entre suas pessoas? Não ficaram divididas e se tornarão adversárias?

Trasímaco - Ficarão.

Sócrates - E se a injustiça, meu amigo, originar-se numa só pessoa, com certeza, não perderá a sua própria força ou a manterá tal qual estava?

Trasímaco - A manterá tal qual estava.

Sócrates - Portanto, a injustiça parece ter uma força tal, em qualquer entidade em que se origine, quer seja um Estado, nação, exército ou qualquer outra coisa, que, em primeiro lugar, incapacite-a de atuar de acordo consigo mesma, devido às decisões e discordâncias. Além disso, tornam-na inimiga de si mesma, e de todos os que lhe são contrários e que são justos. Não é assim?

Trasímaco - Exatamente, segundo julgo.

Sócrates - E, se existir num só indivíduo, produzirá, segundo julgo, os mesmos efeitos. Em primeiro lugar, torná-lo-á incapaz de atuar, por suscitar a revolta e a discórdia em si mesmo. Em seguida, fará dele inimigo de si mesmo e dos justos. Não é verdade?

Trasímaco - Sim.

Sócrates - E os deuses, meu amigo, certamente que também são justos?

Trasímaco - Certamente.

Sócrates - Logo, o injusto será também odioso aos deuses, ó, Trasíamaco, e o justo será seu amigo.

Trasímaco - Banqueteia-te à vontade com tua argumentação, que não serei eu quem te contradirá, a fim de não me tornar odioso aos presentes.

Sócrates - Vamos lá, e sacia-me no resto da ceia, respondendo-me como tens feito. Porque os justos mostram-se sábios, melhores e mais capazes de atuar, ao passo que os injustos nem sequer são capazes de atuar em conjunto. Mas, se dissermos injustos àqueles que levaram a cabo solidamente uma empresa em comum; estaremos a fazer uma afirmação que, de modo algum, é verdadeira, pois não se poupariam uns com os outros, se fossem totalmente injustos. Ao contrário, é evidente que havia neles qualquer vislumbre de justiça, que os obrigava, pelo menos, a não praticarem injustiças uns com os outros, enquanto atuavam, e graças a qual faziam o que faziam. Ao lançarem-se em atos injustos eram parcialmente maus na sua injustiça, uma vez que os que são completamente maus e inteiramente injustos são também inteiramente incapazes de atuar. Assim é o que eu entendo, e não como expuseste de início. Se os justos têm uma vida melhor e são mais felizes que os injustos, como precisamente, nos propusemos a verificar depois, é o que vamos analisar. É, portanto, desde já evidente que o são, em meu entender, em consequência do que dissemos. Seja como for, é melhor examinar a questão, porquanto a discussão não é à deriva, mas sobre a regra da vida que devemos adotar.

Trasímaco - Examina, então.

Sócrates - Examinarei. Ora, dizes-me: parece-te que há uma função própria de cavalo?

Trasímaco - Com certeza.

Sócrates - Aceitarias, portanto, que a função do cavalo ou de qualquer outro animal é aquela que se pode exercer unicamente por meio do respectivo animal, ou, pelo menos, com mais perfeição?

Trasímaco - Não compreendo – objetou.

Sócrates - Vejamos de outra maneira: é possível ver com outra coisa que não sejam os olhos?

Trasímaco - Sem dúvida que não.

Sócrates - E, então, é possível ouvir com outra coisa que não sejam os ouvidos?

Trasímaco - De modo algum.

Sócrates - Portanto, diremos justamente que essas são suas funções?

Trasímaco - Exatamente.

Sócrates - E, então, poderiam talhar os sarmentos da vinha com uma faca, uma lanceta ou muitos outros instrumentos?

Trasímaco - Como não?

Sócrates - Mas com coisa alguma se executaria tão perfeitamente a tarefa, segundo julgo, como com uma manufatura exclusiva para o efeito?

Trasímaco - É verdade.

Sócrates - Então, não aceitaremos que esta é sua função?

Trasímaco - Aceitaremos.

XXIV. Sócrates – Penso que agora entenderás melhor o que há pouco te perguntava, ao interrogar se a função de cada coisa era precisamente aquilo que executava, ou só ela, ou melhor, que as outras.

Trasímaco - Entendo e, parece-me, que é essa a função de cada coisa.

Sócrates - Bem. Portanto, não te parece ter uma virtude, que lhe é própria, tudo que está encarregado de uma função? Tornemos ao mesmo ponto: os olhos, dizíamos nós, têm uma função, não?

Trasímaco - Têm.

Sócrates - Portanto, têm também uma virtude?

Trasímaco - Sim.

Sócrates - E, então, dissemos que os ouvidos tinham uma função?

Trasímaco - Dissemos.

Sócrates - Portanto, uma virtude também?

Trasímaco - Sim, também uma virtude.

Sócrates - E, relativamente, com todas as coisas ocorre o mesmo?

Trasímaco - Sim.

Sócrates - Ora, bem! Porventura, os olhos cumpririam bem sua função, se não tivessem sua própria virtude, mas um defeito em seu lugar?

Trasímaco - Como poderiam fazê-lo? Referes-te, talvez, à cegueira, em vez da vista?

Sócrates - Não é a respeito disso que estou a perguntar, mas se a sua função se desempenha bem, graças à virtude que lhe é própria, ou mal, devido ao defeito.

Trasímaco - Sim, falas a verdade.

Sócrates - Logo, também os ouvidos, privados de sua virtude própria, desempenham mal sua função.

Trasímaco - Exatamente.

Sócrates - Englobaremos, portanto, todas as outras coisas no mesmo raciocínio?

Trasímaco - É o que me parece.

Sócrates - Ora, então, seguimos, após examinar este ponto. A alma tem uma função, que não pode ser desempenhada por toda e qualquer outra coisa que exista; a mesma consiste no seguinte: superintender, governar, deliberar e todos os demais atos da mesma espécie. Será justo atribuir essas funções a qualquer outra coisa que não seja a alma, ou devemos dizer que são atributos específicos dela?

Trasímaco - Pertencem à alma e a nenhuma outra coisa.

Sócrates - E, agora, quanto à vida? Não diremos que é uma função da alma?

Trasímaco - Acima de tudo. Sócrates - Logo, diremos também que existe uma virtude da alma?

Trasímaco - Sim, diremos.

Sócrates - Então, ó, Trasímaco, a alma algum dia desempenhará bem suas funções, se for privada de sua própria virtude, ou é impossível?

Trasímaco - É impossível.

Sócrates - Logo, é forçoso que quem tem uma alma má governe e dirija mal, e quem tem uma boa, faça tudo isso bem?

Trasímaco - Sim, é forçoso.

Sócrates - Não concordamos que a justiça é uma virtude da alma, e a injustiça um defeito?

Trasímaco - Concordamos, efetivamente.

Sócrates - Logo, a alma justa e o homem justo viverão bem, e o injusto mal?

Trasímaco - Assim parece, segundo o teu raciocínio.

Sócrates - Mas, sem dúvida o que vive bem é feliz e venturoso, e o que não vive bem, inversamente?

Trasímaco - Como não?

Sócrates - Logo, o homem justo é feliz, e o injusto é desgraçado?

Trasímaco - Assim o seja.

Sócrates - Contudo, não há vantagem em ser desgraçado, mas sim em ser feliz?

Trasímaco - Como não?

Sócrates - Então, jamais a injustiça será mais vantajosa que a justiça, ó, bem aventurado, Trasímaco!

Trasímaco - Deleita-te com este manjar, ó, Sócrates, para o festival das Bendileias!

Sócrates - Graças a ti, sem dúvida, ó, Trasímaco, pois tornaste possível e deixaste de ser desagradável. Contudo, a ceia não está esplêndida por culpa minha, se não tua. Parece-me que fiz como os glutões, que agarram cada um dos pratos, à medida que os servem, antes de terem desfrutado suficientemente do primeiro. Antes de descobrir o que buscávamos primeiro – o que é a justiça – deixando esse assunto, precipitei-me para examinar, a esse propósito, se era um vício e ignorância, ou sabedoria e virtude. Depois, como surgiu novo argumento – que é mais vantajosa a injustiça que a justiça – não me abstive de passar daquele assunto para este, de tal maneira que daí resultou, agora, para mim, que nada fiquei sabendo desta discussão. Desde que, não sei o que é a justiça, menos ainda saberei se se dá o caso de ela ser uma virtude ou não, e se quem a possui é ou não feliz.

Livro II

I. Com estas palavras, julgava que estava livre da discussão. Mas, de fato, era apenas o prelúdio, ao que parece. Efetivamente, Glauco, que é sempre o mais destemido em tudo, também nessa altura não aceitaria a retirada de Trasímaco, e disse:

Glauco - Ó, Sócrates, queres aparentar que nos persuadiste ou persuadir-nos, de verdade, de que toda maneira é melhor ser justo que injusto?

Sócrates - Queria persuadi-lo de verdade, se estivesse ao meu alcance.

Glauco - Então, não fazes o que queres. Ora. Dizes-me: não te parece que há uma espécie de bem, que gostaríamos de possuir, não por desejarmos suas consequências, mas por o estimarmos por si mesmo, como a alegria e os prazeres que forem inofensivos e dos quais nada resulta de futuro, senão o prazer de os possuirmos?

Sócrates - Parece-me que existe um bem dessa espécie.

Glauco - E aquele bem de que gostamos por si mesmo, e pelas suas consequências, como, por exemplo, a sensatez, a vista e a saúde? Pois, tais bens, apreciamos por ambos os motivos.

Sócrates - É assim.

Glauco - E, vês, uma terceira espécie de bem, no qual se compreendem a ginástica, o tratamento das doenças, a prática clínica e outras maneiras de obter dinheiro? De tais bens diríamos que são penosos, mas úteis, e não aceitaríamos a sua posse por amor a eles, mas sim ao salário e a outras consequências que deles derivam.

Sócrates - Existe, com efeito, esta espécie ao lado das outras duas. Mas o que queres tu dizer?

Glauco - Em qual delas colocas a justiça?

Sócrates - Acho que na mais bela, a que deve estimar por si mesma e pelas suas consequências quem quiser ser feliz.

Glauco - Ora, bem! O parecer da maioria não é esse, mas sim que pertence à espécie penosa, a que se pratica por causa das aparências, em vista do salário e da reputação, mas que por si mesma se deve evitar, como sendo dificultosa.

II. Sócrates - Eu sei que esse é o parecer geral, e há muito que Trasímaco censura a justiça, por esse motivo, e elogia a injustiça. Mas sou difícil de convencer, ao que parece.

Glauco - Vamos, então! Presta atenção a mim também, para ver se ainda chegas a ter a mesma opinião. Afigura-se, na verdade, que Trasímaco ficou fascinado por ti, mais cedo do que devia, como se fosse uma serpente. Quanto a mim, a argumentação de um e de outro lado não me satisfaz. Desejo ouvir o que é cada uma delas e que faculdade possui por si, quando existe na alma, sem importar-se com salários e consequências. Farei, pois, da seguinte maneira, se também achares por bem: retomarei o argumento de Trasímaco e, em primeiro lugar, direi o que se afirma ser a justiça e qual a sua origem. Seguidamente, que todos que a praticam, o fazem contra sua vontade, como consequência necessária, mas não boa. Em terceiro lugar, que é natural que procedam assim, porquanto, afinal de contas, a vida do injusto é muito melhor que a do justo, como eles afirmam. Por mim, ó, Sócrates, não me parece que seja desse modo, contudo, sinto-me perturbado de ouvir Trasímaco e milhares afirmarem isso. Ao passo que, falar a favor da justiça, como sendo superior à injustiça, ainda não o ouvi de ninguém, como é meu desejo, pois gostaria de elogiá-la em si, e por si. Contigo, sobretudo, espero aprender esse elogio, por isso, farei todos os esforços para exaltar a vida injusta, depois mostrarei de que maneira quero ouvir-te censurar a injustiça e louvar a justiça. Mas verifica se te apraz minha proposta.

Sócrates - Mais que tudo – respondi –, pois de que outro assunto tu terás mais prazer em falar, que ouvir falar uma pessoa sensata?

Glauco - Falas à maravilha. Escuta, então, o que eu disse que iria tratar primeiro: qual a essência e a origem da justiça.

Dizem que uma injustiça é, por natureza, um bem, e sofrê-la, um mal, mas que ser vítima de uma injustiça é um mal maior que o bem que há em cometê-la. De maneira que, quando pessoas praticam ou sofrem injustiças, umas com as outras, e provam de ambas, parece-lhes vantajoso, quando não podem evitar uma coisa ou alcançar a outra, chegar a um acordo mútuo para não cometerem injustiças, nem serem vítimas delas. Daí se originou o estabelecimento de leis e convenções entre elas e a designação de legal e justo para as prescrições da lei. Tal seriam a gênese e a essência da justiça, que se situa a meio caminho entre o maior bem – não pagar a pena das injustiças – e o maior mal – ser incapaz de se vingar de uma injustiça. Estando a justiça colocada entre os dois extremos, deve-se, portanto, não pleitear-se como um bem, mas honrar-se devido à impossibilidade de praticar a injustiça. Uma vez que, o que pudesse cometê-la e

fosse verdadeiramente homem, nunca aceitaria a convenção de não praticar nem sofrer injustiças, pois seria loucura. Aqui tens, ó, Sócrates, qual é a natureza da justiça e qual é sua origem, segundo a voz corrente.

III. Entenderemos melhor como os que observam a justiça, o fazem contra vontade, por impossibilidade de cometerem injustiças, se imaginarmos o seguinte: demos o poder de fazer o que quiser a ambos, justos e injustos; depois, os seguimos para vermos aonde a paixão os leva. Pois bem, apanharemos o justo a caminhar para a mesma meta que o injusto, devido à ambição, coisa que toda criatura está por natureza disposta a procurar com um bem, entretanto, por convenção é forçado a respeitar a igualdade. E o poder a que me refiro, seria mais ou menos o seguinte: terem a faculdade que se diz haver sido concedida ao antepassado lídio, Giges. Dizem que era um pastor que servia na casa do soberano da Lídia e que, devido a uma grande tempestade e tremor da terra, rasgou-se o solo e abriu-se uma fenda no local onde ele apascentava o rebanho. Admirado ao ver tal coisa, desceu por lá e contemplou, entre outras maravilhas, um cavalo de bronze, oco, com umas aberturas através das quais se via um cadáver, aparentemente, maior que um homem e que não tinha nada, senão um anel de ouro na mão. Arrancou-lhe e saiu. Ora, como os pastores reuniam-se de maneira habitual, a fim de comunicar ao rei o que sucedia todos os meses com os rebanhos, Giges foi lá também, com seu anel. Sentado em meio aos demais, deu, por acaso, uma volta para dentro do engaste do anel, em direção à parte interna da mão, e, ao fazer isso, tornou-se invisível para os que estavam ao seu lado, os quais falavam dele como se tivesse ido embora. Admirado, passou de novo a mão pelo anel e virou para fora o engaste, tornando-se em seguida visível. Observando estes fatos, experimentou repetir o poder do anel, virando-o para dentro, para verificar se se tornara invisível, e para fora para reverter à visibilidade. Senhor de si, se fez como um dos delegados que acompanham o rei e, atingindo sua meta, seduziu a mulher do soberano. Com o auxílio dela, atacou-o e o matou, assenhorando-se de seu poder.

Se, portanto, houvesse dois anéis como este, e o homem justo se apoderasse de um, e o injusto de outro, não haveria ninguém, aparentemente, tão inabalável que permanecesse no caminho da justiça e que fosse capaz de se abster dos bens alheios e de não lhes tocar, sendo-lhe possibilitado o acesso ao que quisesse do mercado, entrar nas casas e unir-se a quem lhe apetecesse, matar ou libertar das algemas a quem lhe aprouvesse e fazer tudo o mais com os homens, em semelhança aos deuses. Comportando-se desta maneira, os seus atos em nada o diferenciariam dos outros, mas ambos percorreriam o mesmo caminho. E isto se

demonstra numa grande prova de quem é justo, por sua vontade ou forçosamente, por entender-se que a justiça não é um bem para si, individualmente, uma vez que, diante da possibilidade de cometer injustiças, comete-as. Efetivamente, todos os homens acreditam que lhes é muito mais vantajoso, individualmente, a injustiça que a justiça, uma vez que, se alguém se apossa de tal poder e decide jamais cometer injustiças, nem apropriar-se de bens alheios, pareceria aos que o descobrissem uma desgraça ou insensatez. Contudo, elogiá-lo-iam na frente dos outros, enganando-se reciprocamente, com receio de serem vítimas de alguma injustiça. Assim, pois, são os fatos.

IV. No que se refere à escolha das vidas que estamos a falar, se considerarmos separadamente o homem mais justo e o mais injusto, seremos capazes de julgar corretamente. Caso contrário, não. Qual é, então, essa separação? É a seguinte: nada tiremos, nem ao injusto em injustiça, nem ao justo em justiça, mas suponhamos que cada um deles é perfeito na sua maneira de viver. Em primeiro lugar, que o injusto faça como os artistas qualificados – como um piloto de primeira ordem, ou um médico excelente em sua arte – reparando no que é impossível e no que é possível fazer com sua arte e se empenhando nesta última tarefa, mas abandonando àquela. E ainda, se vacilar em algum ponto, é capaz de corrigi-lo. Assim, também o homem injusto deve empenhar-se em seus empreendimentos injustos com correção, passando despercebido, se quer ser perfeitamente injusto. Em pouca conta se deverá ter aquele que for apanhado, pois o suprassumo da injustiça é parecer justo sem o ser. Demos, portanto, ao homem perfeitamente injusto a mais completa injustiça. Não lhe tiremos nada, mas deixemos que, ao cometer as maiores injustiças, atraia para si mesmo a mais excelsa fama de justo e, se acaso vacilar, seja capaz de reparar, por ser suficientemente hábil a falar para persuadir, e, se for denunciado em algum de seus crimes, que exerça a violência nos casos em que for preciso, por meio da coragem e força, ou pelos amigos e riquezas que tenha granjeado. Depois de imaginarmos uma pessoa destas, coloquemos, agora, mentalmente junto dele um homem justo, simples e generoso, que, segundo as palavras de Ésquilo, “não quer parecer bom, mas o é”. Tiremos-lhe, pois, essa aparência, porque se parecer justo, com certeza, terá honrarias e presentes, por aparentar tais qualidades, e assim não será evidente se é por causa da justiça, pelas dádivas e honrarias que é desse modo. Deve despojar-se de tudo, exceto da justiça, e deve imaginar-se em posição inversa da anterior. Que, sem cometer falta alguma, tenha a reputação da máxima justiça, a fim de ser provado com a pedra de toque em relação à justiça, pela sua recusa a vergar-se ao peso da má fama e suas

consequências. Que caminhe inalterável até a morte, parecendo injusto toda sua vida, mas sendo justo, a fim de que depois de terem atingido ambos o extremo do limite, um da justiça, e o outro da injustiça, se julgue qual deles foi o mais feliz.

V. Sócrates - Céus, meu caro Glauco! Com que vigor empenha-te em limpar e avivar, como se fosse uma estátua, cada um dos dois homens, a fim de os submeterem ao julgamento.

Glauco - O mais que posso. Sendo eles assim, já não há dificuldade alguma, segundo creio, em prosseguir na discussão relativa ao tipo de vida que leva cada um. Digamos, pois. E se for dito de maneira um pouco rude, pensa que não sou eu que falo, ó, Sócrates, mas aqueles que honram a injustiça, ao invés da justiça. Dirão o seguinte: que o justo que delineei desta maneira será chicoteado, torturado, feito prisioneiro, queimarão seu olhos e, por último, após haver sofrido todas as espécies de males, será empalado e compreenderá que se deve querer não ser justo, mas parecê-lo. O que diz Ésquilo será aplicado muito melhor ao injusto. Efetivamente, dirão que o injusto, preocupando-se em alcançar uma coisa real e não vivendo para a aparência, não quer parecer injusto, mas sê-lo,

colhendo, em espírito, o fruto profundo
do qual germinam as boas resoluções.

Em primeiro lugar, manda na cidade por parecer justo. Em seguida, pode desposar uma mulher da família que bem quiser; dar as filhas em casamento a quem lhe aprouver; fazer alianças; formar empresas com quem desejar, e em tudo isso ganha e lucra por não se incomodar com a injustiça. De acordo com isto, quando entra em conflito público ou privado, é ele que prevalece e leva vantagens em relação aos adversários. Essa vantagem lhes faz enriquecer e fazer bem aos amigos e mal aos inimigos, e efetuar sacrifícios aos deuses e fazer-lhes oferendas numerosas, magníficas, e prestar honras aos deuses e aos homens que lhe aprouver, muito melhor do que o justo, de tal maneira que é natural, seguindo todas as probabilidades, que ele seja mais favorecido pelos deuses que o homem justo. É assim que se afirma, ó, Sócrates, que junto dos deuses e dos homens, o homem injusto adquire melhor sorte que o justo.

VI. - Concluindo suas palavras Glauco, e quando eu tinha em mente replicar-lhe, seu irmão, Adimanto, interrompeu e perguntou:

- Tu não pensas, ó, Sócrates, que já se discutiu suficientemente a questão?

Sócrates - E porque não?

Adimanto - Não se disse aquilo que mais se importava discutir.

Sócrates - Pois bem, é como no provérbio, um irmão vem em socorro do outro. De modo que, acode-lhe tu também, se ele deixou alguma coisa a desejar. Contudo, o certo é que, o que ele disse bastou para me pôr fora de combate e me incapacitar de defender a justiça.

Adimanto - Estás a dizer coisas sem sentido, mas escuta mais isso que tenho a dizer. É preciso que examinemos também as afirmações contrárias às que ele fizera, sobre as daqueles que honram a justiça e rejeitam a injustiça, a fim de tornar mais claro aquilo que Glauco, me parece, quer dizer. Os pais apregoam e recomendam aos filhos, bem como todos aqueles que têm alguém a seu cargo, a necessidade de ser justo, sem elogiarem a coisa em si, a justiça. Mas, o bom nome dela advém, a fim de que, aquele que parece ser justo receba dessa fama magistraturas e tantas outras vantagens que tu, ó, Glauco, há pouco, enumerou e, que o justo tem, devido a sua reputação. Entretanto, esses homens ainda encarecem as vantagens do renome, atiram para a balança o favor dos deuses e ficam com um sem número de bens para apregoar, que afirmam serem outorgados pelos deuses aos homens piedosos. Como diz Hesíodo e Homero. Aquele, afirmando que para os justos fazem os deuses com que carvalhos “deem glandes lá no cimo e abelhas no meio” e acrescenta que “as lanígeras ovelhas se carregam com o seu velo”, e muitos outros bens dessa espécie. O outro fala também de maneira semelhante, quando diz:

...como a de um rei ilustre, que, sendo temente aos deuses,
obedece ao direito. A terra negra produz
trigo e aveia, as árvores carregam-se de frutos,
as ovelhas dão sempre crias, e o mar fornece peixe.

Museu e seu filho outorgam aos justos, por parte dos deuses, bens ainda mais esplendorosos que estes. Efetivamente, levam-nos à mesa, preparam-lhes um banquete dos bem aventurados, coroando-os de flores e fazem-lhes passar todo o tempo, daí em diante, a embriagar-se, imaginando que o mais formoso salário da virtude é uma embriaguez perpétua. Outros alargam ainda mais que estes, os benefícios por parte dos deuses, pois afirmam que do homem puro e fiel aos seus juramentos permanecem os filhos e a raça vindoura. São estes e outros elogios do gênero os que eles fazem à justiça. Quanto aos homens ímpios e injustos, esses, pelo contrário, enterram-nos no lodo do Hades e obrigam-nos a transportar água num crivo e, ainda em vida, lhes imputam má fama. E todos os castigos que Glauco enumerou relativamente aos justos, que aparentam serem injustos, esses os atribuem aos injustos sem ter mais que lhes aplicar. Eis aqui, portanto, louvor e vitupério para cada uma das classes.

VII. Ao acrescentar a estas opiniões, examina ainda Sócrates, outra espécie de argumentos sobre justiça e injustiça, proferidos quer por leigos, quer por poetas. Todos, em uníssono, entoam hinos sobre a beleza da temperança e da justiça, embora difíceis e trabalhosas, ao passo que a intemperança e a injustiça, são coisas suaves e fáceis de alcançar, odiosas apenas à fama e à lei. Proclamam que a injustiça é, em geral, mais vantajosa que a justiça, e estão prontos a pretender que são felizes os maus, se forem ricos ou possuidores de outras famas de poder, e a honrá-los em público e em particular, ao passo que desprezam e olham com superioridade os que forem fracos e pobres, embora concordem que são melhores que os outros. Mas, de todos os argumentos, os que tomam forma mais surpreendente são os que dizem respeito aos deuses e à virtude: que os próprios deuses atribuíram a muitos homens de bem infelicidades e uma vida desgraçada, e aos maus o contrário. Mendigos e adivinhos vão às portas dos ricos tentarem persuadi-los de que tem o poder, outorgado pelos deuses devido a sacrifícios e encantamentos, e, por outro lado, dizem fazer mal a um inimigo, mediante pequena despesa, prejudicar com igual facilidade, justo e injusto, persuadindo aos deuses a serem seus servidores, dizem eles, graças a tais ou quais inovações e feitiçarias. Para todas estas pretensões invocam os deuses como testemunhas, uns sobre o vício, garantindo facilidades, como:

Mal, pode colher-se em abundância e com facilidade.
O caminho é plano, e mora junto de nós.
Mas ante a virtude, puseram os deuses o suor,
e um caminho longo, escarpado e íngreme.

Outros, para mostrar como os deuses são influenciados pelos homens, invocam o testemunho de Homero, pois também ele disse:

Flexíveis até os deuses são.
Com as suas preces, por meio de sacrifícios,
votos aprazíveis, libações, gordura de vítimas, os homens
tornam-se propícios, quando algum saiu do seu caminho e errou.

Além disso, apresentam um monte de livros de Museu e Orfeu, filhos da Lua e das Musas, ao que dizem. É por eles que executam os sacrifícios, persuadindo não só particulares, como também cidades, nas quais é possível a libertação e purificação dos crimes por meio de sacrifícios, quer em vida, quer depois da morte. Ora, isso é o que chamam iniciação, que nos liberta dos males do além, ao passo que a quem não executar esses sacrifícios, terríveis desgraças, aguardam-no.

VIII. Toda espécie de afirmações, meu caro Sócrates, proferidas desta

forma e com tais garantias, que se fazem sobre a virtude e o vício, sobre o valor que homens e deuses lhes atribuem, ao ouvi-las, pensamos que fazem com que as almas dos jovens sejam bem dotadas e capazes de, andando como que à vontade em torno de todas, extraiam delas uma noção do comportamento que uma pessoa deve ter e da espécie de caminho que deve seguir. A fim de passar a existência o melhor possível. Na verdade, provavelmente, dirá para si mesmo aquela famosa sentença de Píndaro:

Hei de subir ao bastião mais elevado,
pela justiça ou pelo dolo tortuoso,
para assim me acolher a este reduto, e lá passar a minha vida?

Pois, segundo dizem, se eu for justo, mas não o parecer, não tiro proveito nenhum, mas sim penas e castigos evidentes. Para o homem injusto, que saiba conquistar fama de justiça, a sua vida seria divinamente boa. Portanto, uma vez que a aparência, como demonstram os sábios, subjuga a verdade, e é senhora da felicidade, é para esse lado que devemos nos voltar por completo. Tenho de traçar em círculo à minha volta, como uma fachada e fronteira, uma imagem da virtude, e arrastar através de mim a raposa matreira e astuciosa do muito sapiente, Arquíloco. Mas – dirá alguém –, não é fácil passar sempre despercebido quem é mal. Não há nada de grandioso que não tenha dificuldades. Seja como for, se quisermos ser felizes, temos que seguir nesta direção, por onde nos levam as pegadas destes argumentos. Para o fazermos passar despercebidos, reuniremos cabalas e clubes. Temos mestres de persuasão para nos darem à ciência do discurso e do foro, com cujos recursos havemos ora persuadir, ora exercer violência, de tal maneira que satisfaremos as nossas ambições sem termos de pagar à pena. Mas aos deuses não é possível passar despercebido nem fazer violência. Ora, se eles não existissem, ou não se preocupam com as coisas dos homens, porque havemos de nos importar com o passar despercebidos? Se, porém, existem e se preocupam, nós não sabemos nem ouvimos falar a mais ninguém, senão através das leis e dos poetas que trataram de sua genealogia, e são esses mesmos que dizem que eles são moldados por meio de sacrifícios, preces brandas e oferendas. Ou se acredita em ambas as coisas, ou em nenhuma. Se, portanto, se deve acreditar neles, deve-se ser injusto e fazer-lhes sacrifícios como produto das nossas injustiças. Efetivamente, se formos justos, só estaremos livres de castigo por parte dos deuses, mas afastaríamos assim os lucros provenientes da injustiça. Ao passo que, na qualidade de homens injustos, não só teremos lucros, como também, se cometemos transgressões e faltas, por meio das nossas preces os persuadiremos a deixarem que escapemos incólumes.

É que no Hades pagaremos a pena das injustiças aqui cometidas, nós ou os filhos dos nossos filhos. Mas, meu amigo, dirá este jovem, continuando o seu raciocínio, que as iniciações podem muito, bem como os deuses libertadores, conforme proclamam os maiores, e os filhos de deuses, que se tornaram poetas e profetas da divindade, e que nos revelam que assim sucede.

IX. Depois destes argumentos, havíamos de escolher a justiça, em preferência a uma injustiça de maior amplitude, uma vez que, se assegurarmos os resultados desta com uma falsa respeitabilidade, procederemos a nosso bel prazer junto dos deuses e dos homens quer em vida, quer depois da morte, tal como diz a afirmação feita pelo povo em geral e pelas pessoas de categoria mais elevada? Segundo tudo quanto dissemos; como será, ó, Sócrates, que há de querer honrar a justiça uma pessoa que tenha vantagem de possuir força de ânimo, capacidade econômica ou física, ou nobreza de nascimento, sem que se ria ao ouvir elogiá-la? A verdade é que, como admites, se alguém puder demonstrar que é mentira o que dissemos, e estiver segura de saber que a justiça é o maior dos bens, terá sempre uma larga compreensão, e não se enraivecerá com as pessoas injustas, mas saberá que, a menos que alguém, por um instinto divino, tenha aversão à injustiça ou dela se abstenha devido ao saber que alcançou, logo, ninguém mais será justo voluntariamente, e sim devido à covardia, à velhice ou a qualquer outra fraqueza, censurará a injustiça por estar incapacitado de cometê-la. Que assim é evidente: uma pessoa dessa espécie que alcance essa capacidade é o primeiro a praticar a injustiça, até onde for capaz. E a causa de tudo isto não é outra, senão aquela da qual toda esta discussão contigo, do meu irmão e minha, ó, Sócrates, o dizer “meu caro amigo, de todos vós, que vos proclamais defensores da justiça, começando pelos heróis, cujos discursos se conservaram até aos contemporâneos, ninguém jamais censurou a injustiça ou louvou a justiça que não fosse a reputação, honrarias, presentes, dela derivados”. Quanto ao que é cada uma em si, e o efeito que produzem pela sua virtude própria, pelo fato de se encontrarem na alma de seu possuidor, ocultas a homens e deuses, ninguém jamais demonstrou suficientemente, em prosa ou em verso, até que ponto uma é o maior dos males que uma alma pode albergar, ao passo que a outra, a justiça, é o maior dos bens. Se, portanto, todos falassem assim desde o começo, e nos persuadissem desde novos, não andaríamos a guardar-nos uns aos outros para não praticarmos injustiças, mas cada um seria o melhor guardião de si mesmo, com receio de coabitar com o maior dos males, se praticássemos a injustiça.

Seria isto, ó, Sócrates, ou talvez ainda mais que isto, o que Trasímaco ou

qualquer outro teria a dizer sobre as relações entre a justiça e a injustiça, confundindo grosseiramente, em meu entender, os seus atributos. Mas eu – já que não devo ocultar-te – empenhei-me em discutir com todas as minhas forças, no desejo de te ouvir sustentar o contrário. Não nos demonstres, pois, unicamente, com tua argumentação, que vale mais a justiça que a injustiça, mas o efeito que cada uma delas produz em quem as possui, e graças aos quais, uma é um mal, e a outra um bem. Põe à parte a questão da reputação, como Glauco te desafiou a fazer. Pois, se não puseres à parte, de ambos os lados a verdadeira, e acrescentares a enganadora, não diremos que exaltas a justiça, mas as aparências, nem que censuras a injustiça, mas a sua exteriorização, e que nos exortas a ocultar a nossa injustiça, concordando com Trasímaco, que a justiça é um bem alheio, útil ao mais forte, ao passo que a injustiça é útil e proveitosa a ela mesma, mas prejudicial ao mais fraco. Uma vez, pois, que concordaste que a justiça figura entre os maiores bens, os que são dignos de se possuir em virtude das consequências que derivam, e muito mais ainda por eles mesmos – tais como: a vista, o ouvido, o bom-senso, a saúde, e quantos outros bens existam pela própria natureza, e não resultantes da reputação – exaltas então na justiça o que ela tem de vantajosa por si mesma, para quem a possui, e, na injustiça, o que ela tem de prejudicial, deixando a outros o cuidado de elogiar os ganhos e a reputação. Já que eu poderia aceitar de outras pessoas que honrassem desse modo a justiça e censurassem a injustiça, elogiando e censurando, a propósito de cada uma, a sua fama e lucros, mas não de ti, a menos que a tal me obrigasses, porque tens passado toda a vida a examinar esta questão, e só esta. Portanto, não nos demonstres, apenas, com a tua argumentação, que a justiça vale mais que a injustiça, mas também por que motivo, pelos efeitos que cada uma produz por si mesma em quem a possui, quer passe despercebido aos deuses e homens, quer não, uma é um bem, e a outra um mal.

X. Eu, que sempre admirei as qualidades de Glauco e de Adimanto, ao ouvir estas palavras, senti um imenso deleite e disse: - Não estava nada mal, ó filhos de um homem ilustre, o início daquela elegia que nos dedicou o amante de Glauco, quando elogiou o nosso papel na batalha de Mégara e disse:

Filhos de Aríston, raça divina de um varão glorioso!

Estas palavras, amigos, parecem-me bem adequadas. Existe em vocês algo de divino, senão estão convencidos de que a injustiça é superior à justiça, sendo capazes de falar sobre elas desta maneira. Ora, a verdade é que não me parecem persuadidos – deduzo-o de seus caracteres em geral, pois pelas suas palavras em si, eu ficaria a desconfiar – mas, quanto mais confio, mais me sinto embaraçado

com o que hei de fazer. Pois não tenho maneira de defender a justiça. Parece-me que sou incapaz. E a prova disso é que, não aceitastes as palavras com as quais eu supunha demonstrar a Trasímaco que a justiça é melhor que a injustiça. E, por outro lado, não posso deixar de defendê-la. Com efeito, tenho receio que seja impiedade que, atacando-se a justiça na minha presença, eu não a defenda, nem lhe acuda enquanto puder respirar e for capaz de falar. O melhor, portanto, é socorrê-la dentro dos limites da minha capacidade.

Então, Glauco e os outros me pediram que utilizasse de todos os meios e não deixasse acabar a discussão, mas que investigasse até o fim, qual a natureza de cada uma delas, e qual a verdade acerca das respectivas vantagens. Disse-lhes, então, qual era o meu parecer, que a pesquisa que iríamos empreender não era coisa fácil, mas exigia, a meu entender, acuidade de visão.

Sócrates - Ora, uma vez que não somos especialistas, entendo que devemos conduzir a investigação da mesma forma que o faríamos, se alguém mandasse ler de longe, letras pequenas a pessoas de vista fraca, e então alguma delas percebesse que existiam as mesmas letras em qualquer outra parte, em tamanho maior e numa escala mais ampla. Pareceria a elas, penso eu, um autêntico achado que, depois de lerem primeiro as grandes, pudessem então observar as menores para conferir se era a mesma coisa.

Adimanto - Absolutamente, mas que semelhança vês tu, ó, Sócrates, com a investigação sobre a justiça?

XI. Sócrates – A explico. Diremos que a justiça é de um só indivíduo, ou, que é também de toda uma cidade?

Adimanto - Também o é de uma cidade.

Sócrates - Logo, a cidade é maior que o indivíduo?

Adimanto - Sim, é maior.

Sócrates - Portanto, talvez, exista uma justiça em uma escala mais ampla e mais fácil de apreender. Se quiserem, então, investigaremos primeiro qual a sua natureza nas cidades. Quando obtivermos essa indagação, executá-la-emos em relação ao indivíduo, observando a semelhança com o maior na forma do menor.

Adimanto - Parece-me que falas bem.

Sócrates - Então, se quiséssemos fazer um debate sobre a formação de uma cidade veríamos também a justiça e a injustiça surgir nele?

Adimanto - Em breve, veríamos.

Sócrates - Portanto, se assim sucedesse, haveria esperança de mais facilmente vermos o que indagamos?

Adimanto - Muito mais, com certeza.

Sócrates - Parece, então, que devemos tentar levar a cabo esta empreitada? É que se me afigura que não é trabalho de pequena monta. Analisem, portanto.

Adimanto - Já está analisado e não faças de outro modo.

Sócrates - Ora, uma cidade tem sua origem, segundo creio, no fato de um de nós não ser autossuficiente, mas sim necessitado de muita coisa. Ou pensam que, uma cidade se funda por qualquer razão?

Adimanto - Por nenhuma outra.

Sócrates - Assim, portanto, um homem compartilha a vida com outro para satisfação de uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muitas coisas, reúnem-se em uma só habitação companheiros e ajudantes. À associação, pusemos o nome de cidade, não é assim?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Mas, se uma pessoa numa sociedade com outra dá ou recebe algo, o faz na convicção de que isso é o melhor para ela?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - Ora, vamos lá! Fundemos em imaginação uma cidade. Serão - ao que parece - as nossas necessidades que há de fundá-la.

Adimanto - Como não.

Sócrates - Mas, decerto, que a primeira e maior de todas as necessidades é a obtenção de alimentos, em ordem de existência e vida.

Adimanto - Inteiramente.

Sócrates - A segunda é a habitação. A terceira, o vestuário e coisas do gênero.

Adimanto - Assim o é.

Sócrates - Ora, prossigamos, então. Como é que a cidade bastará para obtenção de tantas coisas? Existirá uma solução que não seja haver um que seja lavrador, outro pedreiro, outro tecelão? Acrescentaremos um sapateiro ou qualquer outro artífice que se ocupe do que é relativo ao corpo?

Adimanto - Com toda certeza.

Sócrates - Logo, o mínimo que se pode chamar uma cidade compõe-se de quatro ou cinco?

Adimanto - Assim parece.

Sócrates - E agora, deve cada um destes homens executar o seu trabalho próprio para ser comum a todos? Por exemplo: o lavrador, sozinho, fornecerá trigo para quatro, e gastará o quádruplo do tempo e do esforço com a obtenção do trigo, ou estará preocupado apenas consigo mesmo e preparará a quarta parte deste trigo, na quarta parte do tempo, e os outros três quartos gastará um na

construção de uma casa, outro na confecção de um manto, outro ainda no calçado, sem as partilhar com os outros; assim, terá as suas coisas, fazendo por si mesmo o que é seu?

Adimanto - Talvez seja mais fácil do primeiro modo que do segundo, ó, Sócrates.

Sócrates - Por Zeus, que nada me admira! Ao ouvir-te falar, penso também que, em primeiro lugar, nenhum de nós não nasce igual ao outro, mas sim com naturezas diferentes, cada qual para a execução de uma tarefa. Ou não te parece?

Adimanto - Parece-me.

Sócrates - Como se dá isso? Uma pessoa fará o melhor se trabalhar sozinho em vários ofícios, ou se distribuísse as tarefas entre os demais?

Adimanto - Assim o será: quando um executar um só ofício.

Sócrates - Julgo ser também evidente que, se alguém deixa escapar a oportunidade de fazer uma coisa, perde-a.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - É que, creio eu, a obra não espera pelo lazer obreiro, mas força ao obreiro a cumprir seu trabalho, sem passatempos.

Adimanto - É forçoso.

Sócrates - Por conseguinte, o resultado é mais rico, mais belo e mais fácil, quando cada pessoa faz só uma coisa, de acordo com sua própria natureza e na ocasião propícia, deixando em paz as outras.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Logo, ó, Adimanto, é preciso mais de quatro cidadãos para o fornecimento que comentávamos. Com efeito, não será o lavrador em pessoa, ao que me parece, quem fará o arado para si, se quer que seja perfeito, nem a enxada, nem os demais utensílios de lavoura. Nem, por sua vez, o pedreiro. Também, ele precisa de muita coisa, e, do mesmo modo, o tecelão e o sapateiro. Ou não?

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Ora, os carpinteiros, ferreiros e tantos outros artífices de mesma espécie, associando-se à nossa pequena cidade, torná-la-ão mais povoada.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Mas, não seria mesmo grande, se lhe acrescentamos boiadeiros, pastores e outros guardadores de gado, a fim de que os lavradores tivessem bois para lavrar, e os pedreiros, juntamente com os lavradores, pudessem se servir de animais para os transportes, e os tecelões e sapateiros de peles e lã?

Adimanto - Não seria de modo algum uma cidade pequena, se tivesse tudo

isso.

Sócrates - Mas, fundar essa cidade num lugar onde não precisasse importar nada, é quase impossível.

Adimanto - Efetivamente, é impossível.

Sócrates - Precisará, pois, de outras pessoas que lhe traga de outra cidade aquilo de que carece.

Adimanto - Precisará.

Sócrates - Mas, certamente, se esse mensageiro for de mãos vazias, sem nada levar que necessite a cidade vizinha, regressará também de mãos vazias, não é assim?

Adimanto - Assim me parece.

Sócrates - Portanto, é preciso, não só que se produza o suficiente nessa cidade, mas também produtos em quantidade para suprir a necessidade de outras.

Adimanto - É preciso.

Sócrates - Então, a nossa cidade carece de mais lavradores e de mais outros artífices?

Adimanto - De mais, com efeito.

Sócrates - E, em especial, de mais mensageiros, dos que exportam e importam produtos. Esses seriam os comerciantes, não é assim?

Adimanto - É.

Sócrates - Então, também precisaremos de comerciantes.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - E se o comércio se realizar por mar, haverá necessidade ainda de muitos outros homens instruídos na labuta marítima.

Adimanto - De muitos, sim.

XII. Sócrates – E, então, na mesma cidade, de que modo trocarão entre si seus produtos? Por esse motivo é que estabelecemos uma sociedade, e fundamos uma cidade.

Adimanto - É evidente que por meio da compra e venda.

Sócrates - Daí resultará para nós um mercado e uma moeda, sinais dos resultados de trocas comerciais.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Mas se o lavrador, ou qualquer outro trabalhador, tiver trazido ao mercado algum dos seus produtos, e não chegar ao mesmo tempo em que os que precisam adquirir sua mercadoria, há de ficar sentado em praça pública, sem se ocupar de sua atividade?

Adimanto - De modo algum. Mas há pessoas que, ao suceder isto, colocam-

se nesse estado. Nas cidades bem administradas, são geralmente os mais débeis fisicamente e inúteis para qualquer trabalho. De fato, têm de permanecer ali pela praça pública para comprar aos que precisam vender, e para vender aos que precisam fazer alguma compra.

Sócrates - É então essa necessidade – disse eu – que fará surgir os retalhistas na nossa cidade. Ou não chamaremos retalhista, aos que se instalam no mercado para intermediar na compra e venda, ao passo que os que andam a viajar pelas cidades são negociantes?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Há, ainda, outros servidores que pelo seu intento não seriam muito dignos de serem admitidos na nossa comunidade, entretanto são possuidores de uma força física suficiente para trabalhos pesados. Esses vendem a utilidade de sua força e, como chamam ao preço, salário, designam-se, julgo eu, assalariados. Não é assim?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - São um complemento da cidade estes assalariados, ao que parece.

Adimanto - Acho que sim.

Sócrates - Ora, então, ó, Adimanto, a nossa cidade já aumentou até ficar completa?

Adimanto - Talvez.

Sócrates - Onde existam estão dentro dela a justiça e a injustiça? E com qual das coisas que examinamos se teriam formado?

Adimanto - Não as vejo, ó, Sócrates, a não ser em qualquer dessas transações que fazem uns com os outros.

Sócrates - Talvez, estejas a dizer bem, mas examinemos a questão sem hesitar.

Adimanto - Examinemos, pois, em primeiro lugar, de que maneira irão viver as pessoas assim organizadas. Será de outro modo, que não seja produzir trigo, vinho, vestuário e calçado? E, depois de terem construído casas, trabalharão no verão, quase nus e descalços, mas no inverno suficientemente vestidos e calçados. Irão alimentar-se com farinha preparada, uma com cevada, outra com trigo, esta cozida, e aquela amassada. Com isso, farão uma boa massa e pães, que serão servidos em juncos ou em folhas limpas, se acomodarão em leitos de folhagens de alegra-campo e mirto, banquetearão, eles e os filhos, bebendo vinho, coroados de flores, e cantando hinos aos deuses, em um agradável convívio uns com os outros, sem possuírem filhos acima da proporção de seus bens, com receio da penúria ou da guerra.

XIII. – Tomando a palavra, disse Glauco: - Pões os homens a banquetear sem proteínas, ao que parece.

Sócrates - Falas a verdade – repliquei – tinha me esquecido que também hão de ter uma proteína. É evidente, que há de fazê-lo cozidos com sal, azeitona, queijo, vegetal e legume, coisas que há no campo. Havemos mesmo de servir-lhes de sobremesas de figo, grão-de-bico, torrarão ao fogo, bagas de murta e bolotas, enquanto bebem moderadamente. E assim passarão a vida em paz e com saúde, morrerão velho, como é natural e transmitirão aos seus descentes uma vida da mesma qualidade.

Glauco - Se estivesses a organizar, ó, Sócrates, uma cidade de porcos, não precisavas de outra forragem para eles.

Sócrates - Mas, então, como há de ser, ó, Glauco?

Glauco - Como de costume. Acho que deve reclinar-se em leitos, se não quiseres que se sintam infelizes, e que jantem a mesa iguarias e sobremesas, como hoje há.

Sócrates - Que seja. Não estamos a examinar apenas a origem de uma cidade, mas, ao que parece, uma cidade de luxo. Talvez, não seja mau. Efetivamente, ao estudarmos uma cidade dessas, rapidamente, podemos descobrir de onde surgem nas cidades a justiça e a injustiça. A verdadeira cidade me parece ser aquela que descrevemos como uma coisa sã, mas, se quiserem, observaremos também a que está repleta de problemas. Algumas coisas que temos descriminado - ao que me parece - não bastam a certas pessoas. Pode-se acrescentar-lhes leitos, mesas e outros objetos, e ainda iguarias, perfumes, incensos, guloseimas e cada uma destas coisas em toda a sua variedade. Em especial, não mais se colocará entre as coisas necessárias o que dissemos primeiro: habitações, vestuários e calçados, e se buscará a pintura e o colorido, entendendo-se que se deve possuir ouro, marfim e preciosidades dessa espécie. É ou não assim?

Glauco - É.

Sócrates - Portanto, temos de tornar a cidade maior. A que era sã, não é bastante, mas teremos de enchê-la com uma multidão de pessoas que já não se encontra na cidade por necessidade, como os caçadores de toda espécie e imitadores, muitos dos quais são os que se ocupam de desenhos e cores, muitos outros da arte das Musas, ou seja, os poetas e seus servidores – rapsodos, atores, empresários – artífices que fabriquem toda espécie de utensílios, sobretudo adereços femininos. E precisaremos de ainda mais servidores. Carecemos de pedagogos, amas, governantes, cabeleireiros e ainda cozinheiros. Estas eram

coisas que, em nossa primeira cidade não existiam – pois não era preciso –, mas nesta necessitaremos de todos eles. E ainda careceremos de todas as outras espécies de gado, caso alguém queira alimentar-se delas. Não é assim?

Glauco - Como não?

Sócrates - Portanto, também sentiremos muito mais a necessidade de médicos, levando esta vida, que anteriormente?

Glauco - Muito mais, certamente.

XIV. Sócrates - E a região que então fora suficiente para alimentar a população de outrora, de bastante que era se tornará exígua. Ou que diremos?

Glauco - É isso.

Sócrates - Portanto, não teremos de ir retirar terras de nossos vizinhos, se quisermos ter o suficiente para pastagens e lavoura, e aqueles, por sua vez, não terão de retirar a nossa, se também eles não abandonarem o desejo da posse ilimitada de riquezas, ultrapassando a fronteira do necessário?

Glauco - Será inteiramente forçoso, ó, Sócrates.

Sócrates - Havemos então de fazer guerra, ó Glauco, ou como há de ser?

Glauco - Tem de ser assim.

Sócrates - E não digamos mais nada, pois se a guerra faz qualquer bem ou mal, é somente isto. Descobriremos a origem da guerra, de onde derivam, sobretudo, as desgraças particulares e públicas para as cidades, cada vez que se origina.

Glauco - É inteiramente assim.

Sócrates - Então, meu amigo, é preciso uma cidade ainda maior, com um exército não exíguo, mas completo, que saia a combater, e lute contra o invasor por todos os bens da cidade.

Glauco - Quê? Os próprios cidadãos não bastam?

Sócrates - Não, se está certo o princípio em que tu e nós todos assentamos, quando modelamos a cidade. Dizíamos, se bem te lembras de que era impossível que, uma só pessoa exercitasse com perfeição diversas artes.

Glauco - Falas a verdade.

Sócrates - E então, a luta da guerra não te parece ser uma arte?

Glauco - Sim, e muito.

Sócrates - Devemos então preocupar-nos mais com a arte do sapateiro que com a arte da guerra?

Glauco - De modo algum.

Sócrates - Mas impedimos o sapateiro de tentar ser ao mesmo tempo lavrador, ou tecelão, ou pedreiro, e só o deixamos ser sapateiro, a fim de que a

obra de fazer sapatos resultasse perfeita. Do mesmo modo, a cada uma dos outros atribuiremos uma única arte, aquela para qual cada um nascera e que haveria de exercitar toda a vida, com exclusão de outras, sem postergar as oportunidades de se tornar um artífice perfeito. No que respeita à guerra, não se deve dedicar mais importância ao seu aperfeiçoamento? Ou é assim tão fácil que será, ao mesmo tempo, guerreiro o lavrador, ou quem trabalhar de sapateiro ou em qualquer outra arte, ao passo que ninguém pode tornar-se um bom jogador de damas ou dados, se não se dedicar a isso desde a infância e só o praticar como passatempo? Se uma pessoa pegar num escudo ou em qualquer outra arma ou instrumento de guerra, tornar-se-á no dia próprio, um lutador satisfatório, de armas pesadas ou de qualquer outra espécie, ao passo que o fato de tomar nas mãos outro instrumento não fará de ninguém um artífice ou atleta, nem será útil àquele que não tiver adquirido o conhecimento de cada arte nem obtido a prática suficiente?

Glauco - Nesse caso, os instrumentos seriam bem valorosos.

XV. Sócrates – Portanto, quanto maior for o trabalho dos guardiões, tanto mais será necessário que se desliguem de outra ocupação e realizem este trabalho com maior atenção e cuidado.

Glauco - Assim suponho.

Sócrates - E para esta finalidade, acaso não é necessária também uma natureza apropriada?

Glauco - Como não?

Sócrates - Portanto, é tarefa nossa, segundo parece, e se na verdade formos capazes disso, proceder à escolha daqueles que possuem qualidades e naturezas apropriadas para a custódia da cidade.

Glauco - É, realmente, tarefa nossa.

Sócrates - Por Zeus! Tomamos conta de um negócio que não é de pouca monta. Mesmo assim, não devemos vacilar, até onde nossas forças nos permitirem.

Glauco - Não devemos de fato.

Sócrates - Ora, tu pensas que, para efeitos de servir de guarda, há alguma diferença entre a natureza de um cachorrinho e a de um jovem bem nascido?

Glaúcon - Que queres dizer?

Sócrates - Que um, e outro, precisa ser perspicaz e sentir o inimigo rápido durante a perseguição, desde o momento em que se aperceber dele e, além disso, ser forte para combater, caso seja apanhado.

Glauco - Precisa, efetivamente, de todas essas qualidades.

Sócrates - E, além disso, de ser valente, para lutar com energia?

Glauco - Como não?

Sócrates - Mas poderá ser valente quem não for forte de ânimos, quer seja cavalo ou qualquer outra espécie de animal? Ou não reparaste como o ânimo é invencível e indomável, e como uma alma possuída por ele desconhece o medo diante da derrota ou em qualquer circunstância?

Glauco - Reparei.

Sócrates - Portanto, já são evidentes as qualidades físicas que deve ter o guardião.

Glauco - Sim, são.

Sócrates - E quanto às psíquicas, como o ânimo?

Glauco - Também.

Sócrates - Ora, como é que eles não hão de ser, ó, Glauco, selvagens entre si e concidadãos para com os outros, se forem possuidores de um temperamento assim?

Glauco - Por Zeus, não será fácil.

Sócrates - Contudo, é sem dúvida, necessário que sejam brandos para os compatriotas, embora severos com os inimigos, pois nesse caso não terão de esperar que o destruam, mas eles mesmos se anteciparão em fazê-lo.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Então, que havemos de fazer? Onde acharemos alguém doce e impetuoso ao mesmo tempo? O temperamento brando é o contrário do arrebatado.

Glauco - Assim parece.

Sócrates - E, contudo, aquele a quem faltar uma ou outra característica, não poderá ser um bom guardião, e para conseguir tal coisa parece impossível, daí decorrem as dificuldades de encontrar um bom guardião.

Glauco - Arrisquemo-nos a isso.

Sócrates - Senti-me embaraçado, e, depois de revisar o que dissemos antes, prossegui:

Sócrates - É bem feito que estejamos atrapalhados, meu amigo, pois nos afastamos de do modelo que nos propusemos.

Glauco - Que queres dizer?

Sócrates - Não reparamos, afinal, há temperamentos, que não imaginamos ser dotados dessas qualidades opostas?

Glauco - Onde?

Sócrates - Poderás verificar em outros animais, e não menos naquele que

comparamos ao guardião. Sabes, certamente, que, em cães de boa raça, o feitio natural é serem mais mansos para com as pessoas de casa e conhecidas, mas o inverso para com os desconhecidos.

Glauco - Bem sei.

Sócrates - Afinal, isso é possível. E quando procuramos um guarda dessa espécie não vamos contra a natureza.

Glauco - Parece que não.

XVI. Sócrates - Ora, não te afigura que o futuro guardião precisará ainda acrescentar ao seu temperamento fogoso um instinto filósofo?

Glauco - Como assim? Não compreendo.

Sócrates - Essa qualidade se pode visualizar também nos cães, coisa que é digna de admiração em um animal.

Glauco - Que qualidade?

Sócrates - O fato de que, quando veem um desconhecido, o suportam a custo, sem que lhes tenha feito qualquer mal. Ao passo que, se virem um conhecido, o acolhem bem, ainda que nunca lhe tenha feito qualquer benefício. Ou ainda não te surpreendeste com este proceder?

Glauco - Até agora, mal tinha prestado atenção a esse fato.

Sócrates - Mas, sem dúvida, que demonstra a engenhosa conformação de sua natureza, que é verdadeira amiga do saber.

Glauco - Em que?

Sócrates - No fato de não distinguir uma visão amiga e inimiga, senão, pela circunstância de conhecê-la ou não. E como não terá alguém o desejo de aprender, quando é pelo conhecimento e pela ignorância que se distinguem os familiares dos estranhos?

Glauco - Não pode ser de outro modo.

Sócrates - Ora, ser amigo da aprendizagem é ser filósofo, não é mesmo?

Glauco - Sim.

Sócrates - Portanto, admitamos com confiança que também o homem, se quiser ser brando para com os familiares e conhecidos, tem de ser por natureza filósofo e amigo do saber.

Glauco - Admitamos.

Sócrates - É assim que ele terá de ser. Mas de que maneira se há de criar e educar homens assim? E, porventura, avançaremos, se examinarmos a questão, na descoberta do motivo de todas essas indagações – a maneira como a justiça e a injustiça se originam na cidade – pois não queremos omitir o necessário ou deixar por dizer o bastante.

- O irmão de Glauco interveio:

Adimanto - Eu, por mim, sou inteiramente de opinião que este exame nos fará avançar na investigação.

Sócrates - Por Zeus, meu caro Adimanto! Não devemos abandoná-lo, ainda que, se dê o caso de ser um pouco demorado.

Adimanto - Pois não.

Sócrates - Ora, vamos lá. Eduquemos estes homens em imaginação, como se estivéssemos a inventar uma história, e como se nos encontrássemos desocupados.

Adimanto - É o que nós devemos fazer.

XVII. Sócrates - Então, que educação há de ser? Será difícil achar alguma que seja melhor que a utilizada ao longo dos anos, que compreende a ginástica para o corpo e a música para a alma.

Adimanto - Será efetivamente.

Sócrates - Começaremos por iniciar primeiro a música e, depois, a ginástica?

Adimanto - Pois não!

Sócrates - Incluímos na música a literatura, ou não?

Adimanto - Decerto.

Sócrates - Mas há duas espécies de literatura, uma verdadeira e outra falsa.

Adimanto - Há.

Sócrates - E ambas serão ensinadas, mas primeiro a falsa?

Adimanto - Não entendo o que queres dizer.

Sócrates - Não compreendes que primeiro ensinamos fábulas às crianças? Ora, no conjunto, as fábulas são mentiras, embora contenham algumas verdades. E utilizamo-nos de fábulas para crianças, antes de as mandarmos para os ginásios.

Adimanto - Assim é.

Sócrates - Pois era isso o que quis dizer, que se deve começar pela música, antes da ginástica.

Adimanto - Perfeitamente.

Sócrates - Ora, tu sabes que, em qualquer empreendimento, o mais trabalhoso é o começo, sobretudo para quem for novo ou tenro? Porque é, sobretudo, nessa altura que se é moldado e se constrói a base de uma pessoa?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Ora, então, havemos de consentir, sem mais, que as crianças escutam fábulas ao acaso por quem as contar e recolhe na alma opiniões, em sua

maior parte, contrárias às que entendemos deverem possuir, quando crescerem?

Adimanto - Não consentiremos de maneira alguma.

XVIII. Sócrates - Logo, devemos vigiar os autores de fábulas e selecionar as que forem boas, proscrevendo as más. Às, que, forem escolhidas, persuadiremos a mães e amas a contá-las, e assim moldar as almas por meio de fábulas, com muito mais cuidado que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, deve-se rejeitar a maioria.

Adimanto - Quais?

Sócrates - Pelas fábulas maiores avaliamos as pequenas, pois é forçoso que a matriz seja a mesma e que, grandes e pequenas tenham o mesmo poder. Ou não achas?

Adimanto - Acho. Mas não entendo quais são essas maiores que dizes.

Sócrates - As que nos contam Hesíodo e Homero – esses dois e os restantes poetas. Efetivamente, são esses que fizeram para os homens essas fábulas falsas, que contaram e continuam contando.

Adimanto - Quais são elas, e em que as censuras?

Sócrates - Aquilo que se deve censurar antes de tudo, que é a mentira sem nobreza.

Adimanto - Que é isso?

Sócrates - É o que acontece quando alguém delineia erradamente, numa obra literária, a maneira de ser de deuses e heróis, tal como um pintor quando faz um desenho que nada se parece com as coisas que se quer retratar.

Adimanto - Está certo que censures tais erros. Mas, então, como e em que os acusaremos?

Sócrates - Em primeiro lugar a maior das mentiras é sobre os seres mais elevados, que foi feita sem nobreza, a que Urano tenha cometido o que Hesíodo lhe atribui, e que, depois, Cronos se vingou. E os atos de Cronos e o que sofreu por parte do filho, ainda que supuséssemos ser verdade, não deveria contar-se assim descuidadamente à gente nova, ainda privada de raciocínio, mas antes passar-se em silêncio. Entretanto, se fosse forçoso referi-lo, escutariam em segredo o menor número de pessoas possível, depois de haverem sacrificado, não um porco, mas uma vítima enorme e impossível de encontrar, a fim de fossem poucos a ouvirem-na.

Adimanto - Realmente, essas histórias são, sem dúvida, desagradáveis.

Sócrates - E não devem contar-se, ó, Adimanto, na nossa cidade. Nem se deve dizer a um jovem que nos escuta que, cometer os maiores ultrajes não é nada surpreendente, nem tampouco que castigar, de todos os modos, um pai, que

lhe fez mal é o fazer o mesmo que os primeiros e maiores entre os deuses o fez.

Adimanto - Não, por Zeus, também a mim não me parece que seja conveniente contá-lo.

Sócrates - Nem, de modo algum que os deuses lutam com os deuses, que conspiram e combatem – pois nada disso é verdade – se quisermos que os futuros guardiões de nossa cidade considerem uma grande opção o fato de odiarem uns aos outros, por pouca coisa. Não se deve contar ou retratar lutas de gigantes e outras inimizades múltiplas e variadas de deuses e heróis para com familiares seus. Mas, se de algum modo, queremos persuadi-los de que jamais um cidadão teve ódio a outro, nem que isso é sancionado pela lei divina, é isto que deve ser dito, de preferência às crianças, por homens e mulheres de idade, e, quando elas forem velhas, também os poetas devem compelir-se a fazer-lhes composições próximas deste teor. Que Hera foi algemada pelo filho, e Hefestos projetado a distância pelo pai quando queria acudir à mãe, a quem aquele estava agredindo, e que houve combates dos deuses, tantos quantos Homero forjou, são fábulas que não se deve aceitar na cidade, quer tenham sido inventadas com um significado profundo, quer não. Quem é novo, não é capaz de distinguir o que é alegórico do que não o é. Mas, a doutrina que aprendeu em tenra idade costuma ser indelével e inalterável. Por causa disso é que, talvez, devemos procurar, acima de tudo, que as primeiras histórias sejam compostas com a maior nobreza possível, orientadas ao sentido da virtude.

Adimanto - Estás certo, mas se alguém nos perguntar ainda quais são essas fábulas, o que diremos?

Sócrates - Ó, Adimanto, de momento, nem eu nem tu somos poetas, mas fundadores de uma cidade. Como fundadores, cabe-nos conhecer os moldes segundo os quais os poetas devem compor suas fábulas, e dos quais não se devem desviar ao fazerem os versos, mas não cabe a nós elaborar as histórias.

Adimanto - Está certo, mas isso de que os moldes respeitam a teologia, gostaria de saber quais seriam.

Sócrates - Seriam do seguinte teor: tal como Deus realmente é, assim é que se deve, sem dúvida, representá-lo, quer através de poesia épica, lírica ou trágica.

Adimanto - Assim deve ser.

Sócrates - Ora, Deus é essencialmente bom, então é assim que se deve falar dele?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Mais nada que seja bom é prejudicial, não é verdade?

Adimanto - Não me parece que o seja.

Sócrates - E o que não é prejudicial é nocivo?

Adimanto - De modo algum.

Sócrates - Mas o que não é prejudicial faz algum mal?

Adimanto - Também não.

Sócrates - E aquilo que não faz mal algum poderia ser causa de algum mal?

Adimanto - Como haveria de sê-lo?

Sócrates - Mas então, o que é bom não é vantajoso?

Adimanto - É.

Sócrates - Então, é causa do benefício?

Adimanto - É.

Sócrates - Ora, então, o bem não é a causa de tudo, mas a causa de bens e sem culpa dos males?

Adimanto - Com toda certeza.

Sócrates - Logo, Deus, uma vez que é bom, não poderia ser a causa de tudo, como diz a maioria das pessoas, mas causa apenas de um pequeno número das coisas que acontecem aos homens, e sem culpa do maior número delas. Com efeito, os nossos bens são menores que os males, e, se a causa dos bens a ninguém mais se deve atribuir, dos males há de se procurar outros motivos.

Adimanto - Parecem-me muito exatas tuas palavras.

Sócrates - Então, não se deve aceitar o erro cometido por Homero ou qualquer outro poeta ao dizer este absurdo acerca dos deuses:

que no limiar de Zeus repousam vasilhas,
cheias de destinos, uns bons, outros maus;
e que aquele a quem Zeus der uma mistura de ambas
umas vezes competem-lhe o mal, outras o bem;
mas aquele a quem não der à primeira, mas apenas a segunda sem mistura,
a esse a fome terrível o perseguirá sobre a divina terra
ou que, para nós, Zeus é o distribuidor.
quer de bens, quer de males

XIX. E, quanto à violação dos juramentos e das tréguas que foram quebradas por Pândaro, se alguém disser que sucedeu por causa de Atena e de Zeus, não o louvaremos. Tampouco louvaremos a disputa e julgamento imputados a Têmis e a Zeus. Nem ainda se deverá consentir que os jovens ouçam que, como afirma Ésquilo,

Deus faz surgir uma falta no homem,
quando quer arruinar por completo uma casa.

Mas se alguém tratar dos sofrimentos de Níobe, aos quais pertencem estes versos, ou dos Pelópidas, ou de Tróia ou de qualquer tema dessa espécie, ou não lhe devemos consentir que dissesse que isso é obra de um deus, ou, afirmando ser dele, há de descobrir a razão do fato – como estamos nós agora a procurá-lo – e de dizer que o deus procedeu de modo bom e justo e que os culpados lucraram com o castigo. Que o poeta diga que quem expia a pena é desgraçado, e que o autor da desgraça foi a divindade, não devemos consentir. Mas, sim, devemos consentir se disserem que os maus precisavam de castigo, por serem desgraçados, e que expiando seu crime, estavam a receber um benefício de deus. Que se diga que o deus, sendo bom, foi causa de desgraça para alguém é algo que se deve combater por todos os meios, para que ninguém faça afirmações dessas em sua própria cidade, se quer que ela tenha uma boa legislação. Pessoa alguma, nem velha nem nova, escute tais histórias em verso ou em prosa, pois quem assim falasse diria impiedades, sem utilidade para nós e em desacordo dos outros.

Adimanto - Votarei contigo essa lei, pois me agrada.

Sócrates - Esta seria a primeira das leis e dos moldes relativos aos deuses, segundo a qual deverão falar os oradores e poetas: que Deus não é causa de tudo, mas só dos bens.

Adimanto - E, é perfeitamente suficiente.

Sócrates - E, agora, quanto a este outro tema: supões que Deus é um feiticeiro capaz de traiçoeiramente aparecer de uma diferente forma, ora assumindo figuras muito variadas, ora iludindo-nos e simulando uma aparição? Ou que é um Ser simples e o menos capaz, dentre todos, de sair de sua forma?

Adimanto - De momento, não sei que resposta hei de dar.

Sócrates - E se for da seguinte maneira, não é forçoso que alguém saia da forma que lhe é próprio, que se transforme a si próprio, ou seja, transformado por outrem?

Adimanto - É forçoso.

Sócrates - Mas as melhores coisas não são sujeitas a metamorfoses e alterações por influência alheia? Por exemplo, o corpo mais saudável e mais forte não é o que menos se altera por ação da comida, da bebida e do esforço, bem como qualquer planta sujeita ao calor do sol, ao vento ou a qualquer acontecimento dessa espécie?

Adimanto - Como negá-lo?

Sócrates - E quanto à alma, não será a mais corajosa e mais sensata a que é menos abalada e alternada por qualquer acidente externo?

Adimanto - Sim.

Sócrates - E, certamente, pela mesma razão, todos os objetos compostos, utensílios, edificações, vestuário, se forem bem confeccionados e guardarem bom estado, sofrerão o mínimo de efeito do tempo e demais influências.

Adimanto - É isso.

Sócrates - Portanto, tudo o que se encontrar em bom estado, por efeito da natureza, da arte, ou de ambas, receberá o mínimo de alterações por efeito de outrem.

Adimanto - Assim parece.

Sócrates - Ora, Deus, em tudo que lhe diz respeito, é o melhor.

Adimanto - Como negá-lo?

Sócrates - E, desse modo, é quem poderá ter menos formas.

Adimanto - Sem dúvida.

XX. Sócrates - Mas não poderá ele transformar-se ou metamorfosear-se?

Adimanto - É evidente que sim, de fato se pode alterar.

Sócrates - Então, transforma-se em melhor e mais belo, ou em pior e mais feio?

Adimanto - Não poderia ser em pior, se de fato se transforma, porquanto não havemos de dizer se Deus carece de qualquer parte de beleza ou de virtude.

Sócrates - Dizes muito bem, mas sendo assim, parece-te, ó, Adimanto, que alguém, por sua livre vontade, seja deus ou homem, queira de qualquer modo tornar-se inferior?

Adimanto - É impossível.

Sócrates - Logo, é impossível até a um deus, querer transformar-se. E, segundo parece, cada uma das divindades permanece sempre de uma só maneira, com a mesma forma que lhe é própria.

Adimanto - Parece-me necessário.

Sócrates - Então, meu caro, que nenhum dos poetas nos venha dizer que

...os deuses semelhantes a forasteiros de outras terras

sob aspectos variados, percorrem as cidades.

E que ninguém venha contar mentiras sobre Proteu e Tétis, nem ponha em cena, em tragédias ou outros poemas, Hera metamorfoseada em sacerdotisa, a mendigar

para os filhos vivificantes do rio Ínaco.

E que não nos digam tantas outras mentiras deste gênero. E que, por sua vez, as mães, convencidas pelos poetas, não aterrorizem os filhos contando-lhes histórias errôneas de certos deuses a vaguear pela noite, com aparência diversa

de estrangeiros ou forasteiros, afim de que, ao mesmo tempo, nem blasfeme contra os deuses, nem tornem os filhos medrosos.

Adimanto - Que não façam assim!

Sócrates - Porém, os deuses, por si, não são capazes de metamorfosear-se, mas fazem-nos crer que aparecem sob toda espécie de formas, por meio de ilusões e feitiçarias?

Adimanto - Que queres dizer?

Sócrates - O seguinte: que ninguém aceita, de livre vontade, ser enganado no principal e sobre os assuntos principais, mas receia, acima de tudo, que a mentira aí se instale.

Adimanto - Nem agora compreendo.

Sócrates - É que julgas que estou a dizer algo muito solene. Mas o que digo é que ninguém aceita ser enganado, e que sua alma permaneça no erro em relação à verdade. Conservar aí a mentira é inadmissível.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Porém, mais corretamente, como há pouco referia, chamaria de verdadeira mentira à ignorância que existe na alma da pessoa enganada. Uma vez que a que consiste em palavras é uma imitação do que a alma experimenta e uma imagem que surge posteriormente. Não é uma mentira completamente isenta, não é assim?

Adimanto - Inteiramente.

XXI. Sócrates - Por conseguinte, a mentira autêntica, a verdadeira, é detestada não só pelos deuses, mas também pelos homens.

Adimanto - Assim me parece.

Sócrates - E quanto à mentira com palavras? Quando e a quem é útil, a ponto de não merecer o desprezo? Não será em relação aos inimigos e aos chamados amigos, quando, devido a um delírio ou a qualquer loucura, tentam praticar má ação. Neste caso, seria útil como um remédio, já que objetivaria desviá-lo? E na composição de fábulas, que ainda há pouco nos referíamos, por não sabermos onde está a verdade do passado e acomodarmos, o máximo possível, a mentira à verdade, não estamos a tornar útil a mentira?

Adimanto - É inteiramente assim.

Sócrates - Mas, por qual desses motivos a mentira seria útil à divindade? Seria porque, desconhecendo o passado, ele teria de acomodar-nos à mentira?

Adimanto - Seria ridículo, sem dúvida.

Sócrates - Não há nada do poeta, mentiroso em Deus.

Adimanto - Não me parece.

Sócrates - Mas mentiria por temor aos inimigos?

Adimanto - Longe disso.

Sócrates - Então, seria por delírio ou loucura dos amigos?

Adimanto - Mas é que não há entre amigos de deuses delirantes e loucos!

Sócrates - Então, não existe motivo para um deus mentir.

Adimanto - Não.

Sócrates - Logo, tudo que é relativo à divindade e aos deuses é totalmente alheio à mentira?

Adimanto - Totalmente, sim.

Sócrates - Por conseguinte, Deus é absolutamente simples, e verdadeiro em palavras e atos, e não se altera nem ilude aos outros, por meio de aparições, falas ou envio de sinais, quando se está desperto ou em sonhos.

Adimanto - Assim me parece.

Sócrates - Concordas, portanto que haverá um segundo modelo, de acordo com o qual se deve escrever em prosa e em verso acerca dos deuses, como não sendo feiticeiros que mudam de forma, nem seres que nos iludem com mentiras em palavras e atos?

Adimanto - Concordo.

Sócrates - Ora, nós que elogiamos muita coisa em Homero não louvaremos uma, que é o envio do sonho por Zeus a Agamemnon. Nem a Ésquilo, quando faz com que Tétis diga a Apolo, ao cantar, elogios a sua bela progênie,

De vida isenta de doença (sugestão retirada do livro) e de longa duração
Depois que anunciou que de tudo, no meu destino, cuidariam os deuses
Entoou o péan, para minha alegria.
Julgava eu que era sem dolo, de Febo
A boca imortal, plena da arte dos oráculos
E ele, o mesmo que cantou este hino, que estava presente à festa,
O mesmo que tais coisas disseram – ele mesmo é o que matou,
Esse filho que é meu.

Quando alguém disser tais coisas dos deuses, tomaremos por mal e não lhe daremos atenção. Não consentiremos que os mestres as usem na educação dos jovens, se queremos que os nossos guardiões sejam tementes aos deuses e semelhantes a eles, na máxima medida em que isso for possível a um ser humano.

Adimanto - Eu, por mim, concordo em tudo com esses padrões – declarou – e seria capaz de tomá-los como leis.

Livro III

I. Sócrates - Quanto aos deuses, temos aqui, pois aquilo que, em meu entender, aqueles que hão de honrar as divindades e os pais, e que hão de ter em grande conta a amizade uns dos outros, devem ouvir desde a infância, e aquilo que não devem.

Adimanto - E a nossa opinião é correta, segundo julgo.

Sócrates - E, para que, eles serem corajosos? Porventura não lhes devem dizer palavras tais que, os façam com que temam a morte o menos possível? Ou julgas que, jamais será corajoso alguém que albergue em si esse temor?

Adimanto - Eu não, por Zeus!

Sócrates - Pois que? Quem acreditar no Hades e nos seus terrores, não teme a morte e que, em combate, o prefere à derrota e à escravidão?

Adimanto - De modo algum.

Sócrates - Por conseguinte, temos, parece-me, de exercer vigilância também sobre os que tentam narrar estas fábulas, e de lhes pedir que não caluniem assim de mais a mais, os que respeitam o Hades, mas que antes os louvem, pois as suas histórias não são verídicas nem úteis aos que se destinam ao combate.

Adimanto - Seguramente que sim.

Sócrates - Logo, teremos que erradicar, a começar nestes versos, todas as afirmações desta espécie:

Antes queria ser servo da gleba, em casa
de um homem pobre, que não tivesse recursos,
do que agora ser rei de quantos mortos pereceram

E desta:

que aparecesse ante os mortais e imortais
a pavorosa mansão bolorenta que os deuses abominam

Ou:

Ah! Então é verdade que existe na mansão do Hades uma
alma e uma imagem, que não tem, contudo espírito algum

E ainda:

só a ele é dado entendimento; os demais são sombras que se agitam

Ou:

a alma se esvaece dos seus membros para a mansão do Hades gemendo a sua sorte, ao deixar a força da juventude

Ou então:

como o fumo, a alma partira para debaixo da terra,
soltando um pequeno grito

E:

Tal como os morcegos no recesso de espantosa gruta
esvoaçam aos gritos, quando algum cai da fila
suspensa da rocha, e se seguram uns aos outros,
assim elas partiam juntas, soltando pequenos gritos.

Palavras como estas e todas as outras da mesma espécie, pediremos vênia a Homero e aos outros poetas, para que não se irritem se as apagarmos, não que não sejam poéticas e doces de escutar para a maioria; mas, quanto mais poéticas, menos devem ser ouvidas por crianças e por homens que devem ser livres, e temer a escravidão mais do que a morte.

Adimanto - Absolutamente.

II. Sócrates - Portanto, deve-se, ainda, rejeitar todos os nomes terríveis e medonhos relativos a estes lugares, “Cocito” e “Estige”, “espíritos dos mortos” e “espectros”, e outras designações da mesma espécie que trazem arrepios a quem as escuta. Talvez estejam certas para outros efeitos. Mas nós receamos que os nossos guardiões, devido a tais arrepios, fiquem com febre e amolecidos, mais do que convém.

Adimanto - E tem fundamento este receio.

Sócrates - Por conseguinte, os nomes devem eliminar-se?

Adimanto - Devem.

Sócrates - E devemos ter um modelo contrário a este, em conversas ou em poemas?

Adimanto - É evidente que sim.

Sócrates - Eliminaremos também, por conseguinte, gemidos e lamentos dos homens célebres?

Adimanto - Forçosamente que sim, assim como no caso anterior.

Sócrates - Reparas bem, se faremos bem em eliminá-los ou não. Nós afirmamos que o homem honesto não considera terrível a morte de outro homem honesto, de quem é companheiro.

Adimanto - Afirmamos, efetivamente.

Sócrates - Logo, não o lamentaria, como se lhe tivesse acontecido uma

desgraça?

Adimanto - Sem dúvida que não.

Sócrates - Mas diremos também o seguinte: que um homem assim, se basta perfeitamente a si mesmo para viver feliz e que, diferentemente dos outros, precisa muito pouco de outrem.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Logo, para ele é menos terrível ser privado de um filho, ou de um irmão, ou de riquezas, ou de qualquer bem desta espécie.

Adimanto - É menos terrível, seguramente.

Sócrates - Logo, se lamentará menos, e suportará com mais doçura uma desgraça destas, quando ela o atingir.

Adimanto - Com muito mais, sem dúvida.

Sócrates - Por conseguinte, teremos razão em arrancar as lamentações aos homens célebres e em entregá-las às mulheres, e ainda assim só às que não tiverem mérito, e, dentre os homens, aos que forem covardes, a fim de que aqueles que proclamamos estarmos a criar para a guarda do país, não suportem um procedimento semelhante.

Adimanto - Teremos, sim – afirmou.

Sócrates - Então pediremos novamente a Homero e aos outros poetas que não apresentem Aquiles, que era filho de uma deusa,

ora deitado de lado, ora de costas,

ora de cabeça para baixo...

Ou então “a pôr-se de pé, agitado, para vaguear ao longo da praia do pélago estéril”, nem “a erguer com as mãos o pó calcinado e a espalhá-lo pela cabeça”, nem a chorar e a lamentar-se tantas vezes e em tais termos, como ele o imaginou; nem tampouco Príamo, próximo dos deuses pelo nascimento, a fazer súplicas e

a rolar-se na imundície,

e a chamar cada um dos guerreiros pelo seu nome.

E, mais ainda, lhe pediremos que não represente os deuses, a lamentar-se e a dizer:

Ai de mim! Desgraçada! Ai! Mãe infeliz do mais valente dos homens!

E, se assim falam dos deuses, ao menos que não ousem desfigurar ao maior de todos de tal maneira que diga:

Ah! É um guerreiro que eu estimo, e que vejo com meus olhos

ser perseguido à volta da cidade, e o meu coração geme

Ai de mim! Que é destino de Sarpédon o mais caro

dos homens, ser derrubado por Pátroclo, o filho de Menécio!

III. É que, meu caro Adimanto, se os nossos jovens escutassem a sério tais palavras, e não fizessem troça delas, como indignas dos seres a quem se refere, dificilmente, algum deles, sendo homem apenas, se julgaria indigno de proceder assim e se censuraria caso ocorresse, a ele também, dizer ou fazer alguma coisa deste gênero; mas muitos deles, por qualquer pequeno sofrimento, entoariam sem vergonha nem energia, lamúrias e lamentos.

Adimanto - É uma grande verdade o que tu dizes.

Sócrates - Mas isso não deve ser assim, como acaba de nos demonstrar a argumentação. E temos de acreditar nela, até que, alguém nos convença de que há outra melhor.

Adimanto - Não deve ser, portanto.

Sócrates - Mas, na verdade, também não devem ser amigos de rir; porquanto, quase sempre que alguém se entrega a um riso violento, tal fato causa-lhe uma mudança também violenta.

Adimanto - Assim me parece.

Sócrates - Por conseguinte, não é admissível que se representem homens dignos de consideração sob o efeito do riso, e menos ainda, em se tratando de deuses.

Adimanto - Pior, seguramente.

Sócrates - Portanto, não admitiremos aquelas palavras de Homero acerca dos deuses:

Um riso inextinguível se ergueu entre os deuses
bem-aventurados,
ao verem Hefestos afadigar-se pelo palácio afora.

Isto não pode admitir-se, segundo a tua argumentação.

Adimanto - Se queres colocá-la à minha conta! Não podes, de fato, aprovar-se.

Sócrates - Mas é que, realmente, se deve ter em alto apreço a verdade. Se, de fato, como dissemos há pouco, se na realidade, a mentira é inútil aos deuses, mas útil aos homens sob a forma de remédio, é evidente que tal remédio se deve dar aos médicos, mas os particulares não devem tocar-lhe.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Portanto, se compete a alguém mentir, é aos chefes da cidade, por causa dos inimigos ou dos cidadãos, para benefício da cidade; todas as demais pessoas, não devem utilizar este recurso. Mas, se um particular mentir a tais chefes, diremos que isso é um erro da mesma espécie, mas ainda maior do que se

um doente não dissesse a verdade ao médico, ou se um aluno não revelasse ao mestre de ginástica seus sofrimentos físicos, ou se um marinheiro não dissesse a verdade ao piloto sobre o navio e a tripulação, quanto à sua situação e à dos seus companheiros de viagem.

Adimanto - É bem verdade.

Sócrates - Logo, se apanhar alguém a mentir na cidade:

Daqueles que são artífices,

ou adivinho, ou médico que cura os males, ou construtor de lanças,

Castigar-se-á, a título de introduzir costumes capazes de derrubar e colocar a perder uma cidade, tal como se fosse um navio.

Adimanto - Se, na verdade, as palavras dele se seguirem às obras.

Sócrates - Como assim? Então a temperança não será necessária aos nossos jovens?

Adimanto - Como não há de sê-lo?

Sócrates - Para a grande massa, os pontos cardiais da temperança não são obedecer aos chefes, e ser senhor de si relativamente aos prazeres da bebida, de Afrodite e da comida?

Adimanto - Parece-me que sim.

Sócrates - Por conseguinte, acharemos bem, segundo julgo, palavras como estas que Diomedes profere em Homero:

Amigo, cala-te, senta-te, e obedece às minhas ordens,

E o que vem a seguir:

Os Aqueus avançavam respirando força,

mostrando no silêncio o temor pelos chefes,

E todos os passos da mesma espécie.

Adimanto - Perfeitamente.

Sócrates - Sim? E agora esta:

o vinho te pesa, tens caras de cão, coração de veado

E o que vem a seguir será belo, essa e todas as outras rapaziadas que, em prosa ou em verso, os particulares disseram a seus chefes?

Adimanto - Não terão nada de belo.

Sócrates - A meu ver, não são coisas próprias para inclinar os jovens que as ouvem à temperança. Mas, não me surpreende que lhes proporcionem qualquer outro prazer. O que te parece?

Adimanto - Acho que sim.

IV. Sócrates - E esta? Pôr o mais sensato dos homens a dizer que a coisa que lhe parece mais bela no mundo é

estar junto de mesas repletas
de pão e carnes, e o escansão haurir o vinho
dos caracteres, para o vir deitar nas taças.

Isto te parece apropriado para que um jovem, ao ouvi-lo, se incline ao domínio de si mesmo? Ou ainda

Mas o mais lamentável é morrer de fome, cumprindo assim o seu destino,

Ou que Zeus, enquanto os demais deuses e homens dormiam, estando só ele desperto, se esqueceu de, facilmente, todos os seus desígnios, devido ao desejo amoroso, e que ficou tão aturdido à vista de Hera que nem sequer quis entrar no seu palácio, mas determinou unir-se a ela ali mesmo no chão, declarando que jamais estivera sob o império de tamanho desejo, nem mesmo quando haviam se encontrado pela primeira vez, "a ocultas dos pais queridos"? Ou que Ares e Afrodite foram aprisionados por Hefestos, por motivos semelhantes?

Adimanto - Por Zeus que não! Não me parece apropriado.

Sócrates - Mas, quando são descritos ou executados atos de firmeza, ante todos os perigos, por homens ilustres, isso deve ser visto e ouvido, como quando:

batendo no peito, censurou o seu coração:
aguenta, coração, que já sofreste bem pior!

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Tampouco se deve consentir que os guerreiros recebam presentes, nem que sejam ambiciosos.

Adimanto - De modo nenhum.

Sócrates - Nem se deve cantar diante deles que

os presentes convencem os deuses, convencem os reis veneráveis,

Nem se deve louvar Fénix, pedagogo de Aquiles, como se ele estivesse a aconselhá-lo sensatamente, ao dizer a ele que, se recebesse presentes dos Aqueus, os defendesse, mas, sem presentes, não renunciasse à sua cólera; nem prezaremos Aquiles nem concordaremos que ele seja tão ambicioso que aceite dádivas de Agamenon, e que entregue um cadáver depois de receber o resgate, sem que de outro modo estivesse disposto a fazê-lo.

Adimanto - Não é justo louvar tais ações.

Sócrates - Hesito por consideração a Homero, em dizer que é uma impiedade que tais sentimentos se revelem em Aquiles, e que acreditem assim, nos que o afirmam; e mais ainda quando diz para Apolo:

Prejudicaste-me, deus que acertas ao longe, o mais funesto de todos!
Bem me vingava eu de ti, se tal poder, me fosse dado!

E que fosse desobediente ao rio, que era um deus, e estivesse pronto a brigar com ele, e depois, que “quisesse ofertar o cabelo consagrado” a outro rio, o Esperqueio, “ao herói Pátroclo”, estando este já morto, e o modo como o fez, não deve acreditar-se. E quanto a haver arrastado Heitor à volta do túmulo de Pátroclo e ao sacrifício dos prisioneiros na pira, em tudo isso não diremos que falou verdade, nem consentiremos que os homens acreditem que Aquiles, sendo filho de uma deusa, e de Peleu, que era tão sensato e descendia de Zeus na terceira geração, e tendo sido educado pelo sapientíssimo Quíron, tivesse um espírito tão desordenado, que albergasse no seu íntimo dois males contrário um ao outro, uma grosseira ambição, e, por outro lado, um enorme desprezo pelos deuses e pelos homens.

Adimanto - Tens razão.

V. Sócrates - Portanto, não acreditemos, nem consintamos que se diga que Teseu, filho de Poséidon, e Piríto, filho de Zeus, se entregaram a tão terríveis raptos, nem que qualquer outro filho de deus e herói ousaria cometer os feitos tremendos e ímpios de que agora os acusam. Pelo contrário, forcemos os poetas a dizer que não cometeram tais atos, ou então que não eram filhos de deuses, mas que, não afirmem as duas coisas de uma só vez, nem tentem convencer os nossos jovens de que, os deuses são causadores do mal e de que os heróis não são em nada melhores do que os homens. Tal como dissemos antes, isso é ímpio e falso, pois demonstramos que é impossível que o mal venha dos deuses.

Adimanto - Como não?

Sócrates - Além disso, é prejudicial a quem os ouve. Efetivamente, cada um arranjará uma desculpa para a sua maldade, na convicção de que assim procedem, e procederam também:

os descendentes dos deuses,
parentes de Zeus, a quem pertence o altar
de Zeus ancestral no Monte Ida, lá nas alturas
E que:
não se extingue neles o sangue divino.

Motivo porque se deve colocar um fim a semelhantes histórias, pois assim elas não vão desencadear nos nossos jovens uma propensão para o mal.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Ora, pois que outra espécie de história nos resta ainda para distinguir das que devem, e das que não devem ser narradas? Com efeito, já se disse como se deve falar acerca dos deuses, das divindades, dos heróis e das coisas do Hades.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Portanto, o que falta seria o que se diz a respeito dos homens?

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Mas é impossível, meu amigo, regularmos esse assunto nas presentes circunstâncias.

Adimanto - Como assim?

Sócrates - Porque, segundo julgo, diríamos que os poetas e prosadores proferem os maiores absurdos sobre os homens: que muitas pessoas injustas são felizes, e desgraçadas as justas, e que é vantajoso cometer injustiças, se não forem descobertas, que a justiça é um bem nos outros, mas nociva para o próprio. Diríamos a eles que se abstivessem de tais opiniões, e lhes prescreveríamos que cantassem e narrassem o contrário. Não achas?

Adimanto - Bem sei que é assim.

Sócrates - Portanto, se concordas com o que digo, concluirei que chegaste a um acordo comigo sobre aquilo que há muito procuramos?

Adimanto - Está certa a tua suposição.

Sócrates - Por conseguinte, chegaremos ao acordo quanto ao que se deve dizer acerca dos homens, quando descobrirmos que coisa é a justiça, e se, por natureza, é útil a quem a possui, quer pareça sê-lo ou não?

Adimanto - Perfeitamente exato.

VI. Sócrates - Quanto às histórias, lhe ponhamos termos. Em seguida a isso, a meu entender, deve-se estudar a questão do estilo, e então, teremos examinado por completo os temas e as formas.

Adimanto - Mas não compreendo o que estás a dizer.

Sócrates - Ora, a verdade é que preciso que compreendas. Talvez desta maneira entendas melhor. Acaso, tudo quanto dizem os prosadores e poetas não é uma narrativa de acontecimentos passados, presentes ou futuros?

Adimanto - Pois que outra coisa poderia ser?

Sócrates - Porventura eles não a executam por meio de simples narrativa, através da imitação, ou por meio de ambas?

Adimanto - Aí está outra afirmação que ainda preciso entender mais claramente.

Sócrates - Parece que sou um professor ridículo e pouco claro. Por isso, tal como os que não incapazes de expor, vou tentar demonstrar-te o que quero dizer com isto, tomando não o todo, mas a parte. Ora, dizes-me: sabes o começo da Ilíada, quando o poeta diz que Crises implorou a Agamenon que libertasse sua filha, mas este lhe foi hostil, e aquele, uma vez que não alcançou o seu fim, fez

uma invocação à divindade contra os Aqueus?

Adimanto - Sei, sim.

Sócrates - Sabes, portanto, que até este ponto da epopeia:

E dirigiu súplicas a todos os Aqueus,

especialmente aos dois Atridas, comandantes dos povos,

É o próprio poeta que fala, e, não tenta voltar o nosso pensamento para outro lado, como se fosse outra pessoa que dissesse, e não ele. E depois disto, fala como se fosse Crises, e tenta o mais possível fazer-nos supor que não é Homero que fala, mas o sacerdote, que é um ancião. E quase todo o resto da narrativa está feito deste modo, sobre os acontecimentos em Ílion, em **Ítaca** e as provações em toda a *Odisséia*.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Portanto, há de haver narrativa, quer quando se refere aos discursos de ambas as partes, quer quando se trata do intervalo entre eles?

Adimanto - Como não seria assim?

Sócrates - Mas, quando ele profere um discurso como se fosse outra pessoa, acaso não diremos que ele assemelha ao máximo o seu estilo pessoal ao da pessoa cuja fala anunciou?

Adimanto - Diremos, pois não!

Sócrates - Ora, tornar-se semelhante a alguém, na voz e na aparência, é imitar aquele com quem queremos nos parecer?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Num caso assim, parece-me, este e os outros poetas, fazem a sua narrativa por meio da imitação.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Se, contudo, o poeta não se ocultasse em ocasião alguma, toda a sua poesia e narrativa seria criada sem a imitação. Mas não digas outra vez que não entendes, vou explicar-te como é que isso aconteceria. Se Homero, depois de ter dito que Crises veio trazer o resgate da filha, na qualidade de suplicante dos Aqueus, sobretudo dos reis, em seguida falasse, não como se houvesse se transformado em Crises, mas ainda como Homero, sabes que não se tratava de imitação, mas de simples narração. Seria mais ou menos assim (exprimo-me sem metro porque não sou poeta): “o sacerdote chegou e fez votos para que os deuses lhes concedessem conquistar Tróia e salvar-se, mas que lhe libertassem a filha mediante resgate, por temor aos deuses. A estas palavras, os outros o respeitaram, e concordaram; porém, Agamenon, enfurecido, ordenou-lhe que se retirasse imediatamente e não voltasse, sob pena de, em nada lhe valerem o cetro

e as faixas do deus. Antes de libertar a filha, havia de envelhecer em Argos, junto dele. E mandou-lhe que se retirasse, e não o excitasse, a fim de que pudesse regressar a casa a salvo. O ancião, ao ouvir estas palavras, teve receio e partiu em silêncio, ao afastar-se do acampamento, dirigiu muitas preces a Apolo, invocando os atributos do deus, recordando e pedindo retribuição, se jamais, ou construindo templos, ou sacrificando vítimas, lhe tinha feito oferendas do seu agrado. Como retribuição, pedia que os Aqueus pagassem as suas lágrimas com os dardos do deus". É assim, ó companheiro, que se faz uma narrativa simples sem imitação.

Adimanto - Compreendo.

VII. Sócrates - Compreende, portanto, que há, por sua vez, o contrário disto, que é quando se tiram as palavras do poeta no meio das falas e fica só o diálogo.

Adimanto - E compreendo, também, que é o que sucede nas tragédias.

Sócrates - Percebeste muito bem, e creio que já se tornou bem evidente para ti o que antes não pude demonstrar-te; que em poesia e em prosa, há uma espécie que é toda de imitação, como tu dizes que é a tragédia e a comédia; outra, de narração, pelo próprio poeta – é, de preferência, nos ditirambos que podes encontrar; e outra ainda constituída por ambas, que se usa na composição da epopeia e de muitos outros gêneros, se tu estás a compreender-me.

Adimanto - Compreendo o que há pouco querias dizer-me.

Sócrates - Recorda-te ainda do que dissemos antes disso, quando afirmávamos que já tínhamos tratado do tema, mas nos faltava ainda examinar a forma?

Adimanto - Recordo-me, sim.

Sócrates - Ora, o que eu dizia era: "ser necessário decidir se consentiríamos que os poetas compusessem narrativas imitativas, ou que imitassem umas coisas e outras não, e quais de cada espécie, ou se não haviam de imitar nada".

Adimanto - Já adivinho que queres examinar se havemos ou não de receber na cidade a tragédia e a comédia.

Sócrates - Talvez até ainda mais do que isso. Ainda não sei ao certo; mas por onde a razão como uma brisa, nos levar, é por aí que devemos ir.

Adimanto - Dizes bem.

Sócrates - Pois considera, ó Adimanto, o seguinte: se os guardiões devem ser imitadores ou não. Ou resulta do que dissemos anteriormente que cada um só exerce bem uma profissão, e não muitas, mas, se tentasse exercer muitas, falharia em alcançar qualquer reputação?

Adimanto - Como deixaria de ser assim?

Sócrates - E não é válido o mesmo raciocínio para a imitação, de que a mesma pessoa não é capaz de imitar muitas coisas tão bem como uma só?

Adimanto - Claro que não.

Sócrates - Logo, dificilmente exercerá ao mesmo tempo uma das profissões de importância e imitará muitas coisas e será imitador, uma vez que nem sequer as mesmas pessoas imitam bem ao mesmo tempo duas artes miméticas que parecem próximas uma da outra: a comédia e a tragédia. Ou não chamaste há pouco a ambas de imitações?

Adimanto - Chamei, sim. E dizes a verdade: as mesmas pessoas não são capazes disso.

Sócrates - Tampouco se podem ser ao mesmo tempo, aedo e ator.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Nem sequer os atores são os mesmos nas comédias e nas tragédias. Ora, tudo isso são imitações, ou não?

Adimanto - São imitações.

Sócrates - Parece-me, Adimanto, que a natureza humana está fragmentada em partes ainda menores, de modo que é incapaz de imitar bem muitas coisas ou de executar bem aquelas mesmas de que as imitações são cópia.

Adimanto - Absolutamente.

VIII. Sócrates - Portanto, se observamos o primeiro argumento, de que os nossos guardiões, isentos de todos os outros ofícios, devem ser os artífices muito escrupulosos da liberdade do Estado, e de nada mais se devem ocupar que não diga respeito a isso, não hão de fazer ou imitar qualquer outra coisa. Se imitarem, que imitem o que lhes convém desde a infância – coragem, sensatez, pureza, liberdade, e todas as qualidades dessa espécie. Mas não devem praticar a baixeza, nem serem capazes de imitá-la, nem nenhum dos outros vícios, a fim de que, partindo da imitação, passem ao gozo da realidade. Ou não te apercebeste de que as imitações, caso se persevere nelas desde a infância, se transformam em hábito e natureza para o corpo, a voz e a inteligência?

Adimanto - Transformam-se e muito.

Sócrates - Logo, não ordenaremos a um daqueles de quem queremos ocupar-nos e que é preciso que se tornem homens superiores, que, sendo homens, imitem uma mulher, nova ou velha, ou a injuriar o marido, ou a criticar os deuses, ou a gabar-se por se supor feliz, ou dominada pela desgraça, pelo desgosto e pelos gemidos; muito menos quando está doente, ou apaixonada, ou com as dores da maternidade.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Nem que imitem escravas e escravos procedendo como tais.

Adimanto - Nem isso.

Sócrates - Parece-me que, nem homens perversos e covardes, que fazem o contrário do que há pouco dissemos; que falam mal e troçam uns dos outros e dizem coisas vergonhosas, tanto quando estão embriagados como sóbrios, e toda espécie de erros que tais pessoas cometem, em palavras e em ações, contra si mesmas e contra os outros; entendo ainda que não devem habituar-se a assemelharem-se aos loucos e aos maus, homens ou mulheres, mas não fazer nada nem imitar nada que seja deles.

Adimanto - É assim mesmo.

Sócrates - Pois bem. Deverão eles imitar os ferreiros ou quaisquer outros artífices, os remadores das trirremes ou os seus capitães, ou qualquer outra coisa referente a estas profissões?

Adimanto - E como poderia ser isso, se nem sequer lhes é lícito se aplicarem a qualquer destes ofícios?

Sócrates - E o relinchar dos cavalos, o mugir dos touros, o murmúrio dos rios, o bramir do mar, os trovões, e todos os ruídos dessa espécie – acaso deverão imitá-los?

Adimanto - Mas é que lhes foi proibido estarem loucos ou imitar a loucura.

Sócrates - Ora, pois, se eu percebo o que dizes, há uma maneira de falar e de narrar pela qual se exprime o verdadeiro homem de bem, quando é oportunidade de fazê-lo; e outra maneira distinta desta, à qual está ligado e na qual se exprime o homem nascido e criado ao invés daquele.

Adimanto - Quais são essas maneiras?

Sócrates - O homem que julgo moderado, quando na sua narrativa, chegar à ocasião de contar um dito ou feito de uma pessoa de bem, quererá exprimir-se como se fosse o próprio, e não se envergonhará dessa imitação, sobretudo ao reproduzir atos de firmeza e bom senso do homem de bem; irá querê-lo em menos coisas e em menor grau, quando essa pessoa tiver tergiversado, devido à doença ou à paixão, ou mesmo à embriaguez ou qualquer outro acidente. Quando, porém, se tratar de algum exemplo indigno dele, não irá querer copiá-lo afanosamente quem lhe é inferior, a não ser ao de leve, quando ele tiver praticado algum ato honesto; e mesmo assim, se sentirá envergonhado, ao mesmo tempo por não ter prática de imitar seres dessa espécie e por se aborrecer por se modelar e se formar sobre um tipo de gente que lhe é inferior, desprezando-o no seu espírito, a não ser como entretenimento.

Adimanto - É natural.

IX. Sócrates - Portanto, se servirá de uma forma de exposição no gênero da que nós abordamos há pouco, a propósito das epopeias de Homero, e o seu estilo participará de ambos os processos, a imitação e as outras formas de narração; mas, num discurso extenso, pouco lugar haverá para a imitação. Não está certo o que eu digo?

Adimanto - Está, e muito, pelo que respeita à necessidade desse tipo de orador.

Sócrates - Logo, o orador que não for dessa espécie, quanto maior for a sua mediocridade, mais imitará tudo e não considerará coisa alguma indigna de si, a ponto de tentar imitar tudo com grande aplicação e perante numeroso auditório, mesmo até o que dizíamos há momentos: trovões, o ruído do vento, da saraiva, dos eixos e roldanas, trombetas, flautas e siringes, e os sons de todos os instrumentos e ainda os ruídos dos cães, das ovelhas e das aves. Todo o discurso deste homem será feito por meio de imitação, com vozes e gestos, e conterá pouca narração.

Adimanto - Também isso é forçoso que seja assim.

Sócrates - São estas as duas espécies de narração que eu dizia.

Adimanto - Sim, efetivamente.

Sócrates - Por conseguinte, destas duas, uma experimenta pequenas alterações, e desde que se dê à narração a harmonia e ritmo convenientes, é fácil ao orador manter essa correção e harmonia única – pois pequenas são as mudanças – e também o ritmo igualmente aproximado.

Adimanto - É exatamente assim.

Sócrates - E agora quanto à outra espécie? Não precisa do oposto, de todas as harmonias, de todos os ritmos, se quer exprimir-se convenientemente devido ao fato de comportar todas as formas de variações?

Adimanto - Forçosamente que sim.

Sócrates - Mas todos os poetas e aqueles que querem contar alguma coisa não vão dar a uma ou outra destas formas de expressão, ou a uma mistura das duas?

Adimanto - É forçoso.

Sócrates - Então, que havemos de fazer? Havemos de receber na cidade todas estas formas, ou uma e outra, e dentre as duas, as formas puras ou a mistura?

Adimanto - Se prevalecer minha opinião, receberemos a forma sem mistura, que imita o homem de bem.

Sócrates - Mas na verdade, ó Adimanto, também a forma mista tem o seu encanto, e é muito mais aprazível para crianças e preceptores e para a multidão em geral, ao contrário da que tu preferes.

Adimanto - De fato, é mais aprazível.

Sócrates - No entanto, talvez tu digas, que ela não se adapta ao nosso governo, porquanto, não existe entre nós homem duplo e nem múltiplo, uma vez que, cada um executa uma só tarefa.

Adimanto - Efetivamente, não se adapta.

Sócrates - Não é por esse motivo que só numa cidade assim encontraremos um sapateiro que é sapateiro, e não piloto, além da arte de talhar calçado; e um lavrador, lavrador e não juiz, além da agricultura; e um guerreiro, guerreiro, e não comerciante, além da arte militar, e assim por diante?

Adimanto - De fato.

Sócrates - Se chegasse à nossa cidade um homem aparentemente capaz, devido à sua arte, de tomar todas as formas e imitar todas as coisas, ansioso por se exibir juntamente com os seus poemas, nos prostraríamos diante dele, como de um ser sagrado, maravilhoso, encantador, mas lhe diríamos que em nossa cidade não há homens dessa espécie, nem sequer é lícito que existam, e o mandaríamos embora para outra cidade, depois de termos derramado mirra sobre sua cabeça, e de os o termos coroado com grinaldas. Mas, para nós, ficaríamos com um poeta e um narrador de histórias mais austero e menos aprazível, tendo em conta a sua utilidade, a fim de que ele imite para nós, a fala do homem de bem e se exprima segundo aqueles modelos que de início regulamos, quando tentávamos educar os militares.

Adimanto - Era assim mesmo que faríamos se estivesse no nosso poder.

Sócrates - Ora, agora, meu amigo, estamos em risco de ter completado em absoluto o que se refere a discursos e histórias na arte das Musas: o que se deve e como se deve dizer.

Adimanto -Também me parece.

X. Sócrates - Depois disto, não nos falta tratar do caráter do canto e da melodia?

Adimanto - É evidente que sim.

Sócrates - Mas não é verdade que toda a gente descobriria logo o que devemos declarar sobre a maneira como hão de ser, se quisermos estar de acordo com o que dissemos anteriormente?

Glauco sorriu-se e disse: - Eu por mim, Sócrates, corro o risco de estar excluído desse “toda a gente”, porque de momento, não sou capaz de conjecturar

o que devemos dizer; suspeito-o, contudo.

Sócrates - Mas, sem dúvida, que és capaz de dizer que a melodia se compõe de três elementos: as palavras, a harmonia e o ritmo.

Glauco - Pelo menos isso, eu sou.

Sócrates - E pelo que diz respeito às palavras, sem dúvida que não diferem nada do discurso não cantado, quanto a deverem ser expressas segundo os modelos que há pouco referimos, e da mesma maneira?

Glauco - É exato.

Sócrates - E certamente a harmonia e o ritmo devem acompanhar as palavras?

Glauco - Como não?

Sócrates - Contudo, afirmamos que não queríamos lamentos e gemidos nos discursos.

Glauco - Pois não.

Sócrates - Quais são, então, as harmonias lamentosas? Dizes-me, já que tu és músico.

Glauco - São a mixolídia, a sintonolídia e outras tantas.

Sócrates - Portanto, essas são as que se devem excluir, visto que, são inúteis para as mulheres, que convém que sejam honestas, para já não falar dos homens.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Mas, na verdade, nada convém menos aos guardiões do que a embriaguez, a moleza e a preguiça.

Glauco - Como não?

Sócrates - Quais são, pois, dentre as harmonias, as moles e as dos banquetes?

Glauco - Há umas variedades da Jônia e da Lídia, a que chamam efeminadas.

Sócrates - E essas, tu poderás utilizá-las na formação de guerreiros, meu amigo?

Glauco - De modo algum. Mas te arriscas a que fiquem apenas a dória e a frígia.

Sócrates - Não entendo de harmonias. Mas deixa-nos ficar aquela que for capaz de imitar convenientemente a voz e as inflexões de um homem valente na guerra e em toda a ação violenta, ainda que seja mal sucedido e caminhe para os ferimentos ou para a morte ou incorra em qualquer outra desgraça, e em todas estas circunstâncias se defenda da sorte com ordem e com energia. E, deixa-nos, ainda, outra para aquele que se encontra em atos pacíficos, não violentos, mas

voluntários, que usa do rogo e da persuasão, ou por meio da prece aos deuses, ou pelos seus ensinamentos e admoestações aos homens, ou pelo contrário, se submete aos outros quando o pedem, o ensinam ou o persuadem, e tendo assim procedido a seu gosto sem sobranceria, se comporta com bom senso e moderação em todas estas circunstâncias, satisfeito com o que lhe sucede. Estas duas harmonias, a violenta e a voluntária, que imitarão admiravelmente as vozes de homens bem e mal sucedidos, sensatos e corajosos, essas, deixam-as ficar.

Glauco - Mas, não me estás a pedir que deixe ficar, senão, as que agora mesmo enumerei.

Sócrates - Portanto, não precisaremos para os nossos cantos e melodias de instrumentos com muitas cordas e com muitas harmonias.

Glauco - Não me parece.

Sócrates - Logo, não teremos de sustentar artífices para fabricarem harpas, trígonos, e toda a espécie de instrumentos de muitas cordas e de muitas harmonias.

Glauco - Acho que não.

Sócrates - E então? Os fabricantes de flautas e os flautistas, tu recebe-os na cidade? Ou não é este o instrumento que emite mais sons? E os próprios instrumentos de muitas harmonias, não se dá o caso de serem imitações da flauta?

Glauco - É evidente.

Sócrates - Resta-te, a lira e a cítara para se utilizarem na cidade; e nos campos, por sua vez, os pastores terão a siringe.

Glauco - Como o indica o nosso raciocínio.

Sócrates - Certamente, meu amigo, que não fazemos nada de novo, ao preferirmos Apolo e os instrumentos de Apolo a Mársias e aos seus instrumentos.

Glauco - Não, por Zeus, não julgo tal.

Sócrates - Mas, sem nos darmos conta disso, purificamos de novo a cidade que há pouco dizíamos estar efeminada.

Glauco - E fomos bem sensatos nisso.

XI. Sócrates - Vamos lá então purificar o resto. A seguir às harmonias, devemos tratar dos ritmos – não os procurar variados, nem pés de toda a espécie, mas observar quais são os correspondentes a uma vida ordenada e corajosa. Depois de distingui-los, devem forçar-se os pés e a melodia a seguirem as palavras, e não o contrário. Quais seriam esses ritmos, pertence-te explicá-lo, como fizeste às harmonias.

Glauco - Mas, por Zeus, não sei que hei de dizer! Que existem três espécies dessas, tal como há quatro tons, a partir das quais se entretecem todas as harmonias, é coisa que poderei afirmar, por tê-la observado; mas que espécie de vida imita cada um, não sei dizê-lo.

Sócrates - Sobre esse assunto pediremos conselho a Dâmon, sobre os pés adequados à baixeza, à insolência, à loucura e aos outros defeitos, e os ritmos que devem deixar-se aos seus contrários. Tenho ideia, mas não muito clara, de lhe ter ouvido chamar a qualquer coisa enóplio composto, dáctico e heroico, mas não sei como os distribuía, igualando a arse e a tese, de maneira a acabar numa breve e uma longa. E, segundo julgo, chamava a um iambo e a outro troqueu, e atribuía-lhes longas e breves. E em certos, destes metros, parece-me que não censurava ou louvava menos os tempos destes pés, do que os ritmos em si. Mas como já havia dito estas questões, as reservemos para Dâmon. Para deslindá-las, não seria pequena a discussão, não achas?

Glauco - Por Zeus que não seria!

Sócrates - Mas, ao menos isto, tu podes decidir já; que a beleza ou fealdade de forma dependem do bom ou do mau ritmo.

Glauco - Como não?

Sócrates - Mas, na verdade, o bom e o mau ritmo seguem, imitando-o; aquele, o estilo bom; este, o inverso. Do mesmo modo sucede com a boa e a má harmonia, se o ritmo e a harmonia se adaptam à palavra, como há pouco se disse, e não a palavra a esses.

Glauco - Realmente, são eles que devem adaptar-se às palavras.

Sócrates - Mas o modo de expressão e a palavra não dependem do caráter da alma?

Glauco - Como não?

Sócrates - E da expressão, tudo o mais?

Glauco - Sim.

Sócrates - Logo, a boa qualidade do discurso, da harmonia, da graça e do ritmo depende da qualidade do caráter, não daquele a que, sendo debilidade de espírito, chamamos familiarmente ingenuidade, mas da inteligência que verdadeiramente modela o caráter na bondade e na beleza.

Glauco - Exatamente.

Sócrates - Portanto, não devem os jovens procurar por toda a parte estas qualidades, se quer executar o que lhes incumbe?

Glauco - Devem procurá-las, sim.

Sócrates - Mas também a pintura está cheia delas, bem como todas as artes

desta espécie. Cheia, está à arte de tecelagem, de bordar, de construir casas, e o fabrico dos demais objetos. Em todas estas coisas há, com efeito, beleza ou fealdade. E a fealdade, a arritmia, a desarmonia, são irmãs da linguagem perversa e do mau caráter; ao passo que, as qualidades opostas são irmãs e imitações do inverso, que é o caráter sensato e bom.

Glauco - Absolutamente.

XII. Sócrates - Mas então só aos poetas é que devemos vigiar e forçá-los a introduzirem nos seus versos a imagem do caráter bom, ou então a não poetarem entre nós? Ou devemos vigiar também os outros artistas e impedi-los de introduzir na sua obra o vício, a licença, a baixeza, o indecoro, quer na pintura de seres vivos, quer nos edifícios, quer em qualquer outra obra de arte? E, se não forem capazes disso, não deverão ser proibidos de exercer o seu mister entre nós, a fim de que os nossos guardiões, criados no meio das imagens do mal, como no meio de ervas daninhas, colhendo e pastando aos poucos, todos os dias, porções de muitas delas, inadvertidamente não venham a acumular um grande mal na sua alma? Devemos, no entanto, é buscar aqueles dentre os artistas, cuja boa natureza, habilitou a seguir os vestígios da natureza do belo e do perfeito, a fim de que os jovens, tal como os habitantes de um lugar saudável, tirem proveito de tudo, de onde quer que algo lhes impressione os olhos ou os ouvidos, procedente de obras belas, como uma brisa salutar de regiões sadias, que logo desde a infância, insensivelmente, os tenha levado a imitar, a apreciar e a estar de harmonia com a razão formosa?

Glauco - Seria essa, de longe, a melhor educação.

Sócrates - Não é, então, por este motivo, ó Glauco, que a educação pela música é capital, porque o ritmo e a harmonia penetram mais fundo na alma e afetam-na mais fortemente, trazendo consigo a perfeição e tornando aquela perfeita, se se tiver sido educado? E quando não, o contrário? E porque aquele que foi educado nela, como devia, sentiria mais agudamente as omissões e imperfeições no trabalho ou na conformação natural, e suportando-as mal, e com razão, honraria as coisas belas, e, acolhendo-as com júbilo em sua alma, com elas se alimentaria e se tornaria um homem perfeito; ao passo que as coisas feias, com razão as censuraria e odiaria desde a infância, antes de ser capaz de raciocinar, e quando chegasse à idade da razão, haveria de saudá-la e reconhecê-la pela sua afinidade com ela, sobretudo, por ter sido assim educado.

Glauco - A mim, parece-me que é por razões dessas que se deve fazer a educação pela música.

Sócrates - É, como quando, aprendemos as letras e só achávamos que as

sabíamos o suficiente quando os caracteres, apesar de poucos, não nos passavam despercebidos em todas as composições em que entravam, e fossem elas grandes ou pequenas, não as desprezávamos, como se não devessem ser notadas, mas em todo o lado nos esforçávamos por as distinguirmos, na convicção de que não deixaríamos de ser analfabetos antes de atingir essa fase.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Portanto, não reconheceríamos as imagens das letras se nos aparecessem refletidas na água ou em espelhos, antes de as conhecermos, pois pertencem à mesma arte e ao mesmo estudo?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Ora, pois, pelos deuses! Digo do mesmo modo que, não seremos músicos, nem nós mesmos, nem aqueles que nos propusemos educar para serem guardiões, antes de conhecermos as formas da temperança, da coragem, da generosidade, da grandeza de alma e de quantas qualidades forem irmãs destas, e por sua vez os vícios que lhes são contrários, onde quer que andem, e de sentirmos a sua presença onde elas se encontram, elas e as respectivas imagens, sem as desprezarmos nas pequenas ou nas grandes coisas, pois acreditaremos que pertencem à mesma arte e ao mesmo estilo.

Glauco - É muito necessário que seja assim.

Sócrates - Logo, quem fizer convergir boas disposições intimamente na sua alma, que no seu aspecto externo, condigam e se harmonizem com aquelas, por participarem do mesmo modelo, tal pessoa será a mais bela visão para quem puder contemplá-la?

Glauco - A mais bela, sem dúvida.

Sócrates - Ora, o mais belo é o mais desejável.

Glauco - Como não?

Sócrates - Eis, porque o músico se encantaria o mais possível com homens dessa espécie; e se fosse privado de harmonia, não se encantaria.

Glauco - Não, se pelo menos, for a alma que deixe algo a desejar; se, em todo o caso, for o corpo, se manterá até ser capaz de lhe ter afeição.

Sócrates - Compreendo que tens ou já sentiste um amor desses e estou de acordo contigo. Mas dizes-me uma coisa: pode haver relações entre a temperança e o prazer excessivo?

Glauco - Como poderia? Se este não excita menos o espírito que a dor?

Sócrates - E com as outras virtudes?

Glauco - De modo algum.

Sócrates - Como assim? E com a insolência e a licença?

Glauco - Acima de tudo.

Sócrates - Sabes de alguns prazeres maiores e mais penetrantes que os afrodisíacos?

Glauco - Não sei nem que seja a maior fúria.

Sócrates - Porém, o amor verdadeiro, por sua natureza ama com moderação e harmonia a ordem e a beleza?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Logo, nada de furioso ou de aparentado com a libertinagem deve aproximar-se do amor verdadeiro.

Glauco - Não se deve aproximar.

Sócrates - Nem deve, por conseguinte, aproximar-se aquele prazer, nem deve ter relação alguma com ele o amante e a criança que amam e são amados como se deve.

Glauco - Por Zeus, que não deve aproximar-se, ó Sócrates.

Sócrates - Assim, pois, ao que parece, estabelece como lei na cidade que vamos construir que o amante pode beijar o jovem, estar com ele, tocar-lhe, como a um filho, tendo em vista ações belas, e se for por meio da persuasão; mas em tudo o mais o seu convívio com o objeto do seu interesse deve ser tal que, nunca pensem dele que as suas relações vão mais longe que isso; caso contrário, incorrerá na censura de ignorante e grosseiro.

Glauco - É isso.

Sócrates - Não te parece também que, a nossa discussão acerca da música está terminada? Acabou onde devia. Pois a música deve acabar no amor do belo.

Glauco - Concordo.

XIII. Sócrates - Depois da música é na ginástica que se devem educar os jovens.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Devem, pois, ser educados nela cuidadosamente desde crianças e pela vida afora. Será mais ou menos assim, segundo penso. Examiná-lo tu também. A mim não me parece ser o corpo, por perfeito que o seja, que, pela sua excelência, torne a alma boa, mas, pelo contrário, a alma boa, pela sua excelência, permite ao corpo ser o melhor possível. Que te parece?

Glauco - O mesmo que a ti.

Sócrates - Logo, se, depois de termos tratado suficientemente do espírito, lhe entregarmos o cuidado de retificar o corpo, explicando-lhe só quais são os modelos, para não nos alongarmos, faríamos bem?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Nós dissemos que eles devem abster-se de embriaguez. Pois a ninguém é menos lícito do que a um guardião estar embriagado e não saber em que lugar da terra se encontra.

Glauco - Seria ridículo, efetivamente, que um guardião precisasse de outro.

Sócrates - E agora quanto à alimentação? Porque estes homens são atletas da maior das lutas. Ou não?

Glauco - São.

Sócrates - Então o passadio destes profissionais seria conveniente para eles?

Glauco - Talvez.

Sócrates - Mas ele é um tanto ou quanto sonolento e precário para a saúde. Ou não vês que passam a vida a dormir e que, se se afastam um bocado da dieta prescrita, esses atletas adoecem muito gravemente?

Glauco - Vejo, sim.

Sócrates - É preciso uma dieta mais apurada para os nossos atletas guerreiros, que têm de estar sempre vigilantes, como cães, e porque precisam ver e ouvir com toda a acuidade, e apesar de experimentarem nas suas campanhas muitas mudanças de líquidos e de alimentação, soleira e intempéries, não deve ser de saúde vacilante.

Glauco - Assim me parece.

Sócrates - Ora, pois a melhor ginástica não seria irmã da música simples de que tratamos pouco antes?

Glauco - Que queres dizer?

Sócrates - Que a ginástica conveniente é simples, e acima de tudo a dos guerreiros.

Glauco - De que maneira?

Sócrates - Também isso se poderia aprender com Homero. Pois sabes que em campanha, durante os festins dos heróis, não os trata a peixe, apesar de estarem à beira-mar, nas margens do Helesponto, nem a carne cozida, mas só a carne assada, que é o mais fácil de preparar para os soldados. Na verdade, em toda a parte é mais fácil fazer, por assim dizer, o serviço com o fogo, do que carregar com as panelas.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Tampouco, Homero fez alguma vez referência a condimentos, segundo julgo. Os outros atletas sabem isso bem, que um corpo que queira estar em forma tem de se abster de tudo isso?

Glauco - É com razão que o sabem e se abstém.

Sócrates - Tu não honrarás amigo, ao que parece, a mesa de Siracusa e a

variedade de pratos siciliana, uma vez que te parecem certos estes princípios.

Glauco - Julgo que não.

Sócrates - Censurarás, portanto, que homens que querem estar em boa forma tenham por amigas as jovens de Corinto?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - E também o celebrado gozo da doçaria ática?

Glauco - É forçoso.

Sócrates - E se comparássemos, julgo eu, toda esta qualidade de alimentação e dieta com a melopeia e o canto composto de toda a espécie de harmonias e de ritmos, era uma comparação bem feita?

Glauco - Como não?

Sócrates - Por conseguinte, acolá, a variedade produz a licença, e aqui, a doença; ao passo que, a simplicidade na música gera a temperança na alma e a ginástica, a saúde no corpo?

Glauco - É assim mesmo.

Sócrates - Mas se a libertinagem e as doenças se multiplicarem na cidade, porventura não abrirão numerosos tribunais e enfermarias, e as chicanas e a medicina não serão veneradas, quando muitos homens livres se aplicarem energicamente a elas?

Glauco - Como não havia de ser assim?

XIV. Sócrates - E acaso se arranjará prova maior do vício e da educação vergonhosa numa cidade do que, serem necessários médicos e juízes eminentes, não só para as pessoas de pouca monta e os artífices, mas também para os que se dão ares de terem sido criados em grande estadão? Ou não julgas uma vergonha e um grande sinal de falta de educação ser forçado a recorrer a uma justiça importada de outrem, como se eles fossem amos e juízes, por falta de justiça própria?

Glauco - É a vergonha das vergonhas.

Sócrates - Mas não te parece – prossegui – que a vergonha ainda será maior do que esta, se uma pessoa não só passar a maior parte da vida nos tribunais, como réu ou como acusador, mas ainda, pela sua grosseria, for levada a gabar-se precisamente de sua habilidade para cometer injustiças, e capaz de arquitetar todas as partidas, de escapar por todas as saídas e de se dobrar como uma cana para não apanhar o castigo - e isso por amor de coisas mesquinhas e insignificantes, ignorando até que ponto é mais belo e melhor modelar a sua vida, de maneira a dispensar em absoluto, um juiz sonolento?

Glauco - Pois! É que essa vergonha ainda é maior do que a anterior.

Sócrates - Porém, precisar da medicina sem ser para curar ferimentos ou qualquer daquelas enfermidades que ocorrem com as estações, mas quando devido à indolência ou à dieta que descrevemos, nos enchemos de humores e de ventosidades, como se fôssemos um pântano, e obrigamos os elegantes filhos de Asclépios a dar a estas doenças o nome de flatulências e de catarros – isso não te parece uma vergonha?

Glauco - Parece, e grande. Realmente, esses nomes de doenças são novos e estranhos.

Sócrates - São tais que não existiam, segundo julgo, no tempo de Asclépios. Calculo que assim seja, porque os filhos dele, em Tróia, não censuraram a mulher que deu a beber a Eurípilo ferido vinho de Pramnos, polvilhado com muita farinha de cevada e queijo ralado, produtos que parecem causar inflamação, nem verberaram Pátroclo pelo tratamento.

Glauco - E, contudo, era uma estranha beberagem para quem se encontrava em tal estado.

Sócrates - Não o era, se pensares que os Asclepíades não exerciam a medicina que agora se pratica; que acompanha a doença passo a passo, antes de Heródico. Heródico, que era mestre de ginástica, tornou-se enfermeiro, e, misturando o exercício básico com a medicina, atormentou-se primeiro e acima de tudo a si mesmo, e depois a muitos outros.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Dilatando a sua própria morte. Acompanhando passo a passo a sua doença, que era mortal, sem ser, ao que me parece, capaz de se curar, atravessou a vida a tratar-se, sem se ocupar de mais nada, estafando-se a ver que não se desviasse da dieta habitual, custando-lhe a morrer, devido ao seu saber, até que atingiu a velhice.

Glauco - Assim alcançou um belo prêmio da sua arte.

Sócrates - Aquele que lhe competia, por não perceber que não foi por ignorância, nem por inexperiência desta forma de medicina, que Asclépios não a revelou aos seus descendentes, mas por saber que em todas as cidades bem governadas incumbe a cada um uma tarefa, que é forçoso realizar, e a ninguém é dado vagar para passar a vida doente, a tratar-se. O ridículo desta situação, o sentimos nos artífices, mas não o sentimos nos ricos e nos que aparentam ser felizes.

Glauco - Como?

XV. Sócrates - Um carpinteiro, quando está doente, espera do médico que lhe dê para beber um remédio que o faça vomitar a causa da doença, ou que

o liberte, purgando-o ou usando de cautérios ou praticando uma incisão. Mas, se alguém lhe prescrever uma dieta de longo prazo, colocando-lhe um barrete na cabeça e o mais que se segue, em breve lhe diz que não tem vagar para estar doente, nem lhe serve de nada viver assim, com o espírito entregue a doenças, descurando o trabalho que tem na frente. E depois disso, manda embora um médico desses. Pois queres, apenas, entrar na tua dieta normal, e ficar são, vivendo para o teu trabalho. E, se o corpo não é capaz de resistir, a morte liberta-o das dificuldades.

Glauco - É realmente essa a terapêutica que parece servir a um homem assim.

Sócrates - Acaso, porque tinha uma ocupação que, se não a exercesse, não lhe valia a pena viver?

Glauco - É evidente.

Sócrates - Ao passo que, quem é rico, como dizíamos, não tem nenhuma ocupação premente dessa espécie, de que possa ser forçado a abster-se, sem que a vida se lhe torne impossível.

Glauco - É o que se diz.

Sócrates - Nunca ouviste o dito de Focílides, de que quando se tem com que viver, se deve praticar a virtude?

Glauco - E antes disso também, entendo eu.

Sócrates - Não vamos contender com ele sobre este ponto. Mas vamos ser os nossos próprios mestres nessa matéria: se o rico deve ter esta preocupação, e se, no caso de não a ter, a vida se lhe torna impossível, ou se a mania de cultivar as doenças é um entrave para uma pessoa se concentrar no ofício de carpinteiro e nas demais artes, mas não o impede de seguir a sentença de Focílides.

Glauco - Sim, por Zeus! E talvez de tudo o que mais o impede é esse excessivo cuidado com o corpo, que ultrapassa o regime físico saudável. De fato, é inconveniente na administração da casa, em campanha e nos cargos políticos sedentários.

Sócrates - Mas o pior de tudo, é que dificulta toda a espécie de estudo, de pensamento ou de reflexão interior, pois é sempre suspeita e acusada de provocar fadiga cerebral e vertigens, de tal modo que, onde quer que se pratique e se ponha à prova a virtude, surge este entrave, porquanto faz com que se julgue sempre que se está doente e que nunca cessem as queixas sobre o estado físico.

Glauco - É natural.

Sócrates - Por conseguinte, afirmaremos que, Asclépios também sabia isto, e que, para os que gozam de saúde física, graças à sua natureza e à sua dieta, têm

qualquer doença localizada, para os que têm essa constituição, ensinou a medicina, que expulsa as suas enfermidades por meio de remédios e incisões, lhes prescrevendo a dieta a que estão habituados, a fim de não prejudicarem os negócios políticos. Quanto aos corpos todos minados pela doença, não tentou, sujeitando-os a um tratamento paulatino de infusões e purgas para tornar a vida desses homens longa e dolorosa, nem que gerassem filhos semelhantes a eles, como é natural; mas àquele que é incapaz de viver no círculo de ação que lhe foi adstrito, entendia que não se devia aplicar terapêutica, uma vez que nada lucrava com isso, nem ele, nem o Estado.

Glauco - O Asclépios de que falas é um político.

Sócrates - É evidente. E os filhos, porque ele era assim, não vês como em Tróia se mostraram valentes no combate e praticavam a medicina, como digo? Ou não te lembras do que eles fizeram a Menelau, quando, do ferimento que Pândaro lhe fez ao atingi-lo.

chuparam o sangue, espalhando por cima mezinhas calmantes

E não lhe prescreveram o que havia de beber ou de comer depois, como não o haviam feito a Eurípilo, entendendo que os remédios eram suficientes para curar homens que, antes de serem feridos, eram saudáveis e de regime moderado, embora se desse o caso de naquele momento terem tomado a poção; ao passo que, para os enfermiços e libertinos por natureza, entendiam que não lhes aproveitava viver, nem para eles nem para os outros, e que não valia a pena para eles existir a arte de curar, nem tratá-los, ainda que fossem mais ricos do que Midas.

Glauco - Fazes dos filhos de Asclépios, pessoas muito sutis.

XVI. Sócrates - É assim que deve ser embora, não acreditem em nós os trágicos e Píndaro, que dizem que Asclépios era um filho de Apolo, que se deixou persuadir pelo ouro a curar um homem rico que estava já para morrer, motivo por que foi fulminado. Quanto a nós, de acordo com o que afirmamos anteriormente, não acreditamos em ambas as coisas: se era filho de um deus, não pretendia lucros sórdidos, se pretendia lucros sórdidos, não era filho de um deus.

Glauco - Isso está muito certo. Mas que dizes acerca deste ponto, ó Sócrates: porventura, não é preciso que tenhamos bons médicos na cidade? E eles serão em tanto maior número, quantas mais pessoas sãs e doentes tiverem tratado e da mesma maneira serão os juízes que tiverem convivido com a maior variedade de naturezas.

Sócrates - Certamente que sim, se forem bons. Mas, tu sabes quais são os que eu tenho nessa conta?

Glauco - Se o disseres.

Sócrates - Vou tentar. Mas incluíste no mesmo argumento questões que não são similares.

Glauco - Como?

Sócrates - Os médicos atingiriam o cume da perícia, se, começando desde crianças a aprender a sua arte, tivessem contato com o maior número possível de corpos, e dos piores, e se eles mesmos sofressem de todas as enfermidades e não gozassem, devido à sua compleição, de perfeita saúde. Efetivamente, julgo que o corpo não se trata por meio do corpo, pois não seria possível que eles fossem ou se tornassem doentes – mas o corpo por meio da alma, à qual, se já estiver ou ficar doente, não é possível tratar com êxito seja do que for.

Glauco - Exato.

Sócrates - Porém o juiz, meu amigo, governa a alma por meio da alma, à qual não convém desde nova ser criada no convívio com as almas perversas, nem ter percorrido todas as injustiças, cometendo-as ela mesma, de modo a poder conjecturar com precisão, pelo seu próprio exemplo, os crimes dos outros, tal como avaliava das doenças pelo seu corpo. Deve antes ser inexperiente e estar intacta dos maus costumes da juventude, se quer tornar-se perfeita, para julgar corretamente o que é justo. Por esse motivo é que as pessoas de bem, quando jovens, se mostram simples e fáceis de ludibriar pelos injustos, por não terem em si, modelos com sentimentos iguais aos dos perversos.

Glauco - Sem dúvida, é isso que muitas vezes têm de sofrer.

Sócrates - Por isso, o bom juiz não deve ser novo, mas idoso, tendo aprendido tarde o que é a injustiça, tendo-se apercebido dela sem a ter alojado na sua própria alma, mas tendo-a observado como coisa alheia nos outros, durante muito tempo, para que, servindo-se do saber e não da experiência própria, compreenda o mal que ela é.

Glauco - Um juiz assim parece-me que será o mais nobre de todos.

Sócrates - E também o bom juiz por quem perguntas. Porquanto, é bom quem tiver uma alma boa. Mas aquele habilidoso e desconfiado, que cometeu muitas injustiças e se tem na conta de pessoa cheia de aptidões e sábia, quando convive com os seus pares, revela a sua extrema astúcia, examinando à distância os modelos que existem nele mesmo. Porém, quando se aproxima de homens bons e já mais velhos, parece tolo, desconfiado, fora de propósito e desconhecedor do que seja um caráter são, por não ter em si o modelo respectivo. Mas, como se encontra mais vezes com os maus do que com os bons, parece mais sábio do que ignorante, aos seus olhos e aos dos outros.

Glauco - É tudo verdade.

XVII. Sócrates - Não é, portanto, este o juiz bom e sábio que temos de procurar, mas o anterior. Efetivamente, o vício não poderá jamais conhecer-se a si e à virtude, ao passo que com o tempo, a virtude, se as qualidades naturais forem aperfeiçoadas pela educação, atingirá o conhecimento científico de si mesma e do vício. Tal será o sábio, em meu entender, mas não o perverso.

Glauco - Também assim entendo.

Sócrates - Portanto, estabelecerás na cidade médicos e juízes da espécie que dissemos; que hão de tratar, dentre os cidadãos, os que forem bem constituídos de corpo e de alma, deixarão morrer os que fisicamente não estiverem nessas condições e mandarão matar os que forem mal conformados e incuráveis espiritualmente?

Glauco - Parece-me, que é o melhor, quer para os próprios pacientes, quer para a cidade.

Sócrates - No entanto, é evidente que os jovens se precatarão da necessidade de justiça, se cultivarem aquela música simples, da qual dissemos que gerava a moderação.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Porventura, se o músico exercitar a ginástica seguindo no mesmo rasto, não alcançará o mesmo resultado, a ponto de não precisar da medicina para nada, a não ser em caso de força maior?

Glauco - Parece-me que sim.

Sócrates - Nos seus exercícios físicos e nos seus trabalhos terá em atenção e quererá despertar a coragem natural, esforçando-se mais por obtê-la do que por aumentar a força, e não regulará a sua alimentação e os esforços em vista do vigor, como os outros atletas.

Glauco - Exatamente.

Sócrates - Ora, pois, Glauco, aqueles mesmos que assentaram na educação pela música e pela ginástica, não o fizeram pela razão que alguns supõem, de tratar o corpo por meio de uma, e a alma de outra?

Glauco - Mas por quê?

Sócrates - É provável que ambas tenham sido estabelecidas, sobretudo, em atenção à alma.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Não reparaste na disposição de espírito que adquirem os que passam a vida a fazer ginástica, sem contato algum com a música? Ou dos que adquirem a disposição contrária?

Glauco - A que estás a referir-te?

Sócrates - À grosseria e dureza por um lado, e à moleza e doçura por outro.

Glauco - É isso mesmo! Os que praticam exclusivamente a ginástica acabam por ficarem mais grosseiros do que convém, e os que se dedicam apenas à música tornam-se mais moles do que lhes ficaria bem.

Sócrates - E, contudo, o que há de corajoso na sua natureza é que poderá dar lugar à grosseria, e se fosse bem cultivado, daria a coragem; mas, demasiado tenso, origina a dureza e a irascibilidade, como é natural.

Glauco - Assim me parece.

Sócrates - Pois então! A doçura não é atributo de um natural dado à filosofia? Mas, se ela afrouxa, torna-o mais mole do que convém; se é bem dirigida, ficará doce e ordenado.

Glauco - É isso.

Sócrates - Ora, nós afirmamos que os guardiões precisam ter ambas estas naturezas.

Glauco - Precisam, de fato.

Sócrates - Então é necessário conciliá-las uma com a outra?

Glauco - Como não seria?

Sócrates - E dessa harmonia, não resulta uma alma moderada e corajosa?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - E, da desarmonia, uma covarde e grosseira?

Glauco - Muito.

XVIII. Sócrates - Portanto, se uma pessoa permitir à música que o encante com os seus sons e que lhe derrame na alma, através dos ouvidos, como de um funil, as harmonias doces, moles e lamentosas a que há pouco nos referíamos, e se passar a vida inteira a trautear canções de coração jubiloso – uma pessoa assim, antes de qualquer coisa, se tinha alguma irascibilidade, amoleceu como quem amolece o ferro, e de inútil e duro, o torna proveitoso; porém, se perseverou nessa atitude, e não a deixar, mas ficar fascinado, em breve, funde e se dissolve, até aniquilar o seu espírito e ser arrancado da alma por excisão, como um nervo, fazendo dele um “amolecido lanceiro”.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - E se ele, desde o início recebeu da natureza uma alma sem coragem, em breve se darão estes fatos. Se, porém, tiver uma alma que seja impetuosa, enfraquece-a, torna o seu espírito maleável, e pronto a exaltar-se e apaziguar-se de novo por qualquer ninharia. De corajoso que era, tornou-se irritável, colérico e cheio de mau humor.

Glauco - Exatamente.

Sócrates - E agora, se ele praticar a ginástica em grande escala e se banquetear à larga, sem tocar sequer na música e na filosofia? Primeiro que tudo, como passa bem do seu físico, não se encherá de sobranceria e ardor e não se tornará mais corajoso do que era?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Pois então! Visto que nada mais faz, nem convive com a Musa! Ainda que existisse dentro da sua alma qualquer desejo de aprender, uma vez que, não toma o gosto à ciência alguma, nem a investigação, nem participa em nenhuma discussão ou em qualquer outro exercício da música, torna-se débil, surdo e cego, em vista de não ser despertado, nem acalentado, nem purificado no acervo das suas sensações.

Glauco - É isso.

Sócrates - Uma pessoa assim torna-se um inimigo da razão e das Musas, e já não se serve de palavras para persuadir; leva a cabo todas as suas empresas pela violência e pela rudeza, como um animal selvagem, e vive na ignorância e na inaptidão, sem ritmo nem graciosidade.

Glauco - É exatamente assim.

Sócrates - Para estas duas faces da alma, a corajosa e a filosófica, ao que me parece, eu diria que a divindade concedeu aos homens duas artes, a música e a ginástica, não para a alma e o corpo, a não ser marginalmente, mas para aquelas faces, a fim de que se harmonizem uma com a outra, retesando-se ou afrouxando até onde lhes convier.

Glauco - Também me parece.

Sócrates - Por conseguinte, aquele que melhor caldear a ginástica com a música e as aplicar à alma na melhor medida, - de um homem assim diríamos com toda a razão que seria o mais consumado músico e harmonista, muito mais do que o que afina as cordas umas pelas outras.

Glauco - Com toda a razão, ó Sócrates!

Sócrates - Não é de um governante assim, ó Glauco, que a nossa cidade sempre precisará, se queremos salvar a nossa administração?

Glauco - Precisará seguramente, e o mais hábil que possa ser.

XIX. Sócrates - Quanto aos tipos de ensino e de educação, seriam estes. Para que serviria especificar o que diz respeito às suas danças, caçadas com ou sem matilha, competições gímnicas e líricas? É suficientemente claro que estas prescrições devem seguir as outras e já não será difícil encontrá-las.

Glauco - Talvez não seja difícil.

Sócrates - Suponhamos. E depois disto, que temos nós de delimitar? Quais, porventura, dentre estes, hão de governar e quais serão governados?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Não é evidente que os governantes têm de serem os mais velhos e os governados os mais novos?

Glauco - É.

Sócrates - E que, dentre esses, serão os melhores?

Glauco - Também.

Sócrates - Mas os melhores dentre os lavradores não são os mais aptos para o seu ofício?

Glauco - São.

Sócrates - Ora, se eles devem ser os melhores dentre os guardiões, não são os mais aptos para guardar a cidade?

Glauco - São.

Sócrates - Portanto, não é necessário, para este efeito, que possuam inteligência, autoridade e sentimentos patrióticos?

Glauco - É.

Sócrates - Certamente, uma pessoa que se preocupe, acima de tudo, com aquilo que porventura amar?

Glauco - Forçosamente.

Sócrates - Com certeza, que ame, sobretudo, aquilo que julga vantajoso a si e aos seus interesses, e que, quando corre bem, entende que também lhe traz prosperidade; se não, será o contrário.

Glauco - É isso.

Sócrates - Portanto, há que escolher, dentre os outros guardiões, homens tais que, depois de os examinarmos, nos pareçam, durante toda a vida, executar com todo o empenho aquilo que, em seu entender, será útil à cidade, e o que o não for não aceite, de modo algum, fazê-lo.

Glauco - São esses os que convêm.

Sócrates - Parece-me, por conseguinte, que é preciso observá-los em todas as idades, a ver se se mantêm firmes nesta doutrina, e se, levados pela impostura ou pela violência, não se esquecem dela e abandonam a opinião de que devem fazer o que há de melhor para a cidade.

Glauco - Que abandono é esse de que falas?

Sócrates - Em meu entender, uma opinião sai do espírito voluntária ou involuntariamente: voluntariamente, a que é falsa, quando a pessoa se desiludiu; involuntariamente, toda a que for verdadeira.

Glauco - O que se refere à que sai voluntariamente, entendo, mas quanto à que sai involuntariamente, preciso aprender.

Sócrates - Pois então! Não achas também que os homens se privam dos bens involuntariamente e dos males voluntariamente? Ou ser iludido sobre a verdade não é um mal e estar na verdade um bem? Ou não te parece que é estar na verdade ter opiniões certas?

Glauco - Dizes bem, e parece-me que é contra a vontade que se é privado da opinião verdadeira.

Sócrates - E não é pelo roubo, pela impostura ou pela violência que isso lhes sucede?

Glauco - Agora não percebo nada.

Sócrates - Estou quase a falar à maneira dos poetas trágicos. Chamo roubados aos que foram dissuadidos ou se esqueceram, porque a uns os arrebata o tempo, a outros a razão, sem que se apercebam disso. E agora, já percebes?

Glauco - Já.

Sócrates - Além disso, digo que sofreram violência aqueles a quem qualquer desgosto ou sofrimento fez mudar de opinião.

Glauco - Também compreendo e falas acertadamente.

Sócrates - Quanto às vítimas de impostura, também dirás, segundo eu creio, que são aqueles que mudaram de opinião, ou fascinados pelo prazer ou atemorizados por qualquer receio.

Glauco - Parece-me, realmente, que é impostura tudo quanto nos ilude.

XX. Sócrates - Pois bem! Como eu dizia, há momentos que se devem procurar os guardiões mais esforçados da doutrina que vigora entre eles, de que é seu dever fazer aquilo que em cada ocasião pensarem que é melhor fazerem no interesse da cidade. Deve-se, pois, vigiá-los logo desde a infância, propondo-lhes empreendimentos em que mais facilmente poderiam esquecer-se de tal doutrina e deixar-se iludir, de maneira a poder-se escolher quem dela se lembra e quem é difícil de ludibriar e excluir quem não o é. Não é assim?

Glauco - É.

Sócrates - Devem, além disso, serem-lhes impostos trabalhos, sofrimentos e lutas, através dos quais devem ser observadas as mesmas reações.

Glauco - Exatamente.

Sócrates - Ora, nós devemos também montar-lhes uma terceira espécie de prova, a da impostura, e observá-los. Tal como se levam os potros para o meio dos ruídos e da agitação, para ver se são assustadiços, do mesmo modo, quando novos, devem transportar-se para o meio de terrores e depois transferi-los

novamente para os prazeres, para pô-los à prova – muito mais do que o ouro ao fogo – a ver se são difíceis de ludibriar e revelam compostura em todas as circunstâncias, se são bons guardiões de si mesmos e da música que aprenderam, evidenciando em tudo a boa qualidade do seu ritmo e harmonia, tendo um comportamento tal que será o mais útil a eles mesmos e à cidade. E quem tiver sido sempre posto à prova, na infância, na juventude e na idade viril, e sair dela inalterável, deve ser posto no lugar de chefe e guardião da cidade, devem lhe prestar honrarias, quer em vida, quer depois de morto e lhe caberão as mais altas distinções na sepultura e demais monumentos à sua memória. Quem assim não for, deve excluir-se. É mais ou menos esta, me parece, ó, Glauco, a escolha e nomeação de chefes e guardiões, para me exprimir de um modo geral, e não com rigor.

Glauco - Também eu sou do mesmo parecer.

Sócrates - Ora, para verdadeiramente os designar com exatidão, serão guardiões perfeitos os que cuidam dos inimigos externos e dos amigos internos, a fim de que uns não queiram que, os outros não possam fazer mal, e os novos, que há pouco nós os apelidávamos de guardiões, serão os auxiliares e defensores da doutrina dos chefes?

Glauco - Acho bem.

XXI. Sócrates - E agora, como arranjaremos maneira de convencer, com uma nobre mentira, daqueles que se forjam por necessidade e de que há pouco falávamos, sobretudo, os próprios chefes, e se não for possível, o resto da cidade?

Glauco - Que espécie de mentira?

Sócrates - Não é nenhuma mentira nova, mas da Fenícia, coisa já sucedida anteriormente em muitas partes, segundo contam e fazem crer os poetas, mas que não aconteceu entre nós, nem sei se sucederá e só se pode acreditar à custa de um sólido poder de persuasão.

Glauco - Estás com ar de quem hesita em dizer.

Sócrates - A minha hesitação te parecerá muito natural, quando eu falar.

Glauco - Falas sem medo.

Sócrates - Falarei, então – e, contudo, não sei de que coragem, nem de que palavras, das quais me servirei para me exprimir – e tentarei persuadir, em primeiro lugar, os próprios chefes e os soldados, e seguidamente também o resto da cidade, quanto à educação e instrução lhes demos; todas essas coisas eles imaginavam que as experimentavam e lhes sucediam como em sonhos, quando, na verdade, tinham sido moldados e criados no interior da terra, tanto eles, como

as suas armas e o restante do equipamento; e que, depois deles estarem completamente forjados, e a terra, como sua mãe que era, os deu à luz e que agora devem cuidar do lugar em que se encontram, assim, como de uma mãe e de uma ama e defendê-las, se alguém for contra elas e considerar os outros cidadãos como irmãos, nascidos da terra.

Glauco - Não era sem razão que há pouco te envergonhavas de dizer esta mentira!

Sócrates - É muito natural. Ouve, no entanto, o resto do mito. "Vós sois efetivamente todos irmãos nesta cidade" – como diremos ao contar-lhes a história – "mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós que eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo por que são mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros. Por isso, o deus recomenda aos chefes, em primeiro lugar e acima de tudo, que aquilo em que devem ser melhores guardiões e exercer maior vigilância é sobre as crianças, sobre a mistura que entra na composição das suas almas, e se a sua própria descendência tiver qualquer porção de bronze ou de ferro, de modo algum se compadeçam, mas lhes atribuam à honra que compete à sua conformação, entregando-os aos artífices ou aos lavradores; e se, por sua vez, nascer destes alguma criança com uma parte de ouro ou de prata, que lhes deem as devidas honras, elevando-os uns a guardiões, outros a auxiliares, como se houvesse um oráculo segundo o qual a cidade seria destruída quando um guardião de ferro ou de bronze a defendesse." Sabes de algum expediente para fazer acreditar neste mito?

Glauco - Nenhum, para que esses homens creiam nele; mas talvez para os filhos deles, para os que vierem após eles, e os demais homens.

Sócrates - Isso até seria ótimo para lhes aumentar a dedicação pela cidade e de uns pelos outros. Compreendo mais ou menos as tuas palavras.

XXII. Será conforme os caminhos por onde a fama quiser conduzir esta história. Quanto a nós, depois de armarmos esses filhos da terra, levemo-los para frente, sob o comando dos chefes. Que venham examinar o lugar da cidade onde acamparão melhor, de onde poderão conter perfeitamente os de dentro dela, se alguém não quiser obedecer às leis, e defender-se contra os de fora, se algum inimigo avançar como um lobo contra o rebanho. Depois de terem acampado e feito os devidos sacrifícios, que erijam as tendas. Não é assim?

Glauco - É.

Sócrates - Devem, portanto, ser tais que sejam capazes de proteger do frio e do calor?

Glauco - Pois não! Referes-te às habitações, segundo me parece?

Sócrates - Sim, e serão do tipo próprio de militares e não de homens de negócios.

Glauco - Que diferença é essa agora que fazes entre umas e outras?

Sócrates - Tentarei explicar-te. Para os pastores, a coisa mais tremenda e mais vergonhosa de todas é criar cães para os ajudarem a cuidar do rebanho, de tal modo que, devido à falta de disciplina, à fome ou a qualquer outro mau costume, se pusessem eles mesmos a tentar fazer mal às ovelhas e a assemelhar-se a lobos, em vez de cães.

Glauco - É tremendo, como não há de sê-lo?

Sócrates - Logo, devemos vigiar por todos os modos, não vão os nossos auxiliares fazer assim aos seus concidadãos, visto serem mais fortes do que eles, e em vez de aliados benevolentes, assemelharem-se a déspotas selvagens?

Glauco - Devemos vigiar.

Sócrates - Ora, eles não estariam apetrechados com a melhor das precauções, se tivessem sido educados de modo realmente perfeito?

Glauco - Mas já o foram!

E eu respondi: - Isso não é conveniente sustentar, meu caro Glauco. Mas sim aquela afirmação que há pouco nós fizemos, de que devem receber a educação correta, seja ela qual for, caso queiram atingir o cume da perfeição no que toca a serem sensatos para com eles mesmos e para com os que estão sob a sua guarda.

Glauco - E com razão.

Sócrates - Além desta educação, uma pessoa que tem cabeça dirá que, devem lhes fornecer habitações e outros bens tais, que não os impeçam de serem os melhores guardiões possíveis, e não os incitem a fazer mal aos demais concidadãos.

Glauco - E dirá a verdade.

Sócrates - Ora, vê lá, se será mais ou menos desta maneira que eles devem viver e habitar para virem a ter essas qualidades. Em primeiro lugar, nenhum possuirá quaisquer bens próprios, exceto as coisas de primeira necessidade; em seguida, nenhum terá habitação ou depósito algum, em que não possa entrar quem quiser. Quanto a víveres, de que necessitarem atletas guerreiros sóbrios e corajosos, lhes serão fixados pelos outros cidadãos, como salário da sua vigilância, em quantidade tal que, não lhes sobre nem lhes falte para um ano. As

suas refeições serão em comum e em comunidade viverão, como soldados em campanha.

Quanto ao ouro e à prata, se lhes dirá que os têm sempre e na sua alma, divinos e de procedência divina, e para nada carecem do humano, e que seria impiedade poluir aquele que já possuem, misturando-o com os pertences dos mortais, porquanto já muitos crimes ímpios se produziram por causa da moeda do vulgo, ao passo que a deles é pura. Mas unicamente a eles, dentre os habitantes da cidade, não é lícito manusear e tocar em ouro e prata, nem ir para debaixo do mesmo teto onde os haja, nem trazê-los consigo, nem beber em taças de prata ou de ouro; e assim se salvarão, a si e à cidade. Porém, se possuírem terras próprias, habitações e dinheiro, serão administradores dos seus bens e lavradores, em lugar de guardiões, se tornarão déspotas inimigos dos outros cidadãos, em vez de aliados, passarão toda a vida a ser odiados, a preparar conspirações e a ser objeto delas, muito mais receosos dos inimigos internos do que dos externos e a precipitar-se, eles e o resto da cidade, para a beira da ruína. Portanto, por todos estes motivos – prossegui eu – diremos que é necessário prover deste modo os guardas de habitação e do resto, e legislaremos sobre o assunto ou não?

Glauco - Absolutamente.

Livro IV

I. Tomando a palavra, Adimanto perguntou: - Que dirás então em tua defesa, ó Sócrates, se alguém afirmar que não tornarás estes homens nada felizes, precisamente por culpa deles, uma vez que a cidade lhes pertence de fato, mas sem que eles usufruam qualquer bem da sua parte, como os outros, que possuem campos e constroem casas bonitas e grandes, para as quais adquirem mobiliário à altura, que fazem os seus sacrifícios aos deuses, recebem hóspedes e que têm, em especial, aquilo que há momentos referias, o ouro e a prata e quanto se julgue que constitui a felicidade? Pura e simplesmente, se dirá que parece uma espécie de guardiões assalariados instalados na cidade, sem fazerem mais nada, senão, estar de vigia.

Sócrates - Sim, e ainda por cima ganham o seu sustento, mas não recebem salário nenhum além da alimentação, como os restantes, de tal modo que não lhes será lícito viajar por conta própria, se quiserem, nem dar dinheiro a cortesãs, nem efetuar, em qualquer outro lado que lhes apeteça aquelas despesas que fazem os homens que são considerados felizes. Estas e outras queixas, em grande número, tu deixaste-as ficar de fora da acusação.

Adimanto - Mas acrescentem-se essas acusações também!

Sócrates - Perguntas então que diremos em nossa defesa?

Adimanto - Pergunto.

Sócrates - Seguindo pelas mesmas veredas, encontraremos, julgo eu, a resposta a dar. Diremos que não seria nada para admirar, se estes homens fossem muito felizes deste modo, nem de resto tínhamos fundado a cidade com o fito de que esta raça, apenas, fosse especialmente feliz, mas que o fosse, tanto quanto possível, a cidade inteira. Supúnhamos, na verdade, que seria numa cidade desta espécie que se encontraria mais a justiça e na mais mal organizada que, inversamente, se acharia a injustiça; observando-as, determinaríamos o que há muito estamos a procurar. Ora, presentemente estamos a modelar, segundo cremos, a cidade feliz, não tomando à parte um pequeno número, para elevá-los a esse estado, mas a cidade inteira. Seguidamente, examinaremos o caso contrário. Era como se estivéssemos a pintar uma estátua e alguém nos

abordasse para nos censurar, dizendo que não aplicávamos as tintas mais belas nas partes mais formosas do corpo (de fato, os olhos, sendo a coisa mais linda, não seriam sombreados com cor de púrpura, mas a negro). Parece-me que, nos defenderíamos convenientemente replicando: “Meu caro amigo, não julgues que devemos pintar os olhos tão lindos que não pareçam olhos, nem as restantes partes, mas se considera, atribuindo a cada uma aquilo que lhe pertence, formaremos um todo belo. E em particular, neste caso, não nos forces a atribuir aos guardiões uma ventura tal que, os transforme em tudo quanto há, exceto em guardiões. Bem sabemos como revestir os lavradores com trajes suntuosos, coroando-os de ouro, e mandando-os lavrar a terra conforme lhes apetecer; e como reclinar os oleiros na devida ordem, junto do fogo, a beberem regalados, com a roda ao lado, para quando desejarem trabalhar o barro; e como tornar felizes todos os restantes de maneira idêntica, a fim de que toda a cidade esteja contente. Mas não nos aconselhes a tal. De maneira que, se te obedecêssemos, nem o lavrador será lavrador, nem o oleiro será oleiro, nem ninguém mais ocupará o seu lugar; e nessa ordenação é que a cidade se origina. Mas dos outros faremos menor conta, porquanto, se os sapateiros se tornarem negligentes e se estragarem, aparentando ser o que não são, não é desgraça nenhuma para a cidade; porém, se os guardiões das leis e da cidade só o forem na aparência, vês bem que a deita toda a perder de um lado ao outro, e que, inversamente, só eles detêm o poder de a administrarem bem e de a fazerem feliz”. Portanto, se somos nós que formamos guardiões a valer, que de modo algum façam mal ao Estado, quem vier cá falar daquela história dos lavradores e dos que se banqueteiam como se estivessem a gozar numa festa e não numa urbe, poderá estar a falar de outra coisa, mas não de uma cidade. Deves, portanto, observar-se, se estabelecemos os guardas tendo em vista proporcionar-lhes o máximo de felicidade, ou se deve ter em consideração a cidade inteira, para que ela a alcance, e forçar os auxiliares e os guardiões a proceder assim e persuadi-los, a fim de que sejam os melhores artistas no seu mister, e assim em todas as profissões; e deste modo, quando toda a cidade tiver aumentado e for bem administrada, consentir a cada classe que participe da felicidade conforme a sua natureza.

II. Adimanto - Parece-me que dizes bem.

Sócrates - Acaso te parece conveniente, exprimir uma opinião irmã destas?

Adimanto - Qual é ela?

Sócrates - Observa os outros artífices, se é isto que os corrompe, de modo a tornarem-se maus.

Adimanto - Isso o quê?

Sócrates - A riqueza e a pobreza.

Adimanto - Como assim?

Sócrates - Da seguinte maneira. Se um oleiro enriquecer, achas que ainda quererá cuidar da sua arte?

Adimanto - De modo algum – replicou.

Sócrates - Se tornará preguiçoso e descuidado, mais do que era?

Adimanto - Muito mais, sem dúvida.

Sócrates - Portanto, torna-se um oleiro pior?

Adimanto - Muito pior.

Sócrates - Além disso, se, devido à sua pobreza, não tiver à mão utensílios ou qualquer outro objeto para o seu mister, executará obras piores e ensinará a serem piores artífices os filhos ou quaisquer outros que aprendam com ele.

Adimanto - Como não?

Sócrates - Pelas duas razões, por conseguinte, a pobreza e a riqueza, são piores às obras e aos próprios artífices.

Adimanto - Assim parece.

Sócrates - E descobrimos outra coisa pela qual os artistas têm de estar de guarda com todo o empenho, a fim de que não se introduza na cidade sem que eles se deem conta disso.

Adimanto - Que coisa é?

Sócrates - A riqueza e a pobreza. Uma, porque dá origem ao luxo, à preguiça e ao gosto pelas novidades; e outra, à baixeza e à maldade, além do gosto pela novidade.

Adimanto - Exatamente. Considera, no entanto, ó Sócrates, como é que a nossa cidade será capaz de entrar em combate, visto que não possui riqueza, especialmente se se vir forçada a lutar contra um Estado grande e rico?

Sócrates - É evidente que lutar contra uma cidade destas é assaz difícil, mas contra duas é mais fácil.

Adimanto - Como dizes?

Sócrates - Em primeiro lugar se for necessário combater, acaso não terão de lutar contra homens abastados, sendo eles mesmos atletas guerreiros?

Adimanto - Pois claro.

Sócrates - Ora bem, Adimanto! Não te parece que um só pugilista, treinado para esse efeito o melhor possível, facilmente combaterá contra dois pugilistas ricos e gordos?

Adimanto - Talvez não, pelo menos se for ao mesmo tempo.

Sócrates - Nem que lhe fosse possível fugir ao primeiro e, voltando-se, bater no que vai a sua perseguição, e repetir este feito amiúde, com sol e com um calor abrasador? Porventura um homem destes não dominaria até mais daquela espécie?

Adimanto - Sem dúvida que não seria nada de admirar.

Sócrates - Mas não achas que os ricos têm mais conhecimento da teoria e da prática da luta do que da guerra?

Adimanto - Acho sim.

Sócrates - É verossímil, por conseguinte, que os nossos atletas facilmente lutarão contra o dobro e até o triplo deles.

Adimanto - Concordo contigo, pois me parece que falas acertadamente.

Sócrates - E se eles mandassem uma embaixada à outra cidade dizendo com verdade: “Nós não nos servimos do ouro nem da prata para nada, nem isso nos é lícito, mas a vós o é. Combatei, pois, ao nosso lado e ficai com o que é dos outros” – supões que alguém, ao ouvir isto, preferiria lutar contra cães fortes e esguios a guerrear, com auxílio destes cães, contra ovelhas gordas e tenras?

Adimanto - Não me parece. No entanto, se amontoarem numa só cidade as riquezas das restantes, repara que daí não advenha perigo para a que não é abastada.

Sócrates - Tens sorte em achares que vale a pena dirigirmo-nos a outra cidade sem que seja esta, tal como nós estávamos a organizá-la.

Adimanto - Então, porque não?

Sócrates - É mais amplo o nome que deve dar-se às outras cidades. Porquanto, cada uma delas é- como diz o provérbio - não uma cidade, mas muitas. São pelo menos duas, inimigas uma da outra, uma dos pobres e outra dos ricos! Em cada uma destas duas há muitas outras. Se as tratares como sendo uma só, te enganas redondamente; se as tratares como sendo numerosas, dando a umas os haveres, a força ou mesmo as pessoas das outras, terás sempre muitos aliados, mas poucos inimigos. E, enquanto a tua cidade for sensatamente administrada, como determinados há pouco, será a maior, não digo quanto à forma, mas grande no verdadeiro sentido da palavra, ainda que conste, apenas, de mil guerreiros. Na verdade não encontrarás facilmente uma cidade assim grande, nem entre os Gregos, nem entre os bárbaros, embora, pareça haver muitas, muito maiores ainda do que esta. Ou é outra a tua opinião?

Adimanto - Por Zeus que não!

III. Sócrates - Este seria, portanto o mais belo limite para os nossos chefes imporem à grandeza que a cidade deve ter; e, uma vez atingida ela, para a

quantidade de território que devem reservar, deixando o restante.

Adimanto - Que limite?

Sócrates - Em minha opinião, o seguinte: até onde puder aumentar permanecendo unida, até aí pode crescer; para, além disso, não.

Adimanto - Muito bem!

Sócrates - Por conseguinte, imporemos ainda outro preceito aos guardiões: que velem com todo o empenho para que a cidade não seja pequena, nem grande só de aparência, mas, apenas, suficiente e unida.

Adimanto - E talvez seja de pouca monta o preceito que lhes impomos!

Sócrates - De menor monta ainda será aquele de que anteriormente fizemos menção, quando dissemos que, se nascer algum filho inferior aos guardiões, deve ser relegado para as outras classes, e se nascer um superior das outras, deve ser levado para a dos guardiões. Isto quer demonstrar que mesmo os outros cidadãos devem ser encaminhados para a atividade para a qual nasceram, e só para ela, a fim de que cada um, cuidando do que lhe diz respeito, não seja múltiplo, mas uno, e deste modo, certamente, a cidade inteira crescerá na unidade, e não na multiplicidade.

Adimanto - Aí está, de fato, um preceito mais diminuto que o outro.

Sócrates - Os preceitos que lhes impomos, meu bom Adimanto, não são- como poderias julgá-los- numerosos, nem grandiosos, mas todos muito reduzidos, desde que guardem a grande norma proverbial, ou melhor, uma norma que não é grande, mas adequada.

Adimanto - Qual é ela?

Sócrates - A instrução e a educação. Efetivamente, se tiverem sido bem educados e se tornarem homens comedidos, facilmente perceberão tudo isto, assim como outras questões que de momento deixamos à margem, como a posse das mulheres, casamentos e procriação, pois todas essas coisas devem ser o mais possível, comuns, entre amigos, como diz o provérbio.

Adimanto - Seria perfeitíssimo.

Sócrates - Ora, a república, uma vez que esteja bem lançada, irá alargando como um círculo. Efetivamente, uma educação e instrução honestas, que se conservam e tornam a natureza boa, e por sua vez, naturezas honestas que tenham recebido uma educação assim, tornam-se ainda melhores que a dos seus antecessores, sob qualquer ponto de vista, bem como sob o da procriação, tal como sucede com os outros animais.

Adimanto - É natural.

Sócrates - Portanto, resumindo em poucas palavras, devem os encarregados

da cidade apegar-se a este sistema de educação, a fim de que não lhes passem despercebida qualquer alteração, mas que a tenham debaixo de vigilância em todas as situações, para que não haja inovações contra as regras estabelecidas na ginástica, nem na música. Acautelem-se o mais possível, com receio de, se alguém disser que:

os homens apreciam acima de tudo o canto
que tiver mais novidade,

Se julgar talvez que o poeta quer referir-se não a cantos novos, mas a uma maneira nova de cantar, e que a elogia. Tal coisa não deve louvar-se nem entender-se assim, porquanto, deve ter-se cuidado com a mudança para um novo gênero musical, que pode pôr tudo em risco. É que nunca se abalam os gêneros musicais, sem abalar as mais altas leis da cidade, como Dâmon afirma e eu creio.

Adimanto - Inclui-me também entre os que estão persuadidos disso.

IV. Sócrates - Logo, devem eles erigir o posto de guarda, ao que parece, nesse lugar: na música.

Adimanto - Não é por aí que a inobservância das leis facilmente se infiltra passando despercebida.

Sócrates - É a modo de brincadeira, e como quem não faz nada de mal.

Adimanto - Nada mais faz, na realidade, do que introduzir-se aos poucos, deslizando mansamente pelo meio dos usos e costumes. Daí deriva, já maior, para as convenções sociais; das convenções passa às leis e às constituições com toda a insolência, ó Sócrates, até que, por último, subverte todas as coisas na ordem pública e na particular.

Sócrates - Seja! É assim mesmo?

Adimanto - Parece-me.

Sócrates - Portanto, como dizíamos de início, os nossos filhos devem logo participar em jogos mais conformes com a lei, pensando que, se eles lhe forem contrários, é impossível que daí se forme homens cumpridores da lei e honestos.

Adimanto - Como não?

Sócrates - Quando, portanto, as crianças principiam por brincar honestamente, adquirem, através da música, a boa ordem e, ao contrário daqueles, ela acompanha-os para toda parte, e com o seu crescimento, endireita qualquer coisa que anteriormente tenha decaído na cidade.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - E sem dúvida descobrirão aquelas leis, que pareciam pequenas e que os seus antecessores tinham deitado todas, a perder.

Adimanto - Quais?

Sócrates - As seguintes: o silêncio que os mais novos devem guardar perante os mais velhos; o dar-lhes lugar e levantarem-se; os cuidados para com os pais; o corte de cabelo, o traje, o calçado, e toda a compostura do corpo e demais questões desta espécie. Ou não achas?

Adimanto - Acho, sim.

Sócrates - Legislar sobre o assunto seria ingênuo, a meu ver, porquanto as disposições estabelecidas não se realizariam nem se manteriam, oralmente nem por escrito.

Adimanto - Como o fariam, efetivamente?

Sócrates - Parece-me, Adimanto, que o impulso que cada um tomar com a educação, determinará o que há de seguir. Ou cada ovelha não busca sempre sua parelha?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - E, segundo julgo, poderíamos dizer que, por último, atingirá um ponto perfeito e sólido, seja bom ou o contrário disso.

Adimanto - Porque não?

Sócrates - Portanto, não tentarei, por esse motivo, legislar sobre tais questões.

Adimanto - É natural.

Sócrates - Olha ainda, em nome dos deuses! Essas questões de negócio relativas a contratos que fazem as diferentes classes na praça, umas com as outras, e se tu quiseres os contratos de mão-de-obra, as ofensas e tratamentos injuriosos, instauração de processos e nomeação de jurados. Se acaso for necessário, a exação e pagamento de impostos na praça ou no porto, ou em geral, a regulamentação do mercado, da cidade, do porto e tudo o mais dessa espécie – nos aventuraremos a propor qualquer legislação sobre essas questões?

Adimanto - Não vale a pena estabelecer preceitos para homens de bem, porque facilmente descobrirão a maior parte das leis que é preciso formular em tais assuntos.

Sócrates - Sim, meu amigo, se o deus lhes conceder a preservação das leis que anteriormente analisamos.

Adimanto - Se não, passarão a vida sempre a fazer leis dessa espécie e a corrigi-las, supondo que atingem a perfeição.

Sócrates - Queres dizer que tais pessoas, viverão como aqueles doentes que, por falta de temperança, não querem sair de uma dieta que faz mal.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Ora, pois essas pessoas passam sem dúvida uma vida

encantadora. Tratam-se, sem conseguir nenhum resultado, a não ser tornar seus padecimentos mais variados e maiores, e sempre com a esperança de que, se alguém lhes aconselhar um remédio, ficarão sãos, graças a ele.

Adimanto - São exatamente assim, efetivamente, os padecimentos de tais doentes.

Sócrates - Pois então! Não é encantador da parte deles o fato de considerarem o seu maior inimigo quem lhes disser a verdade: que enquanto não deixarem de se embriagar, de comer à farta, de se entregarem à luxúria e à ociosidade, de nada lhes valerão remédios, nem cautérios, operações, cantigas, amuletos ou outras coisas da mesma espécie?

Adimanto - Encantador, não é nada! Porque zangar-se com quem fala para nosso bem, não tem qualquer encanto.

Sócrates - Não és apologista, ao que me parece, de homens desta espécie.

Adimanto - Por Zeus que não!

V. Sócrates - Tampouco colherá os teus louvores à cidade que proceder, toda ela, como há pouco referimos. Ou não te parece que fazem o mesmo que esses doentes, todas aquelas cidades mal administradas, que proclamam publicamente aos seus cidadãos que não podem tocar no conjunto da constituição da urbe, sob pena de morte, se o fizerem, mas que quem tratar de modo muito agradável os seus concidadãos que vivem nesse regime, e se precipitar a lhes ser agradável e a antecipar a realização dos seus desejos, e for hábil em lhes dar cumprimento, esse será um homem de valor, de grande saber e honrado por eles?

Adimanto - É isso mesmo que elas me parecem fazer e em nada lhes concedo os meus louvores.

Sócrates - E os que querem e se empenham em servir cidades destas? Não admiras a sua coragem e complacência?

Adimanto - Admiro sim, exceto aqueles que são enganados por eles e julgam que são políticos de verdade, só porque gozam dos louvores da maioria.

Sócrates - Que queres dizer? Não perdoas a esses homens? Ou pensas que é possível que um homem que não saiba medir, se muitas outras pessoas iguais a ele lhe disserem que tem quatro côvados, não forme tal opinião sobre si mesmo?

Adimanto - Eu penso que não.

Sócrates - Logo, não te zangues com eles. É que na verdade, tais homens são as pessoas mais encantadoras que há, quando estabelecem leis sobre as questões que há pouco analisamos e as corrigem, sempre na convicção de que encontrarão um termo para as fraudes nos contratos e nos assuntos que acabo de referir, sem

perceberem que, na realidade, estão a tentar cortar as cabeças da Hidra.

Adimanto - Realmente, não fazem outra coisa.

Sócrates - Eu, por conseguinte, não pensaria que um legislador autêntico devesse ocupar-se desta espécie de leis e de administração, quer numa cidade mal governada, quer numa que o seja bem – naquela, porque são inúteis e sem alcance, nesta porque qualquer pessoa descobrirá parte delas e o resto surgirá espontaneamente dos costumes tradicionais.

Adimanto - Então, que é que nos resta ainda fazer em matéria de legislação?

Sócrates - A nós nada, mas a Apolo de Delfos competem as mais elevadas, mais belas e mais importantes das disposições legais.

Adimanto - Quais?

Sócrates - A edificação de templos, sacrifícios e outros atos de culto aos deuses, divindades e heróis. E ainda a sepultura dos finados e toda a assistência que deve lhes ser prestada para tornar propícios os que estão no além. Sobre estes assuntos, nada sabemos, e ao fundarmos a cidade não obedeceremos a mais ninguém, se tivermos senso, nem seguiremos outro guia, senão o da nossa pátria. Pois sem dúvida é este deus que, em todos os assuntos, é o intérprete nacional para todos os homens, quando profetiza sentado no omphalos, no centro da terra.

Adimanto - Dizes bem. E é assim que se deve fazer.

VI. Sócrates - Temos, portanto, a tua cidade já fundada, ó filho de Aríston. E agora, depois disto, repara bem nela. Arranja em qualquer parte a luz suficiente, chama o teu irmão, Polemarco e os outros, a ver se conseguimos descortinar onde poderá estar a justiça e a injustiça, e em que diferem uma da outra, e qual das duas deve possuir quem quiser ser feliz, quer passe ou não despercebido a todos os deuses e homens.

Glauco - Estás a falar sem sentido. Pois prometeste que tu, é que havias de investigar e a título de que não seria piedoso, da tua parte, não socorrer a justiça com toda a tua capacidade.

Sócrates - Lembras uma coisa que é verdadeira, e assim se deve fazer, mas é preciso que vocês ajudem.

Glauco - Assim faremos.

Sócrates - Espero, por conseguinte, descobri-lo deste modo. Creio que a nossa cidade, se de fato foi bem fundada, é totalmente boa.

Glauco - É forçoso que sim.

Sócrates - É, portanto, evidente que é sábia, corajosa, temperante e justa.

Glauco - É evidente.

Sócrates - Logo, se encontrarmos nela qualquer destas virtudes, o que resta

será o que não encontrarmos.

Glauco - Claro.

Sócrates - Portanto, é como se, dentre quatro coisas, procurássemos uma delas, em qualquer lado e logo que a reconhecêssemos nos daríamos por satisfeitos. Mas, se anteriormente conhecêssemos as três, devido a isso mesmo, descobriríamos o que procurávamos. Pois é manifesto que já não havia mais por onde escolher, senão o que restava.

Glauco - Dizes bem.

Sócrates - Logo, também neste assunto, uma vez que se dá o caso de serem quatro as coisas, não deveremos conduzir a nossa investigação desta maneira?

Glauco - É evidente que sim.

Sócrates - Ora, nesta questão, parece-me que se evidencia em primeiro lugar a sabedoria. E algo de estranho se manifesta a seu respeito.

Glauco - O quê?

Sócrates - A cidade que analisamos me parece ser realmente sábia, uma vez que é ponderada, não é?

Glauco - É.

Sócrates - Pois, essa mesma qualidade, a ponderação, é evidente que é uma espécie de ciência. Efetivamente, não é pela ignorância, mas pela ciência, que se delibera bem.

Glauco - É evidente.

Sócrates - Mas na cidade há muitas e variadas espécies de ciências.

Glauco - Como não há de haver?

Sócrates - Porventura, será devido à ciência dos carpinteiros que a cidade deve proclamar-se sábia e ponderada?

Glauco - De modo algum deverá sê-lo, devido a ela, mas se dirá que possui a ciência da construção.

Sócrates - Então, é graças à ciência dos utensílios de madeira, quando delibera sobre a maneira de trabalhá-los o melhor possível, que a cidade deve apelidar-se de sábia?

Glauco - Seguramente que não.

Sócrates - Pois então! É devido à ciência de trabalhar objetos de bronze ou de qualquer substância semelhante?

Glauco - De nenhuma delas.

Sócrates - Nem, devido à que diz respeito à produção dos frutos da terra, que seria o saber agrícola.

Glauco - Acho que sim.

Sócrates - E então? Existe alguma ciência, na cidade que há pouco fundamos, em alguns dos seus cidadãos, pela qual delibere, não sobre qualquer pormenor que nela se encontre, mas sobre a sua totalidade, sobre a melhor maneira de se comportar consigo mesma e perante as outras cidades?

Glauco - Existe sim senhor.

Sócrates - Qual é ela? E em quem existe?

Glauco - Essa ciência é a da vigilância e encontra-se naqueles chefes que agora mesmo classificamos como guardiões perfeitos.

Sócrates - Devido então a essa ciência, como denominas a cidade?

Glauco - Ponderada e sábia, de verdade.

Sócrates - Crês que teremos na cidade mais ferreiros ou verdadeiros guardiões?

Glauco - Ferreiros e muitos mais.

Sócrates - Logo, de todos aqueles que, por serem possuidores de uma ciência, dela tiram a sua denominação, os menos numerosos de todos seriam os guardiões?

Glauco - Muito menos, sem dúvida.

Sócrates - Por conseguinte, é graças a mais diminuta classe e setor, e à ciência que encerra ao que ocupa a sua presidência e chefia que, uma cidade fundada de acordo com a natureza pode ser toda ela sábia. E, é ao que me parece, por natureza extremamente reduzida esta raça, a quem compete participar desta ciência, a única dentre todas as ciências que deve chamar-se sabedoria.

Glauco - É exatamente como dizes.

Sócrates - É esta então, uma das quatro virtudes. Não sei de que maneira a descobrimos, a ela e ao lugar da cidade onde mora.

Glauco - A mim me afigura que está satisfatoriamente descoberta.

VII. Sócrates - Mas realmente, a coragem e o ponto onde reside, essa virtude pela qual a cidade merece o nome de corajosa, não é nada difícil de discernir.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Quem diria que uma cidade é covarde ou corajosa, atendendo a qualquer outra coisa que não seja aquele setor que luta e combate por ela?

Glauco - Ninguém atentaria em outra coisa.

Sócrates - Não julgo, com efeito, que os outros habitantes, quer sejam covardes ou corajosos, possam ser capazes de lhe atribuir uma ou outra dessas propriedades.

Glauco - Pois não.

Sócrates - Logo, a cidade é corajosa numa das suas partes, pelo fato de aí armazenar energia tal que preservará através de todas as vicissitudes a sua opinião sobre as coisas a temer, que são tais e quais as que o legislador proclamar na educação. Ou não chamas a isto coragem?

Glauco - Não entendi completamente o que dissestes. Ora, diz outra vez.

Sócrates - Afirmo que a coragem é uma espécie de salvação.

Glauco - Mas que espécie de salvação?

Sócrates - A da opinião que se formou em nós, por efeito da lei, graças à educação, sobre as coisas a temer que existem, e a sua qualidade. Por "salvação através de todas as vicissitudes", entendia eu o fato de uma pessoa a conservar no meio dos desgostos, dos prazeres, dos desejos e dos temores, sem a abandonar. Se quiseres, vou explicar-te por meio de uma comparação.

Glauco - Quero sim.

Sócrates - Ora, tu sabes que os tintureiros, quando querem tingir a lã para ficar de cor púrpura, primeiro escolhem, dentre todos os coloridos, uma só espécie, a branca; em seguida preparam-na, aplicando-lhe grande tratamento, a fim de que se imbua dessa cor o máximo possível. E então a mergulham no tinto. E, se alguma coisa for tingida segundo este processo, o tinto torna-se indelével, e a lavagem, com ou sem detergentes, não é capaz de lhe tirar a cor. Aquilo que não o for, tu sabes como fica, quando se tingem lãs de outras cores, ou até quando, mesmo a que é branca, não foi preparada.

Glauco - Sei que desbota e fica ridícula.

Sócrates - Supões, portanto, que também nós realizamos uma coisa parecida, na medida das nossas forças, quando selecionamos os guerreiros e os educamos pela música e pela ginástica. Não julgues que planejamos outra coisa que não fosse preenchê-los com as leis da melhor maneira possível, a fim de que as recebessem como um tinto, para que a sua opinião se tornasse indelével, quer sobre as coisas a temer, quer sobre as restantes, devido a terem tido uma natureza e uma educação adequadas. E também para que o seu tinto não desbote com aqueles detergentes que são terríveis para tirar a cor – o prazer, de efeito mais temível do que qualquer soda ou barrela, o desgosto, o temor e o desejo, que o são mais do que qualquer outro detergente. É, pois, a uma força desta ordem, salvação em todas as circunstâncias de opinião reta e legítima, relativamente às coisas temíveis e às que não o são, que eu chamo coragem e tenho nessa conta, se não tens nada a opor.

Glauco - Não tenho nada. Parece-me, efetivamente, que não consideras nada

legítima a opinião direta sobre estes mesmos assuntos, quando formada sem o auxílio da educação, como é o caso da dos animais e dos escravos e achas que lhe deve ser dado qualquer outro nome, menos o de coragem.

Sócrates - É exatamente como dizes.

Glauco - Aceito, por conseguinte, que seja isso a coragem.

Sócrates - Aceita-a então, como sendo a coragem política e terás razão em fazê-lo. Mas para outra vez, se quiseres, havemos de analisá-la ainda melhor. Porque agora não é esse o objeto da nossa investigação, mas sim a justiça. Relativamente, pois àquela indagação, basta, a meu entender.

Glauco - Dizes bem.

VIII. Sócrates - Há, portanto, ainda duas virtudes a examinar na cidade: a temperança e a que é causa de toda esta investigação, a justiça.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Como havemos, pois de descobrir a justiça, sem tratarmos da temperança?

Glauco - Eu, por mim, não sei; nem queria que ela nos aparecesse antes de estudarmos a temperança. Se quiseres agradar-me, examina esta antes daquela.

Sócrates - Claro que quero, senão, seria injusto.

Glauco - Repara então.

Sócrates - Vamos ver. Vista de onde estamos se assemelha, ainda mais que nos casos anteriores, a um acorde e a uma harmonia.

Glauco - Como?

Sócrates - A temperança é uma espécie de ordenação e ainda o domínio de certos prazeres e desejos, como quando dizem, não entendo bem de que maneira, “ser senhor de si”, e empregam outras expressões do gênero que são como que vestígios desta virtude. Não é assim?

Glauco - Exatissimamente.

Sócrates - Ora, a expressão “ser senhor de si” não é ridícula? Com efeito, quem é senhor de si, será também, sem dúvida, escravo de si; e o que é escravo, senhor; porquanto é à mesma pessoa que se faz referência em todos estes casos.

Glauco - Pois não?

Sócrates - Mas esta expressão parece-me significar que na alma do homem há como que uma parte melhor e outra pior; quando a melhor por natureza domina a pior, chama-se a isso “ser senhor de si” – o que é um elogio, sem dúvida; porém, quando devido a uma má educação ou companhia, a parte melhor, sendo menor, é dominada pela superabundância da pior, a tal expressão censura o fato como coisa vergonhosa, e chama ao homem que se encontra nessa

situação escravo de si mesmo e libertino.

Glauco - Também me parece que deve ser isso.

Sócrates - Olha então para a nossa nova cidade e descobrirás nela a presença de uma destas condições. Dirás que é com justiça que ela é proclamada senhora de si, se realmente deve-se denominar temperante e senhor de si tudo aquilo cuja parte melhor governa a pior.

Glauco - Estou a olhar, e acho que dizes a verdade.

Sócrates - Ora, desejos, prazeres e penas, em grande número e de todas as espécies, seria coisa fácil de encontrar, sobretudo, nas crianças, mulheres, criados e nos muitos homens de pouca monta a que chamam livres.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Mas sentimento simples e moderado, dirigido pelo raciocínio conjugado com o entendimento e a opinião correta, em pouca gente os encontrará e só nos de natureza superior e formados por uma educação superior.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Não vês também que, na tua cidade os desejos da multidão dos homens de pouca monta são subjugados pelos desejos e pelo bom senso dos que são menos e melhores?

Glauco - Vejo sim.

IX. Sócrates - Se, por conseguinte, deve-se classificar alguma cidade como senhora dos seus prazeres e desejos, e de si mesma, é esta que assim se deve denominar.

Glauco - Absolutamente, na verdade.

Sócrates - Acaso não lhes chamaremos também temperante, devido a todos estes fatos?

Glauco - Claro que sim.

Sócrates - Ora, se noutra cidade existir o mesmo parecer em governantes e governados, sobre a espécie de pessoas que devem exercer o poder, também na nossa isso seria possível. Ou não te parece?

Glauco - Seguramente que sim.

Sócrates - Em quais dos cidadãos dirás, então, que existe a temperança, quando eles se comportam deste modo? Nos governantes ou nos governados?

Glauco - Em uns e outro.

Sócrates - Vês, então, que adivinhamos corretamente há muito, ao dizer que a temperança se assemelha a uma harmonia?

Glauco - E por quê?

Sócrates - Porque não é como a coragem e a sabedoria que, existindo cada

uma só num lado da cidade, tornavam-na uma sábia, a outra corajosa, que a temperança atua. Esta se estende completamente por toda a cidade, pondo-os todos a cantar em uníssono na mesma oitava, tanto os mais fracos como os mais fortes, como os intermediários, no que toca ao bom senso, ou se quiseres, à força; ou se quiseres, à abundância, riquezas ou qualquer outra coisa desta espécie. De maneira que, poderíamos dizer com toda a razão que a temperança é esta concórdia, harmonia, entre os naturalmente piores e os naturalmente melhores, sobre a questão de saber quem deve comandar, quer na cidade, quer num indivíduo.

Glauco - Sou inteiramente dessa opinião.

Sócrates - Seja. Pusemos a descoberto três coisas na nossa cidade, segundo nos parece. Quanto à espécie restante, pela qual a cidade participa ainda da virtude, que poderá ela ser? É evidente que será a justiça.

Glauco - É evidente.

Sócrates - Ora, Glauco, agora, temos de nos postar em círculo à volta da moita, como caçadores, de espírito atento. Não vá a justiça fugir por qualquer lado, tornar-se invisível e desaparecer. Pois é evidente que, ela anda aí por qualquer canto. Olhas, então, e esforça-te por descortina-la, a ver se a avistas antes de mim e me prevines.

Glauco - Quem dera! Mas se, em vez disso, te servires de mim como um seguidor, capaz de ver o que lhe apontarem, me achará muito satisfatório.

Sócrates - Vem atrás de mim – disse eu – depois de teres feito a tua oração comigo.

Glauco - Assim o farei; apenas guia-me.

Sócrates - Não há dúvida que, o lugar é inacessível e sombrio, pois é escuro e difícil para a batida. Mas, seja como for, temos de avançar.

Glauco - Temos de avançar.

Depois de ter olhado também, exclamei: - Olha! Olha! Ó, Glauco! Estamos quase a encontrar o rastro e penso que não há de nos escapar de modo algum!

Glauco - Dás boas notícias!

Sócrates - Realmente, não há dúvida que somos bem tolos!

Glauco - Como?

Sócrates - Meu caro, há muito, desde o começo, que esta questão parece andar a rolar à frente de nossos pés, sem que nós a víssemos, fazendo em vez disso uma ridícula figura! Tal como aqueles que às vezes andam à procura do que temos nas mãos, também nós não olhávamos para ela e examinávamos o que estava mais longe. Foi talvez por aí que, a questão nos escapou.

Glauco - Que queres dizer com isso?

Sócrates - O seguinte: que me parece que há muito estamos a falar e a ouvir falar sobre o assunto, sem nos apercebermos de que era da justiça que de algum modo estávamos a tratar.

Glauco - Longo prefácio para quem deseja escutar!

X. Sócrates - Mas escutes, a ver se eu digo bem. O princípio que de entrada estabelecemos, que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora, nós estabelecemos, segundo suponho, e o repetimos muitas vezes se bem te lembras, que cada um deve se ocupar de uma função na cidade, aquela para a qual a sua natureza é mais adequada.

Glauco - Dissemos isso, efetivamente.

Sócrates - Além disso, que executar a tarefa própria e não se meter nas dos outros, era justiça. Escutamos essa afirmação de muitas outras pessoas e a fizemos nós mesmos muitas vezes.

Glauco - Fizemos, sim.

Sócrates - Logo, meu amigo, esse princípio pode muito bem ser, de certo modo, a justiça: o desempenhar cada um a sua tarefa. Sabes em que me baseio?

Glauco - Não. Dizes lá!

Sócrates - Parece-me que, o que restava na cidade, daquilo que examinamos – a temperança, a coragem e a sabedoria –, era o que dava a todas essas qualidades a força para se constituírem e uma vez constituídas, as preservava enquanto se mantivesse nelas. Nós dissemos que a justiça havia de ser o que nos restava, se descobríssemos as outras três.

Glauco - Forçosamente.

Sócrates - Mas, na verdade se fosse preciso julgar qual destas qualidades, pela sua presença, faz com que a nossa cidade seja boa, seria difícil de distinguir se era a concordância de opiniões dos governantes e dos governados, se a preservação, mantida entre os guerreiros, da opinião legítima acerca do que se deve ou não recear, ou a sabedoria e vigilância existentes nos chefes, ou se o que a torna mais perfeita é a presença, na criança, na mulher, no escravo, no homem livre, no artífice, no governante, no governado, da noção de que cada um faz o que lhe pertence e não se mete no que é dos outros.

Glauco - É difícil distinguir. Como não o seria?

Sócrates - Logo, a força que leva cada um a se manter nos limites da sua tarefa, rivaliza ao que parecem, relativamente à virtude da cidade, com a sabedoria, temperança e coragem da mesma.

Glauco - Sim e muito.

Sócrates - E não porias a justiça como rival destas para dar virtude à cidade?

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - Reparas, então, neste ponto, a ver se manténs a tua opinião. Vais incumbir aos chefes da cidade de administrar a justiça?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E eles, nos seus julgamentos, acaso pretendem qualquer outra coisa de preferência a isto: evitar que cada um detenha bens alheios ou que seja privado dos próprios?

Glauco - Não; é isso que eles pretendem.

Sócrates - Considerando que é uma coisa justa?

Glauco - Sim.

Sócrates - Vês, se pensas o mesmo que eu. Se um carpinteiro experimentar fazer o trabalho de um sapateiro, ou um sapateiro o de um carpinteiro, trocando os utensílios respectivos ou salários, ou se o mesmo homem tentar exercer ambos os ofícios, ou se fizerem as outras mudanças, porventura achas que o fato causará grande prejuízo à cidade?

Glauco De modo algum.

Sócrates - Mas, penso eu, quando um homem for, de acordo com sua natureza, um artífice ou negociante qualquer e depois, exaltado pela sua riqueza, pela multidão, pela força ou qualquer atributo deste gênero, tentar passar para a classe dos guerreiros, ou um guerreiro para a dos chefes e guardiões, sendo assim, indigno disso; e forem esses que permutem entre si, instrumentos e honrarias, ou quando o mesmo homem, tentar exercer estes cargos todos ao mesmo tempo, nesse caso, penso que também acharás que esta mudança e confusão serão a ruína da cidade.

Glauco - Absolutamente.

Sócrates - A confusão entre essas três classes acarreta para a cidade o máximo da deterioração e com toda a razão, pode-se considerar esta desordem o maior dos malefícios.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, não é a injustiça o maior malefício que se pode cometer contra a cidade?

Glauco - Sim, é.

XI. Sócrates - Logo, é nisso que consiste a injustiça. Ao contrário, quando a classe dos homens de negócios, a dos guerreiros e a dos magistrados exerce a sua função própria e só se ocupam dessa função, não é o inverso da injustiça e o

que torna a cidade justa?

Glauco - Acredito que não pode ser de outra maneira.

Sócrates - Não o afirmemos ainda categoricamente; porém, se reconhecermos que esta concepção, se aplicada a cada homem em particular, é também a justiça, então receberá a nossa aprovação. Do contrário, dirigiremos a nossa análise para outra direção. Agora, completemos esta investigação que, conforme pensávamos; devia-nos permitir divisar mais facilmente a justiça do homem, se tentássemos primeiramente descobri-la em algum modelo mais amplo que a contivesse. Pareceu-nos que esse indivíduo era a cidade; por isso, fundamos uma tão perfeita quanto possível, sabendo muito bem que a justiça se encontraria numa cidade bem governada. Vamos transladar agora para o indivíduo, o que encontramos na cidade e, se concluirmos que a justiça é isso, tanto melhor. Contudo, se descobrirmos que a justiça é outra coisa no indivíduo, voltaremos a atenção para a cidade. Pode ser que, comparando estas concepções e pondo-as em contato uma com a outra, façamos brotar a justiça como o fogo de uma pederneira; em seguida, quando ela tiver se tornado evidente, fixá-la-emos em nossas almas.

Glauco - É o que se denomina proceder com método. É assim que é preciso agir.

Sócrates - Quando duas coisas, uma maior, outra menor, possuem o mesmo nome, são elas diferentes, enquanto possuem o mesmo nome ou semelhantes?

Glauco - Semelhantes.

Sócrates - Assim sendo, o homem justo, enquanto justo, não será diferente da cidade justa, mas semelhante a ela.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Ora, a cidade foi, por nós, considerada justa, quando cada uma de suas classes se ocupava de sua tarefa específica; por outro lado, nós a consideramos moderada, corajosa, e sábia pelas disposições e as qualidades dessas mesmas classes.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Portanto, meu amigo, consideraremos da mesma forma o indivíduo, quando a sua alma encerra, essas mesmas partes que correspondem às três classes do Estado.

Glauco - E absolutamente necessário.

Sócrates - Estamos, então, meu amigo, às voltas com uma questão embaraçosa em relação à alma: saber se ela tem ou não em si mesma estas três partes.

Glauco - A mim não parece embaraçosa. Talvez, Sócrates, o provérbio tenha razão ao afirmar que as coisas belas são difíceis.

Sócrates - Sou do mesmo parecer. Mas quero que conheças perfeitamente, Glauco, a minha opinião: pelos métodos que empregamos nesta discussão, nunca atingiríamos o objetivo da nossa pesquisa, pois o caminho é outro, mais longo e complicado. Contudo, talvez cheguemos a resultados a respeito do que dissemos e analisamos até agora.

Glauco - Não devemos contentar-nos com isso? Quanto a mim, é o que basta.

Sócrates - Também a mim basta.

Glauco - Não desanimes, então e continua em tua análise.

Sócrates - É preciso convir que, em cada um de nós, se encontram as mesmas formas e os mesmos caracteres que na cidade. Pois é a partir daí que passam para ela. De fato, seria ridículo acreditar que o caráter irascível de certas cidades não se origina nos cidadãos com fama de o possuírem, como os trácios, os citas e quase todos os povos do norte; ou que não acontece a mesma coisa com o amor ao conhecimento, que se poderia atribuir especialmente aos habitantes do nosso país, ou com o amor às riquezas, que se atribui, sobretudo, aos fenícios e aos egípcios.

Glauco - Não há dúvida.

Sócrates - É assim que as coisas acontecem e não é difícil entender.

Glauco - Claro que não.

XII. Sócrates - Difícil sim, será decidir se é pelo mesmo elemento que realizamos cada uma das nossas ações ou determinada ação por um dos três elementos; se julgamos por um, nos irritamos por outro, desejamos por um terceiro os prazeres da comida, da reprodução e todos os da nossa família, ou então, se a alma inteira intervém em cada uma dessas operações, quando somos chamados a realizá-las. Isto é que será difícil de determinar satisfatoriamente.

Glauco - Também creio.

Sócrates - Procuremos determinar desta maneira se esses elementos são idênticos entre si ou diferentes.

Glauco - De que maneira?

Sócrates - É evidente que, o mesmo sujeito, ao mesmo tempo e a respeito do mesmo objeto, não é capaz de produzir ou experimentar efeitos contrários. De maneira que, se descobrirmos aqui contrários, saberemos que há, não um, mas vários elementos.

Glauco - Que seja.

Sócrates - Ouve, pois, o que vou dizer.

Glauco - Fala.

Sócrates - É possível que a mesma coisa esteja ao mesmo tempo imóvel e em movimento, na mesma das suas partes?

Glauco - De jeito nenhum.

Sócrates - Certifiquemo-nos ainda mais, para que não surjam dúvidas à medida que avançamos. Se alguém afirmasse que um homem que só consegue mexer os braços e a cabeça está ao mesmo tempo imóvel e em movimento, julgo que diríamos que não devemos exprimir-nos assim, mas dizer que uma parte do seu corpo está imóvel e a outra em movimento. Não é assim?

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Mas, se o nosso interlocutor afirmasse que o pião está completamente imóvel e em movimento quando gira retido no mesmo lugar por sua ponta, ou que se dá o mesmo com qualquer outro objeto que se move em círculo em tomo de um ponto fixo, por certo que não o admitiríamos. Diríamos que, não são nas mesmas partes que tais objetos estão em repouso e em movimento; diríamos que têm um eixo e uma circunferência, que em relação ao eixo, estão imóveis — pois o eixo não se inclina para nenhum dos lados — e que relativamente à circunferência se movem circularmente; mas quando o corpo em movimento inclina com ele a linha de eixo para a direita ou para a esquerda, para frente ou para trás, então não está absolutamente imóvel.

Glauco - Seria uma resposta perfeita.

Sócrates - Então, não nos deixaremos perturbar por tais objeções, assim como não deixaremos que nos convençam de que o mesmo sujeito, nas mesmas partes e relativamente ao mesmo objeto, experimenta ou produz ao mesmo tempo duas coisas opostas.

Glauco - Quanto a mim, sem dúvida que não me deixarei convencer.

Sócrates - Entretanto, para não sermos obrigados a perder tempo analisando todas as objeções semelhantes e certificando-nos da sua falsidade, consideremos o nosso princípio verdadeiro e sigamos em frente, depois de termos admitido que, se alguma vez ele se mostra falso, todas as conclusões a que tivermos chegado serão nulas.

Glauco - É isso mesmo o que devemos fazer.

XIII. Sócrates - Dizes-me agora: aprovar e desaprovar, desejar uma coisa e recusá-la, chamar a si e repelir, são ações contrárias entre si, quer se trate de atos, quer de estados, já que isso não implica nenhuma diferença?

Glauco - Obviamente, que são contrárias.

Sócrates - Porventura colocarás a sede, a fome, os apetites em geral e também o desejo e a vontade na primeira classe desses contrários que acabamos de mencionar? Por exemplo, não dirás que a alma, daquele que deseja buscar o objeto desejado ou atrai a si o que gostaria de possuir, ou ainda, à medida que pretende que uma coisa lhe seja dada, responde a si mesma, como se alguém a interrogasse, que aprova essa coisa, devido ao desejo que tem de obtê-la?

Glauco - Direi.

Sócrates - Mas, não consentir, não querer, não desejar, não é o mesmo que repelir, afastar de si? E, não são estes estados da alma contrários aos precedentes?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, não diremos que temos certos desejos, como a sede e a fome, que são os mais fortes de todos?

Glauco - Sim, diremos.

Sócrates - Um, objetiva a bebida e o outro, a comida.

Glauco - Claro!

Sócrates - A sede, como tal, pode ser algo mais do que o mero desejo de beber? Por exemplo, é sede de bebida quente ou fria, em grande ou pequena quantidade, enfim, de um determinado tipo de bebida? Ou é o calor que, somado à sede, provoca o desejo de beber frio; ou o frio, o de beber quente. Mas a sede, em si mesma, é apenas o desejo do objeto natural, a bebida, como a fome é o desejo de comida?

Glauco - É verdade. Cada desejo, considerado em si mesmo, não é senão desejo do objeto natural, correspondendo aquilo que se lhe acrescenta a esta ou aquela qualidade desse objeto.

Sócrates - E que não venham, pois, a nos objetar dizendo que ninguém deseja a bebida, mas a boa bebida, nem a comida, mas a boa comida, sendo que todos os homens desejam as boas coisas; e se a sede é desejo, tem por objetivo uma boa coisa, seja essa coisa qual for, bebida ou outra. O mesmo acontece com os outros desejos.

Glauco - Entretanto, essa objeção parece ter certa importância.

Sócrates - Porém, com certeza, todo objeto relacionado com outros, considerado numa das suas qualidades está, julgo eu, relacionado com esse objeto; considerado em si mesmo, está relacionado somente consigo mesmo.

Glauco - Não te compreendo.

Sócrates - Não compreendes que, o que é maior, o é somente em relação à outra coisa menor?

Glauco - Isso, eu compreendo.

Sócrates - E o que é muito maior, o é somente em relação ao que é muito menor?

Glauco - Sim.

Sócrates - É que, se é ou será maior, é porque tem relação com algo que foi menor ou que o será?

Glauco - Não há dúvida.

Sócrates - Da mesma maneira, quanto ao mais em relação ao menos, quanto ao dobro em relação à metade, ao mais pesado em relação ao mais leve, ao mais rápido em relação ao mais lento, ao quente em relação ao frio e quanto a todas as outras coisas semelhantes, não se dá o mesmo?

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - E o mesmo princípio não vale para as ciências? A ciência, considerada em si mesma, tem por objetivo o que é passível de ser conhecido; mas uma determinada ciência tem por objeto um conhecimento específico. Explico-te: quando nasceu a ciência de construir casas, não foi diferenciada das outras com a denominação de arquitetura?

Glauco - É verdade.

Sócrates - Foi diferenciada porque não era parecida com nenhuma outra ciência?

Glauco - Sim.

Sócrates - E isso não aconteceu porque possui um objeto determinado? E não ocorre a mesma coisa com todas as outras artes e todas as outras ciências?

Glauco - Ocorre.

XIV. Sócrates - Se agora me compreendeste, reconhecerás que era isso o que eu queria dizer: todo objeto relacionado com outros, considerado em si mesmo, relaciona-se apenas consigo mesmo, considerado numa das suas qualidades em relação a esse objeto. Aliás, não afirmo que, o que está relacionado com esse objeto seja semelhante a esse objeto, que, por exemplo, a ciência da saúde e da doença seja sã ou malsã e a ciência do bem e do mal, boa ou má. Mas quando a ciência deixa de ser ciência do conhecível em si mesma, porém de determinado objeto, adquire uma determinação e por isso, já não é denominada simplesmente ciência, mas ciência médica - caracterizando-se pelo seu objeto particular.

Glauco - Compreendo o teu raciocínio e o considero exato.

Sócrates - E não situarás a sede, pela sua natureza, na classe das coisas relacionadas com outras?

Glauco - Eu a relacionarei com a bebida.

Sócrates - Assim, determinada sede se relaciona com determinada bebida; mas a sede em si mesma, não se relaciona com uma bebida em grande ou em pequena quantidade, boa ou má; numa só palavra, com uma espécie particular de bebida. A sede em si mesma relaciona-se, por natureza, com a própria bebida.

Glauco - Perfeito.

Sócrates - Logo, a alma daquele que tem sede não quer, senão, beber; é isso o que deseja e a que se predispõe.

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - Quando alguém se predispõe a beber e algo o faz retroceder, trata-se de um princípio diferente do que provoca a sede e o impele cegamente a beber. Porque reconhecemos que o mesmo princípio não pode provocar ao mesmo tempo efeitos contrários.

Glauco - Certamente que não.

Sócrates - De maneira semelhante, creio que seria errado afirmar que as mãos do arqueiro esticam e largam o arco ao mesmo tempo; mas pode-se dizer que uma das mãos o estica e a outra o larga.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - E, às vezes, não se encontram pessoas que, embora tendo sede, recusam-se a beber?

Glauco - Sim, amiúde e em grande número.

Sócrates - Que diremos de tais pessoas, senão, que existe em sua alma um princípio que as manda beber, e outro que as proíbe, sendo este último mais forte que o primeiro?

Glauco - É o que penso.

Sócrates - O princípio que as inibe de beber se origina da razão? Aquele que o impele e lhe governa a alma é provocado por disposições doentias?

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - Com razão, pois, não estaremos equivocados ao considerar que se trata de dois elementos diferentes entre si e ao denominar aquele pelo qual a alma raciocina, será o seu elemento racional, e aquele por causa do qual ela ama, tem fome, tem sede e se atira com ímpeto a todos os outros desejos, será o seu elemento irracional, que desperta a concupiscência; amigo de certas satisfações e de certos prazeres.

Glauco - Não estaremos equivocados ao pensar assim.

Sócrates - Admitamos então que, distinguimos estes dois elementos na alma; mas a cólera, com o concurso da qual nos indignamos, constitui um terceiro

elemento ou é da mesma natureza que um dos outros dois, e de qual deles?

Glauco - Creio que da mesma natureza que o segundo, o que desperta a concupiscência.

Sócrates - Também creio, porque me aconteceu de ouvir contar que Leôncios, filho de Aglaion, ao voltar um dia do Pireu, seguia pela parte exterior da muralha setentrional quando viu cadáveres estendidos perto do carrasco; ao mesmo tempo, que sentiu um grande desejo de observá-los, também sentiu repugnância e se afastou; durante alguns instantes lutou consigo e escondeu o rosto com as mãos; mas, por fim, dominado pelo desejo, arregalou os olhos e correndo na direção dos cadáveres, gritou: “Aí tendes, maus gênios, fartai-vos deste belo espetáculo!”.

Glauco - Eu também ouvi contar isso.

Sócrates - Esta história mostra que: às vezes a cólera luta contra os desejos e por isso, diferencia-se deles.

Glauco - Sim, é verdade.

XV. Sócrates - Observamos também, em muitas outras ocasiões, que quando um homem é arrastado à força pelos desejos, apesar da razão, se revolta contra o que lhe faz violência e que, nesta batalha entre dois princípios, a cólera se coloca como aliada, ao lado da razão. Jamais - eu acredito - tu a viste associada ao desejo, em ti mesmo ou nos outros, quando a razão decide que determinada ação não deve ir contra a sua decisão.

Glauco - Certamente que não!

Sócrates - Mas quando um homem admite estar errado, não é menos capaz, quanto mais nobre for, de se exaltar, suportando a fome, o frio ou qualquer outro desconforto, contra aquele que, conforme acredita, o faz sofrer justamente? Por outras palavras, não se recusa a descarregar a sua cólera sobre aquele que o trata assim?

Glauco - É, a pura verdade.

Sócrates - Quando, porém, julga-se vítima de uma injustiça, não é então, que se inflama, irrita-se, combate do lado que lhe parece justo — mesmo que sofra fome, frio e todas as provações do gênero — e, firme em suas convicções, triunfa, sem se desviar desses sentimentos generosos antes de ter realizado o seu propósito, até que se vingue ou sucumba ou que, à maneira do pastor que acalma seu cão, a razão o acalme e sossegue?

Glauco - Essa comparação é inteiramente exata. Por isso, é que decidimos que na nossa cidade os guerreiros ficariam sujeitos aos magistrados, como os cães aos seus pastores.

Sócrates - Compreendes, à perfeição o que quero dizer; mas, peço-te que faças ainda outra reflexão.

Glauco - Qual?

Sócrates - É que, ao contrário do que pensávamos há pouco, a cólera nos aparece agora bem diferente. Efetivamente, há pouco pensávamos que ela se ligava a um elemento que gera a concupiscência, ao passo que agora, afirmamos que quando uma sedição se ergue na alma, é a cólera que pega em armas a favor da razão.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - É, porém, diferente da razão ou de uma das suas formas, de modo que, não haveria três elementos na alma, mas apenas dois: o racional e o concupiscível? Ou então, assim como três classes compunham a cidade — mercadores, guerreiros e magistrados —, assim também, na alma, o impulso irascível constitui um terceiro elemento, aliado natural da razão, a menos que uma má educação o tenha corrompido?

Glauco - Existe, necessariamente, um terceiro elemento.

Sócrates - Sim, sem dúvida, revela-se distinto do elemento racional, como se revelou distinto do concupiscente.

Glauco - Isso não é difícil de reconhecer. Com efeito, pode-se observá-lo nas crianças: desde o nascimento estão sujeitas à cólera, mas algumas parecem que nunca recebem a razão e a maioria recebe-a tarde.

Sócrates - Tens razão. E isso também se passa com os animais. E o verso de Homero testemunha-o: “Ulisses, batendo no peito, conteve o coração...”.

É evidente, que Homero representa aqui, dois princípios distintos: um, a razão, que reprime a cólera, depois de haver raciocinado sobre o que é melhor ou pior fazer; outro, que se exalta de forma insensata.

Glauco - Muito bem dito.

XVI. Sócrates - Chegamos, afinal, através de inúmeros obstáculos penosamente superados, a estabelecer que existam, na cidade e na alma do indivíduo, princípios correspondentes e iguais em número.

Glauco - Cedo.

Sócrates - Consequentemente, já não é necessário que o indivíduo seja sábio, do mesmo modo e pelo mesmo princípio, que a cidade?

Glauco - Sim, sem dúvida.

Sócrates - E, que a cidade seja corajosa pelo mesmo princípio e do mesmo modo, que o indivíduo? Enfim, que tudo o que diz respeito à virtude, encontre-se igualmente numa e noutro?

Glauco - É necessário.

Sócrates - Então, amigo Glauco, afirmaremos que a justiça tem no indivíduo o mesmo caráter que na cidade.

Glauco - Concordo também com isso.

Sócrates - Mas não podemos nos esquecer de que, a cidade era justa, pelo fato de cada uma das suas três classes, ocuparem-se da sua própria tarefa.

Glauco - Não creio que o tenhamos esquecido.

Sócrates - Lembremo-nos, então, de que se cada um de nós desempenharmos a nossa própria tarefa, seremos também justo e desempenharemos a tarefa que nos é própria.

Glauco - Sim, precisamos nos lembrar disso.

Sócrates - Portanto, não compete à razão mandar, por ser sábia e possuir a responsabilidade de velar pela alma, e à cólera obedecer à razão e defendê-la?

Glauco - Sim, com certeza.

Sócrates - Mas não é como afirmamos, um misto de música e ginástica que conciliará estas partes, fortificando e alimentando uma delas com belos discursos e com os conhecimentos científicos acalmando, abrandando a outra pela harmonia e pelo ritmo?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E estas duas partes, assim educadas, realmente adestradas e instruídas para desempenhar o seu papel, dominarão e conterão o elemento concupiscente, que ocupa o maior espaço na alma e que, por natureza, é insaciável; e irão, ao mesmo tempo, vigiá-lo, para evitar que, saciando-se dos prazeres do corpo, desenvolva-se, revigore-se e em vez de se ocupar da sua tarefa, busque subjugá-los e dominá-los — o que não convém a um elemento da sua espécie — e subverta toda a vida da alma.

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - E nos defenderão melhor dos inimigos externos, com toda a alma e todo o corpo, a primeira decidindo, o segundo lutando sob as ordens da primeira, e executando corajosamente os projetos elaborados por esta.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Denominamos corajoso, pois, um homem, levando em consideração o lado irascível de sua alma, quando esta parte salvaguarda, através de sofrimentos e prazeres, as deliberações a respeito do que se deve ou não recear.

Glauco - É verdade.

Sócrates - E por nós, denominado sábio, levando em consideração essa

pequena parte dele mesmo, que governa e enuncia estas deliberações, parte que possui também o conhecimento do que é proveitoso a cada um dos três elementos da alma e a todos em conjunto.

Glauco - Estou de acordo.

Sócrates - Mas, nós não o denominamos moderado por causa da amizade e harmonia que existe entre o elemento que manda e os que lhe obedecem, quando estes últimos concordam em que a razão deve governar e não há revolta contra ela?

Glauco - Não há dúvida de que, a moderação não é diferente na cidade e no indivíduo.

Sócrates - Portanto, o indivíduo será justo pelo motivo e da maneira que tantas vezes afirmamos.

Glauco - Necessariamente.

Sócrates - Mas será que a justiça se enfraqueceu a ponto de nos parecer diferente do que era na cidade?

Glauco - Não acredito.

Sócrates - Se ainda subsistisse alguma dúvida em nossa alma, poderíamos suprimi-la totalmente comparando a nossa definição da justiça com as noções comuns.

Glauco - Quais?

Sócrates - Suponhamos que, precisássemos decidir a respeito da nossa cidade e do homem que, por natureza e educação, é semelhante a ela. Será possível acreditar que este homem, tendo recebido um depósito de ouro ou prata, o tenha desviado em proveito próprio? E, tu crês que alguém o julgaria mais capaz de semelhante ação, do que aqueles que não lhe são semelhantes?

Glauco - Não creio.

Sócrates - Mas esse homem não será igualmente incapaz de cometer sacrilégio, furto e traição, tanto particularmente em relação aos amigos, como publicamente, em relação à sua cidade?

Glauco - Será incapaz.

Sócrates - E, logicamente, de forma alguma faltará à sua palavra, quer se trate de juramentos, quer de outras promessas.

Glauco - Por certo.

Sócrates - E quanto ao adultério, ao desrespeito aos pais e à falta de piedade em relação aos deuses combinam mais com os outros do que com ele?

Glauco - Mais aos outros, naturalmente.

Sócrates - E a causa de tudo isso, não reside no fato de que cada elemento de

sua alma desempenha a sua tarefa específica, tanto para mandar, quanto para obedecer?

Glauco - Não pode ser outra coisa.

Sócrates - E ainda, perguntas-te se a justiça é algo diferente do poder que produz homens e cidades assim?

Glauco - Certamente que não.

XVII. Sócrates - Aqui está, portanto, perfeitamente realizado o nosso sonho, a respeito do qual declarávamos ter dúvidas, a saber, que seria bastante provável que, logo que iniciássemos a fundação da cidade, nos depararíamos com determinado princípio e modelo da justiça.

Glauco - Assim é de fato.

Sócrates - Portanto, meu amado Glauco, quando exigíamos que o sapateiro, o carpinteiro ou qualquer outro artesão exercesse bem seu ofício, sem intrometer-se em outras atividades, estávamos estabelecendo sem querer uma imagem da justiça.

Glauco - Aparentemente.

Sócrates - Com efeito, a justiça se parece perfeitamente com esta imagem, com a única diferença de que ela não governa os assuntos externos do homem, mas apenas seus assuntos internos, seu ser verdadeiro, não deixando que nenhum dos elementos da alma exerça uma tarefa que não lhe é específica, nem que os outros elementos usurpem mutuamente suas respectivas funções. Ela pretende que, o homem coloque em perfeita ordem os seus reais problemas domésticos, que assuma o comando de si mesmo, discipline-se e conquiste a sua própria amizade; que institua um acordo perfeito entre os três elementos da sua alma, assim como entre os três tons extremos de uma harmonia — o mais agudo, o mais grave, o médio, e os intermédios, se os houver —, e que, ligando-os uns aos outros, transforme-se, de múltiplo que era, em uno, moderado e harmonioso; que somente, então, preocupe-se, se precisar se preocupar, em obter riquezas, em cuidar do corpo, em exercer sua atividade na política ou nos assuntos privados e que em todas essas ocasiões considere justa e honesta a ação que salvaguarda e contribui para completar a ordem que implantou em si mesmo, e sábia a ciência que governa essa ação; que, ao contrário, considere injusta a ação que destrói essa ordem e ignorante a opinião que governa esta última ação.

Glauco - Tudo isso, é a mais pura verdade, meu caro Sócrates.

Sócrates - Que seja. Agora, se afirmássemos que descobrimos o que é o homem justo, a cidade justa e em que consiste a justiça em um e na outra, creio que não nos enganaríamos em demasia.

Glauco - Por certo que não.

Sócrates - Vamos, então, afirmá-lo?

Glauco - Sim.

XVIII. Sócrates - Certo. Resta-nos, julgo eu, analisar a injustiça.

Glauco - Claro que sim.

Sócrates - Pode a injustiça, ser outra coisa que não uma sublevação dos três elementos da alma, uma confusão, uma usurpação das suas respectivas tarefas, a revolta de uma parte contra o todo para conquistar uma autoridade à qual não tem direito, visto que a sua natureza a destina a obedecer àquela que foi gerada para governar? E daí, afirmamos nós, é dessa perturbação e dessa desordem que se origina a injustiça, a intemperança, a covardia, a ignorância, enfim, todos os vícios.

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - E dado que conhecemos a natureza da injustiça e da justiça, já percebemos com clareza em que consistem a ação injusta e a ação justa.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Porque elas não diferem das coisas sãs e das nocivas; o que estas significam para o corpo, aquelas significam para a alma.

Glauco - Em que sentido?

Sócrates - As coisas sãs engendram a saúde; as nocivas, a enfermidade.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Da mesma forma, as ações justas não originam a justiça e as injustas, a injustiça?

Glauco - Sim.

Sócrates - Engendrar a saúde é estabelecer, conforme a natureza, as relações de comando e submissão entre os diferentes elementos do corpo; engendrar a doença é permitir-lhes comandar ou ser comandado, um pelo outro, ao arrepio da natureza.

Glauco - Isso está claro.

Sócrates - Pela mesma razão, engendrar a justiça não significa estabelecer, conforme a natureza, as relações de comando e submissão entre os diferentes elementos da alma? E engendrar a injustiça não significa lhes permitir comandar ou ser comandado, um pelo outro, ao arrepio da natureza?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Consequentemente, a virtude significa, julgo eu, saúde, beleza, boa disposição de ânimo; e o vício, ao contrário, significa doença, feiura, fraqueza.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Mas as boas ações não levam à virtude e as más, ao vício?

Glauco - Necessariamente.

XIX. Sócrates - Agora, só nos resta analisar se é conveniente agirmos com justiça, dedicarmo-nos ao que é honesto e justo, sejamos ou não reconhecidos como tais, ou praticarmos a injustiça e sermos injustos, mesmo que não sejamos castigados e o castigo não nos torne melhores.

Glauco - Mas, Sócrates; julgo essa análise ridícula. Se a vida parece insuportável quando acontece a ruína do corpo, mesmo com todos os prazeres da mesa, com toda a riqueza e todo o poder possíveis, com maior razão o é quando o seu princípio é alterado e corrompido, mesmo que se tenha o poder de fazer tudo o que se quer, salvo evitar o vício e a injustiça, e praticar a justiça e a virtude. Isto é, se as coisas forem exatamente da maneira como as descrevemos.

Sócrates - Esta análise seria de fato ridícula. No entanto, uma vez que alcançamos um ponto de onde podemos divisar com a maior clareza que é essa a verdade, não devemos desanimar.

Glauco - Não, por Zeus, jamais devemos desanimar!

Sócrates - Aproxima-te, pois, para descobrires sob quantas formas se apresenta o vício. Ao menos, aquelas que, em meu julgamento, merecem a nossa atenção.

Glauco - Estou a seguir-te, mostre-as.

Sócrates - Muito bem! Olhando as coisas do ponto de observação em que nos encontramos, pois foi aqui que a discussão nos trouxe, parece-me que existe uma única forma da virtude e que as formas do vício são numerosas, embora apenas quatro mereçam ser aqui analisadas.

Glauco - Que queres dizer?

Sócrates - Que talvez existam tantas espécies de almas, quantas forem as diversas formas de governo.

Glauco - E quantas são?

Sócrates - Cinco espécies de formas de governo e cinco espécies de almas.

Glauco - Indica-as, então.

Sócrates - A forma de governo, que nós expusemos é uma delas, apesar de que, seja possível designá-la por dois nomes. Pois, se entre os magistrados há um homem que se sobrepõe aos outros, chamamos esta forma de monarquia; se a autoridade é compartilhada por vários homens, chamamos de aristocracia.

Glauco - Exatamente.

Sócrates - Mesmo assim, afirmo que se trata de uma única espécie de

constituição. Pois, quer o mando esteja nas mãos de um só homem, quer nas de vários, isto não altera as leis fundamentais da cidade, se estiverem vigorando os princípios de educação e de instrução que nós descrevemos.

Glauco - Totalmente coerente.

Livro V

I. Sócrates - Imagino uma forma de governo boa e correta, tanto para a cidade como para o homem, e julgo as outras más e defeituosas; se aquela for correta, quer objetivem a administração das cidades quer a organização do caráter no indivíduo. Estas formas de governo são representativas de quatro modalidades de vícios.

Glauco - De quais?

Eu ia apresentá-las pela ordem em que acredito que, se formam umas das outras, quando Polemarco, que se encontrava sentado atrás de Adimanto, agarrou este último pelo ombro, puxou-o pela túnica e inclinando-se, falou-lhe em voz baixa algumas palavras das quais só foi possível ouvir o seguinte:

Polemarco - Vamos permitir que ele prossiga?

Adimanto - De jeito nenhum!

Sócrates - A quem quereis permitir que prossiga?

Adimanto - Só pode ser a ti.

Sócrates - E por que motivo?

Adimanto - Porque está a nos parecer que, tu perdes o ânimo, ocultando-nos uma parte importante do assunto, para não seres obrigado a estudá-la e que imaginas poder, escaparmos dizendo levianamente que, a respeito das mulheres e das crianças, todos julgariam evidente que houvesse comunidade entre os amigos.

Sócrates - Por acaso eu não o disse e com razão, Adimanto?

Adimanto - Sim, certamente. Mas essa razão, como todo o resto, necessita de explicações. Que caráter terá essa comunidade? Pois há muitas possíveis. É necessário esclarecer qual é aquela a que tu queres referir. Faz muito tempo que pedimos que nos fales acerca da procriação dos filhos — como se processará e como, após o nascimento, eles deverão ser educados — e que expliques sobre a comunidade das mulheres e das crianças a que te referes. Porque estamos convencidos de que, a resolução que será tomada a esse respeito acarretará importantes consequências. Agora, que passas a examinar outra forma de governo, sem nos teres esclarecido satisfatoriamente sobre estas questões,

decidimos não te deixar prosseguir antes que tenhas, explicado tudo isto, da mesma forma que procedeste com os outros assuntos.

Glauco - Eu também estou de acordo com eles.

Trasímaco - Como vês, Sócrates, é uma decisão unânime.

II. Sócrates - Que discussão tu pretendes levantar novamente a respeito do governo da república, como se ainda estivéssemos no início? Considerava-me satisfeito por havê-la terminado, feliz por vós estardes satisfeitos com o que eu disse há pouco. Ao levantardes essas questões, desconheceis que grande número de discussões tu incitais! Eu percebi isso e o evitei há instantes, temendo que fosse causar grandes embaraços.

Trasímaco - Crês, então, que estes jovens vieram aqui para derreter ouro e não para discutir assuntos relevantes?

Sócrates - Certamente que para discutirem assuntos relevantes, mas de duração limitada.

Glauco - Para homens sensatos, tais discussões podem durar a vida inteira. Mas não te preocupes conosco, nem te canses de responder às nossas indagações, da forma que mais te aprouver e de nos dizer que gênero de comunidade será estabelecido entre os nossos guardiões no que concerne às crianças e às mulheres. E o tipo de educação que será ministrada à infância durante o período que vai do nascimento à educação propriamente dita, tarefa esta que a mim parece a mais difícil de todas. Procura mostrar-nos como é necessário agir.

Sócrates - Eis, aqui, uma questão bastante difícil, meu bom **Glauco**. Pois este assunto comporta muito mais inverossimilhanças, do que aqueles de que já tratamos. O nosso projeto será, por todos, considerado irrealizável; e mesmo, supondo-se, que a expressão se refere a um provérbio, a respeito dos que negligenciavam um dever para se dedicar a alguma ocupação inútil, porém atraente, que venha a se realizar tão perfeitamente quanto possível, continuarão a duvidar da sua superioridade. Por isso, hesitei em abordá-lo, meu caro amigo, temendo que o que eu dissesse pudesse parecer uma vã aspiração.

Glauco - Não hesites. Ouvirão pessoas que não são, nem tolas, nem incrédulas, nem maldosas.

Sócrates - O excelente amigo, falas assim para me tranquilizares?

Glauco - Certamente.

Sócrates - Pois tuas palavras me causam efeito diametralmente oposto! Se eu falasse com conhecimento de causa, o teu estímulo me seria útil; com efeito, abordar assuntos de tão grande importância e que nos preocupam, diante de

pessoas sensatas e amigas, só pode ser feito com segurança e confiança quando se conhece a verdade; mas falar quando não se possui tanta confiança, como acontece comigo neste instante, é assustador e perigoso, não porque possa causar o riso em vós, este temor seria infantil, mas porque, se eu me afastar da verdade, arrastarei os amigos na queda, induzindo-vos a erro num caso da mais alta importância. Por isso, inclino-me diante de Adrastéa, **Glauco**, devido ao que vou dizer. Em minha opinião, aquele que mata alguém acidentalmente comete um crime menor do que aquele que induz alguém ao erro a respeito de belas, boas e justas leis. Além do mais, é preferível correr esse risco entre inimigos a entre amigos!

Glauco - Se viermos a sofrer algum prejuízo por causa da discussão, Sócrates, tu serás por nós, absolvido do crime e do engano de que formos vítimas! Por isso, arma-te de coragem e fales.

Sócrates - Não resta dúvida de que réu absolvido é inocente, nos termos da lei. É então natural que, se assim é em tal caso, também o seja neste.

Glauco - Exatamente por isso, fala.

Sócrates - Precisamos voltar atrás e dizer o que talvez eu devesse ter dito na ocasião apropriada. Contudo, talvez seja conveniente que, depois de havermos determinado com precisão o papel dos homens, determinemos agora o das mulheres, principalmente por ser isto que desejas. Para homens por natureza e educação, tais como desejávamos, não existe, julgo eu, pelo uso legítimo dos filhos e das mulheres, senão, pelo caminho em que os orientamos no início. Pois, de certa maneira, procuramos fazer deles os guardiões de um rebanho.

Glauco - Concordo.

Sócrates - Prossigamos então com esta ideia; concedamos-lhes, a respeito da procriação e da educação, regras específicas e depois, vejamos se o resultado foi satisfatório ou não.

Glauco - Como?

III. Sócrates - Da seguinte maneira: somos da opinião de que as fêmeas dos cães devem cooperar com os machos na atividade da guarda, da caça e em todo o resto, ou que devem permanecer no canil, incapazes de realizar outra coisa porque dão à luz e alimentam os filhotes, enquanto os machos trabalham e assumem toda a responsabilidade do rebanho.

Glauco - Somos da opinião de que devem fazer tudo em comum, com a ressalva de que, para as tarefas que deles esperamos, consideremos as fêmeas mais fracas e os machos mais fortes.

Sócrates - Mas é possível exigir de um animal, os mesmos trabalhos

exigidos de outro, se ele não tiver sido alimentado e criado da mesma forma?

Glauco - É impossível, naturalmente.

Sócrates - Logo, se exigimos das mulheres os mesmos serviços que dos homens, precisamos fornecer-lhes o mesmo tipo de educação.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Nós ensinamos música e ginástica aos homens.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Consequentemente, devem-se ensinar estas duas artes às mulheres, e também o que concerne à guerra, e exigir-lhes os mesmos desempenhos.

Glauco - Isso é decorrência do que estás dizendo.

Sócrates - É possível, porém que, no que diz respeito ao uso transmitido, várias dessas coisas pareçam ridículas, se passarmos da palavra à ação.

Glauco - Certamente.

Sócrates - E qual tu julgas mais ridícula? Com certeza, é o fato de as mulheres se exercitarem nuas nos ginásios, junto com os homens, e não apenas as jovens, mas também as velhas, da mesma forma que esses velhos, enrugados e de aspecto pouco agradável, que continuam com seus exercícios de ginástica.

Glauco - Por Zeus! Seria, por demais, ridículo, ao menos de acordo com os nossos costumes!

Sócrates - No entanto, já que estamos discutindo isso, não devemos temer o riso dos gracejadores, que falam mal de tudo e todos, quando houver tal mudança no que concerne aos exercícios do corpo, à música e principalmente, ao porte das armas e à equitação?

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Então, visto que já entramos no assunto, precisamos avançar até as dificuldades que a lei apresenta, após termos pedido aos gracejadores que renunciem ao seu papel e sejam sérios e lhes termos lembrado que não está distante o tempo em que os gregos acreditavam, assim como ainda acredita a maioria dos bárbaros, que a visão de um homem nu é um espetáculo vergonhoso e ridículo; e que, quando os exercícios de ginástica foram praticados pela primeira vez pelos cretenses, depois pelos lacedemônios, os cidadãos de então tiveram a oportunidade de zombar de tudo isso. Não crês?

Glauco - Sim, creio.

Sócrates - Mas quando lhes pareceu que, era mais conveniente estar nu, do que vestido ao praticar todos esses exercícios, o que lhes parecia ridículo na nudez foi eliminado pela razão, que acabava de descobrir onde estava o melhor.

E isso provou como é insensato aquele que julga ridícula outra coisa, que não seja o mal, que tenta excitar o riso tomando para objeto das suas zombarias outro espetáculo, que não seja a loucura e a perversidade, ou que busque com seriedade um objetivo de beleza que seja diferente do bem.

Glauco - Nada mais certo.

IV. Sócrates - Mas não precisamos começar por reconhecer a possibilidade ou não do nosso projeto e permitir a quem quiser, seja homem zombeteiro ou sisudo, que ponha em discussão se, na raça humana, a fêmea é capaz de realizar todos os trabalhos do macho, ou nenhum, ou então alguns e não outros, e perguntar a qual destas classes pertencem às atividades da guerra? Tão belo início não nos levaria a mais bela das conclusões?

Glauco - Evidentemente que sim.

Sócrates - Queres que sejamos nós, a iniciar a discussão, a fim de não sitiar uma fortaleza deserta?

Glauco - Nada nos impede.

Sócrates - Falemos, então, como falariam os nossos adversários: "Ó Sócrates e **Glauco**, não é necessário que outros vos façam objeções"; efetivamente, vós mesmos admitistes, ao lançardes os alicerces da vossa cidade, que cada um devia dedicar-se apenas à única tarefa adequada à sua natureza.

Glauco - Sim, admitimos.

Sócrates - É possível que o homem não seja tão diferente da mulher por natureza?

Glauco - Como não poderia ser tão diferente?

Sócrates - Portanto, é conveniente estipular a cada um, uma tarefa diferente, de acordo com a sua natureza.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Então, não estareis agora enganados e não caireis em contradição ao afirmardes que homens e mulheres, devem desempenhar as mesmas tarefas, embora tenham naturezas bem diferentes? Poderás, meu grande amigo, responder alguma coisa a respeito disto?

Glauco - Assim de repente, não é fácil; mas terei de te pedir que esclareças também o significado, qualquer que seja da nossa tese.

Sócrates - Essas dificuldades, **Glauco**, e muitas outras semelhantes, eu as previ há muito tempo: era por isso que hesitava em abordar a lei a respeito da posse e da educação das mulheres e das crianças.

Glauco - Por Zeus! Não é coisa fácil!

Sócrates - Claro que não. Mas, na verdade, um homem pode cair numa

piscina ou no mar, embora nem por isso deixe de nadar.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Nós também devemos nadar e tentar sair incólumes da discussão, fortalecidos pela esperança de que talvez encontremos um golfinho para nos carregar, ou mesmo algum outro meio de salvação!

Glauco - Assim parece.

Sócrates - Vejamos então se encontramos uma saída. Concordamos que uma diferença de natureza acarreta uma diferença de funções, e também, que a natureza da mulher difere da do homem. E, agora, pretendemos que naturezas diferentes devem desempenhar as mesmas funções. Não é disto que nos acusam?

Glauco - Sim, é.

Sócrates - Na verdade, **Glauco**, a arte da controvérsia tem um maravilhoso poder!

Glauco - Por quê?

Sócrates - Porque muitas pessoas se deixam levar por ela e julgam raciocinar quando questionam. Isto, por serem incapazes de analisar o seu tema nos seus diferentes aspectos: tiram-lhes contradições aparentes agarrando-se apenas às palavras e utilizam-se da contestação, e não da dialética.

Glauco - De fato, é como agem muitas pessoas. Será o nosso caso na presente questão?

Sócrates - Exatamente. Corremos o risco de, sem o querermos, termos sido levados pela argumentação.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Insistimos em dizer que naturezas diferentes não devem ter os mesmos empregos, ao passo que, de forma alguma analisamos de que espécie de natureza diferente e de que natureza própria se trata, nem sob que relação às diferenciávamos quando atribuímos às naturezas funções diferentes e às naturezas próprias funções idênticas.

Glauco - Realmente, não analisamos.

Sócrates - Portanto, podemos indagar se a natureza dos calvos e a natureza dos cabeludos são idênticas e depois de termos concluído que as naturezas são realmente opostas, proibir os cabeludos de exercerem o ofício de sapateiro, no caso de os calvos o exercerem, e, reciprocamente, aplicar a mesma proibição aos calvos, se for os cabeludos a exercê-lo.

Glauco - Isso seria ridículo!

Sócrates - Sim, mas seria ridículo por uma razão diferente: na exposição do nosso princípio, não pensávamos em naturezas absolutamente idênticas ou

diferentes; não considerávamos, senão, essa forma de diferença ou de identidade que se refere aos empregos em si mesmos. Afirmávamos, por exemplo, que o médico e o homem com aptidão para a medicina possuem a mesma natureza, não é verdade?

Glauco - É verdade.

Sócrates - E que um médico e um carpinteiro possuem natureza diferente.

Glauco - Exato.

V. Sócrates - Logo, se chegarmos à conclusão de que, os dois sexos diferem entre si quanto à sua aptidão para determinada função, diremos que se deve atribuir essa função a um ou a outro; porém, se a diferença consistir apenas no fato de ser a fêmea a parir e não o macho; não admitiremos por isso, como demonstrado que a mulher difere do homem na relação, que nos ocupa, assim continuaremos a pensar que os guerreiros e as suas mulheres devem exercer as mesmas atividades.

Glauco - E não estaremos equivocados.

Sócrates - Depois disso, pediremos ao nosso opositor que nos ensine qual é a atividade, relativamente ao serviço da cidade, para cujo exercício a natureza da mulher difere da do homem.

Glauco - Concordo com esse pedido.

Sócrates - É possível que nos digam, como tu fizeste ainda há pouco, que não é fácil responder imediatamente de modo satisfatório, mas que, depois de um exame, não é difícil.

Glauco - Sim, é possível.

Sócrates - Então, pretendes que peçamos ao nosso opositor que nos acompanhe, enquanto tentamos provar-lhe que não existe nenhum emprego exclusivo da mulher no que concerne à administração da cidade?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Então, perguntar-lhe-emos: quando declaras que um homem é habilitado para uma coisa e outro inabilitado, queres dizer que o primeiro, aprende facilmente e o segundo com dificuldade? Que um, depois de um breve estudo, leva as suas descobertas muito além do que aprendeu, enquanto o outro, com muito estudo e aplicação, nem ao menos salva o saber recebido? Que no primeiro, as disposições do corpo favorecem o espírito e no segundo o prejudicam? Existem outros sinais, além destes, que te permitam distinguir o homem habilitado daquele que não o é?

Glauco - Ninguém afirmará que existem outros.

Sócrates - Tens conhecimento de alguma atividade humana em que, os

homens não sobrepujem as mulheres? Estenderemos o nosso discurso mencionando a tecelagem, a confeitaria e a cozinha, trabalhos que parecem apropriados às mulheres e em que a inferioridade dos homens é altamente ridícula?

Glauco - Estás certo, ao afirmares que em tudo os homens sobrepujam as mulheres. No entanto, muitas mulheres são superiores a muitos homens, em muitas atividades. Porém, em geral, é como dizes.

Sócrates - Consequentemente, meu amigo, não há nenhuma atividade no que concerne à administração da cidade que seja própria da mulher enquanto mulher, ou do homem enquanto homem; ao contrário, as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos, e é próprio da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca do que o homem.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Concederemos, então, todas as atividades aos homens e nenhuma às mulheres?

Glauco -Como fazer isso?

Sócrates - Mas existem mulheres que, têm uma disposição inata para a medicina ou para a música e outras que não têm.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - E não existem as que possuem uma disposição inata para a ginástica e para a guerra, e outras que não apreciam nem a guerra, nem a ginástica?

Glauco - Creio que sim.

Sócrates - Muito bem! Não existem mulheres que amam e outras que odeiam a sabedoria? Não existem algumas que são ardorosas e outras sem ardor?

Glauco - Sim, existem.

Sócrates - Logo, existem mulheres que são aptas para a guerra e outras que não são. Ora, não escolhemos homens dessa natureza para torná-los nossos guerreiros?

Glauco - Sim, escolhemos.

Sócrates - Portanto, a mulher e o homem, possuem a mesma natureza no que concerne à sua aptidão para proteger a cidade, sem esquecer que a mulher é mais fraca e o homem mais forte.

Glauco - Assim parece.

VI. Sócrates - Consequentemente, temos de escolher mulheres semelhantes aos nossos guerreiros, que viverão com eles e com eles protegerão a

cidade, visto que são capazes disso e as suas naturezas são semelhantes.

Glauco - Não há dúvida.

Sócrates - Mas não se devem atribuir as mesmas atividades às mesmas naturezas?

Glauco - Sim.

Sócrates - Percebemos, então, que o caminho percorrido nos reconduz ao ponto de partida. Concluímos, então, que não é contrário à natureza sujeitar as mulheres dos nossos guerreiros à música e à ginástica.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Dessa maneira, a lei que estabelecemos não é, nem impossível, nem um desejo vão, visto que, está de acordo com a natureza. Muito pelo contrário, são as normas atualmente estabelecidas, que vão de encontro à natureza.

Glauco - É o que parece.

Sócrates - Mas não decidimos analisar se a nossa instituição era possível e desejável?

Glauco - Sim, decidimos.

Sócrates - Ora, concluímos que é possível.

Glauco - Concluímos.

Sócrates - Em seguida, precisamos nos convencer de que é desejável.

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - A educação que formará as mulheres para o exercício da guerra, não será diferente da que forma os homens, não é mesmo? Principalmente, se seu objetivo for cultivar naturezas idênticas.

Glauco - Não será diferente.

Sócrates - Muito bem! Qual é a tua opinião sobre isto?

Glauco - Sobre o quê?

Sócrates - Admites que um homem, pode ser melhor e outro pior, ou considera-os todos iguais?

Glauco - De forma alguma posso considerá-los iguais.

Sócrates - E, na cidade que fundamos, quais são, na tua opinião, os melhores: os guerreiros que receberam a educação, por nós descrita ou os sapateiros que foram instruídos na arte do calçado?

Glauco - A tua pergunta é ridícula!

Sócrates - Mas os guerreiros não formam a elite dos cidadãos?

Glauco - Formam.

Sócrates - E as guerreiras não serão a elite das mulheres?

Glauco - Sim, também.

Sócrates - E existe para uma cidade coisa mais valiosa do que possuir os melhores homens e as melhores mulheres?

Glauco - Não.

Sócrates - Mas isso não será o resultado da música e da ginástica aplicadas da forma que estipulamos?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Isto significa que, estabelecemos uma lei não apenas possível, mas também desejável para a cidade.

Glauco - Sim.

Sócrates - Desta forma, as mulheres dos nossos guerreiros, abandonarão as suas roupas, pois a sua virtude as substituirão; participarão da guerra e de todas as atividades relacionadas com a defesa da cidade, sem se ocupar de outra coisa. No serviço, atribuir-lhes-emos apenas a parte mais leve, devido à fraqueza de seus músculos. E a respeito daqueles que zombam das mulheres nuas, quando estiverem treinando para um objetivo superior, não sabem do que zombam, nem muito menos o que fazem. De fato, devemos sempre afirmar que o útil é belo e que só o nocivo é vergonhoso.

Glauco - Tens toda a razão.

VII. Sócrates - Podemos afirmar que, esta disposição da lei a respeito das mulheres é como uma onda a que acabamos de escapar a nado. E não só conseguimos não submergir ao decidirmos que os nossos guerreiros e as nossas guerreiras devem fazer tudo em comum, mas também o nosso discurso demonstra que isso é ao mesmo tempo possível e vantajoso.

Glauco - Realmente, não é pequena a onda a que acabas de escapar!

Sócrates - Não a julgarás grande quando vires a que vem logo em seguida.

Glauco - Mostra-me, então.

Sócrates - Penso, que a essa lei segue as precedentes.

Glauco - Qual?

Sócrates - Todas as mulheres dos nossos guerreiros pertencerão a todos: nenhuma delas habitará em particular com nenhum deles. Da mesma maneira, os filhos serão comuns e os pais não conhecerão os seus filhos, nem estes os seus pais.

Glauco - Esta é uma coisa bem mais inverossímil que o resto e que dificilmente será considerada possível e vantajosa!

Sócrates - Não creio que se possa contestar, no que se refere à vantagem, que a comunidade das mulheres e dos filhos, seja um bem enorme, se for

realizável; mas penso que, a respeito da sua exequibilidade, pode surgir profunda contestação.

Glauco - Um, e outro aspecto, pode muito bem ser contestado.

Sócrates - Estás querendo dizer que serei obrigado a enfrentar uma série de obstáculos. E eu que esperava evitá-los, se tu reconhecesses a vantagem, a de ter que discutir apenas a possibilidade!

Glauco - Sim, mas não soubeste mascarar a tua evasiva. Portanto, explica-me estes dois pontos.

Sócrates - Vejo que não há como fugir. Concede-me, porém, este favor: deixa que me despeça, como esses preguiçosos, que costumam se alimentar dos seus próprios pensamentos quando caminham sozinhos. Com efeito, esta espécie de pessoas não espera descobrir por que meios obterão o que desejam: rejeitando esta preocupação, a fim de não se fatigarem a deliberar sobre o possível e o impossível, supõem que possuem o que querem, arranjam o resto como lhes agrada e compraz-se em enumerar tudo o que farão depois do êxito, tornando assim a sua alma, já sobremaneira preguiçosa, ainda mais preguiçosa. Muito bem! Também eu me rendo à preguiça e pretendo prorrogar para mais tarde a questão de saber como o meu projeto é exequível. Para o momento, julgo-o exequível e vou analisar, acaso, tu me permitas, as atitudes que tomarão os magistrados quando ele for aplicado e provar que nada será mais vantajoso do que a sua aplicação para a cidade e para os guerreiros. E isto o que tentarei analisar contigo, em primeiro lugar; veremos em seguida a outra questão, se concordares.

Glauco -Claro que concordo. Começas.

Sócrates - Acredito que os magistrados e os seus auxiliares, se forem dignos de seus nomes, quererão, estes, fazer o que lhes for mandado. E aqueles, mandar, conformando-se às leis ou inspirando-se nelas nos casos que deixarmos à sua ponderação.

Glauco - É natural.

Sócrates - Logo, tu, o seu legislador, da mesma forma que escolheste os homens, escolherás as mulheres, reunindo tanto quanto possível as naturezas semelhantes. Ora, aquelas e aqueles, que tiveres escolhido, tendo domicílio comum, tomando em comum as suas refeições e não possuindo nada de seu, estarão sempre juntos; e encontrando-se misturados nos exercícios do ginásio e em tudo no que concerne ao resto da educação, serão levados por uma necessidade natural a formar uniões. Não julgas isto necessário?

Glauco - Não uma necessidade geométrica, mas amorosa, que é mais forte

do que a primeira para convencer e conduzir a massa dos homens.

VIII. Sócrates - Tens razão. Mas, Glauco, formar uniões ao acaso ou cometer erros do mesmo gênero, seria uma impiedade, numa cidade feliz e os líderes não a suportariam.

Glauco - Com certeza não seria justo.

Sócrates - É então evidente que, depois disto, celebraremos casamentos tão sagrados quanto pudermos. E os mais sagrados serão os mais vantajosos.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Mas como serão os mais vantajosos, **Glauco**? Vejo na tua casa cães de caça e um grande número de nobres aves. Por Zeus! Prestaste alguma atenção às suas uniões e à maneira como procriam?

Glauco - Que queres dizer?

Sócrates - Em primeiro lugar, entre esses animais, embora todos sejam de boa raça, não existem aqueles que são ou se tomam superiores aos outros?

Glauco - Existem.

Sócrates - Pretendes ter filhotes de todos ou só te interessa ter dos melhores?

Glauco - Dos melhores.

Sócrates - Dos mais novos, dos mais velhos ou dos que estão na flor da idade?

Glauco - Dos que estão na flor da idade.

Sócrates - E não crês que, se a procriação não se realizasse dessa maneira, a raça dos teus cães e das tuas aves degeneraria muito?

Glauco - É verdade.

Sócrates - Mas qual é a tua opinião sobre os cavalos e os outros animais? O que acontece com eles é diferente?

Glauco - Não. Pois seria absurdo.

Sócrates - Meu caro amigo! De que extraordinária superioridade deverão ser possuidores os nossos líderes, se o mesmo se passar em relação à raça humana!

Glauco - Sem dúvida que se passa o mesmo. Mas por que dizes isso?

Sócrates - Porque eles necessitarão empregar uma grande quantidade de remédios. Ora, um médico medíocre, parece-nos bastar quando a doença não exige remédios e é passível de ceder, apenas, com um simples regime; ao contrário, quando exige remédios, sabemos que é necessário um médico mais capacitado.

Glauco - É verdade. Mas aonde pretendes chegar?

Sócrates - A isto: é possível que os nossos governantes se vejam obrigados a empregar largamente a mentira e o engano para o bem dos governados; e já

afirmamos que tais práticas, eram úteis sob a forma de remédios.

Glauco - E afirmamos uma coisa correta.

Sócrates - E essa coisa será muito mais correta no que concerne aos casamentos e à procriação dos filhos.

Glauco - Como assim?

Sócrates - De acordo com os nossos princípios, é necessário tornar as relações muito frequentes entre os homens e as mulheres de elite, e, ao contrário, bastante raras entre os indivíduos inferiores de um e outro sexo; além do mais, é necessário educar os filhos dos primeiros e não os dos segundos, se, por acaso, quisermos que o rebanho atinja a mais elevada perfeição. Todas estas medidas deverão manter-se secretas, salvo para os magistrados, a fim de que, tanto quanto possível, a discórdia não se insinue entre os guerreiros.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Assim, proporcionaremos festividades onde reuniremos noivos e noivas, com acompanhamento de sacrifícios e hinos, que os nossos poetas comporão em honra dos casamentos celebrados. A respeito do número de casamentos, deixaremos aos magistrados a incumbência de fixá-lo, de forma que mantenham o mesmo número de homens — tendo em conta as perdas causadas pela guerra, as doenças e outros acidentes — e que a nossa cidade, na medida do possível, não aumente nem diminua.

Glauco - Está certo.

Sócrates - Organizaremos uma engenhosa modalidade de sorteio, para que os indivíduos medíocres que forem recusados acusem, a cada união, a sorte e não os magistrados.

Glauco - Perfeitamente.

IX. Sócrates - A respeito dos jovens que se tiverem distinguido na guerra ou em outra atividade, conceder-lhe-emos, além de outros privilégios e recompensas, uma maior liberdade de se unirem às mulheres, a fim de que a maioria das crianças possa ser gerada por eles.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - As crianças, à medida que forem nascendo, serão entregues a pessoas encarregadas de cuidar delas, homens, mulheres, ou homens e mulheres juntos, pois as responsabilidades são comuns aos dois sexos.

Glauco - Estou de acordo.

Sócrates - Estes encarregados levarão os filhos dos indivíduos de elite a um lar comum, onde serão confiados a amas que residem à parte, num bairro da cidade. Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que

tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.

Glauco - É um meio seguro de preservar a pureza da raça dos guerreiros.

Sócrates - Cuidarão também da alimentação das crianças, levarão as mães ao lar comum, na época em que os seus seios estiverem repletos de leite e utilizarão todos os meios possíveis para que o número de cidadãos do Estado permaneça imutável, e nenhuma delas reconheça a sua prole. Se as mães não chegarem para a amamentação, procurarão outras mulheres para esse ofício. Em todos os casos, cuidarão para que elas só amamentem durante certo período de tempo, e encarregarão das vigílias e de todo o trabalho difícil às amas e às governantas.

Glauco - Tornas a maternidade muito fácil às mulheres dos guerreiros.

Sócrates - É conveniente que o seja. Mas continuemos na exposição do nosso projeto. Afirmamos que a procriação dos filhos deveria fazer-se na flor da idade.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Mas não achas que a duração média da flor da idade é de vinte anos para as mulheres e trinta para os homens?

Glauco - Como estipulas esse tempo para cada sexo?

Sócrates - A mulher parirá para a cidade dos vinte aos quarenta anos; o homem gerará para a cidade até os cinquenta e cinco anos.

Glauco - Realmente, tanto para um, como para outro, é o período de maior vigor do corpo e do espírito.

Sócrates - Assim, se um cidadão, mais velho ou mais novo, se imiscuir na obra comum de procriação, nós o declararemos culpado de impiedade e injustiça, pois fornece ao Estado um filho cujo nascimento secreto, não foi colocado sob a proteção das preces e sacrifícios que as sacerdotisas, os sacerdotes e toda a cidade oferecerão para cada casamento, a fim de que de homens bons nasçam filhos melhores, e de homens úteis, filhos ainda mais úteis; tal nascimento, ao contrário, será considerado fruto das trevas e da libertinagem.

Glauco - Está certo.

Sócrates - A mesma lei será aplicada àquele que, ainda na idade da formação, tocar numa mulher também nessa idade, sem que o magistrado os tenha unidos. Declararemos que um homem assim introduz na cidade um bastardo cujo nascimento não foi nem autorizado, nem santificado.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Porém, quando para um e outro sexo, houver passado a idade da procriação, deixaremos os homens livres, ligarem-se a quem quiser; com exceção às filhas, às mães, às netas e às avós. Igual liberdade terão as mulheres

em relação aos homens, exceto com seus avós, com seus pais, com seus filhos e com seus netos. Conceder-lhes-emos esta liberdade após haver-lhes recomendado que tomem todas as precauções possíveis para que, nenhum filho fruto dessas uniões veja a luz do dia, e se houver algum que abra caminho à força para a vida, que os enjeitem, pois a cidade não se encarregará de alimentá-lo.

Glauco - As tuas palavras são ponderadas, mas como reconhecerão os seus pais, as suas filhas e os outros parentes a que acabas de te referir?

Sócrates - Não os reconhecerão. Mas todos os filhos que nascerem do sétimo ao décimo mês, a partir do dia em que um guerreiro contrair matrimônio, serão chamados por ele, os do sexo masculino, de filhos, os do sexo feminino, de filhas e eles o chamarão de pai; chamará netos aos filhos destes; e eles chamarão de avó a ele e aos seus companheiros de casamento, e chamarão de avós às suas companheiras. Por fim, todos os que tiverem nascido no tempo em que os seus pais e as suas mães forneciam filhos à cidade, tratar-se-ão de irmãos e irmãs, de maneira a evitar que, como já dissemos, contraiam uniões entre si. Contudo, a lei permitirá que irmãos e irmãs se unam, se tal casamento for acertado pelo sorteio e, além disso, aprovado pela sacerdotisa.

Glauco - Muito bem.

X. Sócrates - Será assim, Glauco, a comunidade das mulheres e dos filhos entre os guerreiros da tua cidade. Que esta comunidade se harmonize com o resto da constituição e seja altamente desejável, eis o que o nosso discurso deve agora demonstrar, não é assim?

Glauco - É; por Zeus!

Sócrates - Ora, como ponto de partida do nosso acordo nós não devemos nos perguntar, qual é, na organização de uma cidade, o maior bem, aquele, que o legislador deve visar ao elaborar as suas leis, e qual, é também o maior mal? Em seguida, não se deve examinar se a comunidade que acabamos de descrever nos orienta para esse grande bem e nos afasta desse grande mal?

Glauco - Concordo plenamente.

Sócrates - Mas, há maior mal para uma cidade, do que aquele que a divide e a torna múltipla em vez de una? Há maior bem do que aquele que a une e a torna una?

Glauco - Não.

Sócrates - Muito bem! A união de prazer e dor não é um bem na cidade, quando, na medida do possível, todos os cidadãos se alegram ou sofrem igualmente com os mesmos acontecimentos, felizes ou infelizes?

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - E não é o egoísmo destes sentimentos que a divide, quando alguns se afligem e os outros se alegram, por ocasião dos mesmos acontecimentos públicos ou particulares?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E isso não é devido ao fato de os cidadãos não serem unânimes em pronunciar estas frases: isto me diz respeito, isto não me diz respeito, isto não tem nada a ver comigo?

Glauco - Sem sombra de dúvida.

Sócrates - Por conseguinte, a cidade onde a maioria dos cidadãos diz no que concerne às mesmas coisas: isto me diz respeito, isto não me diz respeito, esta cidade está excelentemente organizada?

Glauco - Com certeza que sim.

Sócrates - E ela não se comporta, apenas, como um único homem? Eu explico: quando um dos nossos dedos recebe um ferimento, a comunidade do corpo e da alma, que forma uma única organização, experimenta uma sensação. Todas ao mesmo tempo sofrem com uma das suas partes: por isso dizemos que o homem tem dores no dedo. Acontece a mesma coisa com qualquer outra parte do homem, quer se trate do mal-estar causado pela dor, quer do bem-estar que provoca o prazer.

Glauco - De fato, acontece a mesma coisa. É a imagem perfeita que buscavas do Estado bem governado.

Sócrates - Então, se a um cidadão acontecer um bem ou um mal qualquer, será principalmente uma cidade assim que experimentará como sendo seus os sentimentos que ele experimentar e ela, como um todo, compartilhará a sua alegria ou a sua tristeza.

Glauco - E assim que deve ser numa cidade bem administrada e com boas leis.

XI. Sócrates - Agora, voltemos à nossa cidade e analisemos se as conclusões a que chegamos se aplicam especificamente a ela ou se, aplicam-se, de preferência, a outra cidade qualquer.

Glauco - Certo. É assim que devemos fazer.

Sócrates - Nas outras cidades não existem magistrados e povo como na nossa?

Glauco - Existem.

Sócrates - E todos se tratam por cidadãos?

Glauco - Claro que sim.

Sócrates - Nas outras cidades, além de cidadãos, que nome em especial dá o povo àqueles que o governam?

Glauco - A maioria os chama de senhores e, nos governos democráticos, arcontes.

Sócrates - E na nossa cidade? Que outros nomes, além de cidadãos, dará o povo aos líderes?

Glauco - Os de conservadores e de defensores da pátria.

Sócrates - Por seu lado, como estes últimos considerarão o povo?

Glauco - Como a quem lhes proporciona os salários e o sustento.

Sócrates - Mas, nas outras cidades, como os líderes tratam o povo?

Glauco - Como escravos.

Sócrates - E como se tratam entre si aqueles que governam?

Glauco - Como colegas na autoridade.

Sócrates - E na nossa cidade?

Glauco - Como guardiães do mesmo povo.

Sócrates - Dizes-me tu se, nas outras cidades, os líderes tratam como amigo um de seus colegas e como estranho o outro.

Glauco - Muitos agem dessa forma.

Sócrates - Logo, pensam e dizem que se preocupam com os interesses do amigo e não com os do estranho.

Glauco - É verdade.

Sócrates - E entre os teus guerreiros? Existe algum que possa pensar ou dizer de um dos seus colegas que lhe é estranho?

Glauco - De forma alguma, pois cada um verá, nos outros, um irmão ou uma irmã, um filho ou uma filha ou qualquer outro parente na linha ascendente ou descendente.

Sócrates - Excelente. Agora, responde a isto: legislarás, apenas, para que eles troquem entre si nomes de parentesco ou para que todos os seus atos estejam de acordo com esses nomes, para que exprimam aos seus pais todos os deveres de respeito, solicitude e obediência que a lei prescreve em relação aos pais — sob pena de incorrer no ódio dos deuses e dos homens, se agirem de modo diferente? Com efeito, agir de modo diferente é cometer uma impiedade e uma injustiça. São estas máximas ou outras que todos os teus cidadãos ensinarão às crianças, falando-lhes dos seus pais, que lhes mostrarão e dos outros parentes?

Glauco - Serão essas. Seria ridículo que proferissem esses nomes de parentesco, sem cumprir os deveres que eles implicam.

Sócrates - Assim, em nossa república, mais de que em todas as outras, os

cidadãos proferirão em uníssono, quando acontecer algum bem ou mal a um deles, as nossas frases de há pouco: os meus negócios vão bem ou os meus negócios vão mal.

Glauco - Nada mais verdadeiro.

Sócrates - Mas não afirmamos que, em decorrência desta convicção e desta maneira de falar, haveria entre eles uma identidade de alegrias e de tristezas?

Glauco - Sim, e o afirmamos com acerto.

Sócrates - Os nossos cidadãos estarão unidos naquilo que considerarão o seu próprio interesse e, assim unidos, experimentarão alegrias e tristezas em perfeita comunhão.

Glauco - Isso mesmo.

Sócrates - A que atribuir efeitos tão admiráveis, senão, à constituição da nossa república e, especialmente, à comunidade das mulheres e dos filhos estabelecida entre os guerreiros?

Glauco - Não há dúvida de que esse será o principal motivo.

XII. Sócrates - Mas nós concluímos que, essa comunhão de interesses representava o maior bem para a cidade, quando comparávamos uma cidade sabiamente organizada, de igual ao corpo, na forma como este se comporta em relação a uma de suas partes, no que concerne ao prazer e à dor.

Glauco - E concluímos acertadamente.

Sócrates - Portanto, está provado que a causa do maior bem, que pode acontecer na cidade, é a comunidade das crianças, e das mulheres dos guerreiros.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Convém acrescentar que, estamos de acordo com o que estabelecemos anteriormente. Com efeito, dissemos que os nossos guerreiros não deviam possuir nem casas, nem terras, nem qualquer outra propriedade, mas que deviam receber seu sustento dos outros cidadãos, vivendo vida comum, se quiserem ser guerreiros autênticos.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Então, não tenho razão para afirmar, que as nossas disposições anteriores, juntamente com as que acabamos de tomar, farão deles guerreiros ainda mais autênticos e os impedirão de dividir a cidade, o que aconteceria se cada um não chamasse de suas, as mesmas coisas, mas a coisas diferentes? Se, morando separadamente, levassem para as suas respectivas casas tudo aquilo de que pudessem garantir a posse exclusiva? E se, tendo mulher e filhos diferentes, imaginassem alegrias e tristezas pessoais — ao passo que, com uma crença idêntica a respeito do que lhes pertence, terão todos, o mesmo objetivo e

experimentarão, tanto quanto possível, as mesmas alegrias e as mesmas tristezas?

Glauco - É inegável.

Sócrates - Pois bem! Não desaparecerão processos e acusações em uma cidade onde cada um só terá de seu, o próprio corpo, e onde todo o resto será comum? Não decorre daqui, que os nossos cidadãos estarão ao abrigo das discórdias causadas pela posse de riquezas, filhos e parentes?

Glauco - É obrigatório que estejam livres de todos esses males.

Sócrates - Além disso, nenhuma ação violenta será intentada entre eles, pois nós lhes diremos que é nobre e justo que iguais se defendam mutuamente e os convenceremos a velar pela sua segurança pessoal.

Glauco - Está certo.

Sócrates - Esta lei possui ainda a vantagem de: quando um cidadão se irritar com outro, acalmar-se a sua cólera desta maneira, será menos propenso, em seguida, a agravar a contenda.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E daremos ao mais velho, autoridade sobre os mais novos, com o direito de punir.

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - E os jovens não tentarão, sem autorização dos magistrados, usar de violência para com os mais velhos, nem feri-los; também não os ofenderão de qualquer outra maneira, pois dois guardas serão suficientes para os impedirem: o medo e o respeito; o respeito, mostrando-lhes um pai na pessoa que querem ferir, o medo, fazendo-lhes compreender que os outros irão ao socorro da vítima, estes como filhos, aqueles como irmãos ou pais.

Glauco - Não pode ser diferente.

Sócrates - Portanto, graças às nossas leis, os guerreiros desfrutarão entre si de uma paz perfeita.

Glauco - De uma grande paz, sem dúvida.

Sócrates - Porém, se viverem em concórdia, não é de temer que a discórdia se interponha entre eles e os outros cidadãos ou, que divida estes últimos?

Glauco - Certamente que não.

Sócrates - Não vale a pena analisar os males menores, de que estarão isentos: sendo pobres, não terão necessidade de lisonjear os ricos; não conhecerão as dificuldades e os aborrecimentos de criar filhos, de juntar fortuna, e os que decorrem da obrigação de precisarem sustentar escravos; não necessitarão pedir emprestado, nem renegar as dívidas, nem conseguir dinheiro

por todos os meios para o darem às mulheres e servidores, confiando-lhes o cuidado da casa; enfim, meu amigo, ignorarão todos os males que se suportam nestes casos; males, evidentemente, sem nobreza e indignos de serem citados.

XIII. Glauco - De fato, são evidentes até mesmo para um cego.

Sócrates - Ficarão livres de todas essas misérias e levarão uma vida mais feliz que a vida bem-aventurada dos campeões olímpicos.

Glauco - Como?

Sócrates - Os campeões olímpicos, só desfrutam uma pequena parte da felicidade reservada aos nossos guerreiros. A vitória destes é mais bela e a sorte que o Estado lhes assegura mais perfeita. A sua vitória é a salvação de toda a cidade e, como laurel, recebem, eles e os seus filhos, o alimento e tudo o que é necessário à existência; enquanto viverem, a cidade confere-lhes privilégios e, depois da morte, terão uma sepultura digna deles.

Glauco - São belíssimas recompensas.

Sócrates - Lembras-te de que alguém nos censurou há pouco, por desprezarmos a felicidade dos nossos guerreiros, os quais, podendo possuir todos os bens dos outros cidadãos, não possuíam nada de seu? Respondemos, penso eu, que voltamos a analisar essa censura, se surgisse à oportunidade; que, de momento, pretendíamos formar guerreiros autênticos e tornar a cidade tão feliz, quanto possível, e não proporcionar a felicidade a apenas uma das classes que a compõem.

Glauco - Lembro-me disso.

Sócrates -Agora, que a vida dos guerreiros, parece-nos mais agradável e melhor, do que a dos campeões olímpicos; poderemos considerá-la, sob qualquer aspecto, comparável à vida dos sapateiros, dos outros artesãos ou dos agricultores?

Glauco - Creio que não.

Sócrates - Convém repetir aqui, o que, então, dizias: se o guerreiro buscar uma felicidade que faça dele algo diferente de um guerreiro; se uma condição modesta, porém estável, e que é, julgamos nós, a melhor, não lhe bastar; se uma opinião louca e infantil o levar, a dispor do poder, a apoderar-se de tudo na cidade, saberá quanta verdadeira sabedoria demonstrou Hesíodo, ao dizer que a metade é mais que o todo.

Glauco - Se quiser crer em mim, manter-se-á na sua condição.

Sócrates - Então, aprovas que haja comunidade entre mulheres e homens, tal como, as propusemos anteriormente, no que concerne à educação, aos filhos e à proteção dos outros cidadãos? Admites que as mulheres, quer fiquem na cidade,

quer partam para a guerra, devem entrar de guarda com os homens, caçar com eles, como fazem as fêmeas dos cães, e unirem-se tão completamente, quanto possível, a todos os seus trabalhos; que assim agirão de acordo, e não contrariamente à natureza das relações entre fêmea e macho, na medida em que são feitos para viverem em comum?

Glauco - Admito.

XIV. Sócrates - Só falta analisar, se é possível estabelecer na raça humana a comunidade que existe nas outras raças e como isso é possível.

Glauco - Adiantaste-te, pois eu ia falar-te disso.

Sócrates - A respeito da guerra, penso que é bem evidente como a farão.

Glauco - Como?

Sócrates - É claro que a farão em comum e se farão acompanhar dos filhos robustos, para que estes, como os filhos dos artesãos, vejam o que necessitarão fazer quando atingirem a idade adulta; além disso, a fim de que possam fornecer ajuda e serviço em tudo o que se refere à guerra e prestar assistência aos pais e às mães. Não notaste o que se faz nos ofícios e, por exemplo, quanto tempo os filhos de oleiros passam a ajudar e a ver trabalhar os seus pais, antes de se pôr à obra?

Glauco - É claro que notei.

Sócrates - Os artesãos devem ter mais cuidado que os guerreiros, na formação dos seus filhos pela experiência, e tendo, sempre em vista o que convém fazer?

Glauco - Seria ridículo!

Sócrates - Por outro lado, todo animal luta mais corajosamente na presença da sua prole.

Glauco - Sim, mas existe o risco, Sócrates, de que, sofrendo um desses reveses que são frequentes na guerra, pereçam eles e os seus filhos, e sendo assim, o resto da cidade não possa recuperar-se de semelhante perda.

Sócrates - Tens razão. Mas achas que o nosso primeiro dever seja, jamais, expô-los ao perigo?

Glauco - De jeito nenhum.

Sócrates - Muito bem! Se precisarem enfrentar o perigo, não é no caso em que o sucesso possa torná-los melhores?

Glauco - Sim, evidentemente.

Sócrates - Crês que pouco importa que crianças destinadas a tornarem-se guerreiros vejam ou não vejam o espetáculo da guerra e que o resultado não valha o risco?

Glauco - Não. Ao contrário, isso interessa no aspecto que referiste.

Sócrates - Agiremos, então, de forma que as crianças sejam espectadoras dos combates, velando pela sua segurança, e tudo dará certo, não é assim?

Glauco - Sim.

Sócrates - Em primeiro lugar, os seus pais não ignorarão quais são as expedições perigosas e quais não as são.

Glauco - Logicamente.

Sócrates - Por conseguinte, farão com que os filhos participem das primeiras, mas evitarão que participem das segundas.

Glauco - Correto.

Sócrates - E não lhes darão, por líderes, os cidadãos mais medíocres, mas aqueles que a experiência e a idade tornam capazes de orientar e governar crianças.

Glauco - Sim, é o que convém.

Sócrates - Contudo, muitas vezes acontecem acidentes imprevistos.

Glauco - Naturalmente.

Sócrates - Considerando tais eventualidades, meu amigo, é necessário dar, desde muito cedo, asas às crianças, para que possam se for preciso, salvar-se voando.

Glauco - Que queres dizer?

Sócrates - Que é necessário ensiná-las a cavalgar o mais cedo possível e sendo bem treinadas, fazê-las participar do combate como espectadoras, não montadas em cavalos fogosos, mas em cavalos ligeiros no galope e dóceis ao freio. Desta forma, verão perfeitamente o que terão de fazer um dia e, se o perigo se tomar grande, salvar-se-ão com toda a segurança.

Glauco - Julgo que tens razão.

Sócrates - E o que dizer a respeito da guerra? Como irão se comportar os teus soldados entre si mesmos e em relação ao inimigo? Achas que a minha opinião sobre isto está certa ou não?

Glauco - Explica-te.

Sócrates - O soldado que abandonar o seu posto, depuser as armas ou cometer qualquer ação semelhante, por covardia, não deve ser relegado para a classe dos artesãos ou dos lavradores?

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - E aquele que for aprisionado pelo inimigo, não é acertado o deixarmos como presente aos que o tiverem aprisionado, para que façam da sua presa, o que quiserem?

Glauco - Assim será.

Sócrates - E aquele que se distinguir pela sua excelente conduta, não convém que no campo de batalha os jovens e as crianças que o acompanharam na experiência, coroem-no, cada um, por sua vez? Não tens esta opinião?

Glauco -Sim, tenho.

Sócrates - E que lhe apertem a mão?

Glauco - Também sou dessa opinião.

Sócrates - Mas creio que isto, tu não aprovaras.

Glauco - O quê?

Sócrates - Que cada um deles o beije e seja, por ele, beijado.

Glauco - Aprovo isso mais do que qualquer outra coisa. E acrescento ainda que, enquanto durar a expedição, não será permitido a nenhum daqueles que ele quiser beijar, recusar-se, a fim de que o guerreiro que ama alguém, homem ou mulher, lute mais ardentemente por alcançar o prêmio da sua coragem.

Sócrates - Concordo. Aliás, já dissemos que reservaríamos aos cidadãos de elite, uniões mais numerosas que aos outros e que, a respeito dos casamentos, a escolha cairia mais frequentemente sobre eles do que sobre os outros, a fim de que a sua raça se multiplique tanto quanto possível.

Glauco - Com efeito, dissemos.

XV. Sócrates - De acordo com Homero, também é justo honrar jovens que se destacam por favores desta natureza. Com efeito, Homero relata que, tendo-se Ajax distinguido num combate, o honraram servindo-lhe o lombo inteiro de um boi, querendo dizer com isto que tal recompensa convinha perfeitamente a um guerreiro jovem e valoroso, sendo, ao mesmo tempo, para ele uma distinção e uma maneira de aumentar as suas forças.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Neste ponto, então, seguiremos a autoridade de Homero: nos sacrifícios, e em todas as solenidades semelhantes, honraremos os bravos, conforme o seu mérito, não só por meio de hinos e das distinções de que acabamos de citar, mas também com lugares de honra à mesa, carnes e taças cheias.

Glauco - Estou de pleno acordo.

Sócrates - A respeito dos guerreiros mortos em combate, não diremos daquele que tiver tido um fim glorioso que pertence à raça de ouro?

Glauco - Com toda a certeza que diremos.

Sócrates - Não creremos também, como disse Hesíodo, que depois da morte, os homens desta raça se tornam gênios puros e bons, que habitam sobre a Terra,

que preservam do mal e guardam os mortais?

Glauco - Sim, creremos.

Sócrates - Consultaremos os deuses a respeito da sepultura que se deve dar a esses homens maravilhosos e divinos e das honrarias que lhes são devidas, e depois realizaremos as exéquias da maneira que nos for indicado.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - E os seus túmulos serão objeto do nosso culto e da nossa veneração. Prestaremos as mesmas honras aos que morreram de velhice, ou de qualquer outra forma, em quem tivermos reconhecido, durante a vida, um mérito extraordinário.

Glauco - Muito justo.

Sócrates - E de que maneira se comportarão os nossos soldados em relação ao inimigo?

Glauco - Em que sentido?

Sócrates - Em primeiro lugar, no que concerne à escravatura. Julgas justo que cidades gregas escravizem os gregos ou devem proibi-los às outras, dentro do possível, e que os gregos se acostumem a poupar a raça grega, com medo de cair na servidão dos bárbaros?

Glauco - O importante é que os gregos se sirvam disso com ponderação.

Sócrates - É importante, então, que não possuam escravos gregos e aconselhem os outros gregos a seguir o seu exemplo.

Glauco - Perfeitamente. Assim, dirigirão melhor as suas forças contra os bárbaros e evitarão as dirigir contra si próprios.

Sócrates - Quer dizer que, tirar dos mortos outros despojos além das armas, depois da vitória, será comportar-se com moderação? Isso não proporciona aos covardes o pretexto, a fim de não participarem dos combates mais acirrados, de realizarem uma tarefa necessária ficando debruçados sobre os cadáveres? A prática de rapinas deste tipo já não causou a ruína de muitos exércitos?

Glauco - É verdade.

Sócrates - Não há baixeza e cobiça em despojar um cadáver? Não é indício de um espírito covarde e mesquinho tratar como inimigo o corpo de um inimigo, quando este está morto e desapareceu, deixando somente o instrumento de que se servia para combater? Julgas que o comportamento dos que agem assim, difere do das cadelas, que mordem a pedra que lhes atiram e não fazem nenhum mal a quem a atirou?

Glauco - Não difere em nada.

Sócrates - Portanto, é necessário deixar de despojar os cadáveres e evitar

que o inimigo os levem.

Glauco - Sim, por Zeus, é necessário!

XVI. Sócrates - Também não levaremos aos templos, para que sejam consagradas aos deuses, as armas dos vencidos, principalmente as dos gregos, por pouco ciosos que sejamos da condescendência dos nossos compatriotas. Antes, recearemos macular os templos levando para aí os despojos dos nossos parentes, a não ser que o deus o exija.

Glauco -Muito bem.

Sócrates - Analisemos agora a destruição do território grego e o incêndio das moradias. Como se comportarão os teus soldados em relação ao inimigo?

Glauco - Gostaria de ouvir a tua opinião a esse respeito.

Sócrates - Muito bem! Penso que, não se deve nem destruir nem incendiar, mas apropriar-se apenas da colheita do ano. Queres saber por que motivo?

Glauco - Quero.

Sócrates - Guerra e discórdia são dois nomes diferentes, designam duas coisas realmente diferentes e aplicam-se às divisões que se verificam em dois objetos. Eu afirmo que o primeiro desses objetos é o que pertence à família ou está ligado a ela e o segundo, o que pertence a outrem ou é estranho à família. Assim, o nome de discórdia aplica-se à inimizade entre parentes e o de guerra, à inimizade entre estranhos.

Glauco - O que dizes está corretíssimo.

Sócrates - Vês, se o que digo agora o está também: afirmo que os gregos pertencem a uma mesma família e são parentes entre si, e que os bárbaros, pertencem a uma família diferente e estranha.

Glauco - Está certo.

Sócrates - Portanto, quando os gregos lutam contra os bárbaros e os bárbaros contra os gregos, diremos que se guerreiam, e que são inimigos naturais, assim denominaremos guerra a sua inimizade; mas, se acontece algo parecido entre gregos, diremos que são amigos naturais, mas que num determinado momento a Grécia está doente, em estado de sedição, e denominaremos discórdia essa inimizade.

Glauco - Estou totalmente de acordo.

Sócrates - Considera o que acontece quando uma dessas perturbações, que se convencionou denominar sedições, se produz e divide uma cidade: se os cidadãos de cada facção devastam os campos e queimam as casas dos cidadãos da facção contrária, diz-se que a sedição é infausta e que nem uns nem outros amam a sua pátria, pois, se a amassem, não ousariam destruir assim a sua

fornecedora de alimentos e a sua mãe; ao contrário, considera-se admissível que os vencedores levem somente, as colheitas dos vencidos, na esperança de que se reconciliarão um dia com eles e não continuarão fazendo-lhes a guerra.

Glauco - Essa esperança demonstra um grau de civilização mais elevado do que a ideia contrária.

Sócrates - Muito bem! Não é um Estado grego que queres fundar?

Glauco - Sim, deve ser grego.

Sócrates - Como consequência, os seus cidadãos serão bons e civilizados?

Glauco - No mais alto grau.

Sócrates - Eles amarão os gregos? Defenderão a Grécia como a sua pátria? Assistirão a solenidades religiosas comuns?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, considerarão os seus contenciosos como sendo os gregos, sendo assim, uma discórdia entre parentes, logo, não lhes darão o nome de guerra.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - E esses contenciosos comportar-se-ão como devendo, reconciliar-se um dia com os seus adversários.

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - Chamarão, brandamente, à razão e não lhes infligirão, como castigo, a escravatura e a destruição, sendo amigos que corrigem e não inimigos.

Glauco - Concordo.

Sócrates - Sendo gregos, não devastarão a Grécia e não queimarão as moradias; não considerarão adversários todos os habitantes de uma cidade, homens, mulheres e crianças, mas apenas um pequeno número, geralmente daqueles que são responsáveis pelos contenciosos; por conseguinte, é dado que, a maioria dos cidadãos são seus amigos, recusar-se-ão a lhes devastar as terras e a lhes destruir os lares; finalmente, só prolongarão os contenciosos até o momento em que os culpados tiverem sido obrigados, pelos inocentes que sofrem, a receber o castigo merecido.

Glauco - Concordo contigo, que os nossos cidadãos devem comportar-se dessa maneira em relação aos seus adversários e tratar os bárbaros como os Gregos se tratam agora entre si.

Sócrates - Façamos, então, também, uma lei que proíba os guerreiros de devastarem as terras e incendiarem as casas.

XVII. Glauco - Correto, e com certeza dará bons resultados, como as anteriores. Porém, parece-me, amigo Sócrates, que se te deixarmos continuar,

nunca mais te lembrarás do assunto que puseste de parte para entrares em todas essas considerações, isto é, se semelhante governo é possível e como é possível. Que, se ele for instituído numa cidade proporcionará todos esses bens, eu concordo contigo, e citarei inclusive outras vantagens que tu omites: os cidadãos lutarão, tanto mais valorosamente contra o inimigo, na medida em que jamais desertarão uns aos outros, conhecendo-se como irmãos, pais e filhos e chamando-se por esses nomes. E, se as suas mulheres combaterem com eles, seja nas mesmas fileiras, seja colocada a retaguarda, para assustarem o inimigo e prestarem auxílio em caso de necessidade, sei que então serão invencíveis. Vejo, também, os bens de que desfrutarão e que tu não mencionaste. Porém, dado que estou de acordo contigo, em que terão todas essas vantagens e muitas outras, se esse governo for instituído, deixa de me falar dele. Procuremos antes, convencer-nos de que tal cidade é possível, de que maneira é possível e deixemos de lado todas as outras questões.

Sócrates - Que impetuosa investida fazes contra o meu discurso, sem me dar tempo para respirar! Talvez não saibas que, no instante em que acabo, a muito custo, de escapar a duas ondas, tu ergues outra, a mais alta e a mais terrível das três. Quando a tiveres visto e ouvido, com certeza irás me desculpar por ter, não sem razão, hesitado e receado enunciar e tentar analisar uma proposta tão paradoxal.

Glauco - Quanto mais falares dessa maneira, menos te dispensaremos de dizeres como pode ser realizado semelhante governo. Portanto, explica-o sem mais delongas.

Sócrates - Em primeiro lugar, precisamos nos lembrar de que foi a busca da natureza da justiça e da injustiça que nos conduziu até aqui.

Glauco - Sem dúvida, mas que interesse tem isso?

Sócrates - Nenhum. Simplesmente, se descobrirmos o que é a justiça, concluiremos que o homem justo em nada deve se diferenciar dela, mas ser-lhe idêntico. Ou nos contentaremos em vê-lo aproximar-se da justiça o máximo possível e participar dela em grau mais elevado que os outros?

Glauco - Contentar-nos-emos com isso.

Sócrates - Era com a finalidade de termos modelos que, investigávamos o que é a justiça em si mesma e o que seria o homem inteiramente justo, se de fato existisse; por essa mesma razão, é que nós procurávamos a natureza da injustiça e do homem absolutamente injusto: queríamos, erguendo as vistas para um e outro, ver a felicidade e a infelicidade reservadas a cada um deles, a fim de sermos obrigados a concluir, naquilo que nos diz respeito, que aquele que se lhes

assemelhar mais, terá uma sorte mais semelhante à delas; mas o nosso objetivo não era demonstrar a possibilidade de existência destes modelos.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Crês que a habilidade de um pintor fica diminuída se, após ter pintado o mais belo modelo de homem, e dado à sua obra todas as características adequadas, for incapaz de provar a existência de semelhante homem?

Glauco - Não, por Zeus, não creio.

Sócrates - Mas que fizemos nós até agora, senão, traçar o modelo de uma boa cidade?

Glauco - Nada mais.

Sócrates - Julgas, então, que o que dissemos seria menos bem dito se fôssemos incapazes de provar que se pode edificar uma cidade com base nesse modelo?

Glauco - Certamente que não.

Sócrates - Logo, a verdade é esta. Contudo, se quiseres que eu tente demonstrar, para te dar prazer, de que maneira e em que condições, semelhante cidade é realizável no mais alto grau, faz-me novamente, para esta demonstração, a mesma concessão de há pouco.

Glauco - Qual?

Sócrates - E possível executar uma coisa tal como se descreve? Ou é próprio da natureza das coisas que a execução tenha menos influência sobre a verdade que o discurso, embora alguns não acreditem nisso? Tu concordas ou não?

Glauco - Concordo.

Sócrates - Então, não me obrigues a mostrar-te plenamente realizado o plano que traçamos no nosso discurso. Se estivermos em condições de descobrir como, de uma maneira muito próxima da que descrevemos, uma cidade pode ser organizada, confesso que descobriremos que as tuas prescrições são realizáveis. Não ficarás contente com este resultado? Por mim, ficarei.

Glauco - E eu também.

XVIII. Sócrates - Agora, precisamos descobrir e mostrar qual é o vício interior, que impede as cidades atuais de serem organizadas conforme dizemos e qual é a menor mudança possível que as conduzirá à nossa forma de governo: de preferência, uma ou então duas, ou então as menos numerosas e as menos importantes possível.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Nós julgamos conseguir provar que, com uma única mudança, as cidades atuais seriam completamente transformadas; é certo que esta mudança é

importante e difícil, mas é possível.

Glauco - Qual é?

Sócrates - Eis-me, chegado ao que nós comparávamos à onda mais alta: mas preciso dizê-lo, mesmo que isso, como uma onda viva, cubra-me de ridículo e vergonha. Presta atenção no que vou dizer.

Glauco - Fala.

Sócrates - Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos, de modo exclusivo, não forem impedidos de agir assim, não terão fim, meu caro **Glauco**, os males das cidades, nem - conforme julgo - os do gênero humano e jamais a cidade que nós descrevemos será edificada. Eis, o que eu hesitava há muito em dizer, prevendo o quanto estas palavras chocariam o senso comum. De fato, é difícil conceber que não haja felicidade possível de outra maneira, para o Estado e para os cidadãos.

Glauco - Depois de semelhante discurso, deves esperar, ó, Sócrates, ver muitas pessoas tirar, por assim dizer, as roupas e, nuas, apanhar a primeira arma que estiver à mão, investir contra ti com todas as suas forças. Se não repelires essas pessoas, com as armas da razão e se não conseguires fugir-lhes, saberás à tua custa o que significa zombar.

Sócrates - Não és tu, a causa disso?

Glauco - Tive motivo para agir como fiz. No entanto, não irei trair-te, mas ajudarei o máximo que puder. Posso mostrar-me conciliador e encorajar-te; talvez, até responda com mais acerto do que qualquer outro às tuas perguntas. Certo de tal ajuda, tenta demonstrar aos incrédulos que as coisas são como dizes.

Sócrates - Tentarei, dado que me ofereces tão vigorosa aliança. Por isso, torna-se necessário, se quisermos escapar a esses assaltantes, distinguir quais são os filósofos aos quais nos referimos quando ousamos dizer que é necessário confiar-lhes o governo, para que, feita esta distinção. Estejam preparados para defender-nos, mostrando que a uns convém por natureza consagrar-se à filosofia e governar na cidade, e aos outros não se consagrarem à filosofia e obedecerem ao líder.

Glauco - Está na hora de fazer essa distinção.

Sócrates - Então, segue-me e vejamos se, de uma ou outra maneira, podemos explicar-nos a este respeito.

Glauco - Vai adiante.

Sócrates - Muito bem! Lembras-te que, quando se afirma que alguém ama uma coisa, se fala com rigor, não se entende por isso que esse alguém ama uma parte dessa coisa e não outra, mas sim a totalidade?

Glauco - Não me lembro disso muito bem.

XIX. Sócrates - A outro, meu caro Glauco, poderia se perdoar se falasse assim. Mas tu, entendido como és em matéria de amor, não deves esquecer que todos os que estão na flor da idade impressionam e estimulam com sua presença um coração apaixonado e sensível, que os julga a todos dignos de seu afeto e da sua ternura. Não é assim que vós fazeis em relação aos moços formosos? Considerais belo o nariz achatado de um deles, julgais real o nariz aquilino de outro e o nariz médio de um terceiro, perfeitamente proporcional; para vós, aqueles que possuem a pele morena, têm um ar viril, e os que a possuem branca, são filhos dos deuses. E a expressão “cor de mel”, achas que foi criada por alguém que não fosse um amante, que lisonjeava assim a palidez com uma palavra terna, não lhe discernindo nada de desagradável no insto da juventude? Resumindo, a garantir todos os pretextos, empregais todas as expressões para não repelir nenhum daqueles que resplandecem na sua juventude.

Glauco - Se queres dizer, tomando-me como exemplo; que os apaixonados agem assim, eu concordo, no interesse da discussão.

Sócrates - Não vês que, as pessoas amantes do vinho, agem da mesma maneira, e que, jamais, lhes faltam pretextos para considerarem bom qualquer tipo de vinho?

Glauco - Sim, vejo-o perfeitamente.

Sócrates - Também vês - creio eu - que os ambiciosos, quando não podem obter o alto comando, comandam um terço da tribo e quando não são honrados por pessoas de uma dessas classes superior, contentam-se em sê-lo por pessoas de uma classe inferior, porque são ávidos de distinções, quaisquer que sejam.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Agora, responde-me: se dissermos de alguém que deseja uma coisa, afirmaremos com isso que a deseja na sua totalidade ou que só deseja dela isto, e não aquilo?

Glauco - Que a deseja na sua totalidade.

Sócrates - Diremos, então, que o filósofo deseja a sabedoria, não nesta ou naquela das suas partes, mas no seu conjunto.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Não afirmaremos a respeito daquele que se mostra rebelde às ciências, principalmente se é jovem e ainda não distingue o que é útil do que não

é, que é amigo do saber e filósofo; da mesma forma que não afirmaremos, de um homem que se mostra complicado a respeito da alimentação, que tem fome ou que deseja determinado alimento, mas que, em suma, não tem apetite.

Glauco - Sim e teremos razão.

Sócrates - Mas aquele que deseja saborear toda a ciência, que se entrega alegremente ao estudo e nele se revela insaciável, a esse chamaremos, com razão, de filósofo, não é assim?

Glauco - Nesse caso, terás muitos e estranhos filósofos, pois julgo serem todos os que apreciam os espetáculos, por causa do prazer que sentem em aprender; mas os mais bizarros a catalogar nessa classe, são as pessoas ávidas em ouvir que, com certeza, não assistiriam a uma discussão como a nossa, mas que, como se tivessem alugado os ouvidos para escutarem todos os coros, correm às festas dionisíacas, não faltam nem às das cidades, nem às dos campos. Denominaremos filósofos, todos esses homens, tanto aos que demonstram entusiasmo em aprender semelhantes coisas, como os que estudam as artes inferiores?

Sócrates - Logicamente que não. Essas pessoas, apenas, aparentam serem filósofos.

XX. Glauco - Quais são, então, na tua opinião, os verdadeiros filósofos?

Sócrates - Os que amam o espetáculo da verdade.

Glauco - Talvez tenhas razão. Mas que entendes por isso?

Sócrates - Não seria fácil de explicar a outra pessoa, mas creio que concordarás comigo nisto.

Glauco - Em quê?

Sócrates - Visto que o belo é o contrário do feio, trata-se de duas coisas distintas.

Glauco - Claro.

Sócrates - E visto que são duas coisas distintas, cada uma delas é uma?

Glauco - Sim, é.

Sócrates - Acontece a mesma coisa com o justo e o injusto, o bom e o mau e todas as outras formas: cada uma delas, tomada em si mesma, é una; porém, dado que entram em comunidade com ações, corpos e entre si mesmas, revestem mil formas que parecem multiplicá-las.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - É neste sentido que, eu diferencio, de um lado, os que amam os espetáculos, as artes e são homens práticos; e de outro, aqueles a quem nos referimos no nosso discurso, os únicos a quem, com razão, podemos denominar

filósofos.

Glauco - Em que sentido?

Sócrates - Os primeiros, cuja curiosidade situa-se toda nos olhos e nos ouvidos, amam as belas vozes, as cores, as figuras bonitas e todas as obras em que entre, alguma coisa de semelhante, mas a sua inteligência é incapaz de enxergar e apreciar a natureza do próprio belo.

Glauco - É assim mesmo.

Sócrates - Mas não são raros, aqueles que são capazes de se elevar até a essência do próprio belo?

Glauco - Bastante raros.

Sócrates - Aquele que conhece as coisas belas, mas não conhece a beleza em sua essência e não é capaz de seguir aos que poderiam levá-lo a esse conhecimento, parece-te que vive sonhando ou acordado? Vês bem: sonhar não é, quer se esteja dormindo, quer acordado, tomar a aparência de uma coisa pela própria coisa?

Glauco - Sem dúvida que sonhar é isso.

Sócrates - Contudo, aquele que acredita que o belo existe em si mesmo, que pode admirá-lo na sua essência e nos objetos que nele participam e que nunca toma as coisas belas pelo belo, nem o belo pelas coisas belas, parece-te que este vive acordado ou sonhando?

Glauco - Acordado, sem dúvida.

Sócrates - Então, não afirmaríamos com razão que o seu pensamento é igual ao conhecimento, visto que sabe, ao passo que o do outro é igual à opinião, visto que julga sobre aparências?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Porém, se este último, que, conforme nós achamos, julga pelas aparências e por isso, não conhece, exaltasse-se conosco e contestasse a veracidade da nossa afirmação, não teríamos nada a dizer-lhe para acalmá-lo e convencê-lo serenamente, ocultando-lhe, ao mesmo tempo, que está doente?

Glauco - Seria necessário acalmá-lo.

Sócrates - Muito bem! Vês o que diríamos a ele. Ou, antes, querias que o interrogássemos, garantindo-lhe que de modo nenhum cobiçamos os conhecimentos que possa ter, e que, ao contrário, gostaríamos de nos convencermos de que ele sabe alguma coisa? “Mas”, perguntaríamos, “diz-me: aquele que sabe, sabe alguma coisa ou nada?”. **Glauco**, respondes tu, por ele.

Glauco - Responderei que sabe alguma coisa.

Sócrates - Que é ou que não é?

Glauco - Que é. Com efeito, como saber o que não é?

Sócrates - Nesse caso, sem nos alongarmos muito em nossa análise, sabemos sem sombra de dúvida o seguinte: o que é em todos os modos, de todos os modos pode ser conhecido e o que não é de modo nenhum, de nenhum modo pode ser conhecido.

Glauco - Sim, sabemos sem sombra de dúvida.

Sócrates - Mas, se existisse uma coisa que fosse e não fosse ao mesmo tempo, não ocuparia o meio entre o que é de todos os modos e o que não é de modo nenhum?

Glauco - Sim, ocuparia esse meio.

XXI. Sócrates - Logo, se o conhecimento incide sobre o ser e, necessariamente, a ignorância sobre o não ser, faz-se necessário descobrir, para o que ocupa o meio entre o ser e o não ser, um intermediário entre a ciência e a ignorância, supondo-se que exista algo do gênero.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Mas algo do gênero é a opinião?

Glauco - Com certeza!

Sócrates - É uma faculdade distinta da ciência ou idêntica a ela?

Glauco - É uma faculdade distinta.

Sócrates - Então, a opinião e a ciência possuem objetivos diferentes.

Glauco - Assim é.

Sócrates - E a ciência, incidindo por natureza sobre o ser, tem por objetivo saber que ele é o ser. Julgo que devas explicar uma coisa.

Glauco - Qual?

Sócrates - Afirmo que as faculdades são uma espécie de seres que nos habilitam a realizar as operações que nos são próprias. Por exemplo: a visão e a audição são faculdades. Compreendes o que entendo por este nome genérico?

Glauco - Compreendo.

Sócrates - Ouves tu, então, qual é meu conceito de faculdades. Não vejo nelas nem cor, nem forma, nem nenhum desses atributos que possuem muitas outras coisas e que as tornam diferentes umas das outras. Não considero em cada faculdade, senão, o seu objetivo e os efeitos que produz. Por este motivo, dei-lhes o nome de faculdade, e considero idênticas as que possuem o mesmo objetivo e produzem os mesmos efeitos, diferentes daquelas, cujo, objetivo e, cujos, efeitos são diferentes. Mas tu, como fazes?

Glauco - Da mesma forma.

Sócrates - Então, continuemos, meu grande amigo. Tu situas a ciência no

número das faculdades ou em outra categoria?

Glauco - Situo-a no número das faculdades. Considero-a até a mais elevada de todas.

Sócrates - E a opinião? Tu a situas também, entre as faculdades?

Glauco - Sim, porque a opinião é a faculdade que nos permite julgar pela aparência.

Sócrates - Mas ainda há pouco, dizias que a ciência e opinião são duas coisas diferentes.

Glauco - Sem dúvida. E como poderia um homem sensato confundir o que é infalível com aquilo que não o é?

Sócrates - Então, está claro que distinguimos a opinião da ciência.

Glauco - Sim.

Sócrates - Portanto, cada uma tem, por natureza, um objetivo diferente.

Glauco - Necessariamente.

Sócrates - O objetivo da ciência não é conhecer, o que é exatamente tal como é.

Glauco - Sim.

Sócrates - E o propósito da opinião não é julgar pelas aparências.

Gláuco -Sim.

Sócrates - Mas a opinião conhece aquilo que a ciência conhece? Uma mesma coisa pode ser ao mesmo tempo, objetivo da ciência e da opinião, ou isso é impossível?

Glauco - É impossível. Com efeito, se faculdades diferentes possuem, por natureza, objetivos diferentes, se, por outro lado, ciência e opinião são duas faculdades diferentes, disto decorre que o objetivo da ciência não pode ser o mesmo da opinião.

Sócrates - Logo, se o objetivo da ciência é o ser, o da opinião será algo diferente do ser?

Glauco - Algo diferente.

Sócrates - Mas a opinião pode incidir sobre o não ser? Ou é impossível saber, por ela, o que não é? Raciocina: aquele que opina, opina sobre alguma coisa, ou é possível opinar e não opinar sobre nada?

Glauco - É impossível.

Sócrates - Portanto, aquele que opina, opina sobre determinada coisa?

Glauco - Sim.

Sócrates - E o não ser alguma coisa? Não é, antes, uma negação da coisa?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Por isso temos, necessariamente, de relacionar o ser à ciência e o não ser, à ignorância.

Glauco - E com razão.

Sócrates - Em vista disso, o objetivo da opinião não é, nem o ser, nem o não ser.

Glauco - Correto.

Sócrates - Consequentemente, a opinião não é, nem ciência, nem ignorância.

Glauco - Parece-me que não.

Sócrates - Logo, está para além de uma e de outra, ultrapassando a ciência em clareza e a ignorância em obscuridade?

Glauco - Não.

Sócrates - Então, julgas a opinião menos clara que a ciência e menos obscura que a ignorância?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Tu a colocas entre uma e outra?

Glauco - Sim, coloco.

Sócrates - Logo, a opinião é algo intermediário entre a ciência e a ignorância?

Glauco - Exatamente.

Sócrates - Mas nós não afirmamos, anteriormente, que se descobríssemos uma coisa que fosse e não fosse ao mesmo tempo, essa coisa ocuparia o meio entre, o ser absoluto, e o nada absoluto, e não seria o objetivo nem da ciência, nem da ignorância, mas do que pareceria intermediário entre uma e outra?

Glauco - Afirmamos com razão.

Sócrates - Parece-me, agora, que é esse intermédio que estamos denominando opinião.

Glauco - Assim parece.

XXII. Sócrates - Penso que devemos descobrir que coisa é essa, que participa ao mesmo tempo, do ser e do não ser e que não é exatamente nem um, nem outro. Se a descobrirmos, nós a chamaremos de objetivo da opinião, consignando os extremos aos extremos e os intermediários aos intermediários, não é assim?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, que me responda esse bom homem que não crê na beleza em si mesma, na ideia do belo eternamente imutável, mas reconhece, apenas, a multidão das coisas belas, esse apreciador de espetáculos que não suporta que se afirme que o belo é uno, assim como o justo e as outras realidades semelhantes.

“Entre esse grande número de coisas belas, excelente homem”, diremos, “há uma que possa parecer feia? Ou, entre as justas, injusta? Ou, entre as sagradas, profana?”.

Glauco - Sim, dirá ele, pois é obrigatório que as mesmas quatro coisas, observadas de pontos de vista diferentes, pareçam belas e feias, justas e injustas, e assim por diante.

Sócrates - E as quantidades duplas, podem parecer não serem metades de outras?

Glauco - De forma alguma.

Sócrates - Afirmo o mesmo a respeito das coisas que se dizem grandes ou pequenas, pesadas ou leves. Cada uma destas qualificações convém-lhes mais que a qualificação oposta?

Glauco - Não, participam sempre de uma e de outra.

Sócrates - Por acaso, essas muitas coisas são mais do que se diz que são?

Glauco - Isto parece com essas adivinhações que se fazem nos banquetes e com o enigma das crianças a respeito do eunuco, que ataca o morcego, onde se diz, de forma obscura, com que o atacou e onde estava pendurado. Essas numerosas coisas, de qualquer quantidade, tanto pode ser considerada o dobro de outra, como metade de uma terceira. O enigma é este: “Um homem que não é um homem, vendo e não vendo um pássaro que não é um pássaro, pendurado numa árvore que não é uma árvore, ataca-o e não o ataca, com uma pedra que não é uma pedra”. Isto significa: um eunuco zarolho afira, num morcego suspenso de um sabugueiro uma pedra-pomes, e não o aceita que falas que possuem um caráter ambíguo e nenhuma delas pode ser concebida como sendo, ou não sendo, ou conjuntamente, uma e outra, ou nem uma, nem outra.

Sócrates - Que fazer, então, e onde situá-las melhor do que entre o ser e o não ser? Não parecerão mais obscuras que o não ser, sob o aspecto do mínimo de existência, nem mais claras que o ser, sob o do máximo de existência?

Glauco - Por certo que não.

Sócrates - Parece, pois, havermos descoberto que as múltiplas fórmulas da multidão respeitantes ao belo e às outras coisas semelhantes giram, por assim dizer, entre o nada e a existência absoluta.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Mas estabelecemos previamente que, se descobríssemos tal coisa, seria preciso dizer que ela é o objetivo da opinião e não o objetivo do conhecimento, e que está situada num espaço intermediário, que é apreendido por uma faculdade intermediária.

Glauco - Sim, estabelecemos.

Sócrates - Afirmaremos, pois, que as pessoas que enxergam muitas coisas belas, mas não apreendem o próprio belo, e não podem seguir aquele que gostaria de guiá-las nessa contemplação, que enxergam muitas coisas justas, sem verem a própria justiça, e assim por diante. Essas pessoas, diremos nós, opinam sobre tudo, mas não sabem nada a respeito das coisas sobre as quais opinam.

Glauco - Necessariamente.

Sócrates - Mas, que diremos daquelas pessoas que enxergam as coisas em si mesmas, na sua essência imutável? Que elas possuem conhecimentos, e não opiniões, não é verdade?

Glauco - Necessariamente, também.

Sócrates - Não diremos da mesma forma, que amam as coisas que são o objeto da ciência, ao passo que os outros sentem isso apenas por aquelas que são o objeto da opinião? Não te recordas do que dizíamos a respeito destes últimos, que amam e admiram as belas vozes, as cores belas e as outras coisas semelhantes, mas não admitem que o belo em si mesmo, seja uma realidade?

Glauco - Recordo-me.

Sócrates - Seremos injustos com eles se os denominarmos amantes da opinião, em vez de amantes da filosofia? Ficarão muito irritados conosco se os tratarmos assim?

Glauco - Não, se acreditarem em mim, pois não é lícito irritar-se com a verdade.

Livro VI

I. Sócrates - Então, denominaremos filósofos, apenas, aqueles que em tudo se prendem à realidade?

Glauco - Sem sombra de dúvida.

Sócrates - Assim, Glauco, com certa dificuldade e ao término de uma longa discussão, diferenciamos os filósofos daqueles que não o são.

Glauco - Talvez, não conseguíssemos fazê-lo numa breve discussão.

Sócrates - Talvez. E acredito até que teríamos chegado a um mais alto grau de evidência, acaso tivéssemos podido discorrer apenas a respeito deste ponto e não existissem muitas outras questões a tratar, para vermos em que difere a vida do homem justo da do homem injusto.

Glauco - De que iremos tratar depois disso?

Sócrates - O que vem logo a seguir? Como estabelecemos que sejam filósofos, aqueles que podem chegar ao conhecimento do imutável, ao passo que, os que não podem, mas erram na multiplicidade dos objetos variáveis, não são filósofos, cumpre-nos ver a quem escolheríamos para governar o Estado.

Glauco - Qual a medida mais sábia que devemos tomar?

Sócrates - Devemos escolher para magistrados, aqueles que nos parecerem capazes de zelar pelas leis e as instituições da cidade.

Glauco - Está cedo.

Sócrates - Crês que, deva-se, colocar a questão do saber, às mãos de um cego ou às de um homem perspicaz, que podemos confiar à guarda de um objeto qualquer?

Glauco - Lógico que não.

Sócrates - Mas, na tua opinião, em que diferem dos cegos os que não possuem o conhecimento da essência de cada coisa, que não têm na sua alma nenhum modelo luminoso nem podem, à maneira dos pintores, vislumbrar o verdadeiro absoluto e, depois de o terem contemplado com a máxima atenção, reportar-se a ele para estabelecer neste mundo as leis do belo, do justo e do bom, se for necessário estabelecê-las, ou velar pela sua salvaguarda, se já existirem?

Glauco - Não diferem muito dos cegos!

Sócrates - Então, tornaremos magistrados, preferivelmente, os que, conhecendo a essência de cada coisa, não são inferiores aos outros, nem em experiência, nem em nenhuma espécie de mérito?

Glauco - Seria absurdo não escolhê-los, se, quanto ao resto, em nada são inferiores aos outros.

Sócrates - É conveniente dizer agora de que forma poderão aliar a experiência à especulação?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Como dissemos no início desta conversa, é necessário começar por conhecer bem o caráter que lhes é próprio; e eu julgo que, se chegarmos a um acordo satisfatório, nós concordaremos também que podem aliar a experiência à especulação e que é a eles, e não a outros, que deve pertencer o governo da cidade.

Glauco - Como assim?

II. Sócrates - Em primeiro lugar, admitamos no que concerne ao caráter filosófico, que eles amam sempre a ciência, porque esta pode dar-lhes a conhecer essa essência eterna que não está sujeita às vicissitudes da geração e da corrupção.

Glauco - Sim, admitamo-lo.

Sócrates - E que amam a ciência na totalidade, não renunciando a nenhuma de suas partes, pequena ou grande, exaltada ou desprezada, da mesma forma que os ambiciosos e os amantes a que nos referimos há pouco.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Considera agora, se não é necessário que homens que devem ser como acabamos de dizer, possuam, além disso, outra qualidade.

Glauco - Qual?

Sócrates - A sinceridade, une-se a tendência natural, logo não admitirão, voluntariamente, a mentira, mas a odiará e assim, amar-se-á, tão somente a verdade.

Glauco - É importante.

Sócrates - Não apenas é importante, meu amigo, mas é forçoso que aquele que ama alguém, ame tudo o que se assemelha e liga ao objeto do seu amor.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Ora, poderias encontrar alguma coisa que se ligue mais estreitamente à ciência, do que a verdade?

Glauco - E impossível.

Sócrates - Pode acontecer que, o mesmo espírito seja ao mesmo tempo

amigo da ciência e da mentira?

Glauco - De modo nenhum.

Sócrates - Logo, quem ama de fato a ciência deve, desde a juventude, desejar tão vivamente quanto possível apreender toda a verdade.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Mas nós sabemos que, quando os desejos se dirigem obsessivamente para um único objeto, tornam-se mais fracos em relação ao resto; assim como um curso de água desviado para esse único caminho.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E quando os desejos de um homem, orientam-se para as ciências e tudo o que lhes concerne, penso que solicitam os prazeres que a alma experimenta em si mesma e menosprezam os do corpo, ao menos quando se tratar de um autêntico filósofo e que não se limita a fingir que o é.

Glauco - É necessário que assim seja.

Sócrates - Um homem, assim, é moderado, e de maneira nenhuma, amigo das riquezas; com efeito, compete a outros atenderem às razões pelas quais se busca a fortuna e seu corolário de excessivos consumos.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Precisamos considerar também outro aspecto, se quiseres distinguir o caráter filosófico daquele que não o é.

Glauco - Qual aspecto?

Sócrates - Cuida para que não exista nenhuma baixeza de sentimentos: a estreiteza de espírito é, talvez, o que repugna mais a uma alma que deve tender, incessantemente, a abranger, no conjunto e na totalidade, as coisas divinas e humanas.

Glauco - Nada mais verdadeiro.

Sócrates - Mas tu crês que, uma alma assim, nobre e sublime, a quem é dado contemplar todos os tempos e todos os seres, considere a vida humana algo grandioso?

Glauco - É impossível.

Sócrates - Por isso, não julgará que a morte deve ser temida.

Glauco - De maneira nenhuma.

Sócrates - Então, ao que parece, uma alma covarde e inferior não terá nenhuma relação com a verdadeira filosofia.

Glauco - Não, em minha opinião.

Sócrates - Muito bem! Um homem regrado, desprovido de avidez, baixeza, arrogância e covardia, pode ser de alguma maneira, insociável e injusto?

Glauco - De maneira nenhuma.

Sócrates - Dessa forma, quando quiseres distinguir a alma filosófica, daquela que não o é, observarás, a partir dos primeiros anos, se ela se mostra justa e branda ou feroz e intratável.

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Também não desprezarás o seguinte, creio eu.

Glauco - O quê?

Sócrates - Se ela tem facilidade ou dificuldade em aprender. Com efeito, podes esperar que alguém, por acaso, tenha amor ao que faz com muito esforço e pouco sucesso?

Glauco - Não, nunca.

Sócrates - Muito bem! Se ele for incapaz de reter o que aprende e se esquecer de tudo é possível que possa adquirir ciência?

Glauco - Não.

Sócrates - Esforçando-se inutilmente, não crês que irá odiar-se e odiar essa modalidade de estudos?

Glauco - Como poderia ser diferente?

Sócrates - Por isso, jamais admitiremos uma alma esquecida, dentre as almas com tendência à filosofia, tendo em vista que queremos que estas sejam dotadas de boa memória.

Glauco - Certamente.

Sócrates - Mas, diremos nós, a falta de gosto e decência causa, inevitavelmente, a falta de moderação.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Ora, julgas que a verdade está ligada à moderação ou à falta desta?

Glauco - A moderação.

Sócrates - Então, além dos outros dons, busquemos no filósofo um espírito repleto de moderação e graça, cujas tendências inatas, guiarão facilmente para a essência de cada ser.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Mas não vês que as qualidades, que acabamos de enumerar se apoiam em si mesmas e são todas necessárias a uma alma que deve participar, plena e perfeitamente, no conhecimento do ser?

Glauco - São necessárias, no mais alto grau.

Sócrates - Podes, então, censurar unir a profissão que jamais será exercida a contento, se quem a exerce não for, por natureza, dotado de memória, facilidade

em aprender, grandeza de alma e boa vontade? E também, se não for amigo da verdade, da justiça, da coragem e da moderação?

Glauco - Não. O próprio Momo não veria nisso nada a censurar.

Sócrates - Muito bem! Não é a homens assim, amadurecidos pela educação e a idade, que confiarás o governo da cidade?

III. Adimanto usou então da palavra para dizer:

- Sócrates, ninguém seria capaz de opor-se aos teus argumentos. Mas, vês, o que acontece, em regra, às pessoas que conversam contigo. Imaginam que, por não terem experiência na arte de interrogar e responder se deixaram desorientar, pouco a pouco, em cada questão e esses pequenos desvios, acumulando-se, surgem no final da discussão sob a forma de um grande erro, totalmente contrário ao que se tinha decidido inicialmente. Da mesma forma que no gamão, em que os jogadores inábeis acabam sendo bloqueados pelos hábeis a ponto de não saberem que peça avançar, o teu interlocutor fica bloqueado e não sabe o que dizer, nesta espécie de gamão que é jogado, não com peões, mas com argumentos; e, contudo, nem por isso está convencido de que a verdade está nos teus argumentos. Falo isto, tendo em conta a discussão presente: com efeito, poderíamos agora dizer-te que não temos nada a opor a cada um dos teus argumentos, mas se percebes, perfeitamente, que aqueles que se consagram à filosofia e que, depois de a terem estudado na juventude, para instruírem-se, não a abandonam, antes ficam presos a ela, tornam-se, em grande número, personagens do riso, do sarcasmo e das zombarias. Extravagantes, para não dizer perversas, ao passo que os que parecem os melhores, embora viciados por esse estudo que tu exaltas, são inúteis às cidades.

- Então, tendo-o escutado, perguntei-lhe:

- Julgas que os que defendem tais ideias, não dizem a verdade?

Adimanto - Não sei, mas desejaria conhecer a tua opinião a esse respeito.

Sócrates - Saibas, então, que creio que dizem a verdade.

Adimanto - Nesse caso, como pretender que não haverá fim para os males que afligem as cidades enquanto estas não forem governadas por esses filósofos que, a bem da verdade, reconhecemos que lhes são inúteis?

Sócrates - Suscitas uma questão à qual só posso responder por uma imagem.

Adimanto - Mas não é costume teu expressar-te por imagens!

IV. Sócrates - Troças de mim, depois de me teres comprometido numa questão tão difícil de resolver. Agora ouves a minha comparação, para perceberes ainda melhor, como estou ligado a este processo. O tratamento que os Estados dispensam aos homens mais sábios é tão duro que, não há ninguém no

mundo, que sofra outro semelhante e que, para criar uma imagem, aquele que pretende defendê-los é obrigado a reunir os caracteres de múltiplos objetos, à maneira dos pintores que representam animais metade bodes e metade veados e outras misturas do mesmo tipo. Agora, imaginas que algo semelhante a isto se passa a bordo de um, ou de vários navios. O comandante, em compleição e força física, sobrepuja toda a tripulação, mas é um pouco surdo e um pouco míope e possui, em termos de navegação, conhecimentos tão curtos como a sua vista. Os marinheiros disputam o leme entre si; cada um julga que tem direito a ele, apesar de não conhecer a arte e nem poder dizer com que mestre, nem quando a aprendeu. Além disso, não a considera uma arte passível de ser aprendida e se alguém ousa dizer o contrário, estão prontos a fazê-lo em pedaços. Atormentam o comandante com os seus pedidos e se valem de todos os meios para que ele lhes confie o leme; e se, porventura, não conseguem convencê-lo e outros o conseguem, matam estes ou os lançam ao mar. Em seguida, apoderam-se do comandante, quer adormecendo-o com mandrágora, quer embriagando-o, quer de qualquer outra forma; senhores do navio, apropriam-se então de tudo a que nele existe e, bebendo e festejando, navegam como podem navegar tais indivíduos; além disso, louvam e chamam de bom marinheiro, de ótimo piloto, de mestre na arte náutica, aquele que os ajuda a assumir o comando, usando de persuasão ou de violência em relação ao comandante, e reputam inútil quem quer que não os ajude. Por outro lado, no que concerne ao verdadeiro piloto, nem sequer suspeitam de que deve estudar o tempo, as estações do ano, o céu, os astros, os ventos, se quiser de fato, tornar-se capaz de dirigir um navio. Quanto à maneira de comandar, com ou sem a aquiescência desta ou daquela facção da tripulação, não pensam que seja possível aprender isso, pelo estudo ou pela prática, e ao mesmo tempo, a arte da pilotagem. Não acreditas que, nos navios onde acontecem semelhantes cenas o verdadeiro piloto será tratado pelos marinheiros de indivíduo inútil e interessado apenas, em observar as estrelas?

Adimanto - Sim.

Sócrates - Tu não necessitas, penso eu, ver esta comparação explicada para reconheceres a imagem do tratamento que é dispensado aos verdadeiros filósofos nas cidades: espero que compreendas a minha ideia.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Apresenta então esta comparação aos que se admiram, de que os filósofos não sejam honrados nas cidades e procura convencê-los de que seria mais surpreendente se o fossem.

Adimanto - Farei isso.

Sócrates - Acrescentas que não estavas enganado, ao afirmar que os filósofos mais sábios são inúteis à maioria da sociedade, mas faz notar que essa inutilidade é devido aos que não empregam os sábios e não aos próprios sábios. Com efeito, não é natural que o piloto peça aos marinheiros que se deixem governar por ele nem que os sábios vão bater às portas dos ignorantes. O autor desta zombaria mentiu. A verdade é que, rica ou pobre, a doente precisa ir bater à porta do médico, e que aquele que tem necessidade de um chefe precisa ir bater à porta do homem que é capaz de comandar: não compete ao líder, se realmente pode ser útil, pedir aos governados que se submetam à sua autoridade. Assim, comparando os políticos que governam, atualmente, aos marinheiros de que falávamos há pouco, e os que são considerados por eles inúteis e tagarelas, perdidos nas nuvens aos pilotos de verdade, não te enganarão.

Adimanto - Muito bem.

Sócrates - Conclui-se que, é difícil uma profissão ser estimada por aqueles que perseguem fins completamente apostos. Porém, a mais grave e séria acusação que fere a filosofia vem daqueles que se dizem filósofos sem o ser. Estes, é que estão presentes nas mentes dos inimigos da filosofia, quando dizem, como tu dizias que, a maioria dos filósofos é formada de gente perversa e que os mais sábios são inúteis, opinião que, como tu, reconheces ser verdadeira, não é verdade?

Adimanto - É verdade.

V. Sócrates - Mas não acabamos de descobrir o motivo da inutilidade dos melhores entre os filósofos?

Adimanto - Assim é.

Sócrates - A partir da perversidade da maioria, pretendes que procuremos a causa necessária e nos esforcemos por demonstrar, se o conseguirmos, que esse motivo não é a filosofia?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - Muito bem! Lembras-te, da descrição, feita por nós, há pouco, do caráter que é preciso ter recebido da natureza para se tornar um homem nobre e bom. Em primeiro lugar, este caráter era guiado, se bem te recordas, pela verdade, que devia seguir em tudo e por toda parte, sob pena, usando de impostura, de não participar de maneira nenhuma da verdadeira filosofia.

Adimanto - Sim, foi o que afirmaste.

Sócrates - Pois não é esta ideia, exposta desta maneira, oposta à opinião, que reina atualmente?

Adimanto - Sim, é.

Sócrates - Mas não estaremos certos em responder, para nos defendermos, que o verdadeiro amigo da ciência não se detém na multidão de aspectos das coisas transitórias, das quais somente pode ter um conhecimento incerto e precário, mas vai além e busca, com vigor e aplicação, penetrar a essência de cada coisa, com o elemento da sua alma a que compete fazê-lo; em seguida, tendo-se ligado e unido, por uma espécie de imã, à realidade autêntica e tendo engendrado a inteligência e a verdade, atinge o conhecimento do ser e a verdadeira vida, encontra aí o seu alimento e a calma para libertar-se enfim das dores do parto, das quais por nenhum outro meio se poderia livrar?

Adimanto - Esta seria uma resposta bastante razoável.

Sócrates - Muito bem! Um homem assim estará propenso a amar a mentira ou, ao contrário, a odiá-la?

Adimanto - A odiá-la.

Sócrates - E, certamente, quando a verdade serve de guia, não diremos, julgo eu, que o carro dos vícios a acompanha.

Adimanto - Como poderíamos dizê-lo?

Sócrates - Ao contrário, a verdade acompanha a pureza e a justiça, que por sua vez, é seguida pela moderação.

Adimanto - Tens razão.

Sócrates - E precisas, agora, enumerar novamente as outras virtudes que compõem a temperamento filosófico? Como te recordas, vimos desfilar a coragem, a grandeza de alma, a facilidade em aprender e a memória. Objetaste-nos, então, que qualquer homem seria abrigado a concordar com o que dizíamos, mas que, deixando de lado os discursos e contemplando as personagens em questão, diria que vê perfeitamente que uns são inúteis e a maioria é de uma perversidade total. Em busca da causa desta acusação, chegamos ao exame do motivo por que a maior parte dos filósofos é perversa e foi isso que nos obrigou a retomar, uma vez mais a definição do temperamento dos verdadeiros filósofos.

Adimanto - Foi isso mesmo.

VI. Sócrates - Precisamos considerar agora as degradações desse temperamento: como se perde no maior número, como só escapa à corrupção em alguns, aqueles a quem denominamos não perversos, mas inúteis; consideraremos em seguida, aquele que afeta imitá-la e atribui a si mesma, uma função; quais são os temperamentos que, usurpando uma profissão de que são indignos e as ultrapassa, chegam a mil desvios e associa à filosofia a essa deplorável reputação que assinalas.

Adimanto - Mas que degradações são essas de que falas?

Sócrates - Tentarei descrevê-las. Todas as pessoas concordarão conosco, assim espero. Esses temperamentos, reunindo todas as qualidades que exigimos do verdadeiro filósofo, aparecem raramente e em pequeno número; não pensas assim?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - Para essas raras naturezas, analisa agora como são numerosas e fortes as causas da degradação.

Adimanto - Quais são elas?

Sócrates - O mais estranho de entender é que, não há nenhuma das qualidades que admiramos no filósofo, que não possa corromper a alma que a possui e desviá-la do caminho da filosofia. Refiro-me à fortaleza, à moderação e às outras virtudes que enumeramos.

Adimanto - É, de fato, muito estranho de entender.

Sócrates - Além disso, tudo aquilo que chamamos de bens, perverte a alma e afasta-a da filosofia: beleza, riqueza, poderosas alianças na cidade e todas as outras vantagens deste tipo. Compreendes, sem dúvida, o que quero dizer?

Adimanto - Sim, mas gostaria de uma explicação mais precisa.

Sócrates - Fixa bem este princípio geral e tudo o que acabo de dizer não te parecerá estranho, mas sim, bastante claro.

Adimanto - Que princípio?

Sócrates - Toda semente ou todo rebento, quer se trate de plantas, quer de animais. Quando não encontra alimento e clima apropriados, exige tanto mais cuidados, quanto, mais vigoroso for, pois o mal é mais nocivo ao que é bom que ao que não o é.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - É, então, verdadeiro afirmar que, uma natureza excelente, sujeita a um regime contrário, torna-se pior que uma natureza medíocre.

Adimanto - Sim.

Sócrates - Podemos também afirmar, Adimanto, que as almas mais bem-dotadas, influenciadas por uma má educação, tornam-se más no mais alto grau. Ou julgas que, os grandes crimes e a pior perversidade, provêm de uma medíocre e não de uma excelente natureza? E poderá uma alma vulgar, realizar grandes coisas, seja para o bem, seja para o mal?

Adimanto - Não. Penso igual a ti.

Sócrates - Se, a propensão que atribuímos ao filósofo, recebe a educação apropriada, obrigatoriamente, ao desenvolver-se, alcança todas as virtudes. Porém, se foi semeado, cresceu e procurou o alimento num solo que não era

apropriado, forçosamente, manifesta todos os vícios, a não ser que um deus o proteja. Crês, também, como o vulgo ingênuo, que existem alguns jovens corrompidos pelos sofistas e alguns sofistas que os corrompem, a ponto de, o fato ser digno de menção? Não te parece, ao contrário, que aqueles que os acusam são eles mesmos os maiores sofistas e sabem, perfeitamente, instruir e modelar à sua maneira, jovens e velhos, homens e mulheres?

Adimanto - Quando e como o fazem?

Sócrates - Quando, sentados em filas apertadas, nas assembleias políticas, nos tribunais, nos teatros, nos acampamentos e em toda parte onde haja reunião de pessoas, criticam ou aprovam determinadas ações ou palavras, em ambos os casos, com grande alarido e de forma exagerada, gritando e aplaudindo ao mesmo tempo. No meio de semelhantes cenas, não sentirá o jovem faltar-lhe o ânimo? Que educação especial poderá resistir? Não será submersa, por tantas críticas e elogios, e arrastada ao sabor da corrente? Não se pronunciará o jovem como a multidão a respeito do belo e do feio? Não se associará às mesmas coisas que ela? Não se tornará semelhante a ela?

Adimanto - Obrigatoriamente, Sócrates.

Sócrates - E, ainda não falamos da maior prova pela qual terá de passar.

Adimanto - Qual?

Sócrates - A que esses educadores e sofistas infligem, de fato, quando não podem convencer pelo discurso. Não sabes que castigam aqueles que não se deixam convencer, cobrindo-o de vergonha, condenando-o a uma multa, ou, à pena de morte?

Adimanto - Sei muito bem.

Sócrates - Então, que outro sofista, ou que ensino especial e contrário, a esse poderia prevalecer?

Adimanto - Acredito que nenhum.

Sócrates - Nenhum, sem dúvida. E tentar tal, seria uma grande loucura. Não existe, jamais existiu, nem nunca existirá caráter formado na virtude, contra as lições administradas pela multidão: refiro-me ao caráter humano, meu querido amigo, dado que, como diz o provérbio, o divino é uma exceção. De fato, se em semelhantes governos existe um que, seja salvo e se torne o que deve ser, podes afirmar sem medo de errar, que deve isto a uma proteção divina.

Adimanto - Minha opinião, é a mesma.

Sócrates - Portanto, também podes concordar comigo nisto.

Adimanto - Em quê?

Sócrates - Todos esses doutores mercenários, que o povo os denomina

sofista e considera seus rivais, não ensinam ideias distintas daquelas que a próprio povo professa nas suas assembleias, e é a isto que chamam sabedoria. Da mesma forma de alguém que, após ter observado os movimentos instintivos e os apetites de um animal grande e forte, analisa por onde convém aproximar-se a fim de tocá-lo; quando, e por qual motivo, irrita-se ou amansa-se, que gritos costuma soltar em cada ocasião e que tom de voz o amansa ou o enfurece; depois de ter aprendido tudo isto, por intermédio de uma longa experiência, criasse uma arte e, havendo-a sistematizado numa espécie de ciência, passasse a ensiná-la. Embora, não soubesse realmente o que, nesses hábitos e apetites, é belo ou feio, bom ou mau, justo ou injusto; conformando-se, no emprego destes termos aos instintos do grande animal; chamando bom ao que o agrada e mau ao que o importuna, sem poder legitimar de outra forma estes qualificativos; denominando justo e belo o necessário, porque não viu e não é capaz de mostrar aos outros o quanto a natureza do necessário difere, na realidade, da do bom. Um homem assim, não te pareceria um estranho educador?

Adimanto - Com toda a certeza!

Sócrates - Muito bem! Que diferença existe, entre este homem, e aquele que reduz a sabedoria ao conhecimento dos sentimentos e dos gostos de uma multidão, composta de indivíduos de toda a espécie; quer se trate de pintura, música ou política? É evidente que se alguém, numa assembleia, apresenta um poema, uma obra de arte ou um projeto de utilidade pública e se apoia na sua autoridade, é para ele uma necessidade extrema, sujeitar-se ao que ele aprovar. Ora, já ouviste alguém, numa assembleia, demonstrar que essas obras são realmente belas, a não ser por motivos ridículos?

Adimanto - Jamais e nem espero ouvir.

Sócrates - Depois de termos compreendido tudo isto, dizes-me: é possível que a turba admita e conceba que o belo em si mesmo existe, uno e distinto da multidão das coisas belas e que a essência das coisas é simples, una e indivisível?

Adimanto - De forma alguma.

Sócrates - Por conseguinte, é impossível que o povo seja filósofo.

Adimanto - Impossível.

Sócrates - É impossível, também, que esses sofistas que se misturam com o povo, vendidos a ele, deixem de lisonjear-lhes o gosto.

Adimanto -É claro.

Sócrates - Desse modo, que possibilidade de salvação vês, para um homem com pendores filosóficos, que lhe permita perseverar na sua profissão e atingir o

seu objetivo? Lembras-te que concordamos que a facilidade em aprender, a memória, a coragem e a grandeza de alma, pertencem ao pensador filosófico.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Logo, não será ele o primeiro em tudo a partir da infância, especialmente, se as qualidades do corpo corresponderem às da alma?

Adimanto - Sim, com certeza.

Sócrates - Ora, quando ele chegar à maturidade, os parentes e os seus concidadãos tentarão colocar seus talentos a serviço dos seus interesses.

Adimanto - Nada pode impedi-lo.

Sócrates - Será cumulado de deferências e homenagens, captando e lisonjeando, de antemão o seu poder futuro.

Adimanto - É o que costuma acontecer.

Sócrates - Que esperas, então, que ele faça em tais circunstâncias, principalmente se nasceu numa grande cidade, se é rico, nobre, agradável e de boa aparência? Não se encherá de demasiada esperança, imaginando que é capaz de governar os gregos e os bárbaros? Nesse caso, não se exaltará, enchendo-se de arrogância e de orgulho vão e insensato?

Adimanto - Com certeza.

Sócrates - E se alguém, aproximando-se mansamente, lhe fizesse ouvir a linguagem da verdade, explicando que ele precisa da razão, mas que só pode adquiri-la se submetendo a ela. Crês que, no meio de tantas más influências, ele consentiria em escutar?

Adimanto - Muito longe disso.

Sócrates - Contudo, se por causa de suas boas disposições naturais, de sua afinidade com a linguagem da verdade e de seu caráter íntegro, deixasse se levar para a filosofia, que farão então os outros, convencidos de que perderão o seu apoio e amizade? Palavras, ações, não utilizarão todos os meios - não apenas com ele- a fim de que não se deixe convencer, mas também com aquele que procura convencê-lo, para que não tenha sucesso, quer preparando-lhe armadilhas, quer levando-o publicamente aos tribunais?

Adimanto - É bem possível.

Sócrates - Muito bem! E possível, ainda, que esse jovem se torne filósofo?

Adimanto - Não.

Sócrates - Percebes, assim, que eu tinha razão quando afirmei que os elementos que compõem a temperamento filosófico de uma pessoa, ao serem deteriorados por uma má educação, fazem essa pessoa afastar-se da sua vocação, tanto quanto as riquezas.

Adimanto - Reconheço que tinha razão.

Sócrates - Assim é meu grande amigo, em toda a sua extensão, a corrupção que perverte as melhores naturezas, aliás, bem raras, como observamos. É de homens assim, que saem não apenas os que causam os maiores males às cidades e aos cidadãos, mas também os que lhes proporcionam o maior bem quando seguem o caminho certo; mas um temperamento medíocre, nunca faz nada de grande a favor ou em detrimento de alguém, mero cidadão ou cidade.

Adimanto - Nada mais verdadeiro.

Sócrates - Portanto, esses homens, nascidos para a prática da filosofia, tendo-se afastado dela e tendo-a, deixado só e infecunda, para levarem uma vida contrária à sua natureza e à verdade, permitem que outros, indignos, se introduzam junto dessa órfã abandonada pelos próprios filhos, a desonrem e lhe granjeiem as críticas, com que dizes que a sobrecarregam os seus detratores: a saber, que, daqueles que têm trato com ela, alguns, não valem nada e a maioria merece os maiores castigos.

Adimanto - Efetivamente, é o que se diz.

Sócrates - E não sem razão. Com efeito, vendo o lugar vazio, mas repleto de belos nomes e belos títulos, homens sem valor, à maneira dos evadidos da prisão, que se refugiam nos templos, trocam alegremente a sua profissão pela filosofia, embora, sejam muito competentes em seu humilde ofício. Também em relação às outras artes, a filosofia, mesmo no estado em que se encontra, conserva uma eminente dignidade que a leva a ser procurada, por uma multidão de pessoas de natureza inferior a quem o trabalho servil deformou o corpo, ao mesmo tempo em que, consumiu-lhes e degradou a alma. E poderia ser de outra maneira?

Adimanto - Claro que não.

Sócrates - Quando as vês, tu não pensas num ferreiro calvo e baixo que, havendo economizado um pequeno capital e abandonado as suas ferramentas, corre ao banho, lava-se, veste um traje novo, e elegante como um noivo, vai casar-se com a filha do seu patrão, que a pobreza e o isolamento reduziram a semelhante extremo?

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Ora, que prole poderá nascer de semelhante conluio, senão, filhos bastardos e fracos?

Adimanto - Obrigatoriamente.

Sócrates - É, por semelhantes motivos, que ideias e opiniões podem advir do trato dessas almas vulgares e incultas com a filosofia? Com certeza, nada além de frivolidades, opiniões sem fundamentos, sem sentido, sem consistência,

enfim, apenas sofismas.

Adimanto - Com certeza, apenas isso.

Sócrates - Por conseguinte, Adimanto, é por demais baixo, o número dos que podem lidar dignamente com a filosofia: talvez, alguns nobres espíritos aprimorados por uma boa educação, isolados do mundo, e afastados de quaisquer influências corruptoras, permaneçam fiéis à sua natureza e vocação; ou alguma grande alma, nascida numa pequena cidade, que despreze os cargos públicos; talvez, ainda, algum raro e feliz caráter, que abandone, para se entregar à filosofia, outra profissão que considere inferior. Outros, enfim, parecem contidos pelo mesmo freio que mantém preso à filosofia, a exemplo do nosso amigo Teages. Embora, tudo conspire para afastá-lo da filosofia, as enfermidades que o incapacitam para a vida política o obrigam a filosofar. Quanto a mim, não convém que eu fale do meu demônio familiar, e pressagie o que me adverte interiormente, pois é duvidoso que se possa encontrar outro exemplo no passado. Mas, dentre este pequeno grupo, aqueles que se tornaram filósofos e provaram as delícias proporcionadas pela posse da sabedoria, convencidas da insensatez do restante dos homens, sabem que não possuem aliados com quem possam contar, para ir, em socorro da justiça sem se perder, mas que, ao contrário, como um homem caído no meio de animais ferozes, recusando-se a participar das injustiças dos outros e incapaz de resistir sozinho a esses seres selvagens, pereceriam antes de ter servido a pátria e os amigos, inúteis a si mesmos e aos outros. Logo, levados por essas reflexões, ficam inativos e ocupam-se dos seus negócios; semelhante ao viajante que, durante uma tempestade, enquanto a vento ergue turbilhões de pó e chuva, fica feliz, por encontrar um muro atrás do qual possa se abrigar. Os filósofos, constatando que a injustiça reina impune por toda parte, sentem-se felizes, em poder conservar-se em seu retiro, isentos de injustiças e de ações ímpias, passando seus dias sorridentes e tranquilos, com o consolo de uma bela esperança.

Adimanto - Na verdade, não sairão deste mundo sem ter realizado grandes obras.

Sócrates - Sim, mas não terão cumprido o seu mais elevado destino, por não lhes ter cabido um governo adequado à sua vocação. Com efeito, num governo adequado, os filósofos teriam desfrutado de mútuo prestígio e se teriam tornado úteis ao Estado e aos cidadãos. Pensa que já discorremos suficientemente a respeito da causa e da injustiça das acusações dirigidas à filosofia, a menos que tenhas mais alguma coisa a dizer.

Adimanto - Não, não tenho nada a acrescentar. Porém, dentre todos os

governos, qual é, na tua opinião, o que convém à filosofia?

Sócrates - Nenhum. Queixo-me, exatamente, por não descobrir nenhuma constituição política que convenha ao temperamento filosófico, por isso o vemos alterar-se, e corromper-se. Igual a uma semente exótica que, lançada ao solo fora de seu país de origem, degenera e sofre a influência do solo em que caiu, também, o caráter filosófico perde a virtude e transforma-se num caráter muito diferente. Mas, se encontrasse um governo, cuja excelência correspondesse à sua, veríamos então que contém algo de divino dentro de si mesmo, em contraste com todos os outros caracteres e profissões. Tudo é, exclusivamente, humano. Agora, evidentemente, perguntarás que governo é esse.

Adimanto - Enganas-te, pois, não é o que vou te perguntar. O que pretendo saber é, se o Estado que tens em mente é aquele cujos fundamentos estabelecemos, ou, se te referes a outro.

Sócrates - É esse mesmo, com uma única diferença. Na verdade, já dissemos que era preciso que fosse conservado na nossa república o mesmo espírito que nos havia inspirado na elaboração das leis.

Adimanto - Sim, dissemos.

Sócrates - Mas não esclarecemos, suficientemente, esse ponto, com receio da objeção que tu fizeste, de que, a demonstração seria longa e difícil, tanto mais que, o que nos falta explicar não é nada fácil.

Adimanto - De que se trata?

Sócrates - De como o Estado deve agir para que a filosofia não pereça. Acontece que, qualquer empreendimento, realmente grande, não se realiza sem riscos e, como se sabe, as coisas belas, são difíceis.

Adimanto - Seja como for, acaba a tua explanação esclarecendo esse ponto.

Sócrates - Se eu não tiver sucesso, não será por má vontade, mas porque serei impedido pela impotência. Elevo-te a juiz do meu zelo. Em primeiro lugar, observa com que audácia e desprezo do perigo, afirmo que o Estado deve adotar, a respeito desta profissão, uma conduta oposta à sua conduta atual.

Adimanto - Como?

Sócrates - Hoje, os que se consagram à filosofia são jovens, há pouco egressos da infância; no intervalo que os separa do tempo em que se entregarão à economia e ao comércio, abordam a sua parte mais difícil, isto é, a dialética. Em seguida, abandonam este gênero de estudos: e são estes que se consideram filósofos autênticos. Por conseguinte, julgam fazer muito em assistirem a debates filosóficos, quando são convidados, considerando que se trata apenas de um passatempo. A velhice aproxima-se? Com exceção de um pequeno número, o

seu ardor amortece e se extingue mais que o Sol de Heráclito, visto que, não volta a acender-se. De acordo com Heráclito, tendo em vista que tudo se renova, a cada tarde o Sol se extingue e se reacende a cada manhã.

Adimanto - E o que é necessário fazer?

Sócrates - Exatamente o contrário: proporcionar aos adolescentes e às crianças uma educação e uma cultura adequadas à sua juventude; cercar de todos os cuidados o seu corpo na época em que ele cresce e se forma, a fim de prepará-lo para servir a filosofia; em seguida, quando chegar à idade em que a alma entrar na maturidade, reforçar os exercícios que lhe são próprios; e, quando as forças declinarem e passarem-se os tempos das atribuições políticas e militares, dar baixa no acampamento sagrado, isentos de toda e qualquer ocupação importante, assim fará todos àqueles que, pretendam levar neste mundo uma vida feliz, e depois de sua morte, coroar no outro mundo a vida que tiverem vivido com um destino digno dela.

Adimanto - Falas com inteligência, Sócrates. Acredita, porém, que os teus ouvintes usarão ainda mais de inteligência ao te resistir, pois de forma alguma estão convencidos; a começar por Trasímaco.

Sócrates - Não queiras me indispor com Trasímaco, que somos amigos de há pouco e nunca fomos inimigos. Não pouparei esforços para convencer a ele e aos demais presentes. Pelo menos, o que irei lhes dizer servirá para alguma coisa naquela outra vida, quando, retomando uma nova profissão, participarão em debates semelhantes.

Adimanto - Estás te referindo a um tempo muito próximo!

Sócrates - E que não é nada em comparação à eternidade. Contudo, que as pessoas, em sua maioria, não se deixem convencer por esses discursos, nada tem de surpreendente, porquanto, nunca viram acontecer o que dizemos; ao contrário, ouviram apenas frases de uma simetria rebuscada, em vez de conversas, espontaneamente motivadas, como as nossas. Mas o que, jamais, viram, foi um homem, tão perfeitamente, identificado com a virtude, nos atos e nas palavras. Não te parece?

Adimanto - Não, nunca.

Sócrates - E também assistiram pouco, meu bem-aventurado amigo, a belos e livres debates, onde se busca a verdade com paixão e por todos os meios, com o único propósito de conhecê-la; debates esses, desprovidos de vãos enfeites e inúteis sutilezas, em que nada se diz por espírito de contestação, nem pelo simples prazer da eloquência, como acontece nos tribunais e nas conversações particulares.

Adimanto - Por certo que não.

Sócrates - São estas as reflexões que davam preocupação e me faziam hesitar em falar. Não obstante, premido pela verdade, declarei que não se devia esperar conhecer cidade, governo, nem homem algum perfeitos, a não ser que estes poucos filósofos, acusados não de perversos, porém de inúteis, fossem obrigados por uma feliz necessidade a se encarregarem do governo do Estado, ou que, por uma inspiração divina, os soberanos e seus filhos fossem tomados de um sincero amor pela verdadeira filosofia. Afirmo que, não existe motivo algum para pretender que uma ou outra destas coisas, ou ambas, seja absurda. Aliás, seria ridículo estarmos aqui a nos divertir e a formular desejos vãos, não te parece?

Adimanto - Sim.

Sócrates - Se nunca aconteceu, nos séculos passados, que um filósofo fosse obrigado a se encarregar do governo de um Estado, ou se nos dias de hoje isso se dá em alguma remota região de bárbaros, ou se realmente algum dia vier a acontecer, poderemos então afirmar que existiu, existe ou existirá uma república semelhante à nossa, quando a Musa filosófica se tomar senhora de uma cidade. Porque, na verdade, nós não propomos coisas impossíveis, embora reconheçamos que a sua execução é bastante difícil.

Adimanto - Concordo contigo.

Sócrates - Mas a multidão não é dessa opinião, dirás.

Adimanto - Talvez.

Sócrates - Não acuses em demasia a multidão. Ela mudará de opinião se, em lugar de a provocares, a aconselhares e, refutando as acusações contra o amor e a ciência, lhe indicares aqueles a quem denominas filósofos e lhes definires, como fazemos, a sua natureza e profissão, para que não pense que lhes falas a respeito dos filósofos, tais como ela os concebe. Quando a multidão puder enxergar as coisas assim, não crês que mudará de opinião e responderá de modo diferente? Ou pensas que é natural irritar-se contra quem não se irrita e odiar quem não odeia, quando se é, por natureza, desprovido de inveja e ódio? Quanto a mim, antecipando-me à tua objeção, afirmo que um caráter tão intratável só se encontra em algumas pessoas, e não na multidão.

Adimanto - Estou de acordo.

Sócrates - Concordas também que, pelos preconceitos da maioria a respeito da filosofia, os responsáveis são esses estrangeiros que se introduzem nela como indesejáveis libertinos numa orgia, e que, injuriando-se, tratando-se com malevolência e fazendo incidir sempre as suas discussões sobre questões

pessoais, portam-se da maneira menos adequada à filosofia?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Logo, Adimanto, aquele cujo pensamento se entrega realmente à contemplação da essência das coisas não julga agradável contemplar a conduta dos homens, declarar-lhes guerra e encher-se de ódio e animosidade; com a visão dominada por objetos fixos e imutáveis, que não comportam nem suportam mútuos preconceitos, mas estão todos, sujeitos à lei da ordem e da razão, esforça-se par imitá-los e, tanto quanto possível, tornar-se semelhante a eles. Ou crês tu que é possível, não imitar aquilo de que a todo o momento nos aproximamos com admiração?

Adimanto - Não é possível.

Sócrates - Portanto, estando o filósofo encantado com o que é sagrado e sujeito à ordem, ele mesmo, torna-se ordenado e sagrado, dentro do limite permitido pela natureza humana, a que não evita que, com frequência, a multidão o julgue de forma injusta.

Adimanto - Com certeza.

Sócrates - Quer dizer que, se uma necessidade o obrigasse a tentar introduzir nos costumes públicos e privados o que ele considera mais elevado, em vez de, limitar-se a modelar o seu próprio caráter, julgas que seria um mau mestre da moderação, da justiça e de todas as outras virtudes civis?

Adimanto - De jeito nenhum.

Sócrates - E se o povo conseguir compreender, que dizemos a verdade a respeito dos filósofos, continuará, sendo hostil com eles e a desconfiar de nós, quando lhe afirmarmos que, uma cidade só será feliz na medida em que, seu plano for traçado por esses artistas que se baseiam em modelos divinos?

Adimanto - Não será hostil se conseguir compreender. Mas de que maneira, porém, os filósofos poderão traçar esse plano?

Sócrates - Começando, por considerar o Estado e os caracteres humanos de seus cidadãos, um plano que, em primeiro lugar, tentarão limpar com escrúpulo, o que não é nada fácil. Mas tu já sabes que nisso, eles diferem dos outros, e que não quererão se ocupar de um Estado ou de um indivíduo para lhe dar, apenas, leis, senão quando o tiverem recebido imaculada ou tornado imaculado eles próprios.

Adimanto - E com razão.

Sócrates - E tendo conseguido isso, não irão esboçar a nova constituição?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Creio que, em seguida, para aperfeiçoar esse esboço, erguerão

frequentemente os olhos, por um lado, para a essência da justiça, da beleza, da moderação e das virtudes desta natureza e, por outro, para a cópia humana que dela fazem; e, por intermédio da combinação e da miscelânea de instituições apropriadas, esforçar-se-ão por atingir a imagem da verdadeira humanidade, inspirando-se no modelo a que Homero, quando o encontra entre os homens, chama de divino e semelhante aos deuses.

Adimanto - Muito bem.

Sócrates - E apagarão, penso eu, e pintarão de novo, até conseguirem, caracteres humanos tão caros à divindade, quanto o podem ser.

Adimanto - Certamente, será um quadro estupendo!

Sócrates - Muito bem! Teremos convencido aqueles que tu apresentavas como dispostos a cair sobre nós com todas as suas forças, de que, tal pintor de constituições é o homem que lhes gabávamos há instantes e que excitava o seu mau humor, porque lhes queríamos confiar o governo das cidades? Será que se acalmarão ao ouvir-nos?

Adimanto - Sim, se forem ponderados.

Sócrates - Que mais teriam a objetar-nos? Que os filósofos não são amantes do ser e da verdade?

Adimanto - Seria absurdo.

Sócrates - Que o seu temperamento, tal como o descrevemos, nada tem a ver com o que existe de melhor?

Adimanto - Também não.

Sócrates - O quê, então? Que esse temperamento, deparando-se com instituições adequadas, não é mais apropriado que qualquer outro a tornar-se perfeitamente bom e sábio?

Adimanto - Por certo que não.

Sócrates - Assustar-se-ão ao nos ouvirem declarar que, os males do Estado e dos cidadãos, somente serão extintos quando os filósofos detiverem o poder e que, o governo que imaginamos será realizado de fato?

Adimanto - Talvez.

Sócrates - Queres que os declaremos a todos apaziguados e persuadidos, a fim de que a vergonha, na falta de outro motivo, os obrigue a concordar?

Adimanto - Sim, quero.

Sócrates - Então, consideremo-los persuadidos neste ponto. Agora, quem nos contestará que é possível encontrar filhos de reis nascidos filósofos?

Adimanto - Ninguém.

Sócrates - Quem pode afirmar que, nascidos com tais disposições, é

obrigatório que se corrompam? Que lhes seja difícil evitá-la, nós próprios o admitimos; mas que, ao longo do tempo, nem um só se salve, existe alguém que possa sustentá-lo?

Adimanto - Com certeza que não.

Sócrates - Mas basta que um se salve e encontre uma cidade dócil às suas opiniões, para realizar todas as coisas que hoje são consideradas impossíveis.

Adimanto - De fato, um só basta.

Sócrates - Na verdade, tendo esse magistrado estabelecido as leis e as instituições que descrevemos, não é impossível que os cidadãos aceitem sujeitar-se a elas.

Adimanto - De maneira nenhuma.

Sócrates - Mas não é espantoso e impossível que, aquilo que nós aprovamos, seja também aprovado por outros?

Adimanto - Não acredito.

Sócrates - E como demonstramos, suficientemente, julgo eu, que o nosso projeto é o melhor, se for realizável?

Adimanto - Suficientemente, com efeito.

Sócrates - Parece, pois, que somos levados a concluir, no que concerne ao nosso plano de legislação, que por um lado, é excelente, se puder ser realizado e, por outro, a sua realização é difícil, mas não impossível.

Adimanto - De fato, somos levados a isso.

Sócrates - Muito bem! Já que chegamos, não sem dificuldade, a este resultado, precisamos tratar do que se segue, isto é, de que maneira, por quais estudos e exercícios, formaremos os homens capazes de guardar e manter a constituição, e em que idade nós devemos consagrá-los a isso.

Adimanto - Sim, precisamos tratar dessa questão.

Sócrates - Em vão, usei toda a minha habilidade, quando pretendi passar em silêncio a difícil questão da posse das mulheres, da procriação dos filhos e da eleição dos magistrados, sabendo quanto à verdade completa é malvista e difícil de aplicar; agora, com efeito, não me vejo menos obrigado a falar disso. É certo que, esgotamos a questão das mulheres e dos filhos; mas, no que concerne aos magistrados, é preciso rever o problema desde o início. Dissemos - como deves lembrar -, que eles deviam fazer ressaltar o seu amor à pátria quando submetidas à prova do prazer e da dor, e jamais, renunciar à sua convicção patriótica no meio dos trabalhos, dos perigos e das outras vicissitudes; que era preciso excluir quem se mostrasse fraco, e escolher para magistrado e cumulá-lo de distinções e honras, durante a vida e depois da morte, quem saísse de todas essas provas, tão

puro como o ouro do fogo. É isto o que eu disse em termos indiretos e dissimulados, receando provocar a discussão em que estamos empenhados agora.

Adimanto - É verdade, lembro-me perfeitamente.

Sócrates - Eu vacilei meu amigo, em dizer o que digo agora. Mas a decisão está tomada e afirmo que os melhores magistrados do Estado devem ser os filósofos.

Adimanto - Que seja.

Sócrates - Repara como é pequeno o número deles. Com efeito, as qualidades que, em nossa opinião, devem compor o seu temperamento, raramente, encontram-se reunidas no mesmo indivíduo; quase sempre essas qualidades estão esparsas entre muitas pessoas.

Adimanto - Que queres dizer?

Sócrates - Os que são dotados de facilidade em aprender, de memória, de inteligência, de sagacidade e de todas as outras qualidades semelhantes, não possuem o hábito, como sabes, de aliar naturalmente a isso a generosidade e a grandeza de alma que lhes possibilite viver na ordem, com calma e constância. Ao contrário, tais homens deixam-se arrastar pela própria vivacidade e não apresentam nada de estável.

Adimanto - Tens razão.

Sócrates - Contudo, os homens de caráter firme e sólido, com quem, sempre, nós poderemos contar, e que na guerra se mantêm impassíveis diante do perigo, em geral, não são aptos para as ciências: embrutecidos, são lentos a compreender e adormecem quando têm de se entregar a um trabalho intelectual.

Adimanto - É isso mesmo.

Sócrates - Dissemos que os magistrados devem possuir todas aquelas qualidades, não podendo aspirar nem a uma educação superior, nem às honras, nem ao poder.

Adimanto - Dissemos isso com razão.

Sócrates - Muito bem! Admites que isso seja raro?

Adimanto - Sim, admito.

Sócrates - Então, além da prova dos trabalhos e perigos, à qual é necessário sujeitá-los, vou acrescentar que é preciso exercitá-los num grande número de ciências, para verificar se a sua natureza está apta a suportar os mais altos estudos ou se fraquejam, como outros fazem, nos exercícios de ginástica.

Adimanto - Quais são esses altos estudos a que te referes?

Sócrates - Talvez te lembres de que, após termos distinguido três partes na

alma, utilizamos essa distinção para explicar a natureza da justiça, da moderação, da coragem e da sabedoria.

Adimanto - Se eu não me lembrasse, não seria merecedor de ouvir o resto.

Sócrates - Lembras-te também do que dissemos antes?

Adimanto - Sobre o quê?

Sócrates - Dissemos que, para chegar ao conhecimento mais perfeito destas virtudes, existia um caminho mais longo e que elas se revelariam claramente a quem o percorresse; mas que, também, era possível ligar a demonstração ao que fora dito anteriormente. Admitimos que isso bastasse e, desse modo, a demonstração que foi feita careceu, a meu ver, de exatidão. Se, estão satisfeitos, compete-os dizê-lo.

Adimanto - Porém, tenho a impressão de que nos respondeste com exatidão, a que é também a opinião dos outros.

Sócrates - Mas, meu amigo, em semelhantes questões, toda a exatidão que se afaste, o mínimo que for da realidade, não é uma exatidão total, pois nada que é imperfeito é exatidão total de nada. Na entanto, há às vezes quem imagine que isso basta e que não há necessidade de aprofundar mais nas investigações.

Adimanto - De fato, é a ideia que a preguiça inspira a muitas pessoas.

Sócrates - Mas, se existe alguém que deva se defender de tê-la, este alguém é, precisamente, o guardião do Estado e das leis.

Adimanto - Assim parece.

Sócrates - É necessário, então, meu amigo, que ele siga o caminho mais longo e que trabalhe tanto em se instruir como em exercitar o corpo; caso contrário, como dissemos, nunca chegará ao termo dessa ciência sublime, na qual lhe compete, mais que a qualquer outro, instruir-se com perfeição.

Adimanto - Portanto aquilo de que falamos não é o que há de mais sublime, pois existe algo mais elevado que a justiça e as virtudes que enumeramos?

Sócrates - Sim, algo mais elevado. E acrescento que não é suficiente contemplar, como fazemos agora, um mero esboço dessas mesmas virtudes: não podemos nos eximir de procurar o quadro mais perfeito. Efetivamente, não seria ridículo lançar mão de todos os meios para chegar, em questões de menos importância, ao mais alto grau de precisão e clareza, e não considerar dignas da maior aplicação às questões mais elevadas?

Adimanto - Seria. Mas, crês que, deixar-te-emos continuar sem te perguntarmos que ciência é essa que denominas tão altamente, e qual é o seu objeto?

Sócrates - Não creio, mas interroga-me. Na verdade, ouviste-me falar várias

vezes dessa ciência; agora, porém, ou te esqueceste do que ouviste ou pensas em me causar novos embaraços. E inclina-me para esta última opinião, pois me ouviste muitas vezes afirmar que a ideia do bem é o mais alto dos conhecimentos, aquela de que a justiça e as outras virtudes tiram a sua utilidade e as suas vantagens. Não ignoras, agora, que é isto o que vou dizer, acrescentando que não conhecemos suficientemente esta ideia. Ora, se não a conhecemos, embora conheçamos o melhor possível, todo o resto, sabes que estes conhecimentos não nos valerão de nada sem ela, da mesma forma que a posse de um objeto sem a do bem. Com efeito, julgas vantajoso possuir muitas coisas, se não forem boas, ou conhecer tudo, com exceção do bem e não conhecer nada de belo nem de bom?

Adimanto - Não, por Zeus, não acho.

Sócrates - E também sabes que, na opinião de muitos, o bem consiste no deleite, enquanto os mais requintados pensam que consiste na inteligência.

Adimanto - Sim, eu sei.

Sócrates - E também, não ignoras, ó, meu amigo, que aqueles que assim pensam não conseguem explicar de que inteligência se trata, mas são forçados a confessar, por último, que é da inteligência do bem.

Adimanto - Sim, e isso é muita divertido.

Sócrates - É de fato divertido que, ao mesmo tempo em que censuram a nossa ignorância a respeito do bem, falam-nos dele como se o conhecêssemos. Dizem-nos que é a inteligência do bem, como se devêssemos compreendê-los, logo que pronunciam a palavra bem.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Mas, por acaso, estão menos equivocados os que identificam o bem como prazer? O seu erro é menor do que o dos outros? E não são obrigados a admitir que haja prazeres maus?

Adimanto - Por certo.

Sócrates - Acontece-lhes, no entanto, penso eu, admitir que as mesmas coisas sejam boas e más. Não é assim?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Logo, é evidente que a questão comporta numerosas e profundas dificuldades.

Adimanto - Não há como negá-la.

Sócrates - Muito bem! Não é evidente que, em sua maioria, as pessoas se contentam com a simples aparência do justo e do belo e que, ao contrário, ninguém se satisfaz com o que parece bom, procurando o que de fato o é, e cada

um, neste campo, despreza a aparência?

Adimanto - Com certeza.

Sócrates - Ora, esse bem que todas as almas buscam atingir, de cuja, a existência suspeita; embora, com incerteza, sem conseguir defini-lo e acreditar nele com a fé sólida, torna-o dentre muitas coisas, inútil; esse bem tão grande e precioso deverá ficar coberto de trevas para os eminentes cidadãos a quem confiaremos tudo?

Adimanto - Sem dúvida que não.

Sócrates - Julgo, então, que as coisas justas e belas terão um guardião e defensor de pouco valor, se este ignorar em que é que elas são boas. Afirmo até que, ninguém as conhecerá bem, sem antes conhecer o bem.

Adimanto - Tua afirmação é correta.

Sócrates - Muito bem! Teremos, portanto, um governo perfeitamente organizado, se tiver por líder um magistrado que detenha esse conhecimento?

Adimanto - Sim, teremos. Mas tu, Sócrates, pensas que o bem seja a ciência, o prazer ou qualquer outra coisa?

Sócrates - Finalmente! Eu tinha certeza de que, nesse assunto, não te contentarias com a opinião dos outros!

Adimanto - E que não acho justo, Sócrates, que exponhas as opiniões dos outros e não as tuas, depois de haver tratado há tanto tempo dessas questões.

Sócrates - Como assim? Então, achas justo que um homem fale do que ignora, como se o soubesse?

Adimanto - Não como se o soubesse, mas expondo sua opinião a respeito.

Sócrates - Muito bem! Não percebeste como são ridículas as opiniões que não se baseiam na ciência? As melhores são cegas. Vês alguma diferença entre cegos que seguem pelo caminho certo, e aqueles que possuem uma opinião verdadeira a respeito de alguma coisa, mas sem ter a compreensão dessa mesma coisa?

Adimanto - Nenhuma.

Sócrates - Preferes, então, observar coisas feias e disformes, em lugar de ouvir a exposição de coisas brilhantes e belas?

Adimanto -Por Zeus, Sócrates, não fale como se tivesses chegado ao fim. Ficaremos satisfeitos se nas explicares a natureza do bem como o fizeste com a natureza da justiça, da temperança e das demais virtudes.

Sócrates - Eu também ficaria plenamente satisfeito, mas temo ser incapaz disso; e se tiver coragem para tentar, receio que a minha incompetência provoque zombarias. Mas, meus caros amigos; não nos ocupemos agora com o

que possa ser o bem em si mesmo, pois me parece algo muito elevado para que o nosso esforço nos conduza, neste momento, até a concepção que tenho dele. Contudo, se desejarem, eu aceito falar do que me parece ser o filho, o fruto do bem e do que mais se lhe assemelha.

Adimanto - Fala-nos do filho. Pagarás a tua dívida em outra ocasião, falando-nos do pai.

Sócrates - Gostaria que eu pudesse pagar e que recebestes a dívida dessa explicação e que não tivéssemos de nos contentar com os juros! Recebei, pois, este filho, este fruto do bem em si mesmo. Mas cuidai para que eu não os engane involuntariamente, dando um valor errado do prometido.

Adimanto - Tomaremos o máximo de cuidado possível. Agora, falas.

Sócrates - Antes, é necessário que nos ponhamos de acordo e que eu o recorde a respeito do que foi dito há pouco e em vários outros encontros nossos.

Adimanto - O que é?

Sócrates - Declaramos que existem numerosas coisas belas, numerosas coisas boas, muitas coisas de outras espécies, cuja existência, afirmamos e distinguimos na linguagem.

Adimanto - De fato, declaramos.

Sócrates - Declaramos, também, que existe o belo em si, o bom em si e, igualmente, em relação a todas as coisas que agora mesmo, indicamos, como sendo múltiplas; declaramos que a cada uma delas também corresponde a sua ideia, que denominamos essência da coisa.

Adimanto - Exato.

Sócrates - E afirmamos que umas são percebidas pela vista e não pelo pensamento, mas que as ideias são concebidas e não vistas.

Adimanto - Perfeitamente.

Sócrates - Ora, qual é a sentido que nos permite perceber as coisas visíveis?

Adimanto - A vista.

Sócrates - Então, apreendemos os sons pela audição e pelos outros sentidos, todas as coisas sensíveis, não é verdade?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Porém, já raciocinaste que o artífice dos nossos sentidos teve de se esforçar bem mais para modelar a faculdade de ver e ser visto do que as outras?

Adimanto - Nunca pensei nisso.

Sócrates - Considera o seguinte: o ouvido e a voz precisam de algum elemento de espécie diferente, o primeiro para ouvir e a segundo para ser

ouvido, de modo que, se esse terceiro elemento vier a faltar, o primeiro não ouve e a segundo não é ouvido?

Adimanto - De modo algum.

Sócrates - Eu penso que, as outras faculdades não precisam de nada semelhante. Ou podes citar-me alguma?

Adimanto - Não.

Sócrates - Mas, tu não sabes, que a faculdade de ver e ser visto precisa disso?

Adimanto - Como assim?

Sócrates - A visão pode estar situada nos olhos e estes podem ser usados para enxergar a cor, da mesma maneira, que pode estar nos objetos. Contudo, se a isso não for acrescentado um terceiro elemento, a vista nada ver, e as cores não serão percebidas.

Adimanto - De que elemento tu estás falando?

Sócrates - Aquele que denominas luz.

Adimanto - Tens razão.

Sócrates - Logo, o sentido da visão e a faculdade de ser visto, estão unidos por um laço, incomparavelmente mais precioso, que aquele que estabelece as outras uniões, desde que a luz não seja uma coisa desprezível.

Adimanto - De maneira nenhuma ela é desprezível.

Sócrates - Qual é, então, na tua opinião, de todos os deuses do céu, aquele que pode realizar essa união, aquele cuja luz faz com que os nossos olhos vejam da melhor maneira possível e que os objetos visíveis sejam vistos?

Adimanto - O mesmo que tu e todas as pessoas reconhecem como senhor: o Sol.

Sócrates - Então, não está a vista, pela sua natureza, nesta relação com esse deus?

Adimanto - Que relação?

Sócrates - Nem a vista é o Sol, nem o é o olho, onde a vista se forma.

Adimanto - Evidente que não.

Sócrates - Porém, de todos os órgãos dos sentidos, o olho é, no meu entender, o que mais se assemelha ao Sol.

Adimanto - Sim, sem dúvida.

Sócrates - Muito bem! E o poder que o olho possui, não lhe vem do Sol, como uma emanação deste?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - Não é também verdade que o Sol, que não é a vista, mas sim seu

princípio, é percebido por ela?

Adimanto - Sim, é.

Sócrates - Pois é o Sol que eu chamo de filho do bem, que o bem engendrou à sua própria semelhança. Aquilo que o bem é no campo da inteligência em relação ao pensamento e aos seus objetos, o Sol o é no campo do visível, em relação à vista e aos seus objetos.

Adimanto - Como assim? Explica-me isso.

Sócrates - Tu sabes, logicamente, que os olhos, quando contemplam objetos cujas cores não são iluminadas pela luz do dia, mas pela claridade dos astros noturnos, perdem a acuidade e parecem quase cegos, como se não fossem providos de visão clara.

Adimanto - Sei muito bem.

Sócrates - Mas, quando se voltam para objetos que o Sol ilumina, enxergam distintamente e mostram que são providos de visão clara.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Admite, portanto, que se dá o mesmo a respeito da alma. Quando ela fixa a olhar naquilo que a verdade e o ser iluminam, compreende-o, conhece-o e mostra que é dotada de inteligência; mas, quando olha para aquilo que está obscurecido, para o que nasce e morre, a sua vista fica embaçada, passa a ter apenas opiniões, indo sem cessar de uma a outra, parecendo desprovida de inteligência.

Adimanto - Realmente, parece mesmo desprovida de inteligência.

Sócrates - Confessa, então, que o que derrama a luz da verdade sobre os objetos do conhecimento e proporciona ao indivíduo o poder de conhecer, é a ideia do bem. Podes tu, concebê-la como objeto de conhecimento por ela ser o princípio da ciência e da verdade, mas, por mais belas que sejam estas duas coisas, a ciência e a verdade, não te equivocarás se pensares que a ideia do bem é distinta delas e as ultrapassa em beleza. Como no mundo visível, considera-se, e com razão, que a luz e a visão são semelhantes ao Sol, mas se acredita, erroneamente, que é o Sol da mesma forma no mundo inteligível e é correto pensar que a cidade e a verdade são semelhantes ao bem, mas é errado julgar que uma ou outra seja o bem; a natureza do bem deve ser considerada muito mais preciosa.

Adimanto - No teu modo de ver, a sua beleza é extraordinária, sempre que produz a verdade, e é ainda mais belo do que elas. Por certo que não o identificas com o prazer.

Sócrates - Deus me livre de tal coisa! Mas considera a imagem do bem da

maneira que vou dizer.

Adimanto - Como?

Sócrates - Creio que admitirás que, o Sol fornece às coisas visíveis, não apenas, a capacidade de serem vistas, mas também a criação, o crescimento e a nutrição, apesar de ele mesmo não ser criação.

Adimanto - Efetivamente, não o é.

Sócrates - Admites também que, as coisas cognoscíveis não recebem do bem, apenas a sua inteligibilidade, mas também, retiram dele a sua existência e a sua essência, apesar de o bem não ser a essência, mas estar muita acima desta, em dignidade e poder.

Nesse momento, Glauco exclamou com vivacidade:

- Por Apolo! Que maravilhosa superioridade!

Sócrates - A culpa é também tua! Por que me força a dizer o que penso, acerca desse assunto?

Glauco - Termina a tua comparação com o Sol, se por acaso tens algo mais a dizer.

Sócrates - Com certeza, ainda me falta muito a dizer!

Glauco - Então, não omitas nada.

Sócrates - Penso que, sem querer, omitirei muitas coisas. Contudo, tomarei o cuidado de tudo dizer neste momento.

Glauco - Está bem.

Sócrates - Considera, então, que existem dois reis, reinando um sobre o campo do cognoscível e o outro, do visível. Não digo do céu, com receio de que penses que brinco com as palavras. Mas consegues imaginar estes dois gêneros, o visível e o cognoscível?

Glauco - Consigo.

Sócrates - Agora, pega uma linha cortada em dois segmentos desiguais, representando um o gênero visível, o outro o cognoscível, e corta de novo cada segmento, respeitando a mesma proporção. Terás então, classificado as divisões obtidas, conforme o seu grau relativo de clareza ou de obscuridade, no mundo visível, um primeiro segmento, a das imagens, denomino imagens primeiramente às sombras, depois aos reflexos que se veem nas águas ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes, e a todas as representações semelhantes. Compreendes?

Glauco - Lógico que sim.

Sócrates - Consideras agora que, o segundo segmento corresponde aos objetos que essas imagens representam, ou seja, os animais que nos cercam, as

plantas e todas as obras de arte.

Glauco - Estou considerando.

Sócrates - Concordas também em dizer que, no que concerne à verdade e ao seu contrário, a divisão foi feita de tal modo que a imagem está para o objeto que a reproduz, assim como a opinião está para a ciência?

Glauco - Concordo plenamente.

Sócrates - Vês agora, como devem ser divididos o mundo cognoscível.

Glauco - Como?

Sócrates - Na primeira parte desse segmento, a alma, utilizando as imagens dos objetos que no segmento precedente eram os originais. É obrigada a estabelecer suas análises partindo de hipóteses, seguindo um caminho que a leva, não a um princípio, mas a uma conclusão. No segundo segmento, a alma parte da hipótese para chegar ao princípio absoluto, sem lançar mão das imagens, como no caso anterior, e desenvolve a sua análise se servindo, unicamente, das ideias.

Glauco - Não compreendo muito bem o que dizes.

Sócrates - Sem dúvida, compreenderás mais facilmente depois de ouvires o que vou dizer. Sabes, penso que aqueles que, dedicam-se à geometria, à aritmética ou às outras ciências do mesmo gênero, pressupõem o par e o ímpar, para as figuras, três espécies de ângulos e outras coisas da mesma família para cada pesquisa diferente; que, tendo pressuposto estas coisas, como se as conhecessem, não se dignam justificá-las nem a si próprios, nem aos outros, considerando que elas são evidentes para todos; que, finalmente, a partir daí, deduzem o que se segue e acabam por alcançar, de forma consequente, a demonstração que tinham em vista.

Glauco - Sei isso perfeitamente.

Sócrates - Então, sabes também, que eles utilizam figuras visíveis e raciocinam sobre elas pensando não nessas mesmas figuras, mas nos originais que elas reproduzem. Os seus raciocínios, baseiam-se no quadrado em si mesmo, na diagonal em si mesma e não naquela diagonal que traçam; o mesmo vale para todas as outras figuras. Todas essas figuras que modelam ou desenham, que produzem sombras e os seus reflexos nas águas, eles as utilizam como tantas outras imagens, para tentar ver esses objetos em si mesmos, que, de outro modo, só podem ser percebidos pelo pensamento.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Eu afirmava que, os objetos desse gênero pertencem à classe do cognoscível, mas que, para conseguir conhecê-los, a alma é obrigada a recorrer a

hipóteses, servindo-se destas, como de imagens dos mesmos objetos que produzem sombras no segmento inferior, e que, em relação a essas sombras, são tidas e consideradas como claras e distintas.

Glauco - Compreendo que o que dizes se refere à geometria e às ciências da mesma natureza.

Sócrates - Tu percebes, agora, que, entendo por segunda divisão do mundo cognoscível aquela que a razão alcança pelo poder da dialética, considerando suas hipóteses não princípios, mas simples hipóteses, isto é, pontos de apoio e trampolins para, elevar-se até o princípio universal que já não admite hipóteses. Atingido esse princípio, ela se apega a todas as consequências que decorrem dele, até chegar à última conclusão, sem recorrer a nenhum dado sensível, mas somente às ideias, pelas quais procede e às quais chega.

Glauco - Compreendo-te em parte, mas não satisfatoriamente, porque tratas de um tema muito difícil. Queres estabelecer que a conhecimento do ser e do inteligível, que é adquirido pela ciência da dialética, é mais claro que aquele que é adquirido pela que denominamos ciências, as quais possuem hipóteses como princípios. É certo que aqueles que se consagram às ciências são obrigados a utilizar o raciocínio e não os sentidos. No entanto, visto que, nas suas investigações não apontam para um princípio, mas partem de hipóteses, julgas que eles não têm a inteligência dos objetos estudados, mesmo que a tivessem com um princípio. Parece-me que denominas conhecimento discursivo, e não inteligência, a geometria e outras ciências do mesmo gênero, considerando esse conhecimento intermediário entre a opinião e a inteligência.

Sócrates - Compreendeste-me, bastante bem. Aplicas agora, a estas quatro secções, estas quatro operações da alma: a inteligência à secção mais elevada, o conhecimento discursivo à segunda, a fé à terceira, a imaginação à última; e dispõe-nas por ordem de clareza, partindo do princípio de que, quanto mais seus objetos participam da verdade, mais eles são claros.

Glauco - Compreendo. Concordo contigo e adoto a ordem que tu sugeres.

Livro VII

I. Sócrates - Agora, imaginas a maneira como segue o estado da nossa natureza, relativamente, à instrução e à ignorância. Imaginas homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que, não podem mexer-se, nem ver, senão, o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina, que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.

Glauco - Estou vendo.

Sócrates - Imaginas agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transpõem: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glauco - Um quadro estranho e estranhos prisioneiros.

Sócrates - Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos, e dos seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?

Glauco - Como? Se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

Sócrates - E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Portanto, se pudessem se comunicar, uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veem?

Glauco - É bem possível.

Sócrates - E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

Glauco - Sim, por Zeus!

Sócrates - Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade, senão, às sombras dos objetos fabricados.

Glauco - Assim terá de ser.

Sócrates - Consideras agora, o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente e a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentas sofrerá, e o deslumbramento o impedirá de distinguir os objetos de que antes via, apenas, a sombra. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então, senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, obrigando-o, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras que os objetos que lhe mostram agora?

Glauco - Muito mais verdadeiras.

II. Sócrates - E, se o forçarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Ele não desviará a vista, para voltar às coisas que pode fitar, e não acreditará que estas são, realmente, mais distintas do que as que se lhe mostram?

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - E se o arrancarem à força da sua caverna, obrigarem-no a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

Glauco - Não o conseguirá, pelo menos de início.

Sócrates - Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu que, durante o dia, o Sol e a sua luz.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Por fim, suponho que, será o Sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal como é.

Glauco - Necessariamente.

Sócrates - Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

Glauco - É evidente que chegará a essa conclusão.

Sócrates - Ora, lembrando-se da sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que aí foram seus companheiros de cativeiro, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

Glauco - Sim, com certeza, Sócrates.

Sócrates - E, se então, distribuíssem honras e louvares, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar, em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples criado de charrua, a serviço de um pobre lavrador, a sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

Glauco - Sou da tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

Sócrates - Imaginas ainda, que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

Glauco - Decerto que sim.

Sócrates - E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros rissem à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se a alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria se pudesse fazê-lo?

Glauco - Sem nenhuma dúvida.

III. Sócrates - Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna, e a luz do fogo que a ilumina com a força do Sol. Quanto à subida à região superior, e à contemplação dos seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma para a mansão inteligível, não te enganarás quanto à minha ideia, visto que, também tu desejas conhecê-la. Só

Deus sabe se ela é verdadeira. Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a ideia do bem é a última a ser apreendida e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz e o soberano da luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública.

Glauco - Concordo com a tua opinião, até onde posso compreendê-la.

Sócrates - Pois bem! Compartilha-a também neste ponto, e não te admires se aqueles que se elevaram a tais alturas desistem de se ocupar das coisas humanas e as suas almas aspiram sem cessar a instalar-se nas alturas. Isto é muito natural, se a nossa alegoria for exata.

Glauco - Com efeito, é muito natural.

Sócrates - Mas como? Por acaso, achas espantoso que um homem, que passa das contemplações divinas às miseráveis coisas humanas, revele repugnância e pareça inteiramente ridículo, quando ainda com a vista perturbada, e não estando suficientemente acostumado às trevas circundantes, é obrigado a entrar em disputa, perante os tribunais ou em qualquer outra parte, sobre sombras de justiça ou sobre as imagens que projetam essas sombras, e a combater as interpretações que disso dão os que nunca viram a justiça em si mesma?

Glauco - Não há nisso nada de espantoso.

Sócrates - No entanto, um homem sensato se lembrará de que os olhos podem ser perturbados de duas maneiras e por duas causas apostas: pela passagem da luz à escuridão e pela da escuridão à luz. Tendo refletido que o mesmo se passa com a alma, quando encontrá-la confusa e embaraçada para discernir certos objetos, não se rirá tolamente, mas antes examinará se, vinda de uma vida mais luminosa, ela se encontra, por falta de hábito, ofuscada pelas trevas ou se, passando da ignorância à luz, está deslumbrada pelo seu brilho demasiado vivo. No primeiro caso, considerá-la-á feliz, em virtude do que ela sente e da vida que leva; no segundo, lamentá-la-á e, se quisesse rir à sua custa, as suas zombarias seriam menos ridículas do que, se lhe dirigissem à alma que regressa da mansão da luz.

Glauco - É a isso que se chama falar com muita sabedoria.

IV. Sócrates - Se tudo isto é verdadeiro, temos de concluir o seguinte: a educação não é o que alguns proclamam que é, porquanto, pretendem introduzi-la na alma onde ela não está; como quem tentasse dar vista, a olhos cegos.

Glauco - Mais uma verdade.

Sócrates - Ora, o presente discurso demonstra que cada um possui a faculdade de aprender e o órgão destinado a esse uso e que, semelhante a olhos que só poderiam voltar das trevas para a luz com todo o corpo, esse órgão deve também afastar-se com toda a alma do que se altera, até que se torne capaz de suportar a vista do Ser e do que há de mais luminoso no Ser. A isso denominamos o bem, não é verdade?

Glauco - É.

Sócrates - A educação é a arte que se propõe a este objetivo, conversão da alma e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de consegui-lo. Não consiste em dar visão ao órgão da alma, visto que já a tem; mas, como ele está mal orientado e não olha para onde deveria, ela se esforça por enquadrá-lo na boa direção.

Glauco - Assim parece.

Sócrates - Agora, as outras virtudes, chamadas virtudes da alma, parecem aproximar-se das do corpo. Porquanto, na realidade, quando não se as tem desde o princípio, pode-se adquiri-las depois pelo hábito e pelo exercício. Mas a capacidade de pensar pertence muito provavelmente a algo de mais divino, que nunca perde a sua força e que, segundo a direção que se lhe imprime, torna-se útil e vantajoso ou inútil e prejudicial. Não notaste ainda, a propósito das pessoas consideradas más, mas hábeis, como são perscrutadores os olhos da sua miserável almazinha e com que acuidade distingue os objetos para os quais se voltam? A alma delas não tem uma vista fraca, mas, como é obrigada a servir a sua malícia, quanto mais aguçada é a sua vista, mais mal faz.

Glauco - Essa observação é inteiramente exata.

Sócrates - E, contudo, se tais temperamentos fossem disciplinados logo na infância e se cortassem as más influências dos maus pendores, que são como pesas de chumbo, que aí se desenvolvem por efeito da avidez, dos prazeres e dos apetites da mesma espécie, e que fazem a vista da alma se voltar para baixo; se, libertos desse peso, fossem orientadas para a verdade, esses mesmos temperamentos veriam com a máxima nitidez, como veem os objetos para os quais se orientam agora.

Glauco - É verossímil.

Sócrates - Ora bem! Não é igualmente verossímil, de acordo com o que dissemos, que nem as pessoas sem educação e sem conhecimento da verdade, nem as que deixamos passar toda a vida no estudo, são aptas para o governo da cidade. Umas porque não têm nenhum objetivo determinado a que possam referir tudo o que fazem na vida privada ou na vida pública, outras porque não

consentirão em encarregar-se disso, julgando-se já transportadas em vida para as ilhas dos mais afortunados?

Glauco - É verdade.

Sócrates - Será nossa tarefa, portanto, obrigar os mais bem dotados a orientarem-se para essa ciência que há pouco nós reconhecemos como a mais sublime, a verem o bem e a procederem a essa ascensão; mas, depois de se terem assim elevado e contemplado suficientemente o bem, evitemos permitir-lhes o que hoje se lhes permite.

Glauco - O quê?

Sócrates - Ficar lá em cima e negar-se a descer de novo até os prisioneiros, compartilhando com eles trabalhos e honras, seja qual for a casa em que isso deva ser feita.

Glauco - Como assim? Cometeremos em relação a eles a injustiça de forçá-los a levar uma vida miserável, quando poderiam desfrutar uma condição mais feliz?

V. Sócrates - Esqueces uma vez mais, meu amigo, que a lei não se ocupa de garantir uma felicidade excepcional a uma classe de cidadãos, mas se esforça para realizar a felicidade de toda a cidade, unindo os cidadãos pela persuasão ou sujeição e levando-os a compartilhar as vantagens que cada classe pode proporcionar à comunidade; e que, se ela forma tais homens na cidade, não é para lhes dar a liberdade de se voltarem para o lado que lhes agrada, mas para leva-los a participar na fortificação do idealizado Estado.

Glauco - É verdade, havia me esquecido disso.

Sócrates - Aliás, Glauco, nota que não seremos culpados de injustiça para com os filósofos que se formarem entre nós, mas teremos justas razões a apresentar-lhes, forçando-os a encarregar-se da orientação e da guarda dos outros. Diremos a eles: “Nas outras cidades é natural que aqueles que se tornaram filósofos, não participem nos trabalhos da vida pública, visto que se formaram a si mesmos, apesar do governo dessas cidades; ora, é justo que aquele que se forma a si mesmo e não deve o sustento a ninguém não queira pagar o preço disso a quem quer que seja. Mas fostes formados por nós, tanto no interesse do Estado como no vosso, para vós serdes o que são: os reis nas colmeias; demos-vos uma educação melhor e mais perfeita que a desses filósofos e tornamos-vos mais capazes de aliar a condução dos negócios ao estudo da filosofia. Por isso, é preciso que desçais cada um por sua vez à morada comum e vos acostumeis às trevas que aí reinam. Quando vos tiverdes familiarizado com elas, vereis mil vezes melhor que os habitantes desse lugar e

conhecereis a natureza de cada imagem, e de que objeto ela é a imagem, porque tereis contemplado, verdadeiramente, o belo, o justo e o bem. Assim, a governo desta cidade, que é a vossa e a nossa, será uma realidade e não um apenas sonho, como o das cidades atuais, onde os chefes se batem por sombras e disputam a autoridade, que consideram um grande bem. A verdade é esta: a cidade onde os que devem mandar são os menos apressados na busca do poder é a mais bem governada e a menos sujeita à sedição, e aquela, onde os chefes revelam disposições contrárias, está ela mesma numa situação contrária".

Glauco - Perfeitamente.

Sócrates - Achas então, que os nossos alunos resistirão a estas razões e se recusarão a participar, alternadamente, nos trabalhos do Estado, passando por outro lado, juntos a maior parte do seu tempo na região da pura luz?

Glauco - É impossível, porque as nossas prescrições são justas e dirigem-se a homens justos. Mas é óbvio que cada um deles, só chegará, ao poder por necessidade, contrariamente ao que fazem hoje, os chefes em todos os Estados.

Sócrates - Sim, é isso mesmo Glauco. Se descobrires uma condição preferível ao poder para os que devem mandar, ser-te-á passível ter um Estado bem governado. Certamente, neste Estado, só mandarão os que são verdadeiramente ricos, não de ouro, mas dessa riqueza de que o homem tem necessidade para ser feliz: uma vida virtuosa e sábia. Pelo contrário, se os mendigos e os necessitados de bens pessoais, procurarem os negócios públicos, convencidos de que é deles que podem extrair suas vantagens, isso não será possível. As pessoas guerreiam para obterem o poder, e esta guerra doméstica e interna perde não só os que a travam como também o restante da cidade.

Glauco - Nada mais verdadeiro.

Sócrates - Conheces outra condição, além da do verdadeiro filósofo, para inspirar o desprezo pelos cargos públicos?

Glauco - Não, por Zeus!

Sócrates - Por outro lado, é preciso que os que estão enamorados do poder, não lhes façam a corte, pois de outro modo, haverá lutas entre pretendentes rivais.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Por conseguinte, a quem imporás a guarda da cidade, a não ser aos que melhor conhecem os meios de bem governar um Estado, e que têm outras honras e uma condição preferível à do homem público?

Glauco - A mais ninguém.

VI. Sócrates - Queres que examinemos agora como se formarão homens

com este caráter e como os faremos subir para a luz, como se diz daqueles que do Hades subiram à mansão dos deuses?

Glauco - Por que não quereria eu?

Sócrates - Não será, certamente, um simples jogo, rápido e fortuito. Tratar-se-á de operar a conversão da alma de um dia tão tenebroso como a noite para o dia verdadeiro, isto é, elevá-la até o ser. E é a isso que chamaremos de verdadeira filosofia.

Glauco - Perfeitamente

Sócrates - Temos de examinar entre as ciências, qual é a que está em condições de produzir este efeito.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Qual é a ciência que arrasta a alma daquilo que é passageiro, para aquilo que é essencial? Mas, por falar nisso, ocorre-me o seguinte: não dissemos que os nossos filósofos deviam ser, quando jovens, atletas guerreiros?

Glauco - Sim, dissemos.

Sócrates - Portanto, é preciso que a ciência que procuramos, além desta primeira vantagem, tenha ainda outra.

Glauco - Qual?

Sócrates - A de não ser inútil a homens de guerra.

Glauco - Por certo que é preciso, se for possível.

Sócrates - Ora, foi pela ginástica e pela música que os formamos de início.

Glauco - Sim, foi.

Sócrates - Mas a ginástica tem por objetivo cuidar do que se transforma e morre, visto que se ocupa do desenvolvimento e do definhamento do corpo.

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - Portanto, não é a ciência que procuramos.

Glauco - Não, por certo.

Sócrates - Será a música, tal como a descrevemos mais acima?

Glauco - Mas ela não era se bem te lembras, senão a contrapartida da ginástica, formando os soldados pelo hábito e comunicando-lhes, por meio da harmonia, certa consonância, certa regularidade por meio do ritmo, e não a ciência; e nos discursos os seus intentos eram semelhantes, quer se tratasse de narrativas fabulosas ou verdadeiras. Mas não comportava nenhum ensinamento que conduzisse ao objetivo que agora te propões.

Sócrates - Lembras-me com toda a exatidão o que disse. Mas, na verdade, não comportava nenhum. Então, prezado Glauco, qual será esse estudo, já que as artes pareceram-nos todas mecânicas?

Glauco - Pois que! Mas que outro estudo nos resta, se nos afastarmos da música, da ginástica e das artes?

Sócrates - Bem, se não encontrarmos nada fora disso, tomemos um desses estudos que abrangem tudo.

Glauco - Qual?

Sócrates - Por exemplo, esse estudo comum, que serve para todas as artes, para todas as operações do espírito e todas as ciências e que é um dos primeiros a que todos os homens devem consagrar-se.

Glauco - Qual é?

Sócrates - Esse estudo vulgar que ensina a distinguir um, dois e três. Quero dizer, numa palavra, a ciência dos números e do cálculo. Não é verdade que nenhuma arte, nenhuma ciência, pode passar sem ela?

Glauco - Com certeza!

Sócrates - Inclusive, nem a arte da guerra?

Glauco - É forçoso que assim seja.

Sócrates - Na verdade, Palamedes, o herói da guerra de Tróia, sempre que aparece nas tragédias apresenta-nos Agamenon, sob o aspecto de um general muito divertido. Com efeito, não te parece que foi ele, Palamedes, quem depois de ter inventado os números, dispôs o exército em ordem de batalha diante de Ílion e fez a contagem dos navios e do resto como se antes dele nada tivesse sido contado e Agamenon não soubesse quantos pés tinha, visto que não sabia contar? Que general seria este na tua opinião?

Glauco - Um general singular, se isso fosse verdade.

VII. Sócrates - Nesse caso, consideraremos necessária ao guerreiro, a ciência do cálculo e dos números.

Glauco - É a ele, absolutamente indispensável, se quiser perceber alguma coisa da ordenação de um exército, ou antes, se quiser ser homem.

Sócrates - Agora, estás a fazer a mesma observação que eu a propósito desta ciência?

Glauco - Qual?

Sócrates - Que poderia ser uma dessas ciências que procuramos e conduzem naturalmente à pura inteligência; mas ninguém a utiliza como deveria, embora esteja totalmente apta a elevar até o Ser.

Glauco - Que queres dizer com isso?

Sócrates - Tentarei te explicar a minha ideia: considera consigo o que distinguir como apto ou não a conduzir ao objetivo de que falamos, depois dá ou recusa a tua aprovação, a fim de que possamos ver com mais clareza se as coisas

são como as imagino.

Glauco - Mostra-me de que se trata.

Sócrates - Mostrarei, se quiseres ver, que entre os jatos da sensação, uns não convidam o espírito à reflexão, porque os sentidos bastam para julgar, ao passo que os outros convidam insistentemente a refletir, porque a sensação, por sua vez, não proporciona nada de são.

Glauco - Falas, sem dúvida, dos objetos vistos a grandes distâncias e dos desenhos em perspectiva.

Sócrates - Não compreendeste nada do que quis dizer.

Glauco - Do que falas, então?

Sócrates - Por objetos que não levam à reflexão, entendo que não conduzem ao mesmo tempo a duas sensações opostas e considero os que dão ensejo a isso, como provocadores da análise, visto que, quer os vejamos de perto, quer de longe, os sentidos não indicam que sejam um objeto ou o seu contrário. Mas compreenderás mais facilmente o que quero dizer do seguinte modo: eis aqui três dedos - o polegar, o indicador e o médio.

Glauco - Muito bem.

Sócrates - Imaginas que eu os esteja vendo de perto; agora faz comigo esta observação.

Glauco - Qual?

Sócrates - Cada um deles parece-nos um dedo; pouco importa que esteja no meio ou na extremidade da mão, que seja branco ou preto, grosso ou fino e assim por diante. Todos estes casos, a alma da maioria dos homens não é obrigada a perguntar ao entendimento o que é um dedo, porque a viu, e nunca, testemunhou-lhe, ao mesmo tempo, que um dedo fosse algo diferente de um dedo.

Glauco - É certo que não.

Sócrates - É, portanto, natural que semelhante sensação não incite o entendimento, nem mesmo o dispense.

Glauco - É muito natural.

Sócrates - Ora bem! A vista distingue com perfeição a grandeza e a pequenez dos dedos e, a este respeito, lhe é indiferente que um deles esteja no meio ou na extremidade? E não sucede o mesmo quanto ao tato em relação à grossura e à finura, à moleza e à dureza? E os demais sentidos não são igualmente defeituosos? Não é assim que cada um deles procede? Em primeiro lugar, o sentido destinado à percepção do que é duro tem por missão sentir também o que é mole e transmitir à alma que o mesmo objeto lhe causa uma

sensação de dureza e moleza.

Glauco - É assim mesmo.

Sócrates - Ora, não é inevitável, que em tais casos, a alma fique confusa e pergunte a si mesma, o que significa uma sensação que lhe apresenta a mesma coisa como dura e como mole? De igual modo, na sensação de leveza e na de peso, o que deve entender por leve e pesado, se uma lhe mostra que o pesado é leve e a outra que o leve é pesado?

Glauco - Com efeito, trata-se de estranhos testemunhos para a alma e que, certamente, exigem uma análise.

Sócrates - Portanto, é natural que a alma, solicitando em seu auxílio o raciocínio e a inteligência, procure entender se cada um desses testemunhos incide sobre uma coisa ou sobre duas.

Glauco - Sem sombra de dúvida.

Sócrates - E, se julgar que são duas coisas distintas, cada uma delas parecer-lhe-á uma diferente entre si.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Portanto, se cada uma lhe parecer una e ambas lhe parecerem duas, as conceberá como separadas; assim, se não estivessem separadas, não as conceberia como sendo duas, mas uma.

Glauco - Exato.

Sócrates - A vista apreendeu, segundo dizemos, a grandeza e a pequenez não separadas, mas misturadas, não foi?

Glauco - Foi.

Sócrates - E para esclarecer esta confusão, o entendimento é obrigado a ver a grandeza e a pequenez não mais misturadas, mas separadas, contrariamente ao que fazia a visão.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Ora, não é daí que nos surge a ideia de perguntarmos a nós mesmos, o que é a grandeza e a pequenez?

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - E foi assim que pudemos definir o inteligível e o visível.

Glauco - Precisamente.

VIII. Sócrates - Aí está o que eu queria fazer compreender há pouco, quando dizia que certos objetos convidam a alma à reflexão, e outros não. Distinguindo como aptos a convidá-la, os que originam ao mesmo tempo duas sensações opostas e os que não as originam como incapazes de despertar o entendimento.

Glauco - Agora compreendo e sou da tua opinião.

Sócrates - E o número e a unidade, em qual desses os colocas?

Glauco - Não sei.

Sócrates - Julga, pois pelo que acabamos de dizer por analogia. Se a unidade é apreendida em si mesma de maneira satisfatória pela visão ou por qualquer outro sentido, não atrairá a nossa alma para a essência, tal como o dedo que citávamos há pouco. Mas se a visão da unidade oferece sempre uma contradição, de modo que, não pareça mais unidade do que multiplicidade, então será preciso alguém para decidir; o espírito fica, nessa situação, forçosamente embaraçado e despertando em si mesmo o entendimento, é constrangido a indagar o que vem a ser a unidade; é assim que a percepção intelectual da unidade é das que conduzem e orientam o espírito para a contemplação do Ser.

Glauco - Certamente a visão da unidade possui esse poder em altíssimo grau, pois que vemos a mesma coisa ao mesmo tempo una e múltipla até o infinito.

Sócrates - E tu achas que, sendo assim, com a unidade passam-se o mesmo que com todos os números?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, o cálculo e a aritmética se dedicam inteiramente ao número?

Glauco - Por certo que sim.

Sócrates - São, por conseguinte, ciências com poder de conduzir à verdade.

Glauco - Sim, são.

Sócrates - Sendo assim, parecem ser daquelas que procuramos, visto que o seu estudo é necessário ao guerreiro para compor a tática, e ao filósofo para sair da esfera da transformação e alcançar a essência, sem o que, nunca se tornaria aritmético.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Com que então, o nosso guardião é ao mesmo tempo guerreiro e filósofo?

Glauco - Sem dúvida alguma.

Sócrates - Seria excelente, portanto, Glauco, impor este estudo por uma lei e persuadir os que têm de desempenhar altas funções públicas a dedicarem-se à ciência do cálculo, não de modo superficial, mas até chegarem à contemplação da natureza dos números pela pura inteligência. E a se dedicar a esta ciência não por interesse das vendas e das compras, como os negociantes e os mercadores, mas da guerra e para facilitar a ascensão da alma, do mundo da geração para a

verdade da essência.

Glauco - Falas bem.

Sócrates - E, noto agora, depois de ter falado da ciência dos números, quanto ela é bela e útil em muitos aspectos, ao nosso propósito, contanto que, seja estudada por amor ao saber e não para comerciar.

Glauco - O que tanto admiras nela?

Sócrates - O poder, de que acabo de falar, de dar à alma um vigoroso impulso para elevá-la à região superior e fazê-la raciocinar sobre os números em si, sem jamais, admitir que se introduzam nos seus raciocínios, números visíveis e palpáveis. Sabes bem o que as pessoas hábeis nesta ciência costumam fazer quando uma pessoa tenta, durante uma discussão, dividir a unidade, rir dela e não ouvi-la. Se tu a divides, multiplicam-na, com receio de que já não apareça como una, mas como um conjunto de várias partes.

Glauco - É bem verdade.

Sócrates - O que pensas tu, Glauco, que responderiam se alguém lhes perguntasse: “amigos, de que números vós estais a falar? Onde se encontram as unidades, tais como as imaginais, todas iguais entre si, sem a menor diferença e que não são formadas de partes?”.

Glauco - Penso que diriam que estavam a falar de números que só se podem apreender pelo pensamento, pois que se encontram na região do entendimento e que não podem ser utilizados de nenhuma outra maneira.

Sócrates - Vês assim, meu amigo, que esta ciência parece ser para nós, indispensável, visto que, força o espírito a servir-se da pura inteligência para alcançar a verdade pura?

Glauco - Sim, está ela apta a produzir esse efeito.

Sócrates - Percebeste, então, que os que nasceram para o cálculo estão naturalmente preparados para compreender todas as ciências, por assim dizer, e que os espíritos rudes, quando treinados e exercitados no cálculo, mesmo quando não tiram disso nenhuma outra vantagem, ganham pelo menos, a de adquirir mais acuidade?

Glauco - É incontestável.

Sócrates - Aliás, julgo que não seria fácil encontrar muitas ciências que custem mais a aprender e a praticar do que esta.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Por todos estes motivos, não devemos desprezá-la, mas formar nela os melhores engenhos.

Glauco - Concordo com a tua opinião.

IX. Sócrates - Adotamos, então, uma primeira ciência. Vejamos se a segunda, que se liga a ela, também nos é interessante.

Glauco - Qual? Referes-te à geometria?

Sócrates - Exatamente.

Glauco - Na medida em que se relaciona com as operações da guerra, é evidente que nos interessa, visto que, para assentar um acampamento, conquistar regiões, concentrar ou espalhar um exército e obrigá-lo a executar todas as manobras que são próprias das batalhas ou das marchas, o general que o comanda revela-se superior ou não, consoante ou não a geometria.

Sócrates - Mas, na verdade, para isto não há necessidade de muito conhecimento de geometria e de cálculo. Portanto, é preciso examinar se a especialidade desta ciência e as suas partes mais avançadas tendem para o nosso objetivo, que é o de fazer ver mais facilmente a ideia do bem. Ora, tende para isso, segundo dizemos, tudo o que obriga a alma a voltar-se para o lugar onde reside o mais feliz dos seres, que de qualquer modo, ela deve contemplar.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Desse modo, se a geometria obriga a contemplar a essência, interessa-nos; se fica pela transformação, não nos convém.

Glauco - É essa a nossa opinião.

Sócrates - Ora, nenhum daqueles que sabem um pouco de geometria, contestar-nos-á que a natureza desta ciência é, rigorosamente, oposta à que empregam os que a praticam.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Não há dúvida de que essa linguagem, da qual se utilizam, é muito ridícula e miserável. E como homens de prática, que fazem as suas afirmações, que falam de esquadriar, de construir, de acrescentar, e que fazem ouvir outras palavras similares, quando toda esta ciência não tem outro objetivo além do conhecimento.

Glauco - É a mais pura verdade.

Sócrates - Não temos de admitir também isto?

Glauco - O quê?

Sócrates - Que ela tem por objeto o conhecimento do que existe sempre, e não do que nasce e perece.

Glauco - É fácil concordar, uma vez que a geometria é o conhecimento do que existe sempre.

Sócrates - Portanto, meu dileto amigo, ela atrai a alma para a verdade e desenvolve esse pensamento filosófico que eleva para o alto os olhares, que

indevidamente, baixamos para as coisas deste mundo.

Glauco - Sim, deve produzir esse efeito.

Sócrates - Portanto, é preciso, na medida do possível prescrever aos cidadãos do teu Estado que não menosprezem a geometria; aliás, ela tem vantagens outras que não são nada desprezíveis.

Glauco - Quais?

Sócrates - As que tu mencionaste e que dizem respeito à guerra. Além disso, no que concerne a compreender melhor as demais ciências, sabemos que há uma diferença fundamental entre aquele que é versado na geometria e aquele que não é.

Glauco - Sim, por Zeus!

Sócrates - Prescreveremos, então, essa segunda ciência aos jovens.

Glauco - Assim será.

X. Sócrates - Dizes-me: será a astronomia a terceira ciência? Que achas?

Glauco - Em minha opinião, sim, pois que, saber reconhecer com habilidade o momento do mês e do ano em que se está, é coisa de interesse não do lavrador e do navegador, mas também, e não menos, do general.

Sócrates - Tu me divertes. Pareces recear que o vulgo censure-te, por prescreveres estudos que ele julga serem inúteis. Vês, importa muito, ainda que seja difícil, crer que os estudos de que falamos purificam e reavivam em cada um de nós um órgão da alma corrompido e ofuscado pelas demais ocupações, órgão esse cuja conservação é mil vezes mais preciosa do que a daquele responsável pela visão, visto que é unicamente por ele que se descobre a verdade. As tuas ideias parecerão totalmente exatas aos que compartilham a tua opinião; mas é natural que os que não estão capacitados a compreender pensem que essas ideias nada significam. Fora da utilidade prática, estes não veem nestas ciências nenhuma outra vantagem digna de atenção. Pergunta a ti mesmo, caro Glauco, a qual destes dois grupos de ouvintes dirige-te. Ou se não é, nem para um, nem para outro, mas em especial para ti mesmo que argumentas sem, no entanto, negares ao outro algum proveito que possa tirar dos teus raciocínios.

Glauco - E a escolha que faço: falar, interrogar e responder principalmente para mim.

Sócrates - Volta então atrás, pois ainda há pouco escolhemos a ciência que se segue à geometria.

Glauco - Como assim?

Sócrates - Depois das superfícies, tratamos dos sólidos em movimento, antes de nos ocuparmos dos sólidos em si. A bem da verdade, a ordem exige que,

depois da segunda potência, passe-se à terceira, ou seja, aos cubos e aos objetos que possuem profundidade.

Glauco - Muito bem. Mas, ao que me parece, essa ciência não foi ainda descoberta.

Sócrates - Se é assim, isso se deve a dois motivos: em primeiro lugar, nenhum Estado honra estas pesquisas e, como são difíceis, trabalha-se bem pouco nelas; em segundo lugar, os investigadores precisam de um diretor, sem o qual os seus esforços serão baldados. Temos conosco que é difícil encontrá-lo. E, se o encontrássemos, no estado atual das coisas, os que se ocupam destas investigações não lhe obedeceriam por terem demasiada arrogância. Mas, se o Estado inteiro cooperasse com esse diretor e honrasse essa ciência, eles o obedeceriam e as questões que esta aventa, estudadas com sequência e vigor, seriam esclarecidas. Pois, mesmo nos dias de hoje desprezada pelo vulgo, truncada por investigadores que não entendem a sua utilidade, apesar de tudo isso, e só pela força de seu encanto, ela exerce o seu fascínio. Portanto, não é de admirar que esteja na situação em que a vemos.

Glauco - É verdade que exerce um tão extraordinário encanto. Mas, explica-me melhor o que dizias há pouco. Tu colocavas em primeiro lugar a ciência das superfícies, a geometria?

Sócrates - Sim.

Glauco - E a astronomia logo em seguida. Depois, voltaste atrás.

Sócrates - É que, na minha ânsia de expor depressa tudo isto, recuo em vez de avançar. Realmente, depois da geometria temos a ciência que estuda a dimensão de profundidade; mas como esta ainda não deu lugar, senão a pesquisas ridículas, deixei-a por ora, para passar à astronomia, que é o movimento dos sólidos.

Glauco - Exato.

Sócrates - Ponhamos, assim, a astronomia em quarto lugar, pressupondo que a ciência que deixamos agora de lado existirá quando a cidade se ocupar dela.

XI. Glauco - É certo. Mas, como me censuraste há pouco, por fazer um elogio desajeitado à astronomia, vou louvá-la agora em conformidade com o teu ponto de vista. Parece-me evidente para toda a gente que ela força a alma a olhar para o alto e dessa maneira a passar das coisas deste mundo às coisas do céu.

Sócrates - Talvez, seja evidente para toda a gente, mas não o é para mim, pois não penso assim.

Glauco - Como pensas, então?

Sócrates - Do modo como a tratam os que pretendem fazê-la passar por

filosofia, ela nos faz, a meu ver, olhar para baixo.

Glauco - Como pode ser isso?

Sócrates - Francamente, nobre Glauco! Tu te mostras, deveras, audacioso na tua concepção do estudo das coisas do alto! Pareces crer que um homem que estivesse a olhar para os armamentos de um teto, com a cabeça inclinada para trás e aí enxergasse alguma coisa, não estaria utilizando os olhos ao fazê-lo e sim a razão. Talvez, no entanto, tu estejas certo, e eu pense tolamente, mas não posso reconhecer outra ciência que faça olhar para o alto, a não ser a que tem por objeto o Ser e o invisível. E, se alguém se puser a estudar uma coisa sensível olhando para cima, de boca aberta, ou para baixo, de boca fechada, afirmo que nunca aprenderá, porque a ciência não tem nada a ver com o que é sensível e a sua alma não olha para cima, mas para baixo, ainda que estude deitado de costas no chão ou flutuando de costas no mar!

Glauco - Tu tens razão em me criticares; tive o que mereci. Mas disseste que era preciso reformar o estudo da astronomia para torna-lo útil ao nosso propósito.

Sócrates - Assim: os ornamentos do céu devem ser considerados os mais belos e perfeitos dos objetos de sua natureza, mas são muito inferiores aos verdadeiros ornamentos, aos movimentos, segundo os quais a velocidade pura e a lentidão pura, no número verdadeiro e em todas as formas verdadeiras, se movem em relação uma com a outra e movem o que está nelas, já que pertencem ao mundo visível. Ora, estas coisas são apreendidas pela inteligência e pelo raciocínio, e não pela visão; ou será que pensas o contrário?

Glauco - De modo nenhum.

Sócrates - É preciso nos servir dos ornamentos do céu como exemplos no estudo dessas coisas invisíveis, como faríamos se encontrássemos desenhos feitos com habilidade incomparável por Dédalo, ou por qualquer outro artista ou pintor; que ao vê-los, um geômetra, consideraria que são verdadeiras obras primas, mas julgaria ridículo estudá-los a sério, com o fito de descobrir neles a verdade sobre as relações das quantidades iguais, duplas ou qualquer outra proporção.

Glauco - É, haveria mesmo de ser ridículo.

Sócrates - E não crês que o verdadeiro astrônomo pensaria o mesmo ao considerar os movimentos dos astros? Pensará que o céu e o que ele contém foram dispostos pelo demiurgo com toda a beleza que se pode pôr em tais obras; mas, em se tratando das relações do dia com a noite, do dia e da noite com os meses, dos meses com o ano e dos outros astros com o Sol a Lua e eles mesmos,

não considerará que é absurdo acreditar que essas relações são sempre as mesmas e nunca mudam, uma vez que são materiais e visíveis, e procurará por toda maneira descobrir aí a verdade?

Glauco - É essa a minha opinião, pois te compreendi.

Sócrates - Assim, nos dedicaremos tanto à astronomia, como à geometria, com o auxílio de problemas e deixaremos de lado os fenômenos do céu, se quisermos apreender realmente esta ciência e tornar útil a parte inteligente da nossa alma que até então, era inútil.

Glauco - Não há dúvida de que determinas aos astrônomos uma tarefa muitas vezes mais complicada, do que, a que ora realizam.

XII. Sócrates - E penso que determinaremos o mesmo método para as outras ciências, se legislarmos bem. Mas tu te lembras, de mais alguma outra ciência, que convenha ao nosso intento?

Glauco - Não, pelo menos de imediato.

Sócrates - Contudo, o movimento não apresenta uma única forma, mas várias ao que me parece. Um sábio talvez pudesse enumerá-las todas. Mas duas há, que conhecemos.

Glauco - Quais são?

Sócrates - Além da que acabamos de mencionar, há outra que lhe é equivalente.

Glauco - Dizes-me qual.

Sócrates - Parece que, como os olhos foram formados para a astronomia, os ouvidos foram moldados para o movimento harmônico e que estas ciências são irmãs, como o afirmam os pitagóricos, e como nós, Glauco, o admitimos. Não é assim?

Glauco - Sim, é.

Sócrates - Como o assunto é importante, aceitaremos a sua opinião neste ponto, e em outros, se necessário se fizer, mas de qualquer modo, manteremos o nosso princípio.

Glauco - Qual?

Sócrates - O de cuidar para que, os nossos alunos não se envolvam com estudos neste gênero, que seriam incompletos e não conduziriam ao fim a que devem conduzir todos os nossos conhecimentos, como há pouco afirmávamos a respeito da astronomia. Não sabes meu amigo, que os músicos não tratam melhor a harmonia? Quando se põem a medir os acordes e os tons que o ouvido apreendeu, fazem um trabalho inútil, como os astrônomos.

Glauco - E, de fato, é ridículo que falem de intervalos e apurem o ouvido

como se procurassem um som nos arredores. Uns afirmam que, entre duas notas, apreendem uma intermédia, que é o intervalo menor, e que deve ser tomado como medida; os demais sustentam que é semelhante aos sons precedentes, mas estes e aqueles põem o ouvido acima do espírito.

Sócrates - Tu te referes aos honrados músicos que perseguem e torturam as cordas, retorcendo-as sobre as cavilhas. Poderia levar mais longe a metáfora e dizer das pancadas de arco que eles lhes dão, das acusações que eles lhes fazem, das recusas e da jactância das cordas; mas desisto e declaro que não é deles que quero falar, mas daqueles que instantes atrás nos propúnhamos interrogar a respeito da harmonia. Estes fazem a mesma coisa que os astrônomos: procuram números nos acordes que ouvem, mas não se erguem até os problemas, que consistem em saber quais são os números harmônicos e os que não o são, e de onde se origina a diferença entre eles.

Glauco - Falas de uma pesquisa sublime.

Sócrates - Julgo-a útil para descobrir o belo e o bem; mas, tendo outra finalidade, se tornará inútil.

Glauco - Assim é.

XIII. Sócrates - Tenho para mim que, se o estudo de todas as ciências que examinamos conduz à descoberta das relações e do parentesco existente entre elas, e mostra à natureza do elo que as une, este estudo nos ajudará a alcançar o objetivo que nos propomos e o nosso trabalho não será inútil; caso contrário, teremos labutado em vão.

Glauco - Presumo o mesmo, Sócrates, mas é um trabalho árduo o que propões.

Sócrates - Tu te referes ao trabalho preliminar ou a outro? Não sabemos que todos estes estudos são apenas o prelúdio da ária que é preciso aprender? Com toda a certeza, na tua opinião, os hábeis nestas ciências não são dialéticos.

Glauco - Não, por Zeus! Com exceção de um número muito pequeno deles que encontrei.

Sócrates - Porém, tu crês que, pessoas que são incapazes de dar razão ou se mostrar razoáveis possam vir a conhecer o que dizemos que é preciso saber?

Glauco - Não, não creio.

Sócrates - Ora, caro Glauco, não é então essa ária que a dialética executa? Faz parte do inteligível, mas é imitada pelo poder da visão, que, como dissemos, tenta primeiro olhar os seres vivos, depois os astros e por fim o próprio Sol. Eis que, quando alguém tenta, através da dialética, sem o auxílio de nenhum sentido, mas por meio da razão, alcançar a essência de cada coisa e não se detém antes de

ter apreendido, apenas pela inteligência a essência do bem, atinge o limite do inteligível, como o outro, ainda há pouco, atingia o limite do visível.

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates - Pois então! Não é a isto que chamas o seguimento dialético?

Glauco - Indubitavelmente.

Sócrates - Recordas-te do homem da caverna: a sua libertação das correntes, a sua conversão das sombras para as figuras artificiais e a luz que as projeta; a sua ascensão para o Sol e daí a incapacidade em que se vê ainda de olhar para os animais, as plantas e a luz do Sol, que o força a mirar nas águas as suas imagens divinas e as sombras de coisas reais, e não mais as sombras projetadas por uma luz que, comparada com o Sol, não é, senão, uma imagem também. São precisamente estes, os efeitos do estudo das ciências que acabamos de examinar: elevam a pane mais sublime da alma até a contemplação do mais excelente de todos os seres, como há instantes vimos o mais perspicaz dos órgãos do corpo erguer-se à contemplação do que há de mais luminoso na região do material e do visível.

Glauco - O aceito, embora, pareça-me difícil de admitir; mas, ao mesmo tempo, também me parece difícil de rejeitar. Contudo, como não se trata de coisas de que nos ocuparemos apenas hoje, mas a que teremos de voltar várias vezes, admitamos que seja como dizes, que passemos à própria ária e ponhamo-nos a estudá-la da mesma maneira que o prelúdio. Diz, então, qual é o caráter do poder dialético, em quantas espécies se divide e quais são os seus métodos. Esses métodos, ao que me parece, conduzem a um ponto em que o viajante encontra o repouso para as fadigas do caminho e o termo da sua busca.

Sócrates - Já não serias tu, ó, Glauco, capaz de me seguir, posto que, quanto a mim, não faltasse à boa vontade. Ocorre que já não seria a imagem daquilo que dizemos que tu verias, mas a própria verdade ou, pelo menos, tal como me parece. Que ela seja realmente assim, ou não, não nos é dado afirmar, mas que existe alguma coisa semelhante podemos garantir; não achas?

Glauco - Com certeza!

Sócrates - E também que, só o poder dialético pode revelá-lo a um espírito versado nas ciências que examinamos o que, por qualquer outro caminho, é impossível.

Glauco - Também isso me parece verossímil.

Sócrates - Pelo menos, há um ponto que creio que ninguém contestará: além dos métodos que acabamos de examinar, existe outro, que procura apreender cientificamente a essência de cada coisa. As demais artes ocupam-se, apenas dos

desejos dos homens e dos seus gostos, e estão voltadas por inteiro para a produção e a fabricação ou a conservação dos objetos naturais e artificiais. Quanto aos que fazem parte da exceção e que, como dissemos, apreendem algo da essência, a geometria e as artes que lhe são afins, vemos que só conhecem o Ser por sonhos, e que lhes será impossível ter dele uma visão real enquanto considerarem intangíveis as hipóteses que não os tocam, pois se veem impossibilitados de explicar o motivo. Na verdade, quando se toma por princípio algo que não se conhece, as conclusões e as proposições intermédias, compõem-se de elementos desconhecidos, poderá semelhante concordância se tornar uma ciência?

Glauco - De maneira alguma.

XIV. Sócrates - Portanto, o método dialético é o único que se eleva, destruindo as hipóteses, até o próprio princípio para estabelecer com solidez as suas conclusões, e que realmente afasta, pouco a pouco, o olhar da alma da lama grosseira em que está mergulhado e o eleva para a região superior, usando como auxiliares para esta conversão as artes que enumeramos. Determinam, por diversas vezes o nome de ciências por dever de costume; mas deviam ter outra denominação, que imporia mais clareza que o de opinião e mais obscuridade que o de ciência. Ficará adequadamente designada como conhecimento discursivo. Mas não importa, creio eu, discutir a respeito dos nomes, quando temos de examinar questões tão relevantes como as que nos propusemos.

Glauco - Por cedo!

Sócrates - Bastará, então, chamar ciência à primeira divisão, conhecimento discursivo à segunda, fé a terceira e imaginação à quarta; as duas últimas denominaremos opinião e as duas primeiras, inteligência. A opinião terá por objeto a mutabilidade; e a inteligência, a essência. Devemos acrescentar que a essência está para a mutabilidade, assim como, a inteligência está para a opinião, à ciência para a fé e o conhecimento discursivo para a imaginação. Quanto à analogia dos objetos a que se aplicam estas relações e à divisão em dois de cada esfera, a da opinião e a do inteligível, deixemos isso, amigo, a fim de não nos lançarmos em discussões muito mais longas do que aquelas que tivemos.

Glauco - Até onde te entendo, concordo contigo.

Sócrates - Tu, também chamas dialético, àquele que compreende a razão da essência de cada coisa? E aquele que não o pode fazer? Não dirás que possui tanto menos entendimento de uma coisa quanto mais incapaz é de explicá-la a si mesmo e aos demais?

Glauco - Não poderia eu fazer outra afirmação.

Sócrates - Ocorre o mesmo com o bem. Dizes-me, Glauco: um homem que não pode compreender a ideia do bem, separando-a de todas as demais ideias, e como num combate, abrir caminho a despeito de todas as objeções, esforçando-se por vencer as suas provas, não na aparência, mas na essência. Que não possa transpor todos esses obstáculos pela força de uma lógica infalível, que não conhece, nem o bem em si mesmo, nem nenhum outro bem, mas que se apreende alguma imagem do bem, é pela opinião, e não pela ciência: não dirás tu que ele passa a vida presente em estado de sonho e sonolência e que, antes de despertar neste mundo, irá para o Hades dormir o último sono?

Glauco - Por Zeus! Digo isso tudo e com absoluta certeza.

Sócrates - Mas, se um dia tivesses mesmo de educar essas crianças que educas e instruis, não permitirias a elas, penso eu, se fossem desprovidas de razão, como as linhas irracionais, que governassem a cidade e resolvessem as questões de suma importância?

Glauco - É evidente que não.

Sócrates - Então, ordenarás a eles que se dediquem, principalmente, a essa educação, que deve torná-los capazes de indagar e responder da maneira mais sábia possível.

Glauco - Ordenarei.

Sócrates - Sendo assim, tu pensas que a dialética é a conclusão suprema dos nossos estudos, que não há outro acima dela e também que acabamos com as ciências que é preciso aprender.

Glauco - Sim, penso.

XV. Sócrates - Resta-te agora, meu caro Glauco, determinar a quem dedicaremos estes estudos e de que modo.

Glauco - É evidente.

Sócrates - Tu te lembras da primeira seleção que fizemos dos chefes e quais os que escolhemos?

Glauco - Como não?

Sócrates - Não esqueças que é preciso escolher homens do mesmo caráter, ou seja, devemos dar predileção aos mais determinados e corajosos e, na medida do possível, aos mais formosos. Também é necessário procurar, não só o caráter nobre e forte, mas também pendores adequados à educação que lhes queremos ministrar.

Glauco - Determines, tu, ó Sócrates, quais são esses pendores.

Sócrates - Eles têm de possuir, meu amigo, acuidade para as ciências e facilidade para o aprendizado. Na verdade, a alma se agrada mais com os

exercícios físicos, do que com os estudos intensos, visto que, o esforço lhe é mais sensível, porque é só para ela e o corpo não o compartilha.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Eles necessitarão, também, da memória, de uma disciplina inquebrantável, e do amor inconteste ao trabalho. De outro modo, não conseguirão suportar tantos estudos e exercícios, além dos trabalhos do corpo.

Glauco - Só suportarão se forem dotados dessas características.

Sócrates - O erro que hoje se comete provém, como dissemos anteriormente, do fato de se entregarem a este estudo, os que não são dignos dele. Essa é a causa do desprezo que pesa sobre a filosofia. Em verdade, não deveriam se ocupar dela talentos bastardos, mas apenas talentos legítimos.

Glauco - Não te compreendi.

Sócrates - Primeiro, aquele, que deseja consagrar-se a esse estudo não deve ser manco no seu amor ao trabalho, ou seja, dedicado para uma parte da tarefa e indolente para a outra. Esse é o caso do homem que gosta da ginástica e da caça e se entrega com afinco a todos os trabalhos físicos, mas não tem, por outro lado, nenhum apreço pelo estudo, nem pela pesquisa, e é avesso a todo trabalho deste tipo. Também é manco, aquele cujo amor pelo labor se voltou para o lado oposto.

Glauco - Concordo plenamente.

Sócrates - E dessa forma, no que se refere à verdade, não vamos considerar defeituosa a alma que, execrando a mentira voluntária e não podendo suportá-la sem repugnância em si mesma, nem sem indignação nos outros, admite com benevolência a mentira involuntária e que, pega em flagrante delito de insciência, não se indigna contra si mesma, mas ao contrário, chafurda em sua ignorância como um porco no lamaçal?

Glauco - É isso.

Sócrates - E, no que se refere à temperança, à coragem, à grandeza de alma e a todas as partes da virtude, devemos atentar em distinguir o indivíduo bastardo do indivíduo legítimo.

Por não saberem diferenciá-los, os particulares e os Estados não veem que acaba escolhendo, sempre que lhes é preciso recorrer a funções deste tipo, gente claudicante, e bastarda: aqueles como amigos, estes como chefes.

Glauco - Isso é muito comum.

Sócrates - Assim sendo, devemos tomar sérias precauções contra todos esses equívocos. Se consagrarmos a estudos e a exercícios desta monta, homens bem constituídos de físico e intelecto, a própria justiça não terá censura alguma a nos

fazer e manteremos o Estado e a constituição. Porém, se consagrarmos a estes trabalhos, indivíduos indignos e sem valor, obteremos o efeito contrário e cobriremos a filosofia de um ridículo ainda maior.

Glauco - Seria então uma grande vergonha.

Sócrates - Sem dúvida, mas me parece que neste momento eu, também, estou sendo ridículo.

Glauco - Por quê?

Sócrates - Esqueci-me de que fazíamos uma simples brincadeira e falei com vigor. Enquanto falava, olhei para a filosofia e, vendo-a aviltada de maneira tão indigna, penso que me exaltei, quase me encolerizando e falei contra os culpados com desmedida vivacidade.

Glauco - Não, por Zeus! Não é nisso que creio.

Sócrates - Mas é no que crê o orador. De qualquer maneira, não devemos esquecer que, na nossa primeira seleção, elegemos pessoas idosas, e que aqui, isso não será possível. Não devemos crer em Sólon quando diz que um homem velho pode aprender muitas coisas, pois é ele menos capaz de aprender do que de correr. Afinal, os trabalhos grandes e múltiplos competem aos jovens.

Glauco - Certamente.

XVI. Sócrates - Assim, deverão ser ensinadas aos nossos alunos desde a infância a aritmética, a geometria e todas as ciências que hão de servir de preparação à dialética, mas este ensino deverá ser ministrado de maneira a não haver constrangimento.

Glauco - Por quê?

Sócrates - Porque o homem livre, não deve ser obrigado a aprender como se fosse escravo. Os exercícios físicos, quando praticados à força, não causam dano ao corpo, mas as lições, as quais se fazem entrar à força na alma, nela não permanecerão.

Glauco - É a pura verdade.

Sócrates - Assim, caríssimo, que tu não uses de violência para educar as crianças, mas age de modo que aprendam brincando, pois assim poderás perceber mais facilmente as tendências naturais de cada uma.

Glauco - Como sempre, tuas palavras têm lógica.

Sócrates - Tu te lembras, do que dissemos mais acima: que era preciso levar as crianças para assistir ao combate em cavalos, e quando se pudesse fazê-lo sem expô-las ao perigo, aproximá-las da luta e fazer com que provem o sangue, como se faz aos cães novos?

Glauco - Sim, lembro-me.

Sócrates - Em todos estes labores, estudos e receios, aquele que, sempre mostrar-se mais ágil, deverá ser posto num grupo à parte.

Glauco - Com que idade?

Sócrates - Quando acabar o curso obrigatório de exercícios ginásticos, pois este tempo de exercício, que deve ser de dois a três anos, não se aplicará em outra coisa, porque a fadiga e o sono são inimigos do estudo. Esta é uma das provas, e não a menor, que consistirá em observar como cada um se comporta na ginástica.

Glauco - É certo.

Sócrates - Ao fim deste tempo, os que tiverem sido escolhidos dentre os jovens com, aproximadamente vinte anos, terão distinções mais honrosas do que os demais, e ser-lhe-ão apresentadas, em conjunto, as ciências que estudaram desordenadamente na infância, com o fim último, de que abarquem num rápido olhar, as relações dessas ciências entre elas mesmas e a natureza do Ser.

Glauco - É certo que só um conhecimento assim, fixa-se com solidez na alma em que penetra.

Sócrates - É também um excelente método de distinguir o espírito que está predisposto à dialética, daquele que não está: o espírito que tem capacidade de síntese é dialético, os outros não o são.

Glauco - Concordo com tua opinião.

Sócrates - Esta, porém, é uma coisa que terás de examinar. Aqueles que, com as melhores qualidades neste sentido, forem sólidos nas ciências, na guerra e nos outros trabalhos prescritos pela lei, quando completarem trinta anos serão apartados dentre os jovens já escolhidos para elevá-los a maiores honras e se descobrir. Experimentando-os por intermédio da dialética, quais são capazes de, sem a ajuda dos olhos, nem de nenhum outro sentido, erguer-se até o próprio Ser, tão somente, pelo poder da verdade. E esta é - vês bem - uma tarefa que exige muita atenção, caro Glauco.

Glauco - Por quê?

Sócrates - Não percebes o mal que hoje atinge a dialética e os progressos que faz?

Glauco - Que mal é esse?

Sócrates - Aqueles que, a ela se entregam, estão cheios de desordem.

Glauco - Isso é mesmo verdade.

Sócrates - Mas te parece que existe nisso algo de surpreendente e não os perdoas?

Glauco - De que modo posso perdoá-los?

Sócrates - Imaginas que uma criança adotada, criada no seio das riquezas de uma família numerosa e nobre, no meio de uma multidão de aduladores, descobrisse, ao tornar-se jovem, que não é o filho daqueles que se dizem seus pais, sem ter meios de descobrir aqueles que o geraram. Podes adivinhar os sentimentos que experimentaria para com os seus aduladores e os pais adotivos, antes de ter conhecimento da sua adoção e depois disso? Ou queres ouvir o que penso eu a esse respeito?

Glauco - Dizes-me.

XVII. Sócrates - Penso que começará por honrar mais o pai e a mãe verdadeiros e os adotivos do que seus aduladores, que os desprezará menos se estes se encontrarem em dificuldades, que estará menos disposto a faltar-lhes com palavras e ações, que lhes desobedecerá menos, quanto ao essencial, que aos seus aduladores, enquanto não souber a verdade.

Glauco - É possível.

Sócrates - Porém, quando vier, a saber, a verdade; adivinho que o seu respeito e as suas honras diminuirão para com os pais e aumentarão para com os aduladores, que obedecerá a estes muito mais do que fazia antes, dirigirá a sua conduta pelos seus conselhos e viverá abertamente na sua companhia, ao mesmo tempo, que não se importará com o pai e os supostos antepassados, a não ser que seja de índole muito indulgente.

Glauco - Dizes a verdade. Mas como se aplica essa comparação aos que se dedicam à dialética?

Sócrates - Digo-te. Ouvimos desde a infância, máximas sobre a justiça e a honestidade: fomos formados por elas como se fossem nossos pais, obedecendo-lhes e respeitando-as.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Vejas, há máximas opostas a essas, que são práticas sedutoras que lisonjeiam a nossa alma e exercem sobre ela atração, mas não convencem os homens minimamente prudentes. Estes honram as máximas paternas e lhes obedecem.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Pois bem. Se eu perguntar a um homem destes: “O que é a honestidade?”. Quando ele responder o que aprendeu com o legislador, refutemo-lo muitas vezes e de várias maneiras, levemo-lo a achar que, o que considera como tal, não é mais honesto que desonesto. Façamos o mesmo para o justo, o bom e todos os princípios que ele mais honra. Depois disto, como ele se comportará em relação a eles no aspecto do respeito e da obediência?

Glauco - É evidente que não os respeitará, nem lhes obedecerá da mesma maneira.

Sócrates - Mas, quando não mais acreditar que estes princípios são dignos de respeito e preciosos à sua alma, sem contudo, ter descoberto os princípios verdadeiros, será possível que chegue a um gênero de vida diferente do que o lisonjeia?

Glauco - Não é possível.

Sócrates - Então, veremos esse homem, de submisso que até então era, tornar-se rebelde às leis.

Glauco - Assim terá de ser.

Sócrates - Portanto, é muito natural o que ocorre às pessoas que se dedicam à dialética e, como eu dizia, elas merecem perdão.

Glauco - E compaixão.

Sócrates - Para não expormos os teus homens de trinta anos a essa compaixão, não é preciso que tomemos todas as precauções possíveis antes de os consagrarmos à dialética?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Bem, não é uma precaução importante impedi-los de tomar gosto à dialética enquanto são novos? Deves ter percebido - penso eu - que os adolescentes, depois de terem experimentado uma vez a dialética, abusam e fazem dela um jogo. Utilizam-se dela para contestar a todo o momento e, imitando os que os refutam, por sua vez refutam os outros e sentem prazer, como cãezinhos, em assediar e dilacerar com argumentos todos os que deles se acercam.

Glauco - Com efeito, sentem com isso um prazer espantoso.

Sócrates - Depois de terem refutado muita gente e de terem sido refutados muitas vezes também; bem rápido acabam por não mais acreditar em nada do que antes acreditavam. Desse modo, eles e toda a filosofia ficam desacreditados na opinião pública.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Mas um homem mais velho não quererá se envolver em semelhante costume; imitará aquele que quer discutir e procurar a verdade e não o que se diverte e contesta por simples prazer. Será mais comedido e tomará a profissão dialética mais honrada, em vez de rebaixá-la.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Esse mesmo espírito de prevenção, nos fez dizer que não se devia admitir nos exercícios da dialética, senão índoles disciplinadas e firmes, que não

se devia, como agora, deixar aproximar dela alguém que, para tal não revele a mínima inclinação. Não foi assim?

Glauco - Sim, foi.

XVIII. Sócrates - Então, o estudo da dialética, quando nos entregamos a ele sem tréguas e com ardor, sem fazer nenhum outro trabalho, da mesma forma como se fazia para os exercícios do corpo, exigirá algo como o dobro dos anos consagrados a estes.

Glauco - Seriam então quatro ou seis anos?

Sócrates - Isso não é o importante, mas vamos dizer que sejam cinco anos. Depois faremos com que desçam de novo à caverna e os obrigaremos a exercer os cargos militares e todas as tarefas adequadas aos jovens, para que, no que diz respeito à experiência, não se atrasem em relação aos outros. Tu os exercitarás na prática dessas tarefas, para ver se, tentados de todos os lados, se mantêm firmes em seu propósito ou se deixam abalar.

Glauco - E que tempo será necessário para tal?

Sócrates - Quinze anos. E, ao atingir os cinquenta anos, os que tiverem se saído bem destas provas e se tiverem distinguido em tudo e de toda maneira, no seu agir e nas ciências, deverão ser levados até o limite e forçados a elevar a parte luminosa da sua alma ao Ser que ilumina todas as coisas. Então, quando tiverem vislumbrado o bem em si mesmo, o usarão como um modelo para organizar a cidade, os particulares e a sua própria pessoa, cada um por sua vez, pelo resto da sua vida. Passarão a maior parte do seu tempo estudando a filosofia, quando chegar à vez deles, suportarão trabalhar nas tarefas de administração e governo, por amor à cidade, pois que verão nisso não uma ocupação nobre, mas um dever indispensável. Assim, depois de terem formado sem cessar homens que lhes sejam semelhantes, para lhes deixarem a guarda da cidade, irão habitar as ilhas dos bem-aventurados. A cidade consagrará a eles monumentos e sacrifícios públicos, a título de divindades, se a Pítia assim permitir, senão, a título de almas bem-aventuradas e divinas.

Glauco - São mesmo belíssimos, Sócrates, os governantes que modelaste como um escultor!

Sócrates - E as governantas também, Glauco, porque não penses tu que, o que eu disse se aplica mais aos homens do que às mulheres que tiverem aptidões naturais e suficientes.

Glauco - Está claro, já que tudo deve ser igual e comum entre elas e os homens.

Sócrates - Pois! Concordais agora, que as nossas ideias concernentes ao

Estado e à constituição não são simples utopias, que a sua realização é difícil, mas possível, de alguma maneira e não de modo diferente do que foi dito? Que quando os verdadeiros filósofos, sejam eles vários ou apenas um, tornados senhores de um Estado, desprezarem as honras que ora procuram, considerando-as indignas de um homem livre e desprovidas de todo valor, fizerem maior caso do dever e das honras, que são na verdade a sua recompensa e considerando a justiça como o bem mais importante e mais necessário, servindo-a e trabalhando para a sua prosperidade, organizarão a sua cidade de acordo com as leis?

Glauco - Como?

Sócrates - Todos os que, na cidade tiverem passado da idade de dez anos, serão mandados para os campos. Estando distantes da influência dos costumes atuais, que são os dos pais, serão educados conforme os seus próprios costumes e seus princípios, que são os que expusemos há pouco. Este será, sem dúvida, o meio mais rápido e mais fácil de estabelecer um Estado regido pela constituição de que falamos, de torná-lo feliz e garantir as maiores vantagens ao seu povo.

Glauco - Sim, é certo. E parece-me, Sócrates, que mostraste bem como se realizará, se um dia isso vier a ocorrer.

Sócrates - Não discutimos o suficiente sobre esta cidade e o homem que se lhe assemelha? Em verdade, é fácil ver que homem deve ser esse, segundo os nossos princípios.

Glauco - Sim. E, mais uma vez tens razão, o assunto parece-me esgotado.

Livro VIII

I. Sócrates – Muito bem! Concordamos, ó, Glauco, que na cidade que quiser ser administrada com perfeição, haverá comunidade de mulheres, comunidade dos filhos e de toda a educação, e do mesmo modo, comunidades que se ocupam da guerra e da paz. Dentre eles, serão soberanos aqueles que mais se distinguirem na filosofia e na guerra.

Glauco - Concordamos.

Sócrates - Além disso, dizíamos que os chefes, assim que forem nomeados, conduzirão e instalarão os soldados nas habitações que anteriormente referidas, que nada têm de próprio para ninguém, porque são comuns a todos. Além, da espécie de moradias, acordamos também, se te recordas, sobre os bens que poderão possuir.

Glauco - Decerto que me lembro. Em nosso entender, nenhum deveria possuir nada que atualmente têm os demais, mas que, como atletas, guerreiros e guardiões, receberiam dos outros, como salário de seu trabalho, a alimentação necessária para um ano, enquanto velam por si e por toda a cidade.

Sócrates - Dizes bem. Mas, uma vez que analisamos um bom tempo a questão, recordemo-nos em que ponto desviamo-nos do caminho para chegarmos aqui, a fim de voltarmos a seguir o mesmo raciocínio.

Glauco - Não é difícil. De fato, depois de tratar da cidade em termos aproximadamente, iguais aos atuais, dizias que teria em conta uma boa cidade tal como a que descrevias e assim também o homem que se assemelhasse. Apesar de que, ao que parece, és capaz de falar de uma cidade e de um homem, ainda que seja o mais belos dentre todos. Mas, se esta cidade era perfeita, as outras, segundo dizias, eram defeituosas. Das restantes formas de governo, afirmavas - se bem me recordo - que havia quatro espécies, as quais mereceriam passar por exames e do mesmo modo os indivíduos, a fim de que, depois de observar a todos, termos condições de concluir qual era o homem melhor e qual o pior, e a partir disso, poderíamos inferir se o melhor é o mais feliz e o pior o mais desgraçado, ou se é de outro modo. E, quando eu perguntava quais eram essas quatro constituições a que te referias, nesse exato momento, Polemarco e

Adimanto me interromperam, e assim encerraste essa discussão e chegaste a este ponto.

Sócrates - Estás perfeitamente lembrado.

Glauco - Tal como um pugilista, dá-me outra vez a mesma posição. Eu faço-te a mesma pergunta e tentas responder-me o que nessa altura preparavas para me dizer.

Sócrates - Se ainda o for capaz.

Glauco - Ora, desejo saber quais são essas quatro formas de governo a que te referias.

Sócrates - Não será difícil entender. Aquelas a que me refiro têm nome, a saber: a constituição, elogiada por muitos, de Creta e Lacedemônia; a segunda, também elogiada, chamada oligarquia, que é um estado repleto de males sem conta; em seguida, sucede a que lhe é oposta, a democracia; e a tirania, antagônica a todas as demais, é a quarta e última enfermidade do Estado. Ou sabes de alguma outra forma de governo que se situe numa classe distinta? Pois as monarquias hereditárias ou adquiridas, bem como outras formas de mesma espécie, ficam mais ou menos entre uma e outras e não se encontrarão menos entre os bárbaros, que entre os gregos.

Glauco - Realmente se diz que há muitas formas diferentes.

II. Sócrates - Sabes, então, que é forçoso que, assim como há tantas formas de governo, também há distintas espécies de caracteres de homens? Ou julgas que elas nasceram do orvalho e da rocha, e não dos costumes civis, que arrastam tudo para o lado mais forte.

Glauco - Não poderiam ter outra origem que não fosse essa.

Sócrates - Portanto, se as formas de governo são cinco, também as formas de alma entre os indivíduos serão cinco.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Ora, já analisamos o que corresponde à aristocracia que, com razão proclamamos como bom e justo.

Glauco - Analisamos.

Sócrates - Depois desta, devemos percorrer as formas inferiores. A que gosta de vencer e de ser honrada, de acordo com a constituição da Lacedemônia, e bem assim o oligárquico, o democrático e o tirano, para depois de verificarmos qual era o mais injusto, o opormos ao mais justo e termos um panorama claro de como a justiça pura, comporta-se perante a injustiça pura, no que concerne à felicidade e desventura do indivíduo, a fim de procurarmos a injustiça, sem deixar-nos persuadir por Trasímaco, ou a justiça, se seguirmos o argumento que

estamos a desenvolver.

Glauco - É assim que devemos fazer.

Sócrates - Ora, tal como iniciamos a examinar os costumes dos Estados antes dos individuais, por entendermos que era mais claro assim, também agora devemos analisar primeiro a constituição dominada pelo gosto das honrarias – já que não disponho de outra designação corrente, teremos de chamá-la timocraca ou timarquia – e, em face desta, observarmos o homem da mesma qualidade. Em seguida, a oligarquia e o homem oligárquico. Depois, lançaremos o olhar para a democracia e contemplaremos o homem democrático. Em quarto lugar, chegaremos ao estado tirano e analisaremos, por sua vez, a alma do tirano. Procuraremos ser bons juízes da questão que nos propusemos.

Glauco - Certamente que uma revisão e um juízo assim formulado se impõem.

III. Sócrates - Vamos então tentar dizer de que maneira a timocracia se originou da aristocracia. É simples verificar que toda constituição muda, por virtude daquele que detém o poder, quando a modificação se origina em seu seio. E que, quando está de acordo consigo mesma, por pequena que seja, é impossível abalá-la.

Glauco - Assim é.

Sócrates - Nesse caso, ó, Glauco, como é que a nossa cidade será abalada e por que lado os guardiões e chefes ficarão divididos, uns contra os outros e contra si mesmos? Ou queres que, tal como Homero, dirijamos uma prece as Musas para que nos digam como falar no estilo trágico, como se fosse realmente sério, quando na verdade, trata-se apenas de uma brincadeira e gracejo, assim como fazem as crianças.

Glauco - Como?

Sócrates - Mais ou menos assim. É difícil abalar um Estado constituído deste modo. Todavia, como tudo o que nasce está sujeito à corrupção, nem uma constituição como essa permanecerá para sempre, mas há de dissolver-se. A sua dissolução será do seguinte modo: não só para plantas da terra, mas também para os animais que sobre ela vivem, há períodos de fecundidade e de esterilidade da alma e do corpo, quando uma revolução se completa para cada espécie, os limites dos ciclos, são curtos para quem tem vida breve, e longos para os que a tem dilatada. Quanto à fecundidade, e a esterilidade da raça, os que educastes para serem chefes da cidade, por mais sábios que sejam, não conseguirão nada pelo seu poder de observação e de cálculos, mas deixarão escapar essas ocasiões e gerarão filhos quando não devem. Para a raça divina, há um período delimitado

por um número perfeito; para a humana, o número é o primeiro em que a multiplicação das raízes pelos quadrados, abrange três dimensões e quatro limites, de elementos que causam a igualdade e a desigualdade, desenvolvimento e atrofia, tornando todas as coisas acessíveis e suscetíveis de serem expressas uma em relação à outra. Desses quatro e três aliados a cinco, resultam duas harmonias, quando multiplicados por três, igual ao número de vezes, e cem vezes cem, ao passo que a outra é em parte da mesma extensão, e em parte mais longa: de um lado, de cem quadrados das diagonais racionais de cinco, menos um em cada, ou de cem quadrados de diagonais irracionais, menos dois. Por outro lado de cem cubos de três. É todo este número geométrico que é senhor dos nascimentos melhores ou piores. Quando, pelo fato de os ignorarem, nossos guardiões, juntarem as noivas e os noivos fora da ocasião própria, as crianças que nascerem não serão bem constituídas nem afortunadas. Dentre essas crianças, os seus antecessores porão as melhores frentes de governo, e como são indignos disso, quando tiverem alcançado o poder que pertencia aos pais, começarão a não cuidar de todos nós, apesar de serem guardiões, tendo em menor preço do que se deve a arte das Musas e depois, a ginástica, o resultado disso tudo é decrepitude intelectiva de nossos. Dentre eles, serão investidos os chefes que não têm espírito para guardião, nem para discernir as raças de Hesíodo, nem a de ouro, de prata, de bronze e de ferro, que haverá em nosso meio. Misturando-se ferro com prata e bronze com ouro, surgirá uma desigualdade e anomalia desarmônica, que, uma vez constituída, onde quer que apareçam, produzem sempre guerra e ódio. É desta geração que devemos dizer que surgirá a discórdia, onde quer que apareça.

Glauco - E nós diremos que as Musas falaram bem.

Sócrates - É forçoso que o façam, já que são Musas.

Glauco - A seguir a isto que dizem as Musas!

Sócrates - Quando surge à discórdia, ambas as raças, a de ferro e a de bronze, voltam-se, inteiramente, para o lucro, posse de terras, casas, ouro e prata. A raça de ouro e a de prata, como não carece, e possuem por natureza a verdadeira riqueza que é a das almas, conduzem à virtude e à antiga constituição. Depois de exercerem violência e lutarem umas com as outras, chegam a um acordo de divisão e apropriação de terras e de casas, e aqueles por quem antes velavam como pessoas livres, amigas e que os mantinham, escravizam-nos, tornando-os servos, e cuidam eles mesmos de lutar e de vigiá-los.

Glauco - Parece-me que é aí que se origina essa mudança.

Sócrates - Ora, esta forma de governo não estará a meio caminho entre a

aristocracia e a oligarquia?

Glauco - Absolutamente.

IV. Sócrates - É assim, portanto, que mudará! Mas, uma vez alterada, como ficará? Não é evidente que numas coisas imitará a forma de governo anterior, e noutras a oligarquia, já que está no meio, mas além disso, terá algo específico?

Glauco - É assim.

Sócrates - Pela veneração dos chefes, pela aversão da classe dos guerreiros, pela agricultura, artes manuais e restantes formas de obter lucro, pela realização de refeições em comum e pela preocupação com a ginástica e o treino de guerra, por todas essas características, acaso não imitará a forma de governo anterior?

Glauco - Imita.

Sócrates - E pelo receio em elevar os sábios às magistraturas, uma vez que já não dispõe de homens simples e inquebrantáveis desse estofo, mas sim de ânimos dúbios, com tendência para os espíritos exaltados e simples, nascidos mais para a guerra que para a paz, o apreço pelos dolos e expedientes que lhes são próprios, o passar sempre o tempo em combate, não serão, em linhas gerais, os seus caracteres específicos?

Glauco - São.

Sócrates - Homens dessa espécie são cobiçosos de riquezas como os que vivem no regime oligárquico, adoradores apaixonados do ouro e da prata, às ocultas, pois são possuidores de celeiros e de terrenos particulares, onde os colocam para os manterem escondidos de todos os lados, verdadeiros ninhos privados, dentro dos quais desbaratarão grandes somas com mulheres e com quem mais lhes apetecer.

Glauco - É, inteiramente, verdade.

Sócrates - Portanto, serão avaros das suas riquezas, uma vez que, prestam-lhes culto e não estão na sua posse pública e gastadores das alheias para satisfação dos desejos, colhendo-lhes furtivamente o prazer. Fogem da lei como as crianças do pai, porque foram educados, não pela persuasão, mas pela violência, devido a terem descurado a verdadeira Musa, a da dialética e da filosofia e a terem tributado maior veneração à ginástica que à música.

Glauco - A forma de governo a que te referes é uma mistura completa de bem e de mal.

Sócrates - É uma mistura efetivamente, mas há uma característica evidente, é governada por um exaltado, que preza pela ambição e o gosto pelas honrarias.

Glauco - Em alto grau!

Sócrates - Este governo tem, portanto, origem e características deste gênero. Esbocei seu traçado, sem o pormenorizar completamente, por ser bastante para distinguirmos o homem mais justo e o mais injusto, e porque seria um trabalho insano, pela sua extensão, analisar todas as formas de governo e todos os costumes, sem nada omitir.

Glauco - Com razão.

V. Sócrates - Ora, então, qual é o homem que corresponde a esta forma de governo? Como surgiu e que qualidades possuem?

Glauco - Julgo eu que é algo de semelhante a **Glauco**, que aqui está, pelo que toca ao desejo de evidenciar.

Sócrates - Talvez, sob esse aspecto. Mas, parece-me, que não lhe corresponde no que vou dizer.

Glauco - Em quê?

Sócrates - Tem de ser, forçosamente, confiante e avesso a Musas, embora dado a ouvir discursos, nada tem de orador. Tal pessoa será intratável para os escravos, sem os desprezar, como faz quem teve uma educação suficiente. É cordial para com os homens livres, altamente, subserviente para com os chefes, amigo do poder e das honrarias, sem se julgar merecedor do poder, devido a sua eloquência ou a qualquer outro predicado, mas em atenção a seus feitos guerreiros e ao seu saber militar, apreciador da ginástica e da caça.

Glauco - É esse, com efeito, o caráter pertencente a essa forma de governo.

Sócrates - Uma pessoa assim, poderá desprezar as riquezas, quando novo, mas à medida que for ficando mais velho, as apreciará cada vez mais, pelo fato de participar da natureza do avarento e de a sua virtude não ser pura, por estar privado do melhor guardião.

Adimanto - De qual?

Sócrates - Da razão misturada com a música que é a única defensora da virtude durante a vida, na pessoa que ela habita.

Adimanto - Dizes bem.

Sócrates - É assim o jovem timocrata, que tal governo se assemelha.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Ora, é mais ou menos assim a sua origem: por vezes, é o filho ainda novo de um pai que é homem de bem e que habita numa cidade que não é bem governada, que evita as honrarias, os cargos e os processos e toda a agitação desse gênero, e que deseja diminuir-se de modo a não ter questões...

Adimanto - De que maneira é que ele se forma?

Sócrates - Sempre que escuta, em primeiro lugar, a mãe que não se agrada

pelo fato de o marido não ter lugar entre os governantes, e que, por esse motivo, se sente diminuída entre outras mulheres. Além disso, vê que ele não se esforça muito por possuir bens, que não luta, nem insulta, particularmente nos tribunais ou em público, mas suporta com indiferença todas essas situações e sente que só pensa em si mesmo, e não a considera, nem muito e nem pouco. Irritada, afirma que o pai dele não é um homem, mas que é bonachão em demasia, e outras coisas da mesma espécie que as mulheres costumam utilizar neste sentido.

Adimanto - Essas e outras que dizem elas em larga escala.

Sócrates - Ora, tu sabes que também os criados dessas pessoas que parecem estimá-las, por vezes, fazem às ocultas considerações dessa ordem perante os filhos e se veem como alguém a quem o pai deve dinheiro, sem que o pai lhe mova um processo, ou que tenha cometido qualquer outra injustiça para com ele. Exortam-no a que, quando for grande, castigue todos os homens nessas condições e a que seja mais homem que o pai. Quando sai de casa, ouve e vê coisas do mesmo gênero, e que aqueles que só tratam do que lhes pertence são apelidados de tolos e tidos em pequena conta, ao passo que os outros são elogiados e honrados. Então, o jovem que ouve e vê todas essas coisas e, por outro lado, ouve argumentos do pai e vê as atividades dele mais de perto, comparando-as com as dos outros, é arrastado por cada uma das partes, pela do pai, que reage e faz crescer a parte racional de sua alma, e pela dos outros, que apelam para desejos e paixões. Como não é mau homem por natureza, mas teve más companhias e é puxado por ambas essas forças, fica no meio delas e entrega o domínio de sua pessoa à parte intermediária, que é ambiciosa e exaltada, tornando-se um homem orgulhoso e amigo das honrarias.

Adimanto - Acho que deste uma explicação completa acerca da formação desse caráter.

Sócrates - Temos, portanto, a segunda forma de governo e o segundo homem.

Adimanto - Temos.

VI. Sócrates - Depois disso, não diremos as palavras de Ésquilo, “vamos a outro homem, postado noutra cidade”, ou vamos antes primeiro ao Estado, de acordo com nossos pressupostos?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - A forma de governo seguinte, seria a oligarquia, segundo julgo. A forma baseada no recenseamento da propriedade, em que os ricos são soberanos e os pobres, não participam do governo.

Adimanto - Compreendo.

Sócrates - Não devemos dizer primeiro como é que se passa da timarquia à oligarquia?

Adimanto - Devemos.

Sócrates - Aliás, até para um cego é evidente como se dá essa passagem.

Adimanto - Como?

Sócrates - Aquele tesouro que cada um tem, cheio de ouro, faz perder um governo desses. Em primeiro lugar, descobrem gastos para fazerem e, para esse fim, desviam as leis, desobedecendo-lhes, eles e as mulheres.

Adimanto - É natural.

Sócrates - Depois, parece-me, que cada um vê, o que faz o outro, e enche-se de emulação e acaba por tornar igual a si a maioria deles.

Adimanto - É natural.

Sócrates - A partir daí, por conseguinte, prosseguem cada vez mais no caminho das riquezas e, quanto mais preciosas as julgam, menos valor atribui à virtude. Ou não é certo que a virtude difere da riqueza, tal como se elas se inclinassem sempre em direções opostas, quando cada uma se coloca em uma balança?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Logo, quando numa cidade se honra a riqueza e os ricos, a virtude e os bons são menos considerados.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Busca-se mais o que é sempre honrado e se despreza o que não é.

Adimanto - É isso.

Sócrates - Portanto, em vez de ambiciosos e desejosos de honrarias, acabam por se tornarem avarentos e apreciadores de dinheiro, louvam e admiram quem é rico e elevam-no ao poder, ao passo que ao pobre, desprezam-no.

Adimanto - Inteiramente.

Sócrates - Então, promulgam uma lei que demarca os limites da constituição oligárquica de acordo com a abundância de bens, maior quando a oligarquia é mais forte, e menor, se é mais fraca – proclamando que não têm acesso aos comandos aqueles cuja fortuna não atingir o censo prescrito – e isso conseguem-no, pela força armada, ou então, mesmo antes de chegar a esse ponto, implantam esse governo pelo medo. Ou não é assim?

Adimanto - É, pois.

Sócrates - Esta constituição é, portanto, mais ou menos assim.

Adimanto - É. Mas qual o teor dessa forma de governo? E que espécie de defeitos se podem sacar?

VII. Sócrates - O primeiro é essa limitação. Repara que, se fizéssemos alguém piloto de navios com base na tripulação, e que não se admitisse um pobre, ainda que tivesse mais capacidade para governar o navio...

Adimanto - Perigosa navegação, é essa.

Sócrates - E não seria assim com qualquer outro posto de comando?

Adimanto - É o que penso.

Sócrates - Exceto o do Estado, ou esse também?

Adimanto - Sim e muito, tanto mais por ser o lugar de comando mais difícil e mais elevado.

Sócrates - Aqui temos, então, um defeito que possuirá a oligarquia.

Adimanto - Assim parece.

Sócrates - Pois então, agora, é este menor que o anterior?

Adimanto - Qual?

Sócrates - Que um Estado desses não é um só, mas dois, forçosamente: o dos pobres e o dos ricos, que habitam no mesmo lugar e estão sempre a conspirar uns contra os outros.

Adimanto - Por Zeus que este defeito não é menor!

Sócrates - Mas realmente não está bem que eles sejam, com toda probabilidade, incapazes de combater, devido a forçarem a armar a maioria e a temê-la mais que o inimigo, ou se não o fizerem, a deixar transparecer no próprio campo de batalha, como são realmente oligarcas e, ao mesmo tempo, não quererem contribuir para as despesas de guerra, dada sua avareza.

Adimanto - Não está bem.

Sócrates - E agora? Aquilo, que há muito nós censurávamos, de se dispersarem em múltiplas atividades, a agricultura, o comércio, a guerra, todos ao mesmo tempo, no mesmo Estado, acaso parece-te certo?

Adimanto - Nada disso.

Sócrates - Vês, então, se de todos os males, o maior não é aquele que vou anunciar e que a oligarquia é a primeira a contrair.

Adimanto - Qual deles?

Sócrates - A possibilidade de vender todos os seus bens e de adquirir os de outrem e, depois os alienar, se habitar na cidade, sem se tomar parte em nenhuma das suas atividades, sem ser comerciante, artífice, nem cavaleiro ou hoplita, mas etiquetado como pobre e indigente.

Adimanto - Nisso, a oligarquia é a primeira a incorrer.

Sócrates - Certamente, tal situação não encontra impedimento numa oligarquia. Se, assim não fosse não haveria quem fosse rico em excesso, nem

completamente privado de recursos.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Repara, pois, no seguinte: quando uma pessoa nessas condições, no tempo em que era rica, gastava sua fortuna, era então mais útil à cidade, relativamente às atividades a que referimos? Ou parecia pertencer ao número dos governantes, quando na verdade não era chefe, nem servidor do Estado, mas dissipador de seus haveres?

Adimanto - Era isso. Não era mais que um dissipador.

Sócrates - Queres então que proclamemos que um zangão nasce, num favo para desgraça da colmeia, assim o homem dessa espécie é o zangão que aparece numa casa para a desgraça do Estado?

Adimanto - Precisamente, Sócrates.

Sócrates - Ora, o deus não fez nascer, ó Adimanto, os zangões alados todos sem ferrão, ao passo que, do que andam pelo chão, uns são desprovidos de ferrão, outros têm-no e são temíveis? E que à classe do sem ferrão pertencem os que, na sua velhice, morrem na indigência, enquanto os que possuem são todos aqueles que vêm a merecer o apodo de malfeitores?

Adimanto - É verdade.

Sócrates - É evidente, portanto, que na cidade em que vires mendigos, em tal lugar, açoitar-se-ão ladrões, carteiristas, salteadores de templos e autores de malfeitorias dessa espécie.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Ora, pois, não se veem mendigos nos Estados oligárquicos?

Adimanto - Quase todos, exceto os governantes.

Sócrates - Não havemos então de supor que haverá entre eles muitos malfeitores com ferrões, cujos poderes dominam deliberadamente pela força?

Adimanto - Sim, havemos.

Sócrates - Acaso diremos que é devido à ignorância, à educação defeituosa e à forma da constituição, que surgem aí pessoas de tal caráter?

Adimanto - Diremos.

Sócrates - Logo, seria um Estado oligárquico, com estes defeitos ou talvez ainda mais?

Adimanto - Provavelmente.

Sócrates - Já tratamos de delinear esta forma de governo, a qual chamamos oligarquia, cujo poder depende da avaliação das propriedades. Seguidamente, vejamos o homem que se lhe assemelha, como se forma e qual seu caráter.

Adimanto - Perfeitamente.

VIII. Sócrates - Acaso não é, sobretudo, da seguinte maneira, que se transforma de timocrata em oligárquico?

Adimanto - Qual?

Sócrates - Quando um timocrata tem um filho, a princípio sente uma emulação pelo pai e segue suas pisadas. Depois, vê que ele embate de súbito contra o Estado, como se fosse um obstáculo, e que após haver prodigalizado tanto seus bens como a si próprio, ou na qualidade de general em campanha, ou de posse de qualquer outro elevado posto, o levaram ao tribunal de delatores e foi condenado à morte ou exilado, privado de seus direitos e de toda sua fortuna.

Adimanto - É natural.

Sócrates - Ao ver isso, meu amigo, ao sofrer com esses acontecimentos e depois de perder seus haveres, atemoriza-se e atira-se logo, de cabeça para baixo, do trono em que as tinha em sua alma, a ambição e a soberba. Humilhado pela pobreza se volta para o negócio e, poupando e trabalhando penosa e paulatinamente, reúne um pecúlio. Não achas que uma pessoa assim, permitirá que, sentem-se então, no trono de sua alma, a ambição e a avareza, fazendo-o dele rei, cingindo-o com tiara, braceletes e cimitarras?

Adimanto - Está claro que sim.

Sócrates - Quanto ao espírito da razão e ao da coragem, julgo eu, sentá-los no chão ao lado daquele rei, de um lado e de outro, como escravos, sem os deixar calcular nem observar outra coisa que seja a maneira de transformar poucos haveres em muitos, nem admirar e pagar nada que não seja a riqueza e os ricos, e a não ambicionar outra coisa além da posse e tudo o que ela a conduza.

Adimanto - Não há outro caminho, assim tão rápido e seguro, para transformar um jovem ambicioso num avarento.

Sócrates - Acaso esse jovem é um oligárquico?

Adimanto - Esta transformação é, sem dúvida, a de um homem semelhante à forma de governo da qual se originou a oligarquia.

Sócrates - Vejamos, então, se será semelhante a ela.

Adimanto - Vejamos.

IX. Sócrates - Acaso não se parecerá com ela pela importância máxima que confere às riquezas?

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Homem sórdido, que de tudo faz dinheiro, só sabe entesourar – é o gênero que a multidão elogia. Não seria ele o que se assemelha a esta forma de governo?

Adimanto - A mim, pelo menos, é o que me parece: na cidade, como no

homem desta espécie, é a riqueza que mais é honrada.

Sócrates - É que, segundo julgo esse homem nunca recebeu instrução.

Adimanto - Julgo que não, caso contrário, não seria tomado um cego para chefe de coro e não lhe atribuiriam as maiores honrarias.

Sócrates - Bem, repara então no seguinte: não diremos que surgiram nele, devido a sua falta de instrução, desejos do tipo dos zângões, uns que o levam a mendigar, outros a praticar o mal, dominado à força pelos restantes?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Sabes, por conseguinte, para onde deves olhar para descobrires os malefícios desses desejos?

Adimanto - Para onde?

Sócrates - Para a tutela de órfãos e qualquer outro encargo dessa espécie aos quais esteja incumbido, terão largas possibilidades de cometer injustiças.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Acaso não se torna evidente, por este exemplo, que nos outros contratos em que ganha boa fama por parecer justo, devido a uma espécie de virtuoso autodomínio, reprime outros desejos maus que tem, não por se convencer que não é melhor segui-los, nem por se suavizar com argumentos, mas devido à necessidade e ao medo, porque teme pelo resto da sua fortuna?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Mas, por Zeus, meu amigo! Descobrirás, na maioria deles que, quando se trata de gastar bens alheios, possuem os desejos naturais dos zangões.

Adimanto - Em larga escala.

Sócrates - Um homem assim, não será isento de discussões no seu íntimo, uma vez que, não é íntegro, mas dúbio, porém a maior parte das vezes, os desejos melhores subjugarão os piores.

Adimanto - Assim é.

Sócrates - Por esse motivo, penso que um homem desses, terá um aspecto mais decente que a maioria. Mas a verdadeira virtude, de uma alma em paz e harmonia consigo mesma, fugirá para longe dele.

Adimanto - Parece-me assim.

Sócrates - Além disso, esse homem poupado será um fraco antagonista na cidade, em qualquer vitória particular ou distinção honorífica, por não querer gastar dinheiro só pela fama e por competições dessa espécie, com medo de despertar os desejos dissipadores, e de chamá-los em seu auxílio para combaterem com ele e se esforçarem por vencer. Como, à maneira oligárquica, luta com parcas forças, é derrotada a maior parte das vezes, mas mantém a sua

riqueza.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Então, ainda duvidaremos que este homem poupado e negociante, fosse feito pelo modelo de Estado oligárquico, devido a sua semelhança?

Adimanto - De modo algum.

X. Sócrates - Em seguida, temos de examinar a democracia: a que se assemelha; qual a forma como se origina; o seu caráter; tudo isso a fim de que, conheçamos a maneira de ser do homem dessa espécie e o ponhamos a juízo.

Adimanto - Pelo menos, seguiremos o mesmo processo.

Sócrates - Acaso, não é desde já evidente na cidade que prestar culto à riqueza, e ao mesmo tempo ser possuidor de temperança suficiente, é impossível entre os cidadãos, mas é forçoso renunciar a uma coisa ou a outra?

Adimanto - É bem evidente.

Sócrates - É assim que oligarquias, descurando e consentindo na libertinagem, algumas vezes, reduziram à penúria, homens não destituídos de nobreza.

Adimanto - Exato.

Sócrates - Ora, esses são, julgo eu, os que ficam na cidade providos de ferrão e armados, uns com dívidas, outros desonrados, alguns ainda a serem uma e outra coisa, cheios de ódio e a tramar contra os que adquiriram os seus bens, e também, contra os demais, tomados, por assim dizer, da fúria da revolução.

Adimanto - É isso.

Sócrates - Ora, esses usuários de cabeça baixa, sem parecer vê-los, ferem com seu dinheiro, injetando a quem se submeter dentre os restantes e multiplicando os filhos nascidos desse pai, fazendo abundar os zangãos e os mendigos na cidade.

Adimanto - Como não hão de abundar?

Sócrates - Seja como for não estão dispostos a extinguir esta espécie de maldade, quando começa a querer ficar em chamas, por aquele processo de impedir que se disponha dos bens como quiser, ou por este de resolver esta situação por meio de outra lei.

Adimanto - Por qual?

Sócrates - Por uma que fosse a melhor alternativa da primeira, e que forçasse os cidadãos a preocupar-se com a virtude. Efetivamente, se fosse estabelecido que os contratos voluntários, na maior parte dos casos, se fizessem à conta do próprio, os cidadãos transacionariam com menos falta de vergonha e haveria entre eles um número menor daqueles males de que há momentos

falávamos.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Ora, a verdade é que agora, por todos esses motivos, os governantes colocam os governados da cidade nesta situação. Eles mesmos e os seus, pois acaso os jovens não levam uma vida de dissipação, inativo quer fisicamente, quer espiritualmente, e não são moles para resistir aos prazeres e desgostos, e ainda por cima, preguiçosos?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - E os próprios pais, que nada querem saber, senão do dinheiro, também não se preocupam mais com a virtude do que com os pobres?

Adimanto - Efetivamente, não.

Sócrates - Com tal preparação, quando se encontram, a par uns do outros, governante ou governado, seja nas viagens, ou em quaisquer outras funções comuns, como uma embaixada, por exemplo, ou expedição militar, em que são companheiros de navegação e/ou de campanha, ou quando observam uns aos outros no meio dos próprios perigos, nessa altura, os pobres não são, de modo algum, desprezados pelos ricos. Mas muitas vezes um homem pobre, emaciado e tostado pelo Sol, postado no combate ao lado de um rico, que criado à sombra e possuidor de superabundantes carnes, se o vir com dificuldade em respirar e cheio de embaraços, acaso não te parece que ele pensará que é devido à covardia deles que tais pessoas prosperam, e quando estão a sós, proclamarão: estes homens estão à nossa mercê, pois de nada valem?

Adimanto - Sei perfeitamente que é assim que eles fazem.

Sócrates - Da mesma maneira um corpo frágil que basta levar um pequeno impulso externo, para ficar doente e, por vezes, mesmo sem causa exterior, entrar em luta consigo mesmo. Assim, um Estado que se encontra na mesma situação, por qualquer pretexto, vindos atacantes de fora ajudar a cada um dos partidos, um do estado oligárquico, outro do democrático, adoece e entra na guerra civil. Por vezes, até a revolta surge com auxílio do exterior.

Adimanto - E com grande violência.

Sócrates - Ora, a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros e partilham igualmente com os que restam, o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte.

Adimanto - É essa, efetivamente, a maneira como se estabelece a democracia, quer pelas armas, quer pelo medo do outro partido, o que foge.

XI. Sócrates - Então, de que maneira exercem a administração? E de que

espécie é tal forma de governo? É evidente que um homem dessa qualidade nos parecerá como um homem democrático.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - É nessa forma de governo que, segundo julgo, se encontram homens de espécies mais variadas.

Adimanto - Como não haveria de ser?

Sócrates - Tal constituição, é muito capaz de ser a mais bela das constituições. Tal como um manto de muitas cores, matizado com toda espécie de tonalidades, também ela, matizada com toda espécie de caracteres, apresentará o mais formoso aspecto. E talvez, embevecidas pela variedade de colorido, tal como as crianças e as mulheres, muitas pessoas julguem esta forma de governo a mais bela.

Adimanto - Com certeza.

Sócrates - Ora, aí está meu caro, o lugar adequado para procurar uma constituição.

Adimanto - Por quê?

Sócrates - Porque dispõe de toda espécie de constituições, devido à liberdade, e dá a impressão de que, quem quiser estabelecer uma cidade, como há pouco fazíamos, necessita dirigir uma democracia, para escolher a modalidade que lhe prouver, como se chegasse a uma feira de constituições e pusesse em prática aquela que tivesse selecionado.

Adimanto - Realmente, talvez, não lhe faltassem modelos.

Sócrates - Mas o fato de não haver necessidade alguma de mandar neste estado, ainda que se seja capaz de fazê-lo, nem de ser mandado, se não quiser, nem de combater, quando os outros combatem, nem de estar em paz, quando os outros estão, se não se desejar a paz, nem além disso, ainda que alguma lei impeça que se seja governante ou juiz, se deixe de governar e de julgar, se tal aprouver – acaso tal situação não é de pronto, divina e boa?

Adimanto - Talvez o seja, de pronto.

Sócrates - Pois então! E a prudência de alguns dos que foram julgados, acaso não é um mimo? Ou ainda não viste um estado destes, quando as pessoas foram condenadas à morte ou ao exílio, como não deixam de permanecer e de perambular em público, vagueando como espíritos, como se ninguém se preocupasse com isso nem os visse?

Adimanto - Vi, e muitas.

Sócrates - Mas a consideração e a ausência de qualquer espécie de exigência, em ninharias, e desprezo por princípios que enumeramos em

veneração, quando construímos a cidade, como aquele segundo o qual, a não ser que se tivesse uma natureza extraordinária, nunca uma pessoa poderia tornar-se homem de bem, se logo, desde a infância, não brincasse no meio das coisas belas e não se dedicasse a todas as atividades dessa qualidade – com que arrogância ela calça tudo aos pés, sem querer saber nada da preparação com que se vai para a carreira política, mas só presta honras a quem proclamar simplesmente que é amigo do povo!

Adimanto - Coisa nobre, sem dúvida.

Sócrates - Estas e outras destas, são as vantagens da democracia. É - ao que parece - uma forma de governo aprazível, anárquica e que reparte a sua igualdade do mesmo modo pelo qual é igual ou pelo que é desigual.

Adimanto - É bem conhecido isso que está a dizer.

XII. Sócrates - Repara, então como é o indivíduo que lhe corresponde. Ou deveremos examinar primeiro, tal como vimos para a constituição, de que maneira se origina?

Adimanto - Devemos.

Sócrates - Acaso não será como segue: suponhamos que esse tal homem poupado e oligarca tenha um filho criado à sua maneira.

Adimanto - Por que não?

Sócrates - Também ele dominará pela força os desejos de prazer que têm aqueles que levam à dissipação e que não conduzem à fortuna – os que se designa por não necessários...

Adimanto - Claro.

Sócrates - Queres então que, para não discutirmos as escuras, comecemos por definir o que são desejos necessários e os que não o são?

Adimanto - Quero.

Sócrates - Não será justo chamar necessários àqueles que não seríamos capazes de repelir e a quantos nos for útil satisfazer? Porque, a ambos, foi a necessidade que o implantou na nossa natureza, ou não?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Será justo, então, dizer deles que são necessários?

Adimanto - Será.

Sócrates - Ora, bem! Mas aqueles dos quais é possível libertarmo-nos, se nos esforçamos desde novo, e cuja presença, além disso, não nos impele para nada bom, por vezes até ao contrário. Se dentre esses todos, dissermos que são não necessários, não teremos dito bem?

Adimanto - Muito bem.

Sócrates - Tomemos, então, um exemplo de cada espécie para formarmos uma ideia geral deles.

Adimanto - É o que é preciso.

Sócrates - Acaso, não será necessário o simples desejo de comer dentro dos limites da saúde e do bem estar físico, da própria comida e seus temperos?

Adimanto - Acho que sim.

Sócrates - O desejo de alimentação é necessário por dois motivos, quer por ser útil, quer pela sua capacidade de evitar que a vida se extinga.

Adimanto - Realmente.

Sócrates - E dos temperos, se acaso proporciona alguma vantagem ao bem estar físico.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Mas o desejo para, além disso. Desejo de outras espécies de manjares, sem serem estes suscetíveis de se reprimir, se começar desde novo e se educar, libertando dele a maior parte do nocivo ao corpo e nocivo à alma, ao bom senso e à temperança? Não teremos razão em qualifica-lo de não necessário?

Adimanto - Toda a razão.

Sócrates - Não diremos, então, que estes desejos são uma causa de dissipação, e aqueles, causa de lucro, devido ao fato de serem úteis à produção?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Expressaremos, portanto, assim também acerca dos desejos eróticos e dos outros?

Adimanto - Exato.

Sócrates - E então daquele a quem há pouco denominávamos de zangão, dizíamos que estava carregado de prazeres e desejos dessa espécie e era comandado pelos não necessários, ao passo que, o que estava sob a égide dos necessários, era poupado e oligárquico?

Adimanto - E por que não?

XIII. Sócrates - Tornemos então a falar da maneira que, o oligarca se passa a democrata. Parece-me que na maior parte do caso é do seguinte modo.

Adimanto - Como?

Sócrates - Quando um jovem criado, como há pouco dissemos, na ignorância e na avareza, prova o mel dos zângãos e convive com animais furiosos e terríveis, suscetíveis de proporcionarem toda espécie de prazeres variados e de toda qualidade, é então que, creia, principia para ele a mudança do oligárquico, que nele existe, para o democrático.

Adimanto - É absolutamente forçoso.

Sócrates - E tal como o estado mudou, quando socorrida uma das suas facções por aliados do exterior, de acordo com suas afinidades, porventura não mudará do mesmo modo o jovem, quando uma das espécies de paixões que nele existem é auxiliada externamente por um grupo parente e afim?

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - E se, como julgo, alguém acudir em contrário, como aliado do elemento oligárquico que nele existe, ou o pai ou qualquer outro parente, censurando-o e vilipendiando-o, origina-se então, uma revolução e uma contra revolução, e uma luta de si para consigo.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Algumas vezes, parece-me que o elemento democrático cede ao oligárquico e que alguns desejos extinguem-se, outros foram roubados, por haver na alma do jovem um pouco de pudor, até que se restabelece a ordem.

Adimanto - Isso sucede algumas vezes.

Sócrates - Além disso, penso que, depois de derrubados esses desejos, outros aparentados com eles, criados secretamente, por falta de capacidade para educar por parte do pai, se tornam numerosos e potentes.

Adimanto - É assim que costuma acontecer.

Sócrates - Então, arrastam-no para as mesmas companhias e, unindo-se às ocultas, gerarão uma multidão.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Por último, julgo eu, apoderam-se da acrópole da alma jovem, por terem pressentido que estava vazia de ciência, de hábitos nobres e de princípios verdadeiros, que são as melhores sentinelas e guardiões da razão nos homens amados pelos deuses.

Adimanto - São em muito, as melhores.

Sócrates - Então, parece-me, que os princípios e as doutrinas, mentirosos e presunçosos, correm para a vez dos outros e apoderam-se do lugar que lhes pertencia.

Adimanto - Forçosamente.

Sócrates - De regresso a essa terra dos Lotófagos, não é aí que habita publicamente e se, da parte dos parentes, vier socorro para os que em sua alma há de serem poupados, aqueles princípios presunçosos não encham as portas da régia fortaleza que nele existe, e não deixam entrar o socorro, nem que recebam a embaixada das palavras sensatas proferidas por particulares de mais idade? Não são eles que vencem no combate e, chamando imbecilidade à vergonha,

empurram-na ignominiosamente para o exílio? Não são eles que, ajudados por paixões múltiplas e inúteis chamam covardia à temperança, que a maltratam e a põem para fora, e expulsam o comedimento e os gastos moderados, fazendo crer que são provincianismos e baixeza?

Adimanto - Forçosamente que sim.

Sócrates - Depois de terem esvaziado e purificado a alma do jovem, por elas possuído, e de o terem iniciado nos Grandes Mistérios, logo a seguir trazem-no, na companhia de um numeroso coro, a insolência, a anarquia a prodigalidade e a desfaçatez, todas resplandecentes, de cabeças coroadas. Fazem o seu elogio, e chamam-lhes nomes bonitos, designando por boa educação a anarquia, esta por liberdade, a prodigalidade por generosidade e a desfaçatez por coragem. Acaso, não é mais ou menos assim que um jovem educado a satisfazer os desejos necessários passa à licença e à indulgência com os prazeres não necessários e inúteis?

Adimanto - É bem evidente que sim.

Sócrates - Depois disso, ele vive, julgo eu, não despendendo menos dinheiro, esforço e tempo para com os prazeres necessários, e sim com os nãos necessários. Mas, se tiver sorte e não desmandar para além das marcas, devido também em certa medida à influência dos anos, quando a maior parte desse tumulto tiver passado, ele receberá de novo uma parte do que expulsara, sem se entregar por inteiro aos invasores. Estabelecendo uma espécie de igualdade entre prazeres, entregará o comando de si mesmo ao primeiro que se deparar, como se fosse determinado pela sorte, até saciar, e depois a outro, sem menosprezar nenhum, mas cultivando-os igual.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Se alguém lhe disser que uns prazeres provêm de desejos nobres e bons, outros de perversos, e que devem cultivar e honrar os primeiros e castigar e escravizar os segundos, não receberá a fala da verdade, nem a deixará entrar no reduto. Mas em todos estes casos sacode a cabeça e afirma que todos os prazeres são semelhantes e devem ser honrados por igual.

Adimanto - Com tais disposições, é forçoso que proceda assim.

Sócrates - Portanto, passará cada dia satisfazendo o desejo que lhe calhar, umas vezes embriagando-se e ouvindo tocar flauta, outras bebendo água e emagrecendo, outras ainda fazendo ginástica, ora parecendo dedicar-se à filosofia. Muitas vezes, entra na política, salta para a tribuna e diz e faz o que quiser. Um dia, inveja os militares, e vai para esse lado, ou os negociantes, e volta-se para aí. Na vida dele não há ordem, nem necessidade. Considera que

uma vida destas é doce, livre e bem aventurada, e segue-a para sempre.

Adimanto - Descreveste perfeitamente a vida de um amante da igualdade.

Sócrates - Suponho que também mostrei como é matizado e repleto de toda espécie de caracteres, e que é ele o homem belo e furta cor como o Estado em questão. Muitos homens e mulheres poderão invejar a sua vida, que tem em si a maior parte dos modelos de constituições e de costumes.

Adimanto - É sim.

Sócrates - Ora, pois! Esta espécie de homem corresponde à democracia, entendendo que é com razão que o classificamos de democrático?

Adimanto - Sim.

XIV. Sócrates - Resta-nos analisar a mais bela forma de governo e o mais belo dos homens: a tirania e o tirano.

Adimanto - Absolutamente.

Sócrates - Vamos lá! De que maneira, meu caro companheiro, se origina a tirania? Pois é quase evidente que, provém de uma alteração da democracia.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Acaso, não é mais ou menos do mesmo modo que a democracia se forma a partir da oligarquia? E assim a tirania surge da democracia?

Adimanto - Como?

Sócrates - O bem que propunham e pelo qual se estabelecia a oligarquia era a riqueza excessiva, ou não?

Adimanto - Era.

Sócrates - Ora, foi a cobiça da riqueza e a inteligência do resto para conseguir dinheiro que a deitou a perder.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Porventura, não é a ambição daquilo que a democracia assinala o bem supremo a causa da sua dissolução?

Adimanto - Que bem é esse que dizes?

Sócrates - A liberdade é o que ouvirás proclamar um Estado democrático, como sendo a coisa mais bela que possui, e que por isso, quem é livre de nascimento só assim deve ficar.

Adimanto - Realmente, ouve-se muito amiúde essa palavra.

Sócrates - Ora, pois como dizia há pouco, a ambição desse bem e a negligência do resto é que faz mudar esta forma de governo e abre caminho à necessidade da tirania?

Adimanto - Como?

Sócrates - Quando, ao que me parece, a um Estado democrático, com sede

de liberdade, se deparam com más intenções no governo e quando se embriaga com esse vinho a mistura para além do que convém, então põe-se a castigar os chefes, a não ser que sejam extremamente dóceis e lhe proporcionem grande liberdade, acusando-os de miseráveis e de oligarcas.

Adimanto - É isso que fazem realmente.

Sócrates - Aqueles que são submissos aos magistrados, insultam-nos como homens servis que de nada valem, ao passo que louvam e honram em particular e em público os governantes, e os governados que parecem governantes. Pois, acaso não é forçoso que, num Estado destes, o espírito de liberdade chegue a tudo?

Adimanto - Como não haveria de sê-lo?

Sócrates - E que se infiltre nas casas particulares, e que a anarquia acabe por imperar entre os animais?

Adimanto - Como havemos de afirmar isso?

Sócrates - É que o pai habitua-se a ser tanto como o filho e a temê-los, e o filho a ser tanto como o pai e a não respeitá-los, nem receiá-los, a fim de ser livre. O estrangeiro equipara-se ao cidadão, e o cidadão ao estrangeiro.

Adimanto - É assim que acontece.

Sócrates - Ainda, há esses pequenos inconvenientes em Estados assim, o professor teme e lisonjeia os discípulos, e estes têm os mestres em pouca conta. Outro tanto se passa com os preceptores. No conjunto, os jovens imitam os mais velhos e competem com eles em palavras e em ações, ao passo que os anciãos condescendem com os novos, enchem-se de vivacidade e espírito, a imitar os jovens, afim de não parecerem aborrecidos e autoritários.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Mas o extremo excesso de liberdade, meu amigo, que aparece num Estado desses, é quando homens e mulheres comprados, não são em nada, menos livres que os compradores. Mas por pouco me esquecia de dizer até que ponto vai a igualdade e liberdade nas relações das mulheres com os homens e destes com aquelas.

Adimanto - Vamos, como Ésquilo, dizer o que nos acudiu agora mesmo aos lábios?

Sócrates - Absolutamente. Eu, por mim, vou falar dessa maneira. Efetivamente, até que ponto os animais submetidos aos homens são mais livres aqui, que em qualquer outro lugar, é algo que ninguém acreditaria sem experimentar. É que, as cadelas - conforme o provérbio - são como donas e também os cavalos e burros que andam pelas ruas, acostumados a uma liberdade

completa e altiva, embatendo sempre contra quem vier em sentido contrário, a menos que saiam do caminho. E tudo o mais é assim, repleto de liberdade.

Adimanto - É o meu sonho que está a contar. Pois isso mesmo eu experimento com frequência, quando vou a caminho do campo.

Sócrates - O resultado de todos estes males acumulados, tu bem compreendes, a alma dos cidadãos tem se tornado tão melindrosas que, se alguém lhes impõe um mínimo de submissão, se agastam e não os suportam. Acabam por não se importar nada com as leis escritas ou não escritas, como sabes, a fim de que de modo algum tenham quem seja senhor deles.

Adimanto - Sei, e muito bem.

XV. Sócrates - Ora, aqui está, amigo, o belo e soberbo começo de onde provém a tirania, tal como me parece.

Adimanto - Soberbo, sem dúvida. Mas depois o que acontece?

Sócrates - Sobrevém a mesma enfermidade que na oligarquia e que a deitava a perder. Nascendo aqui também da liberdade de fazer tudo, torna-se mais amplo e mais forte até reduzir a democracia à escravatura. É que, na realidade, o excesso costuma ser correspondido por uma mudança radical no sentido oposto, quer nas estações, quer nas plantas, quer nos corpos e não menos nos Estados.

Adimanto - É natural.

Sócrates - A liberdade em excesso, portanto, não conduz a mais nada que não seja a escravatura em excesso, quer para o indivíduo, quer para o Estado.

Adimanto - É possível realmente.

Sócrates - É natural, portanto, que a tirania não se estabeleça a partir de nenhuma outra forma de governo, que não seja a democracia, e julgo eu, que do cúmulo de liberdade é que surge a mais completa e selvagem das escravaturas.

Adimanto - É razoável.

Sócrates - Mas não era isso, parece-me, o que tu perguntavas, mas qual a doença que surge na oligarquia, do mesmo modo que na democracia, e a reduz à escravatura.

Adimanto - Dizes a verdade.

Sócrates - Referia-me àquela raça de homens preguiçosos e perdulários, uns mais corajosos, que vão à frente deles, outros mais covardes, que seguem atrás. São os que comparamos aos zângãos, uns com ferrão, outros sem ele.

Adimanto - E com razão.

Sócrates - Quando estas duas espécies, por conseguinte, se formam, causam perturbações em todo o Estado, tal como a fleuma e a bílis relativamente ao corpo. Tanto o bom médico como o bom legislador da cidade, deve-se vigiá-las

de longe, não menos que o agricultor que sabe do seu ofício, para evitar, acima de tudo, que se formem, e no caso de se formarem, para que se faça o mais rapidamente possível a sua extração, juntamente com os próprios alvéolos.

Adimanto - Por Zeus, é isso mesmo?

Sócrates - Procedamos então da seguinte maneira, para vermos mais claramente o que pretendemos.

Adimanto - De que maneira?

Sócrates - Vamos dividir em espírito o Estado democrático, precisamente, em três classes, tal como é atualmente. Uma é aquela raça que aí se origina devido à liberdade, não em menor grau que no Estado oligárquico.

Adimanto - É isso.

Sócrates - Mas é muito mais violenta neste último que naquele.

Adimanto - Como?

Sócrates - Na oligarquia, devido a não gozar de consideração e estar excluída das magistraturas, fica sem prática e sem influência. Ao passo que, na democracia, é ela que está à frente, salvo raras exceções, e são os mais violentos que falam e atuam. O resto está sentado à volta das tribunas, zumbe e não suporta que se fale o contrário, de tal maneira que nesse governo tudo, exceto num limitado número de assuntos, é administrado por pessoas dessas.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Há ainda outra classe que se distingue sempre da multidão.

Adimanto - Qual?

Sócrates - Como todos, mais ou menos ambicionam enriquecer, os que são, por natureza mais ordenados, tornam-se, na maior parte das vezes, mais abastados.

Adimanto - É natural.

Sócrates - Assim, julgo eu, há mel em abundância para os zângãos, e é facílimo extrair dessa fonte.

Adimanto - Pois como poderiam extraí-lo de quem tem parcos haveres?

Sócrates - Ora, os ricos dessa espécie são, julgo eu, aqueles a quem chamam erva dos zângãos.

Adimanto - Suponho que sim.

XVI. Sócrates - A terceira classe será a do povo, os trabalhadores e os que se abstêm dos negócios públicos, e que não têm, de modo algum, nenhum deles grandes posses. É certamente essa a maior e a mais poderosa na democracia, quando se reúnem.

Adimanto - É efetivamente. Mas não está, muitas vezes, disposta a fazê-lo, a

menos que lhe caiba uma dose de mel.

Sócrates - Cabe-lhe, portanto, sempre, na medida em que os chefes conseguem fazê-lo, despojando os que têm posse de sua fazenda e repartindo-a pelo povo, ficando eles com a maior parte.

Adimanto - É realmente assim, com essa condição que lhe cabe alguma coisa.

Sócrates - Por conseguinte, esses ricos esbulhados são forçados a defender-se, falando em público e atuando de todas as maneiras de que são capazes.

Adimanto - Como não haviam de fazê-lo?

Sócrates - São acusados pelos outros de conspirar contra o povo e de serem oligarcas, ainda que não desejem a revolução.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Mas, por último, quando veem o povo, não porque este o deseje, mas por ignorância e iludido pelos caluniadores, a tentar fazer-lhe mal, então quer queiram, quer não, tornam-se realmente oligarcas, não por sua vontade, mas porque essa desgraça a originou ainda o zangão, picando-os com o ferrão.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Surgem as denúncias, os processos, as lutas de uns contra os outros.

Adimanto - E em grande número.

Sócrates - O povo não tem sempre o costume assinalado de pôr uma pessoa qualquer à sua frente, fomentando o desenvolvimento da sua grandeza?

Adimanto - Costuma, efetivamente.

Sócrates - É portanto, evidente que quando a tirania se origina, é da semente deste protetor, e não de outra, que ele germina.

Adimanto - É perfeitamente evidente.

Sócrates - Qual é, pois, o começo da transformação do protetor em tirano? Não é evidente que é depois que o protetor começa a fazer o mesmo que no mito se conta acerca do templo de Zeus Liceio na Arcádia?

Adimanto - Que mito?

Sócrates - Que quem provar vísceras humanas, cortadas aos bocados no meio das de outras vítimas, é forçoso que se transforme em lobo. Ou nunca ouviste esta história?

Adimanto - Ouvi, sim.

Sócrates - Porventura, não é também assim que aquele que está à frente do povo e que, apanhando a multidão a obedecer-lhe, não se abstém do sangue dos da sua tribo. Mas devido a uma acusação injusta, como é habitual, leva-o a

tribunal, manchando-se com um crime, ao fazer desaparecer a vida daquele homem, provando com língua e boca ímpias o sangue da família, e o exila e o mata, acenando com o cancelamento das dívidas e a distribuição das terras? Acaso, para um homem assim, não é forçoso, depois disso, e fatal que pereça às mãos dos seus inimigos ou que se torne um tirano, transformando-se em homem lobo?

Adimanto - É absolutamente forçoso.

Sócrates - É este, pois, o homem que é culpado pelo tumulto dos possuidores de bens.

Adimanto - É esse mesmo.

Sócrates - E depois de ter sido exilado, e de ter regressado, apesar da oposição dos inimigos, porventura não voltará um tirano acabado?

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Mas se forem incapazes de expulsá-lo ou de matá-lo, caluniando-o perante a cidade, premeditam assassiná-lo às ocultas, por morte violenta.

Adimanto - É assim que costuma suceder.

Sócrates - Ao chegar a este ponto, todos descobrem a solução do famoso pedido do tirano, de requisitar ao povo, guardas de corpo, a fim de se conservar a salvo para seu bem o defensor do povo.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - E ele lhes dá, temendo pelo defensor, confiado pelo que a si mesmo diz respeito.

Adimanto - Exato.

Sócrates - Por conseguinte, quando um homem que tem fortuna e que, devido aos seus bens, pode incorrer na acusação de inimigo do povo, vê tal coisa, então, meu amigo, segundo dizia o oráculo dado a Creso:

...foge ao longo do Hermos pedregoso,
Não fica à espera, nem se envergonha de parecer covarde.

Adimanto - É que, realmente, não teria de se envergonhar uma segunda vez.

Sócrates - Se o apanharem, entregam-no à morte, segundo julgo.

Adimanto - Forçosamente.

Sócrates - Quanto àquele protetor do povo, esse é evidente que não jaz na sua grandeza, ocupando largo espaço, mas depois de ter derrubado muito outros, subiu para o cargo do Estado, feito tirano acabado em vez de defensor.

Adimanto - Pois não há de ser assim?

XVII. Sócrates - Vamos então examinar a felicidade deste homem e desta cidade em que um mortal desta ordem existe.

Adimanto - Examinemos.

Sócrates - Nos primeiros dias e nos primeiros tempos, não sorri e cumprimenta a toda a gente que encontrar, não declara que é um tirano, faz amplas promessas, em particular e em público, liberta de dívidas, reparte a terra pelo povo e pelos do seu séquito e simula afabilidade e doçura para com todos.

Adimanto - Forçosamente.

Sócrates - E, quando consegue, julgo eu, nas suas relações com inimigos de fora, reconciliar-se com uns, destruir outros, e gerar daquele lado tranquilidade, pois que tudo está sempre a suscitar guerras, a fim de o povo ter necessidade de um chefe.

Adimanto - É natural.

Sócrates - E também a fim de os cidadãos, empobrecidos pelo pagamento de impostos, serem forçados a tratar do seu dia a dia e conspirarem menos contra ele.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - E, segundo julgo, se ele suspeitar que alguns deles albergassem pensamentos de liberdade, que os afastem da obediência a ele, provocará essas desavenças como o pretexto de deitá-los a perder, entregando-os aos inimigos. Por todos estes motivos, um tirano tem sempre necessidade de desencadear guerras.

Adimanto - Forçosamente.

Sócrates - Mas tal pensamento predispõe os cidadãos a odiá-lo mais.

Adimanto - Pois não!

Sócrates - Mas não haverá alguns dos que ajudaram a elevá-lo àquela posição e que têm poder para falar livremente, diante dele e uns com os outros, e que critiquem os acontecimentos, pelo menos aqueles que forem mais corajosos?

Adimanto - É natural.

Sócrates - Logo, o tirano tem de eliminar todos esses, se quiser governar, até não deixar ninguém dentre amigos e inimigos, que tenha alguma valia.

Adimanto - É evidente.

Sócrates - Portanto, tem de discernir com agudeza quem é corajoso, quem tem grandeza de ânimo, quem é prudente, que é rico, e é tal a sua felicidade que é forçado a ser inimigo de todos esses, quer queira, quer não e a armar-lhes ciladas até limpar a cidade.

Adimanto - Bela limpeza essa!

Sócrates - Sim, é o contrário do que fazem os médicos com os corpos: este retira o pior e deixa o melhor. Aquele, o inverso.

Adimanto - Ao que parece, a ele é forçoso fazê-lo, se quiser governar.

XVIII. Sócrates - Que deleitosa necessidade, aquela a que ele está amarrado! Uma necessidade que lhe prescreve, ou conviver com os homens, que na maior parte nada valem, por ser odiado por eles, ou renunciar a viver.

Adimanto - É nessas condições que ele vive.

Sócrates - Não é verdade que, quanto mais os concidadãos o odiarem, devido ao seu procedimento, tanto mais ele necessitará de lanceiros mais fiéis?

Adimanto - Pois não!

Sócrates - Mas que homens fiéis são esses? E de onde é que ele os há de mandar vir?

Adimanto - Virão muitos, espontaneamente, se lhes der recompensa.

Sócrates - Bem me parecia, pelo Perro! Que tu estavas outra vez a falar de zângãos estrangeiros e de todo lado.

Adimanto - Parecia-te a verdade.

Sócrates - E no seu país, acaso não quereria?

Adimanto - O quê?

Sócrates - Arrebatar os escravos aos cidadãos, dar-lhes a liberdade e fazer deles lanceiros da sua guarda?

Adimanto - Seguramente. Tanto mais que esses lhe serão fidelíssimos.

Sócrates - É bem feliz a situação do tirano que descreves, se tem por amigos fiéis homens desses, depois de ter deitado a perder os que tinham antes.

Adimanto - Mas, na verdade, são esses que ele tem.

Sócrates - E esses companheiros admiram-no, os novos cidadãos convivem com ele, ao passo que os honestos o odeiam e fogem.

Adimanto - Como não hão de fazê-lo?

Sócrates - Não é em vão que a tragédia parece geralmente ser sábia e que nela se distingue Eurípides.

Adimanto - Por quê?

Sócrates - Porque proferiu, entre outras, esta sapiente afirmação que: “os tiranos são sábios pelo contato com os sábios”. Queria dizer, manifestamente, que são sábios esses com quem ele convive.

Adimanto - E elogia a tirania como se nos igualasse aos deuses e outras coisas do gênero, que ele, quer os outros poetas.

Sócrates - Por isso, os poetas trágicos, na sua qualidade de sábios, hão de perdoar a nós e àqueles que têm um governo próximo do nosso, por não os recebermos na nossa cidade, devido a serem encomiastas da tirania.

Adimanto - Julgo, por mim, que nos perdoarão pelos menos aqueles que

tiverem o espírito subtil.

Sócrates - Mas vemos a percorrer as outras cidades, reunindo multidões, assalariando vozes belas e persuasivas, para arrastarem os Estados para a tirania e a democracia.

Adimanto - Exatamente.

Sócrates - Além disso, recebem recompensas e honrarias, sobretudo, como é natural, dos tiranos, e em segundo lugar, das democracias. Mas quanto mais se elevam na escala ascendente das nossas constituições, mais o apreço por eles se afasta, como se não pudesse andar mais, por lhe faltar respiração.

Adimanto - Absolutamente.

XIX. Sócrates – Mas já nos afastamos do assunto. Vamos falar outra vez do exército do tirano, que é belo, numeroso e variado e esta sempre a mudar, e de como se alimenta.

Adimanto - É evidente que, se houver tesouros sagrados na cidade, os dissipará, e enquanto o produto da sua venda for suficiente, as contribuições a que forçará o povo serão menores.

Sócrates - E quando este recurso lhe faltar?

Adimanto - É evidente que viverá à custa dos bens paternos ele, seus convivas, companheiros e concubinas.

Sócrates - Então, o povo, que o originou, será quem o alimentará, a ele e aos seus.

Adimanto - É mais que forçoso.

Sócrates - Que queres dizer? E se o povo se agastar e disser que não é justo que um filho na flor da idade seja sustentado pelo pai, mas pelo contrário, que é o pai que deve ser sustentado pelo filho. E que este não o gerou e elevou com a finalidade de, quando ele fosse grande, ser escravo dos escravos dele, e sustentar a ele e aos seus escravos juntamente com a outra escória, mas a fim de, sob o seu governo, se livrar dos ricos e dos chamados homens de bem da cidade. E agora o manda sair da cidade, a ele e aos seus companheiros com o pai que põe fora de casa o filho e seus importunos convivas?

Adimanto - É então que o povo há de reconhecer, por Zeus, que erro cometeu ao gerar, acarinhar e educar semelhante criatura, e que pretende ele, que é o mais fraco, expulsar quem é mais forte.

Sócrates - Que queres dizer? O tirano ousará exercer violência sobre o pai e bater-lhe, se ele não obedecer?

Adimanto - Ousará, mas depois de despojá-lo das armas.

Sócrates - O tirano é - ao que dizes - um parricida e um acrimonioso

sustentáculo da velhice e, segundo parece, chegávamos já àquilo que se concorda em chamar tirania, conforme o provérbio: o povo, ao tentar escapar ao fumo da escravatura de homens livres, há de cair no fogo do domínio dos escravos, revestindo, em vez daquela liberdade ampla e despropositada, a farda mais insuportável e mais amarga, a da escravatura.

Adimanto - É isso, sobretudo, o que acontece.

Sócrates - Ora, será exceder as conveniências, se dissermos que já analisamos satisfatoriamente como se dá a transformação da democracia em tirania, e o que ela é; uma vez constituída?

Adimanto - É absolutamente satisfatório.

Livro IX

I. Sócrates - Resta-nos analisar o homem tirânico, como se origina a partir do homem democrático, e uma vez originado, qual é o seu caráter e que tipo de vida possui, se infeliz ou feliz.

Adimanto - Sim, efetivamente, é esse o que ainda falta analisar.

Sócrates - Mas sabes o que ainda me falta?

Adimanto - O que é?

Sócrates - O que se refere aos desejos, à sua natureza e às suas espécies, parece-me que não demos suficientes explicações, e uma vez que, este ponto não esteja claro, a investigação que realizamos será menos clara.

Adimanto - Mas, acaso, ainda não podemos analisá-los?

Sócrates - Certamente que sim. Analisa o que quero ver neles. É o seguinte: entre os prazeres e os desejos não necessários, alguns me parecem ilegítimos, porque penso que sejam inatos em cada um de nós. Entretanto, são reprimidos pelas leis e pelos desejos melhores, e com a ajuda da razão, podem ser totalmente eliminados em alguns ou ficarem sós em pequeno número e enfraquecidos, ao passo que nos outros subsistem mais fortes e em maior número.

Adimanto - Mas a que desejos tu te referes?

Sócrates - Àqueles que despertam durante o sono, quando repousa essa parte da alma, que é racional, benigna e feita para comandar a outra; e a parte animal e selvagem, sente-se saciada de comida e de bebida, estremece-se e depois de repudiar o sono, parte em busca da satisfação dos seus gostos. Sabes que nessas condições ela ousa tudo, como se fosse desembaraçada e livre de toda vergonha e de toda prudência. Não hesita em tentar, no seu pensamento, a unir-se à sua mãe ou a quem quer que seja; homem, deus ou animal, envolver-se em qualquer tipo de crime e não deixa de ingerir nenhuma espécie de alimento. Numa palavra, não há insensatez, nem imprudência que ela não seja capaz.

Adimanto - É verdade.

Sócrates - Mas quando uma pessoa, saudável de corpo e de espírito moderado, se entrega ao sono depois de ter despertado o elemento racional da

sua alma e tê-lo alimentado de belos pensamentos e nobres especulações, pensando a respeito de si mesmo, quando evitou tanto reduzir à fome como saciar o desejo, a fim de que se mantenha em repouso e não cause perturbações, pelas suas alegrias ou tristezas, ao princípio melhor, mas o deixe, só consigo mesmo e liberto, examinar e esforçar-se por apreender algo que ignora do passado, do presente e do futuro. Quando este homem domina de igual modo o elemento irascível e não adormece com o coração tomado de ira contra alguém; quando acalmou, estes dois elementos da alma e estimulou o terceiro, em que reside a sabedoria, e por fim, repousa, então, como sabes, toma contato com a verdade melhor que nunca, e as visões dos seus sonhos não são de modo nenhum desregradas.

Adimanto - É assim que penso.

Sócrates - Mas alongamos demasiado este ponto. O que queríamos constatar era que, há em cada um de nós, mesmo os que parecem totalmente disciplinados, uma espécie de desejos terríveis, selvagens, sem leis, e isso é posto em relevo pelos sonhos. Vês se o que digo te parece verdadeiro e se concordas comigo.

Adimanto - Sim, concordo.

Sócrates - Recorda agora do homem democrático, tal como representamos, formado desde a infância por um pai parcimonioso, honrando apenas os desejos pelo lucro e desprezando os desejos supérfluos, que não têm por objeto, senão a diversão e o luxo. Não é assim?

Adimanto - É.

Sócrates - Mas, tendo convivido com homens mais refinados e cheios desses desejos que descrevíamos instantes atrás, entrega-se a todos os excessos e adota o comportamento desses homens, por aversão a parcimônia do seu pai. Contudo, como é de caráter melhor que os seus corruptores, sacudido em dois sentidos opostos, acaba por ocupar o meio entre esses dois gêneros de existência e, pedindo, a cada um, prazeres, que julga ser moderados, leva uma vida isenta de mesquinhez e desregramento. Assim, de oligárquico, transforma-se em democrata.

Adimanto - Era e continua a ser essa ideia que temos de tal pessoa.

Sócrates - Suponhas agora que, ao estar avançado em anos, tem um filho educado em hábitos iguais aos seus.

Adimanto - Muito bem.

Sócrates - Que tu suponhas, também, que lhe acontece a mesma coisa que ao pai, que é arrastado para um desregramento completo, chamada liberdade completa por aqueles que o arrastam, que o seu pai e os seus parentes protegem

os desejos intermédios, e os outros, o partido contrário. Quando estes hábeis mágicos e fabricantes de tiranos se veem desesperados por querer reter o jovem a qualquer custo, esforçam-se por fazer nascer nele um amor que presida aos desejos ociosos e pródigos: qualquer zangão alado e grande. Ou achas que o amor é algo diferente em tais homens?

Adimanto - Não, não acho nada mais que isso...

Sócrates - Quando os outros desejos, zumbindo em torno deste zangão, numa profusão de incensos, perfumes, coroas, vinhos e todos os prazeres que se encontram em tais companhias, o alimentam, o fazem crescer até o último limite e lhe espetam o ferrão do apetite. Então, este tirano da alma, escoltado pela demência, é tomado por acessos de fúria e, se deita a mão a opiniões ou desejos considerados prudentes e que conservam ainda certo pudor, mata-os ou os expulsa de si, até que tenha depurado a sua alma e a tenha enchido de loucura estranha.

Adimanto - Deste uma explicação completa da origem do homem tirânico.

Sócrates - Então, não é por este motivo que se costuma dizer que o amor é um tirano?

Adimanto - Parece-me que sim.

Sócrates - E o homem ébrio, meu amigo, não pensa como o tirano?

Adimanto - É provável.

Sócrates - E o homem furioso, que tem o espírito perturbado, não pretende comandar não só os homens, mas também os deuses, imaginando-se capaz disso?

Adimanto - Sim, absolutamente.

Sócrates - Desse modo, meu caro, nada falta a um homem para ser tirânico, quando a natureza, as suas práticas ou as duas juntas o fizeram bêbado, apaixonado e louco.

Adimanto - Realmente, nada.

Sócrates - Segundo se vê, aí está como se origina o homem tirânico. Mas, como vive ele?

Adimanto - Responderei como é costume, jogando contigo: serás tu quem me dirás.

Sócrates - Pois, dir-te-ei. Entendo que haverá festas, orgias, cortesãs e prazeres de toda espécie, naquele que deixou o tirano Eros, instalar-se na sua alma e governar todos os seus movimentos.

Adimanto - É forçoso.

Sócrates - Penso que crescerão cada dia e cada noite, ao lado dessa paixão,

numerosos e terríveis desejos, cujas exigências serão múltiplas.

Adimanto - Sim, assim crescerão em grande número.

Sócrates - Assim, os prováveis lucros se esgotarão.

Adimanto - Como não haveria de ser?

Sócrates - E depois virão os pedidos de empréstimo e o esbanjar de seu patrimônio.

Adimanto - É certo.

Sócrates - E, quando mais nada houver, não é inevitável que a multidão ardente das paixões que se aninham na alma deste homem se ponha a soltar gritos e que ele próprio, picado por esses ferrões, e sobretudo, pelo amor, que os outros desejos servem como a um chefe, seja tomado de transportes furiosos e procure uma presa de que possa apoderar-se, por fraude ou por violência?

Adimanto - Sim.

Sócrates - Então, será para ele uma necessidade apanhar por toda a parte ou suportar grandes dores e grandes dificuldades.

Adimanto - Sim, será uma necessidade.

Sócrates - E, como as novas paixões surgidas na sua alma se sobrepuseram às antigas e a despojaram, ele não pretenderá, da mesma forma, que é mais novo, se sobrepor ao pai e à mãe, e apoderar-se dos bens paternos assim que tiver esbanjado a sua parte?

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - E, se os pais não cederem, não tentará primeiramente roubá-los e ludibriá-los?

Adimanto - Certamente.

Sócrates - Porém, se não o conseguir, certamente conseguirá os bens pela força.

Adimanto - Creio que sim.

Sócrates - Agora, meu caro, se o velho pai e a velha mãe resistirem e enfrentarem a luta, por acaso, terá ele cuidado e evitará cometer qualquer ação tirânica?

Adimanto - Não tenho como responder em definitivo.

Sócrates - Mas, por Zeus! Por uma cortesã, uma conquista recente e que não é para ele, senão, um capricho, esquecer-se-á dessa amiga antiga e necessária que é a sua mãe? Ou por um jovem na flor da vida que conheceu ontem, esquecer-se-á do pai, cuja juventude passou, mas que é o mais necessário e o mais antigo dos seus amigos? Esquecer-se-á deles ao ponto de feri-los e submetê-los a essas criaturas, se as puser para dentro de casa?

Adimanto - Sim, por Zeus!

Sócrates - Parece uma enorme felicidade ter dado à luz um filho de caráter tirânico!

Adimanto - Sim, enorme!

Sócrates - Pois bem! Quando tiver esbanjado os bens do pai e da mãe e as paixões se tiverem juntado como um enxame na sua alma, não se voltará para a parede de uma casa ou para a túnica de um viajante noturno para neles pôr as mãos, indo depois saquear os templos? E, em meio a esta situação, as antigas opiniões, consideradas justas, que tinha desde a infância sobre a honestidade e a desonestidade, cederão lugar às opiniões adquiridas recentemente, que servem de escolta ao amor, e triunfarão com ele, e que se manifestavam somente em sonho, porque então estava sujeito às leis e ao seu pai, e a democracia reinava na sua alma. Mas agora, escravizado pelo amor, será no estado de vigília, o homem em que às vezes se tornava em sonho. Não se absterá de cometer nenhum crime, de ingerir nenhum alimento proibido, de praticar nenhuma perversidade.

Eros, que vive nele como um tirano, numa desordem e num desregramento completos, porque é o único senhor, incitará o infeliz cuja alma ocupa, tiranicamente, a ousar tudo para alimentá-lo, a ele e ao tumulto dos desejos que o rodeiam: os que vierem do exterior através das más companhias e os que, nascidos no interior, de disposições semelhantes às suas, romperam os seus laços e se libertaram. Acaso não é esta a vida que leva um homem assim?

Adimanto - É.

Sócrates - Ora, se num Estado os homens deste gênero são em pequeno número e o resto do povo é sensato, eles partem para ir servir de soldados a um tirano qualquer ou se alistarem como mercenários, caso haja guerra em qualquer parte. Mas, se a paz e a tranquilidade reinam por todo lado, ficam na cidade e cometem aí um grande número de pequenos delitos.

Adimanto - E que delitos seriam esses?

Sócrates - Por exemplo, furtam, abrem fendas nas paredes, cortam as bolsas, roubam os transeuntes, capturam e traficam escravos e por vezes, quando sabem falar, são delatores, falsas testemunhas e prevaricadores.

Adimanto - Esses, só serão pequenos delitos, se esses homens forem em pequeno número!

Sócrates - Sim, pois, que as pequenas coisas, só são pequenas em comparação com as grandes e todos estes delitos, no que tange à sua influência sobre a miséria e a infelicidade da cidade, nem sequer se aproximam, como se diz, da tirania. Com efeito, quando tais homens e os que os seguem são

numerosos num Estado e tomam consciência do seu número, são eles que, ajudados pela estupidez do povo, engendram o tirano na pessoa daquele que tem na sua alma o tirano maior e mais completo.

Adimanto - É natural.

Sócrates - E, então, pode ocorrer que a cidade se submeta de boa vontade, mas se resistir, assim como outrora maltratava o pai e a mãe, ele castigará a sua pátria, se tiver poder para isso, e introduzirá nela novos companheiros e, entregando-lhes aquela que outrora lhe foi querida, a sua pátria como dizem, irá reduzi-la à escravidão. E a esse ponto que levará a paixão do tirano.

Adimanto - Perfeitamente.

Sócrates - Dizes: na vida particular, e antes de chegarem ao poder, esses homens não se comportam da mesma maneira? Em primeiro lugar, vivem com pessoas que são para eles aduladores prontos a obedecer-lhes em tudo ou, se têm necessidade de alguém, cometem baixezas, atrevem-se a desempenhar todas as funções para lhe demonstrarem a sua dedicação, com o inconveniente de se recusarem a conhecê-lo, uma vez alcançados os seus fins.

Adimanto - É isso?

Sócrates - Não serão jamais amigos de ninguém, e sim déspotas ou escravos quanto à liberdade e à amizade autênticas, pois um caráter tirânico não aninha em seu íntimo tais sentimentos.

Adimanto - Sem dúvida.

Sócrates - Assim, é com razão que lhes chamamos homens sem fé.

Adimanto - Como não?

Sócrates - E, injustos até o último grau, se falamos acertadamente, a propósito da natureza da justiça.

Adimanto - Sem dúvida que é assim.

Sócrates - Resumamos, porém, o que é o perfeito perverso: aquele que, no estado de vigília, é igual ao homem em estado de sonho que descrevemos.

Adimanto - Perfeitamente.

Sócrates - Vês, torna-se um malvado aquele que, dotado da natureza mais tirânica, consegue governar sozinho e é mais capaz disso quanto viveu mais tempo no exercício da tirania.

Adimanto - É inevitável que seja assim.

Sócrates - No entanto, aquele que se mostrou como o pior, deverá se revelar também o mais infeliz. E aquele que tiver exercido a tirania por mais tempo e de forma mais absoluta, terá sido extremamente infeliz e durante mais tempo, na verdade, apesar de a multidão ter a esse respeito opiniões diversas.

Adimanto - Não poderia ser de outro modo.

Sócrates - Ora, não é verdade que o homem tirânico é feito à semelhança da cidade tirânica, como o homem democrático à da democracia, e assim para os outros?

Adimanto - É verdade.

Sócrates - E o que uma cidade é para outra cidade em termos de virtude, não ocorre o mesmo com um homem para com outro homem?

Adimanto - Como não?

Sócrates - Qual é, então, quanto à virtude, a relação entre o Estado tirânico e o Estado monárquico, tal como definimos?

Adimanto - São exatamente contrárias. Uma é a melhor, a outra é a pior.

Sócrates - Não te perguntarei qual das duas é a melhor ou a pior, pois isso é evidente. Mas, no que se refere à felicidade e à infelicidade, pensas o mesmo ou de modo diferente? E aqui não nos deixemos deslumbrar pela vista do tirano e dos poucos eleitos que o rodeiam: devemos penetrar na cidade para considerá-la no seu conjunto, insinuarmo-nos por toda a parte e vermos tudo, antes de formarmos uma opinião.

Adimanto - O que pedes é justo e é evidente. Não há cidade mais infeliz do que a tirânica, nem mais feliz do que a monárquica.

Sócrates - Incorrerei em erro se pedir os mesmos cuidados para analisar os indivíduos e não conceder o direito de julgá-los, senão, àquele que pode, pelo pensamento, penetrar no caráter de um homem e vê-lo com clareza, que não se deixa enganar pelas aparências, como a pompa que o tirano ostenta para os profanos, mas sabe ver o fundo das coisas? Se eu achasse que todos devem ouvir aquele que seria capaz de julgar, que, além disso, tivesse convivido sob o mesmo teto que o tirano, sendo assim testemunha dos atos da sua vida doméstica e das relações que mantém com os seus familiares, pois entre eles, mais que tudo, se mostra como realmente é, e também da sua conduta nos perigos públicos; se eu obrigasse aquele que viu tudo isto a pronunciar-se sobre a felicidade ou a infelicidade do tirano em comparação aos outros homens...

Adimanto - Também aqui pedirias apenas o justo.

Sócrates - Achas que devemos nos considerar do número dos que são capazes de julgar, e que já encontramos e conhecemos homens tiranos, a fim de termos alguém que possa responder às nossas indagações?

Adimanto - Com certeza.

Sócrates - Segue-me, então, neste exame. Lembra-te da semelhança do Estado e do indivíduo e considerando-os ponto por ponto, cada um por sua vez,

dizes-me o que acontece a um e a outro.

Adimanto - O que lhes acontece?

Sócrates - Começando pela cidade que é governada por um tirano. Poderás dizer que é livre ou escrava?

Adimanto - É escrava.

Sócrates - E, no entanto, vês nela senhores e homens livres.

Adimanto - Vejo, mas em pequeno número, pois que quase todos os cidadãos, inclusive os mais honrados, são reduzidos a uma indigna e miserável servidão.

Sócrates - Se o indivíduo se assemelha à cidade, não é inevitável que se encontre nele o mesmo estado de coisas, que a sua alma esteja cheia de servidão e baixeza, que as partes mais nobres dessa alma sejam reduzidas à escravidão e que uma minoria, formada pela parte pior e mais furiosa, domine-a?

Adimanto - É.

Sócrates - Nesse caso, dirás de tal alma que é escrava ou que é livre?

Adimanto - Que é escrava.

Sócrates - Não é certo que a cidade escrava e dominada por um tirano, de modo nenhum, faz o que quer?

Adimanto - Por certo que não.

Sócrates - Então, referindo-me à alma em sua totalidade, também a alma tiranizada não fará o que quer. Mas sim, ficará cheia de perturbação e remorso, incessantemente, e será arrastada de forma violenta por um desejo furioso.

Adimanto - Como não haveria de ser?

Sócrates - Mas a cidade governada por um tirano é, necessariamente, rica ou pobre?

Adimanto - Pobre.

Sócrates - Portanto, é necessário também que a alma tirânica seja sempre pobre e insatisfeita.

Adimanto - Sim.

Sócrates - Mas como? Não é forçoso também, que tal cidade e tal homem, estejam cheios de temor?

Adimanto - Indubitavelmente.

Sócrates - Achas ser possível encontrar, em qualquer outro Estado, mais lamentações, gemidos, queixas e dores?

Adimanto - De modo nenhum.

Sócrates - E em qualquer outro indivíduo, mais do que neste homem tirânico, que o amor e as paixões o enlouqueceram?

Adimanto - Não o creio.

Sócrates - Ora, foi após julgar sobre todos estes males e outros semelhantes, que concluíste que, esta cidade era a mais infeliz de todas.

Adimanto - Não tive eu razão?

Sócrates - Tiveste. Mas, no que se refere ao tirano, o que dizes ao veres nele os mesmos males?

Adimanto - Que é de longe o mais infeliz de todos os homens.

Sócrates - Nesse ponto já não tens razão.

Adimanto - Como assim?

Sócrates - No meu entender, não é ainda tão infeliz quanto é possível ser.

Adimanto - Quem o será então?

Sócrates - Talvez este te pareça mais infeliz.

Adimanto - Qual?

Sócrates - O que, nascido tirano, não passa a sua vida numa condição privada, mas é bastante desafortunado para que um acaso funesto faça dele tirano de uma cidade.

Adimanto - Parece-me, conforme com o que dissemos antes, que tens razão.

Sócrates - Sim, mas não podemos nos satisfazer com conjecturas em semelhante matéria. Temos de examinar, à luz da razão, os dois indivíduos que nos ocupam. Com efeito, a investigação incide sobre o mais importante dos temas: a felicidade e a infelicidade da vida.

Adimanto - É certo.

Sócrates - Vê então se tenho razão. No meu entender, é preciso ter uma ideia da situação do tirano a partir do que vou dizer.

Adimanto - O que é?

Sócrates - A partir da situação de um desses ricos particulares que, em certas cidades, possuem muitos escravos. Eles têm este ponto de semelhança com os tiranos que comandam muita gente; a diferença está só no número.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Sabes bem que esses particulares vivem em segurança e não temem os seus servidores.

Glauco - O que teriam a temer?

Sócrates - Nada. Mas vês a razão?

Glauco - Com efeito, toda a cidade presta assistência a cada um desses particulares.

Sócrates - Bem pensado. Mas se um deus, afastando da cidade um desses homens que têm cinquenta escravos, o transportasse, com a sua mulher, os

filhos, os seus bens e servidores, para um deserto, onde não pudesse esperar auxílio de nenhum homem livre, não achas que viveria numa extrema e contínua apreensão de morrer às mãos dos escravos, ele e toda a sua família?

Glauco - Com certeza, a sua apreensão seria extrema.

Sócrates - Não seria aí forçado a lisonjear alguns deles, a aliciá-los com promessas, a libertá-los sem necessidade, enfim, a tomar-se adulador dos seus escravos?

Glauco - Seria forçado a passar, se não quisesse perecer.

Sócrates - O que seria dele então se o deus fizesse morar à volta da sua casa, vizinhos em grande número, decididos a não suportar que um homem pretenda mandar em outro como senhor e a punir com o último suplício os que fossem surpreendidos em semelhante caso?

Glauco - Creio que a sua situação se agravaria ainda mais, se tal sucedesse.

Sócrates - Então, com esse caráter que nós descrevemos, cheio de temores e paixões de todo tipo, não é numa prisão semelhante que o tirano está acorrentado? Embora a sua alma seja ávida, é o único na cidade que não pode viajar, nem ir ver o que excita a curiosidade dos homens livres. Vive a maior parte do tempo enclausurado em casa como uma mulher, invejando os cidadãos que viajam e veem o que é belo.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Desse modo, para além de tais dissabores, o homem que governa mal a si mesmo, aquele que há instantes, consideravas o mais infeliz de todos: o tirânico, quando não passa a vida numa condição privada, mas se vê obrigado por um capricho da sorte a exercer uma tirania e, impotente para dominar a si mesmo, se dedica a exercer poder sobre os outros, é semelhante a um doente que não tem o domínio do corpo e, em vez de levar uma existência retirada, será forçado a passar a vida a bater-se com os outros e a lutar nos concursos públicos.

Glauco - Comparas com uma exatidão impressionante, Sócrates.

Sócrates - Não é este, meu caro Glauco, o cúmulo da infelicidade? E aquele que exerce uma tirania não leva uma vida mais penosa ainda que aquele que, no teu entender, levava a vida mais penosa?

Glauco - Sim, com certeza.

Sócrates - Assim, na verdade, e apesar do que pensam certos indivíduos, o verdadeiro tirano é um verdadeiro escravo, condenado a uma baixeza e a uma servidão extrema, e o adulador dos homens mais perversos, pois não podendo, de maneira nenhuma, satisfazer os seus desejos, parece aquele que sabe ver o fundo da sua alma, desprovido de uma quantidade de coisas, é na verdade pobre.

Ele passa a vida num terror contínuo, sujeito a convulsões e a sofrimentos, se é verdade que a sua condição é semelhante à da cidade que governa. Mas ela assemelha-se a ele, não é?

Glauco - Assemelha-se e muito.

Sócrates - Porém, além destes sofrimentos, não se deve atribuir também a este homem aqueles de que falamos anteriormente, visto que é para ele uma necessidade, devido ao exercício do poder, tornar-se, muito mais que antes, invejoso, pérfido, injusto, hostil, hospedeiro e sustentáculo de todos os vícios: tudo aquilo porque é o mais infeliz dos homens, e torna semelhantes a ele os que dele se aproximam?

Glauco - Nenhum homem de bom senso dirá outra coisa.

Sócrates - Ora, chegou o momento. Como o árbitro da prova final, pronuncias a tua sentença, declaras tu também qual é, na tua opinião, o primeiro no que concerne à felicidade, e qual o segundo, e classifica os cinco por ordem: o monárquico, o timocrático, o oligárquico, o democrático, o tirânico.

Glauco - Esse julgamento é fácil. É pela sua ordem de entrada em cena, como os coros, que os classifico, em relação à virtude e ao vício, à felicidade e à infelicidade.

Sócrates - Agora, contrataremos um arauto, ou eu mesmo proclamarei que o filho de Aríston, considerou que o homem melhor e o mais justo, é também o mais feliz, e que é o mais monárquico, e que se governa a si mesmo como rei. Ao passo que o pior e o mais injusto, é também o mais infeliz e sucede que é o homem que, sendo o mais tirânico, exerce sobre si mesmo e sobre a cidade a tirania mais absoluta?

Glauco - Proclamas tu mesmo.

Sócrates - Devo acrescentar que não interessa de modo nenhum que, passem ou não passem por tais, aos olhos dos homens e dos deuses?

Glauco - Acrescentas.

Sócrates - Pois bem. Eis uma primeira demonstração. Vês, agora se esta segunda te parece ter algum valor.

Glauco - Qual?

Sócrates - Se, assim como a cidade está dividida em três corpos, a alma de cada indivíduo está dividida em três elementos, a nossa tese admite, ao que me parece, outra demonstração.

Glauco - Qual é?

Sócrates - Visto que há três elementos, parece-me que há também, três espécies de prazeres próprios de cada um deles, e igualmente, três ordens de

desejos e de mandamentos.

Glauco - Como explicas isso?

Sócrates - Digamos que o primeiro elemento, é aquele pelo qual o homem aprende, e o segundo, aquele pelo qual se irrita. Quanto ao terceiro, como tem muitas formas diferentes, não pudemos encontrar para ele uma denominação única e apropriada, e designamo-lo pelo que tem de mais importante e predominante. Chamamos-lhe concupiscível, por causa da violência dos desejos referentes ao comer, ao beber, ao amor e aos outros prazeres semelhantes. Também, o consideramos amigo do dinheiro, porque é, sobretudo, por meio deste que se satisfazem estas espécies de desejos.

Glauco - E tivemos razão.

Sócrates - Pois bem. Se afirmássemos que o seu prazer e o seu amor estão no ganho, não estaríamos em condições, tanto quanto possível, de nos apoiarmos na discussão sobre uma noção única que o resume, de modo que, sempre que falássemos deste elemento da alma, víssemos com clareza do que é? Assim, ao chamá-lo de amigo do ganho e do lucro, lhe daríamos o nome mais adequado, não achas?

Glauco - Acho.

Sócrates - Mas não dissemos que o elemento irascível, não pára de aspirar totalmente ao domínio, à vitória e à fama?

Glauco - Dissemos.

Sócrates - Se, portanto, lhe chamássemos amigo da vitória e da honraria, a designação seria apropriada?

Glauco - Totalmente apropriada.

Sócrates - Quanto ao elemento pelo qual conhecemos, não fica claro aos olhos de todos que tende sem cessar e inteiramente a conhecer a verdade tal como é, e que é ele o que menos se preocupa com as riquezas e a glória?

Glauco - Está certo.

Sócrates - Chamando-lhe amigo do saber e da sabedoria, daremos a ele, então o nome que lhe é adequado.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E também não é verdade que nas almas existe este elemento que governa ou um dos outros dois, conforme o caso?

Glauco - Sim, é verdade.

Sócrates - Por isso, é que dizíamos que há três classes principais de homens: o filósofo, o ambicioso e o interesseiro.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - E três espécies de prazeres análogos a cada um desses caracteres.

Glauco - Efetivamente.

Sócrates - Agora, sabes bem que, se perguntasses alternadamente a cada um desses três homens, qual é a vida mais agradável, cada um elogiaria, sobretudo, a sua. O homem interesseiro diria que, em comparação com o ganho, o prazer das honras e da ciência não é nada, a não ser que com ele seja possível fazer dinheiro.

Glauco - É bem verdade.

Sócrates - E o ambicioso? Deves considerar vulgar o prazer de amealhar o simples fumo, e frivolidade o de conhecer, quando não trazem honra, não lhe parece?

Glauco - Assim é.

Sócrates - Quanto ao filósofo, que caso faz, segundo nós, dos demais prazeres, em comparação com o conhecimento da verdade, tal como é e o prazer semelhante, que goza sempre ao aprender? Não pensa que são muito diferentes dele e, se os considera realmente necessários, não é em virtude da necessidade que tem de usá-los, visto que prescindiria deles, se pudesse?

Glauco - Estamos certos disso.

Sócrates - Visto que, discutimos os prazeres e a própria vida de cada um desses três caracteres de homens, não para saber qual é a mais honesta ou a mais desonesta, a pior ou a melhor, mas a mais agradável e a mais isenta de dificuldade, como reconhecer qual deles é que fala mais verdade?

Glauco - Não sei responder.

Sócrates - Examinas o caso, amigo, do seguinte modo: quais são as qualidades requeridas para julgar bem? Não são a experiência, a sabedoria e o raciocínio? Existem critérios melhores do que estes?

Glauco - Não.

Sócrates - Então repara. Qual destes três homens tem mais experiência de todos os prazeres que acabamos de referir? Achas que o homem interesseiro, se se dedicasse a conhecer a verdade em si mesma, teria mais experiência do prazer da ciência do que o filósofo teria do prazer do ganho?

Glauco - A diferença é grande. Afinal, é uma necessidade para o filósofo gozar desde a infância os outros prazeres, ao passo que para o homem interesseiro, se ele se dedica a conhecer a natureza das essências, não é uma necessidade gozar todo o fruto deste prazer e adquirir a sua experiência. Além do mais, seria difícil para ele levar a coisa a sério.

Sócrates - Assim, o filósofo está bem acima do homem interesseiro, pela

experiência que tem destas duas espécies de prazeres.

Glauco - Sim.

Sócrates - E que dizer do ambicioso? O filósofo tem menos experiência do prazer ligado às honras, do que o ambicioso do prazer que acompanha a sabedoria?

Glauco - A honra favorece cada um deles quando atingem o objetivo que se propõem, porque o rico, o valente e o sábio são honrados pela multidão, de modo que todos conhecem, por experiência, a natureza do prazer ligado às honrarias. Mas ninguém, a não ser o filósofo, pode gozar o prazer que a contemplação do ser proporciona.

Sócrates - Em consequência disso, no que diz respeito à experiência dos três, é ele quem julga melhor.

Glauco - De longe.

Sócrates - E é o único em quem a experiência é acompanhada da sabedoria.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Realmente, o instrumento que é necessário para julgar, não pertence ao homem interesseiro, nem ao ambicioso, mas ao filósofo.

Glauco - Que instrumento?

Sócrates - Dissemos que era preciso servir-se do raciocínio para julgar, não dissemos?

Glauco - Sim.

Sócrates - O raciocínio é o principal instrumento do filósofo, não é?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Porém, se o fausto e o ganho fossem a melhor regra para julgar as coisas, os louvores e as censuras do homem interesseiro seriam, forçosamente, os mais conformes à verdade.

Glauco - Forçosamente.

Sócrates - E se fossem as honras, a vitória e a coragem, seria preciso apelar para as decisões do homem ambicioso e amigo da vitória.

Glauco - É evidente.

Sócrates - É, visto que é a experiência, a sabedoria e o raciocínio.

Adimanto - São imprescindíveis que os louvores do filósofo e do amigo da razão, sejam os mais verdadeiros.

Sócrates - Assim, dos três prazeres em questão, o desse elemento da alma, pelo qual conhecemos é o mais agradável para o homem no qual esse elemento comanda a vida.

Adimanto - Não poderia ser de outro modo. O louvor do sábio é decisivo, e

ele louva a sua própria vida.

Sócrates - O juiz porá, então, que vida e que prazer, devem estar em segundo lugar?

Glauco - Sem dúvida, será o prazer do guerreiro e do ambicioso, porque se aproxima mais do seu, do que daquele, do homem interesseiro.

Sócrates - O último lugar caberá, portanto, ao prazer do homem interesseiro, segundo parece.

Glauco - É isso.

Sócrates - Aí estão, portanto, duas demonstrações que se sucedem às duas vitórias que o justo obtém sobre o injusto. Quanto à terceira, disputada à maneira olímpica, em honra de Zeus, considera que, com exceção ao do sábio, o prazer dos outros não é, nem bem real, nem puro; não é nada além de uma espécie de simples esboço do prazer, como julgo tê-lo ouvido dizer a um sábio. Essa poderia ser, realmente, para o homem injusto a mais grave e a mais decisiva das derrotas.

Glauco - De longe. Mas como podes prová-lo?

Sócrates - Direi a maneira, contanto que me respondas enquanto procuro contigo.

Glauco - Perguntas, então.

Sócrates - Dizes-me: não afirmamos que a dor é o contrário do prazer?

Glauco - Afirmamos.

Sócrates - E não há um estado em que não se sente nem alegria, nem tristeza?

Glauco - Há.

Sócrates - Esse estado está igualmente afastado desses dois sentimentos, e consiste num repouso em que a alma se encontra em relação a um e outro. Não é assim?

Glauco - É.

Sócrates - Ora, tu te recordas do que dizem os doentes quando padecem?

Glauco - O quê?

Sócrates - Que não há nada mais agradável, do que ter saúde, mas que, antes de estarem doentes, não tinham se dado conta da sua importância.

Glauco - Lembro-me disso.

Sócrates - E não ouves dizer aos que sentem uma dor violenta que, não há nada melhor do que deixar de sofrer?

Glauco - Ouço-o sempre.

Sócrates - E, em muitas outras circunstâncias semelhantes, não notaste que

os homens que sofrem exaltam a cessação da dor e a sensação do repouso como a coisa mais agradável, e não a fruição?

Glauco - Isso se dá talvez, porque o repouso se torna ameno e agradável.

Sócrates - E, quando um homem deixa de experimentar um gozo, o repouso passa a ser penoso, em relação ao prazer.

Glauco - Talvez.

Sócrates - Assim, este estado de repouso, de que falávamos há instante, em que será intermediário entre os outros dois, às vezes prazer, às vezes dor?

Glauco - É o que parece.

Sócrates - E será possível que o que não é nem um, nem outro, torne-se um e outro?

Glauco - Não creio.

Sócrates - E o prazer e a dor, quando se produzem na alma, são uma espécie de movimento, não é verdade?

Glauco - Sim, é.

Sócrates - Então, acabamos de reconhecer que o estado em que não se sente nem prazer, nem dor, é um estado de repouso que se situa entre estas duas sensações.

Glauco - Sim, ao que parece.

Sócrates - Como se pode então crer racionalmente, que a ausência de dor seja um prazer e a ausência de prazer, uma dor?

Glauco - Não se pode, de maneira alguma.

Sócrates - Portanto, este estado de repouso parece ser por vezes, um prazer em oposição à dor; por outras, uma dor por oposição ao prazer. E não há nada de saudável nestas visões quanto à realidade do prazer, pois que se trata de uma espécie de prestígio.

Glauco - Sim, é isso o que o raciocínio demonstra.

Sócrates - Considera agora os prazeres que não se seguem a dores, para não seres induzido a acreditar, baseado nestes exemplos, que por natureza, o prazer não é, senão, a ausência da dor, e a dor, a ausência do prazer.

Glauco - A que caso e a que prazeres tu te referes?

Sócrates - Existem vários, mas considera, sobretudo, os prazeres do olfato. Estes se produzem de súbito, com uma intensidade extraordinária, sem terem sido precedidos de nenhuma aflição, e quando cessam, não deixam depois deles nenhuma dor.

Glauco - Isso é verdade.

Sócrates - Assim, não devemos nos deixar enganar, imaginando que o prazer

puro é a ausência da dor, ou a dor, a ausência do prazer.

Glauco - Não.

Sócrates - Contudo, os pretensos prazeres que passam à alma através do corpo, e que são talvez os mais numerosos e maiores, pertencem a esta classe: são libertadores da dor.

Glauco - Com efeito.

Sócrates - Não sucede o mesmo com os prazeres e as dores antecipadas, que a expectativa causa?

Glauco - Assim é.

Sócrates - Sabes, ó Glauco, o que são esses prazeres e com o que mais se parecem?

Glauco - Com o quê?

Sócrates - Pensas que há na natureza um alto, um baixo e um meio?

Glauco - Com certeza!

Sócrates - Ora, na tua opinião, um homem transportado de baixo para o meio, poderia evitar pensar que foi transportado para o alto? E, quando se encontrasse no meio e olhasse para o lugar que deixou, julgaria estar noutra parte, que não fosse o alto, se não tivesse visto o alto autêntico?

Glauco - Por Zeus! Pelo que creio, não seria a ele possível fazer outra suposição.

Sócrates - Mas se, em seguida, fosse transportado em sentido inverso, julgaria estar voltando para baixo, no que não se engana.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E ele imaginaria tudo isso porque não conhece por experiência o alto, o meio e o baixo verdadeiros, não é?

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - Tu não deves então te espantar que os homens que não têm a experiência da verdade, tenham uma opinião falsa de muitos objetos e que, no que concerne ao prazer, à dor e ao seu intermédio, se achem dispostos de tal maneira que, quando passam à dor, a sensação que experimentam é exata, porque sofrem de verdade. Ao passo que, quando vão da dor ao estado intermédio e acreditam firmemente que atingiram a plenitude do prazer, enganam-se, porque à semelhança das pessoas que oporiam o cinzento ao preto, por não conhecerem o branco, opõem a ausência de dor a dor, por não conhecerem o prazer.

Glauco - Por Zeus que o contrário é que me espantaria!

Sócrates - Pensas agora da seguinte maneira: a fome, a sede e as outras

necessidades semelhantes, não são espécies de vazios no estado do corpo?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E a ignorância e o contrassenso não são um vazio no estado da alma?

Glauco - São.

Sócrates - Mas é possível preencher estes vazios, tomando alimento ou adquirindo inteligência?

Glauco - É claro.

Sócrates - Assim, a plenitude mais verdadeira, provém do que tem mais ou do que tem menos realidade?

Glauco - É evidente que do que tem mais realidade.

Sócrates - Então, a teu ver, destes dois gêneros de coisas, qual participa mais da existência pura: o que inclui, por exemplo, o pão, a bebida, a carne e a alimentação em geral, ou o da opinião verdadeira, da ciência, da inteligência e, numa palavra, de todas as virtudes? Pensas do seguinte modo: o que se liga ao imutável, ao imortal e à verdade, que é de natureza semelhante e se produz num indivíduo semelhante, parece ter mais realidade do que o que se liga ao mutável e ao mortal, que é ele próprio de natureza semelhante e se produz num indivíduo semelhante?

Glauco - O que se liga ao imutável, tem muito mais realidade, sem sombra de dúvida.

Sócrates - Mas o Ser do imutável participa mais da essência, do que o da ciência?

Glauco - Não.

Sócrates - E da verdade?

Glauco - Também não.

Sócrates - Bem, se participa menos da verdade, não participa menos da essência?

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Portanto, as coisas que servem para a conservação do corpo costumam participar menos da verdade e da essência do que as que servem para a conservação da alma.

Glauco - Assim é.

Sócrates - E comparado com a alma, o próprio corpo não está também neste caso?

Glauco - Está.

Sócrates - Assim, o que se enche de coisas mais reais, e que é ele mesmo

mais real, está mais realmente cheio, do que aquele que o está de coisas menos reais e que é, ele mesmo, menos real?

Glauco - Com efeito!

Sócrates - Desse modo, se é agradável encher-se de coisas conformes à sua natureza, o que se enche mais realmente e de coisas mais reais, gozará mais, realmente, e mais verdadeiramente, do verdadeiro prazer, e o que recebe coisas menos reais, será cheio de modo menos verdadeiro e menos sólido e gozará um prazer menos certo e menos verdadeiro.

Glauco - Não há como ser diferente.

Sócrates - Assim, os indivíduos que não têm a experiência da sabedoria e da virtude, que estão sempre nas festas e nos prazeres afins são - ao que me parece - transportados para a região baixa, depois de novo para a média, e erram assim durante toda a vida. Não sobem mais alto; nunca, viram as verdadeiras alturas. Nunca, para lá foram transportados. Nunca, foram realmente cheios do Ser e não experimentaram prazer sólido e puro. Mas assemelhar-se-ão aos animais, de olhos sempre voltados para baixo, de cabeça inclinada para a terra e para a mesa, pastam e acasalam-se; e, para satisfazerem ainda mais seus apetites, escoicinham, batem-se, com seus chifres e matam-se uns aos outros no furor do seu apetite insaciável, porque não encheram de coisas reais a parte real e estanque de si mesmos.

Glauco - Tu pareces um autêntico oráculo, Sócrates, ao descreveres a vida da maior parte dos homens.

Sócrates - Eles não têm a necessidade de viver no meio de prazeres mesclados de dores, sombras e esboços do verdadeiro prazer, que só tomam cor quando vistos de perto. Mas que então parecem tão vivos, que fazem nascer amor desenfreado nos insensatos, que se bate para possui-los, como se bateram em Tróia pela sombra de Helena, no dizer de Estesícoro, por não saberem a verdade.

Glauco - É necessário que assim seja.

Sócrates - Ora bem! Torna-se então, inevitável, que a mesma coisa aconteça a propósito do elemento irascível, quando um homem faz até o fim o que este quer, entregando-se à ânsia por ambição; à violência por desejo de vencer; à cólera por temperamento truculento e perseguindo a satisfação da honra, da vitória e da cólera, sem discernimento nem razão.

Glauco - De fato, a mesma coisa deve acontecer.

Sócrates - Mas então, não ousaremos afirmar que os desejos relativos ao interesse e à ambição, quando seguem a ciência e a razão e procuram com elas

os prazeres que a sabedoria lhes indica, alcançam os prazeres mais verdadeiros que lhes é possível experimentar e os prazeres que lhes são próprios, porque a verdade dirige-os, se é verdade que o que há de melhor para cada coisa é também o que lhe é mais próprio?

Glauco - Mas é exatamente assim.

Sócrates - Então, quando toda a alma segue docilmente o elemento filosófico e não se produz nela nenhuma revolta, cada uma das suas partes, mantém-se nos limites das suas funções, pratica a justiça e também, recolhe os prazeres que lhe são próprios, os melhores e os mais verdadeiros que lhe é possível gozar.

Glauco - É certo.

Sócrates - No entanto, quando se trata de um dos dois outros elementos que domina, como resultado se tem que, este elemento não encontra o prazer que lhe é próprio. Além disso, obriga os outros dois a procurarem um prazer estranho e falso.

Glauco - É assim mesmo.

Sócrates - Mas não é o que se afasta mais da filosofia e da razão, mais que tudo, o que provocará tais efeitos?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - O que então, mais se distancia da razão não é justamente o que mais se afasta da lei e da ordem?

Glauco - Parece-me evidente.

Sócrates - Mas já vimos que os desejos amorosos e tirânicos são os que mais se afastam.

Glauco - Sim, com efeito.

Sócrates - Com exceção dos desejos monárquicos e moderados.

Glauco - Certo.

Sócrates - Em consequência, o mais afastado do prazer autêntico e próprio do homem será, penso eu, o tirano; o menos afastado, o rei.

Glauco - Assim creio.

Sócrates - A vida menos agradável será então, a do tirano e a mais agradável, a do rei.

Glauco - É incontestável.

Sócrates - Mas tu és capaz de dizer quanto à vida do tirano, se é menos agradável do que a do rei?

Glauco - Saberei, se me disseres.

Sócrates - Há ao que me parece, três prazeres, sendo um legítimo e dois

ilegítimos. Pois bem. O tirano, evitando a razão e a lei, transpõe o limite dos prazeres ilegítimos e vive no meio de uma escolta de prazeres servis; dizer em que medida é inferior ao outro, não é nada fácil, exceto talvez da maneira seguinte.

Glauco - Como?

Sócrates - A partir do homem oligárquico, o tirano está no terceiro grau, porque entre eles está o homem democrático.

Glauco - Sim.

Sócrates - Não coabita ele com uma sombra de prazer, que será a terceira a partir da do oligarca, se o que dissemos atrás é verdade?

Glauco - Assim é.

Sócrates - Mas o oligarca é de igual modo, o terceiro a partir do rei, se nós contarmos como um só, o homem real e o homem aristocrático.

Glauco - O terceiro, sem dúvida.

Sócrates - Podemos concluir, assim, que é de três vezes três graus, que o tirano está afastado do verdadeiro prazer.

Glauco - Parece ser assim.

Sócrates - Portanto, a sombra de prazer do tirano, se a considerarmos de acordo com o seu comprimento, pode ser expressa por um número da segunda potência.

Glauco - Sim.

Sócrates - E, elevando este número ao quadrado, depois ao cubo, vê-se com clareza a distância que o separa do rei.

Glauco - Sim, isso é claro para um matemático.

Sócrates - E se, de igual forma, quisermos exprimir a distância que separa o rei do tirano, quanto à realidade do prazer, descobriremos uma vez feita a multiplicação, que o rei é setecentas e vinte e nove vezes mais feliz, do que o tirano, e que este é mais infeliz em igual proporção.

Glauco - Que cálculo incrível tu fazes, da diferença desses dois homens, o justo e o injusto, no que se refere ao prazer e à dor!

Sócrates - E, em verdade, o número é exato e aplica-se à vida deles, se tivermos em conta os dias, as noites, os meses e os anos.

Glauco - Levamos isso em conta.

Sócrates - Pois bem, se o homem bom e justo se sobrepõe tanto em prazer ao homem mau e injusto, não se lhe sobreporá infinitamente mais em decência, em beleza e em virtude?

Glauco - Sim, por Zeus!

Sócrates - Agora, tendo chegado a este ponto da discussão, retomemos o que foi dito no princípio e que nos trouxe até aqui. Dizíamos, creio eu, que a injustiça era vantajosa para o perfeito celerado, contanto que ele passasse por justo. Não foi o que afirmamos?

Glauco - Foi isso, com certeza.

Sócrates - Travemos, então, diálogo com o homem que falou assim, visto que, estamos de acordo quanto aos efeitos de uma conduta injusta e de uma conduta justa.

Glauco - Como?

Sócrates - Formemos em pensamento uma imagem da alma, para que o autor desta afirmação conheça o seu alcance.

Glauco - Que imagem é essa?

Sócrates - Uma que se assemelhe a essas criaturas antigas de que fala a fábula: Quimera, Cila, Cérbero e muitos outros que, segundo contam, reuniam formas múltiplas num único corpo.

Glauco - É o que dizem.

Sócrates - Modela uma espécie de animal multiforme, contendo várias cabeças, dispostas em círculo, de animais dóceis e de animais ferozes e capazes de mudar e tirar de si mesmo, tudo isso.

Glauco - Tal obra, exige um escultor hábil. Mas, o pensamento é mais fácil de modelar, do que a cera ou qualquer outra matéria semelhante.

Sócrates - Modeles agora, duas outras formas: uma de um leão, outra de um homem. De modo que a primeira seja, de longe, a maior das três e que a segunda ocupe, em grandeza, o segundo lugar.

Glauco - Isso é mais fácil. Já está pronto.

Sócrates - Que tu juntes essas três formas numa só, de modo que, umas com as outras, componham um único todo.

Glauco - Estão juntas.

Sócrates - Por fim, dá a elas, a forma externa de um único ser, a forma humana; de maneira que, aos olhos de alguém que não possa ver o interior e só veja o invólucro, o conjunto pareça um único ser: um homem.

Glauco - Está recoberto.

Sócrates - Digamos agora, àquele que acha que é vantajoso para este homem ser injusto, e que não lhe serve de nada praticar a justiça, que isso equivale a pretender que é vantajoso para ele alimentar com cuidado, por um lado, o animal multiforme, o leão e a sua comitiva, e fortificá-los. E, por outro, reduzir à fome e debilitar o homem, de modo que os outros dois possam arrastá-lo para onde

quiserem. Além disso, em vez de habituá-los a viverem unidos em boa harmonia, deixá-los lutarem, morderem-se e devorarem-se uns aos outros.

Glauco - Será isso mesmo o que o panegirista da injustiça defenderá.

Sócrates - E, de igual modo, afirmar que é útil ser justo, não é afirmar que é preciso fazer e dizer o que dará ao homem interior a maior autoridade possível, sobre o homem na sua totalidade, e lhe permitirá velar pela cria de muitas cabeças à maneira do agricultor, que alimenta e domestica as espécies pacíficas e impede as selvagens de crescer; criá-lo assim, com a ajuda do leio e, dividindo os seus cuidados por todos, mantê-los em boa harmonia entre eles e consigo mesmo, não é assim?

Glauco - É isso mesmo o que afirmará o partidário da justiça.

Sócrates - De qualquer maneira, aquele que faz o elogio da justiça tem razão, e o que louva a injustiça está errado, pois em relação ao prazer, à boa reputação ou à utilidade, o que louva a justiça fala verdade, e o que a censura não diz nada de saudável e nem sequer sabe o que censura.

Glauco - Ao que me parece, não o sabe de modo nenhum.

Sócrates - Tentemos então desenganá-lo de maneira gentil, dado que o seu erro é involuntário, e perguntemos-lhe: “Caro amigo, não podemos dizer que a distinção habitual do honesto e do desonesto tira a sua origem do fato de que, por um lado, o honesto é o que submete ao homem, ou antes, talvez, o que submete ao elemento divino ao elemento bestial da nossa natureza. E por outro, o desonesto é o que escraviza o elemento pacífico ao elemento selvagem”. Estará ele de acordo? Senão, que responderá?

Glauco - Estará de acordo, se quiser confiar em mim.

Sócrates - Ora, segundo esta explicação, será útil a alguém apoderar-se de ouro injustamente, se não o puder fazer sem escravizar ao mesmo tempo a melhor parte de si, a mais vil? Se aceitasse ouro para entregar o filho ou a filha como escravos a senhores selvagens e maus, não tiraria daí nenhuma vantagem, mesmo que recebesse por isso somas enormes. No entanto, se escravizar o elemento mais divino de si mesmo ao elemento mais ímpio e mais impuro, sem sentir um mínimo de comiseração, não será um infeliz e não conseguirá o seu ouro à custa de uma morte ainda mais horrível do que aquela de que Erífila se tornou culpada, ao vender por um colar a vida do seu marido.

Glauco - Sim, é claro. Respondo como teu interlocutor.

Sócrates - Não achas que, se desde sempre se censurou Erífila era a mulher do adivinho Anfiarau, que partilhou o trono de Argos com Adrasto. Tendo sido avisado pelos deuses de que morreria se participasse da guerra contra Tebas

declarada pelo seu genro, Polinices. Escondera-se, mas foi traído por Erífila, que se deixou subornar por Polinkes, a libertinagem, que a deu um colar de ouro e tudo isso sucedeu porque, Erífila, deu às rédeas a essa criatura terrível, enorme e multiforme, mais do que seria aconselhável?

Glauco - É evidente.

Sócrates - E, se censura a arrogância e o caráter irritável, não é porque estes desenvolvem e fortalecem sobremaneira o elemento em forma de leão e de serpente?

Glauco - Assim é.

Sócrates - E o que faz censurar o luxo e a languidez não são o relaxamento e o ato de pôr à vontade esse elemento que provoca a covardia?

Glauco - Sim, é certo.

Sócrates - E também censura a lisonja e a baixeza, porque escravizam esse elemento irascível ao monstro turbulento e porque este o torna vil pelo seu apego insaciável pelas riquezas e, desde a infância, o transforma de leão em macaco.

Glauco - É isso mesmo.

Sócrates - Na tua opinião, de onde se origina a profissão de artesão e de sarrafaçal, que implica uma espécie de censura? Não é porque no artesão o elemento melhor se apresenta tão naturalmente fraco, que não pode dominar esses animais frite-flores, antes os lisonjeia e só pode aprender a satisfazê-los?

Glauco - Parece-me que sim.

Sócrates - E então, para que esse homem seja governado por uma autoridade semelhante à que governa o melhor que dizemos que, deve ser escravo do melhor, em quem predomina o elemento divino, não porque pensemos que essa escravidão deva resultar em seu prejuízo, como supunha Trasímaco a propósito dos governados. Mas porque não há nada mais vantajoso para cada indivíduo do que ser governado por um mestre divino e sábio, quer habite dentro de nós mesmos, o que seria o melhor, quer nos governe de fora, a fim de que, sujeito ao mesmo regime, tornemo-nos todos, tanto quanto possível, semelhantes uns aos outros e amigos.

Glauco - Falas muito bem.

Sócrates - A lei mostra justamente esta mesma intenção, visto que, dá o seu apoio a todos os membros da cidade. E não é esse o nosso objetivo na maneira de educar as crianças? Não as temos sob nossa guarda, até estabelecermos uma constituição na sua alma, como num Estado, até o momento em que, depois de havermos cultivado através do que há de melhor em nós o que há de melhor nelas, pomos este elemento no nosso lugar, para que seja um soldado e um chefe

semelhante a nós, após o que as deixamos livres?

Glauco - Parece-me claro que seja assim.

Sócrates - Em que então, Glauco, e sob que aspecto, diremos que é vantajoso cometer uma ação injusta, licenciosa ou vergonhosa, contanto que, ao tornar-se pior, se possam adquirir novas riquezas ou qualquer outro poder?

Glauco - Sob nenhum aspecto.

Sócrates - Por fim, como imaginar que é vantajoso para o injusto evitar os olhares e o castigo? O mau que não é descoberto se torna pior ainda, ao passo que, quando descoberto e castigado, o elemento bestial se acalma e suaviza, o elemento pacífico toma a frente e toda a alma, colocada em condições excelentes, se eleva a um estado cujo valor é superior ao do corpo que adquire a força e a beleza com a saúde de toda a superioridade da alma sobre o corpo!

Glauco - Com toda certeza.

Sócrates - Portanto, o homem de bom senso, não viverá com todas as suas forças voltadas para esse objetivo, honrando em primeiro lugar as ciências capazes de elevar a sua alma até último grau de virtuosidade e desprezará tudo o mais?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E, no que concerne ao bom estado e à alimentação do seu corpo, este homem não se entregará ao prazer bestial e irracional e não viverá voltado para ele, não se importará também com a saúde, nem com o que o pode tornar forte, saudável e belo, se com isso não se tornar moderado, mas ao contrário, o veremos sempre procurando regular a harmonia do corpo para manter o acordo perfeito da alma.

Glauco - É o que deverá fazer, se quiser ser mesmo músico.

Sócrates - Mas não agirá de igual modo, observando o mesmo acômodo perfeito na aquisição das riquezas? Não se deslumbrará pela opinião da multidão acerca da felicidade e não aumentará a massa dos seus bens até ao infinito para ter males infinitos?

Glauco - Não creio.

Sócrates - Mas, lançando os olhos para o governo da sua alma, terá o cuidado de não abalar nada por excesso ou falta de fortuna e, seguindo esta regra, aumentará essa fortuna ou gastará segundo suas possibilidades.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Quanto às honras, ele buscará o mesmo objetivo: aceitará e experimentará de boa vontade aquelas, que considerar adequadas a torná-lo melhor, mas evitará, tanto na vida particular como na pública, as que possam

destruir nele a ordem estabelecida.

Glauco - Mas então, se puser a preocupar-se com isso, não poderá ocupar-se dos negócios públicos.

Sócrates - Não, pelos Céus! Ocupar-se-á deles na sua própria cidade, mas não talvez, na sua pátria, a não ser que um divino acaso lhe permita isso.

Glauco - Compreendo. Tu falas da cidade cujo plano traçamos e que se fundamenta, apenas nos nossos discursos, visto que, tanto quanto sei, não existe em parte alguma da terra.

Sócrates - Mas talvez haja um modelo no céu para quem quiser contemplá-lo e, a partir dele, regular o governo da sua alma. Aliás, não importa que essa cidade exista ou tenha de existir um dia: é somente às suas leis e de nenhuma outra, que o sábio fundamentará a sua conduta.

Livro X

I. Sócrates - Afirmo que a nossa cidade foi fundada da maneira mais correta possível, sobretudo, pensando no nosso regulamento sobre a poesia.

Glauco - Que regulamento?

Sócrates - O de não admitir em nenhum caso a poesia mimetizada. Parece-me mais do que evidente que seja, absolutamente, necessário recusar admiti-lo, agora que estabelecemos uma distinção clara entre os diversos elementos da alma.

Glauco - Não compreendi bem.

Sócrates - Digo, sabendo que não me denunciarão aos poetas trágicos e aos outros imitadores, que segundo creio, todas as obras deste gênero arruínam o espírito dos que as escutam, quando não têm o antídoto, isto é, o conhecimento do que elas são realmente.

Glauco - Por que falas assim?

Sócrates - E preciso dizê-lo, embora, que há certa ternura e certo respeito que, desde a infância, tenho por Homero, e que sendo assim, impeçam-me de falar. Na verdade parece ter sido ele o mestre e o chefe de todos esses belos poetas trágicos. Mas não se deve testemunhar a um homem, mais consideração do que à verdade e, como acabei de dizer, é um dever falar.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Escuta então, ou antes, responde-me.

Glauco - Interroga-me.

Sócrates - Poderás dizer-me o que é, em geral, a imitação? É que eu não concebo bem a que ela se propõe.

Glauco - E como queres, então, que eu a conceba?

Sócrates - Não haveria nisso nada de espantoso. Muitas vezes, os que têm a vista fraca apercebem os objetos antes daqueles que a têm penetrante.

Glauco - Isso acontece. Mas, em tua presença, nunca ousarei dizer o que poderia parecer-me evidente. Vê tu, portanto.

Sócrates - Queres que comecemos a analisar, partindo do método costumeiro? O costume é o de colocar uma primeira ideia para analisar as

múltiplas possibilidades a que atribuímos o mesmo nome.

Glauco - Muito bem! Assim o faremos.

Sócrates - Ponhamos um primeiro exemplo. Há uma variedade de camas e uma variedade de mesas, não é assim?

Glauco - Sim.

Sócrates - Mas as ideias relativas a móveis não se resumem a esses dois, uma ideia de cama e uma ideia de mesa.

Glauco - Assim o é.

Sócrates - E costumamos dizer que os artesãos de cada um destes móveis ao fabricarem, alguns, camas, e outros, mesas, que todos nós utilizamos no dia a dia, o fazem copiando uma ideia. Entretanto, não há artesão que fabrique a mesma ideia, porque como haveria de fazê-lo?

Glauco - De nenhum modo.

Sócrates - Observa, agora, o nome que dás a este artesão.

Glauco - A qual?

Sócrates - Ao que fabrica todas as coisas, que fazem cada um dos trabalhadores manuais.

Glauco - Homem extraordinário esse de quem falas!

Sócrates - Não o digas ainda, pois logo o afirmarás com mais entendimento. Tal operário, apenas, é capaz de fabricar todos os móveis, senão, faz tudo que se produz na terra e que todos os seres vivos produzem, incluindo ele mesmo. Além da terra, do céu, deuses e tudo que há.

Glauco - Estas falando de algum sábio maravilhoso.

Sócrates - Assim crês. Dizes-me: parece-te que existe, em absoluto, tal operário, ou quem faz esses tipos de coisas existe de maneira relativa? Ou não te dás conta que tu mesmo és capaz de fazer isso de certo modo?

Glauco - De que modo?

Sócrates - Não é difícil se podes praticar muitas vezes e rapidamente, se quiseres pegar um espelho e andar com ele por todos os lados. Farás imediatamente o Sol e os astros do céu, a Terra, tu mesmo e os outros seres vivos, e os móveis e as plantas e tudo aquilo de que falávamos há instantes.

Glauco - Sim, mas serão aparências e não objetos reais.

Sócrates - Bem, chegaste ao ponto mais importante do discurso. Suponho que seja verdade que, dentre os artesãos desta natureza, é preciso contar também com o pintor, não achas?

Glauco - Como não?

Sócrates - Mas tu me dirás, penso eu, que o que ele faz não é verdadeiro.

Contudo, de certo modo, o pintor também faz uma cama, ou não?

Glauco - Sim, pelo menos uma cama aparente.

II. Sócrates - E o marceneiro, tu não disseste, há pouco, que não fazia a forma da cama, mas uma cama qualquer?

Glauco - Disse, é verdade.

Sócrates - Pois bem. Se não faz o que é, não faz o objeto real, mas um objeto que se assemelha a este, sem ter a sua realidade, e se alguém dissesse que a obra do marceneiro ou de qualquer outro artesão é real, seria acertado dizer que isso seria falso?

Glauco - Seria a conclusão a que chegariam os que se ocupam de tais questões.

Sócrates - Por conseguinte, não devemos nos admirar que essa obra seja algo de obscuro, se comparado com a verdade?

Glauco - Não.

Sócrates - Apoiando-nos nestes exemplos, procuremos agora, descobrir o que pode ser o imitador.

Glauco - Se tu o quiseres.

Sócrates - Vejamos que há três espécies de camas: uma que existe na natureza das coisas e de que podemos dizer que Deus é o criador. Quem mais seria, senão Ele?

Glauco - Ninguém, em minha opinião.

Sócrates - Uma segunda é a do marceneiro.

Glauco - Sim.

Sócrates - E uma terceira, a do pintor.

Glauco - Seja.

Sócrates - Assim, o pintor, o marceneiro e Deus são três que presidem a forma destas três espécies de camas.

Glauco - Sim, são efetivamente três.

Sócrates - E Deus, ou porque não quis agir de modo diferente, ou porque uma necessidade qualquer o obrigou a não fazer, senão uma cama na natureza, fez unicamente essa que é a cama real; mas duas camas desta espécie, ou várias, Deus nunca as produziu, nem as produzirá.

Glauco - Por quê?

Sócrates - Pois, se fizesse somente duas, manifestaria uma terceira de que essas duas reproduziriam a forma e esta cama é que seria a cama real, não as outras duas.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - Deus, sabendo isso - penso eu - e querendo ser o criador verdadeiro de uma cama real, e não o fabricante particular de uma cama particular; criou essa cama única por natureza.

Glauco - Assim me parece.

Glauco - Queres então que demos a Deus o nome de criador natural, deste objeto ou qualquer outro nome semelhante?

Glauco - Nada mais justo, visto que, criou a natureza desse objeto e de todas as outras coisas.

Sócrates - E o marceneiro? Devemos chamá-lo de obreiro da cama, não é verdade?

Glauco - Sim, é.

Sócrates - E chamaremos ao pintor o obreiro e o criador desse objeto?

Glauco - Não, de modo algum.

Sócrates - Dizes-me, então, o que é ele em relação à cama.

Glauco - Parece-me que o nome que lhe conviria melhor é o de imitador daquilo de que os outros dois são os artífices.

Sócrates - Que seja. Chamas, portanto, imitador ao autor de uma produção afastada três graus da natureza.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Desse modo, o autor de tragédias, se é um imitador, estará, por natureza, afastado três graus do rei e da verdade, assim como todos os outros imitadores.

Glauco - É provável.

Sócrates - Então, estamos nós de acordo quanto ao imitador. Mas, sobre o pintor, responde-me ainda: ele tenta, a teu ver, imitar cada uma das coisas que existem na natureza ou as obras dos artesãos?

Glauco - As obras dos artesãos.

Sócrates - Tais como são ou tais como parecem ser? Distingue mais isto.

Glauco - O que queres dizer?

Sócrates - Vês, caro Glauco: uma cama quer a olhes de lado, quer de frente, quer de qualquer outra maneira, é diferente de si mesma ou, sem diferir, parece diferente? E acontece o mesmo com as outras coisas?

Glauco - Sim, o objeto parece diferente, mas não é.

Sócrates - Agora, considera este ponto: qual destes dois objetivos se propõe a pintura no que se refere a cada objeto: representar o que é tal como é, ou o que parece, tal como parece? É a imitação da aparência ou da realidade?

Glauco - Da aparência.

Sócrates - Sendo assim, a imitação está longe da verdade e, se modela todos os objetos, é porque respeita apenas a uma pequena parte de cada um, a qual, por seu lado, não passa de uma sombra. Diremos, por exemplo, que o pintor nos representará um sapateiro, um carpinteiro ou qualquer outro artesão, sem ter o mínimo conhecimento do seu ofício. Contudo, se for bom pintor, tendo representado um carpinteiro e mostrando-o de longe, enganará as crianças e os homens tolos, porque terá dado à sua pintura a aparência de um carpinteiro autêntico.

Glauco - É correto.

Sócrates - Aí está! No meu modo de ver, o que se deve pensar de tudo isto é o seguinte: quando um indivíduo vem nos dizer que encontrou um homem conhecedor de todos os ofícios, que sabe tudo o que cada um sabe do seu ramo, e com mais exatidão do que qualquer outro, nós devemos assegurá-lo de que é um ingênuo e que, ao que parece, deparou com um charlatão e um imitador, que o iludiu a ponto de lhe parecer onisciente, porque ele mesmo não era capaz de distinguir a ciência, a ignorância e a imitação.

Glauco - É a mais pura verdade.

III. Sócrates - Devemos, assim, considerar agora a tragédia e Homero, que é o seu pai, visto que, ouvimos certas pessoas dizerem que os poetas trágicos são versados em todas as artes, em todas as coisas humanas, relativas à virtude e ao vício e até nas coisas divinas. Dizem elas que, é necessário que o bom poeta, se quer criar uma obra bela, conheça os assuntos de que trata, pois de outro modo, não será capaz de criar. Precisamos, assim, ver se essas pessoas, tendo deparado com imitadores desta natureza, não foram enganadas pela contemplação das suas obras, não notando que estão afastadas no terceiro grau do real e que, mesmo desconhecendo a verdade, é fácil executá-las, porque os poetas criam fantasmas e não seres reais, ou se a sua afirmação tem algum sentido e se os bons poetas sabem, realmente, aquilo de que, no entender da multidão, falam tão bem.

Glauco - Certamente, temos de ver isso.

Sócrates - Achas que, se um homem fosse capaz de fazer tanto o objeto a imitar como a imagem, preferiria consagrar a sua atividade à fabricação das imagens e poria esta ocupação no primeiro plano da sua vida, como se para ele não houvesse nada melhor?

Glauco - Penso que não.

Sócrates - Porém, se fosse mesmo versado no conhecimento das coisas que imita, suponho que se dedicaria muito mais a criar do que a imitar, que

procuraria deixar atrás de si um grande número de obras belas, assim como monumentos, e que estaria muito mais interessado em ser honrado pelos outros, do que em honrar.

Glauco - Creio que sim porque não há, nesses dois papéis, igual honra e proveito.

Sócrates - Sendo assim, não peçamos contas a Homero, nem a nenhum outro poeta sobre vários assuntos. Não lhes perguntemos se um deles foi médico, e não apenas imitador da linguagem destes, que curas se atribuem a um poeta qualquer, antigo ou moderno, como a Esculápio, ou que discípulos eruditos em medicina deixou atrás de si, como Esculápio deixou os seus descendentes. De igual modo, no que concerne às outras artes, não os interroguemos, vamos deixá-los em paz. Mas, sobre os assuntos mais importantes e mais belos que Homero decide tratar: as guerras, o comando dos exércitos, a administração das cidades, a educação do homem. Assim, talvez seja justo interrogá-lo e dizer-lhe: “Caro Homero, se é verdade que, no que diz respeita à virtude, não estás afastado no terceiro grau da verdade, artífice da imagem, como definimos o imitador, se te encontras no segundo grau e nunca foste capaz de saber que práticas tornam os homens melhores ou piores, na vida particular e na vida pública. Diz-nos qual, entre as cidades, graças a ti, se governou melhor, como graças a Licurgo, o Lacedemônio, e graças a muitos outros, muitas cidades, grandes e pequenas? Que Estado reconhece que foste para ele um bom legislador e um benfeitor? A Itália e a Sicília tiveram Carondas, e nós, Sólon, mas a ti que Estado pode citar?” Poderia indicar um só que fosse?

Glauco - Não acredito. Os próprios homéridas não dizem nada.

Sócrates - Menciona-se alguma guerra, no tempo de Homero, que tenha sido bem conduzida por ele ou pelos seus conselhos?

Glauco - Nenhuma.

Sócrates - Citam-se então dele, como de um homem hábil na prática, várias invenções engenhosas que digam respeito às artes ou a outras atividades, como se faz acerca de Tales de Mileto e de Anacársis, o Cita?

Glauco - Não, não se diz nada.

Sócrates - Ora, se Homero não prestou serviços públicos, diz-se ao menos, que tenha, durante a vida, estado à frente da educação de alguns particulares, que o tenham amado ao ponto de se prenderem à sua pessoa e tenham transmitido à posteridade um plano de vida homérica, como foi o caso de Pitágoras, que inspirou uma profunda dedicação deste gênero e cujos seguidores ainda hoje chamam pitagórico ao modo de existência pelo qual parecem distinguir-se dos

outros homens?

Glauco - Não, também nesse aspecto não se diz nada, porque Creófilo, o discípulo de Homero, expôs-se talvez mais ao ridículo pela sua educação do que pelo seu nome, se é verdade o que se fala de Homero. Na verdade, diz-se que este foi estranhamente desprezado em vida por essa personagem.

IV. Sócrates - É isso o que se diz. Mas achas, Glauco, que se Homero tivesse estado mesmo em condições de instruir os homens e torná-los melhores, possuindo o poder de conhecer, e não o de imitar, não teria feito muitos discípulos que o teriam honrado e estimado? Ora! Protágoras de Abdera, Pródico de Cós e muitos outros chegam a persuadir os seus contemporâneos, em conversas privadas, de que não poderão administrar nem a sua casa, nem a sua cidade, se eles mesmos não presidirem à sua educação, e por esta sabedoria, fazem-se amar tanto que os seus discípulos os levariam sobre os ombros, quase que em triunfo. Se Homero tivesse sido capaz de ajudar os homens de seu tempo a serem virtuosos, tê-lo-iam deixado, a ele ou a Hesíodo, errar de cidade em cidade recitando os seus versos? Não os amariam mais do que a todo o ouro do mundo? Não os teriam forçado a ficar junto deles, no seu país ou, se não tivessem podido convencê-los, não o teriam seguido por toda parte, até que recebessem uma educação suficiente?

Glauco - O que dizes, ó Sócrates, parece-me a pura verdade.

Sócrates - Tomemos como princípio que todos os poetas, a começar por Homero, são simples imitadores das aparências da virtude e dos outros assuntos de que tratam, mas que não atingem a verdade. São semelhantes nisso ao pintor de que falávamos há instantes, que desenhará uma aparência de sapateiro, sem nada entender de sapataria, para pessoas que, não percebendo mais do que ele, julgam as coisas segundo a aparência?

Glauco - Sim.

Sócrates - Diremos também que, o poeta aplica a cada arte cores adequadas, com as suas palavras e frases, de tal modo que, sem ser competente, senão para imitar, junto daqueles que, como ele, só veem as coisas segundo as palavras, passa por falar muito bem, quando fala, observando o ritmo, a métrica e a harmonia, quer de sapataria, quer de arte militar, quer de outra coisa qualquer, é tal o encanto, que esses ornamentos têm naturalmente e em si mesmos! Despojadas do seu colorido artístico e citadas pelo sentido que encerram, sabes bem, creio eu, que figura fazem as obras dos poetas, visto que também tu assististe a isso.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Não se parecem rostos das pessoas que não têm outra beleza, além do viço da juventude, quando esse viço passou?

Glauco - É exato.

Sócrates - Pois bem, leva isto em consideração: o criador de imagens, o imitador, não entende nada da realidade, só conhece a aparência.

Glauco - Certo.

Sócrates - Não deixemos o assunto ao meio, vejamo-lo mais a fundo.

Glauco - Fala.

Sócrates - Dizemos que o pintor, pintará rédeas e um freio.

Glauco - Sim.

Sócrates - Mas o correeiro e o ferreiro, é que os fabricarão.

Glauco - Certo.

Sócrates - É, por acaso, o pintor que sabe como devem ser feitos o freio e as rédeas? Ou será aquele que os fabrica, ferreiro ou correeiro? Não é antes aquele, que aprendeu a servir-se deles, o simples cavaleiro?

Glauco - Exato.

Sócrates - Não diremos que o mesmo se passa em relação a todas as coisas?

Glauco - Como assim?

Sócrates - Há três artes, que correspondem a cada objeto: as do uso, da fabricação e da imitação.

Glauco - Sim, há.

Sócrates - Mas qual será o objetivo da beleza, da perfeição de um móvel, de um animal, de uma ação, senão o uso, com vista ao qual, cada coisa é feita, quer pela natureza, quer pelo homem?

Glauco - Não será nenhum outro.

Sócrates - E sendo assim, é forçoso que aquele que utiliza uma coisa, seja o mais experimentado, e informe ao fabricante das qualidades e dos defeitos de sua obra, baseado no uso que fez dela. Por exemplo, o tocador de flauta informará ao fabricante acerca das flautas que poderão servir-lhe para tocar; dir-lhe-á como deve fazê-las e aquele obedecerá.

Glauco - Indubitavelmente.

Sócrates - Portanto, o que conhece vai se pronunciar sobre as flautas boas e más e o outro trabalhará confiando nele.

Glauco - Certamente.

Sócrates - Assim, em relação ao mesmo instrumento, o fabricante tem, acerca da sua perfeição ou imperfeição, uma confiança que será exata, porque está em ligação com aquele que sabe e é obrigado a ouvir as suas opiniões, mas é

quem utiliza quem tem a ciência.

Glauco - Perfeito.

Sócrates - Mas o imitador estará na posse do uso da ciência das coisas que representa, saberá se elas são belas e corretas ou não, ou terá delas uma opinião justa, porque será obrigado a conviver com o que sabe e a receber as suas instruções, quanto à maneira de representá-las?

Glauco - Nem uma coisa, nem outra.

Sócrates - O imitador não tem, portanto, nem ciência e nem opinião justa, no que diz respeito à beleza e aos defeitos das coisas que imita?

Glauco - Não, ao que me parece.

Sócrates - Será então, encantador o imitador em poesia, pela sua sapiência dos assuntos tratados!

Glauco - Nem tanto assim!

Sócrates - No entanto, não deixará de imitar, sem saber por que motivo uma coisa é boa ou má, mas deverá fazê-lo daquilo que parece belo à multidão e aos ignorantes.

Glauco - E o que mais poderia ser feito?

Sócrates - Aí estão, segundo me parece, dois pontos sobre os quais estamos de acordo: em primeiro lugar, o imitador não tem nenhum conhecimento válido do que imita e a imitação é, apenas, uma espécie de jogo infantil. Em segundo, os que se consagram à poesia trágica, quer componham em versos jâmbicos, quer em versos épicos, são imitadores em grau supremo.

Glauco - Com toda a certeza.

V. Sócrates - Mas, por Zeus! Essa imitação não está afastada no terceiro grau da verdade?

Glauco - Está.

Sócrates - Além disso, sobre que outro elemento o homem exerce o poder que tem?

Glauco - Ao que te referires?

Sócrates - Vês: mesma grandeza, olhada de perto ou de longe, não parece igual.

Glauco - Não.

Sócrates - E os mesmos objetos, parecem tortos ou inteiros consoante os olhamos na água ou fora dela, ou côncavos ou convexos devido à ilusão visual produzida pelas cores. É evidente que tudo isto lança a perturbação na nossa alma. Dirigindo-se a esta disposição da nossa natureza, a pintura sombreada não deixa de tentar nenhum processo de magia, como é também o caso do charlatão

e de muitas outras invenções deste gênero.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Ora, não se descobriram na medida, no cálculo e no peso, excelentes auxiliares contra tais ilusões, de modo que, o que prevalece em nós não é a aparência de grandeza ou pequenez, de quantidade ou peso, mas o parecer daquilo que contou, mediu, pesou?

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - E estas operações competem ao elemento racional da nossa alma, não é assim?

Glauco - Sim, efetivamente.

Sócrates - Mas não acontece diversas vezes, depois de ter medido e assinalado que tais objetos são, em relação a outros, maiores, menores ou iguais, receber ao mesmo tempo a impressão contrária a propósito dos mesmos objetos?

Glauco - Sim.

Sócrates - Pois bem. Não declaramos que era impossível que o mesmo elemento tivesse, sobre as mesmas coisas e ao mesmo tempo, duas opiniões contrárias?

Glauco - Sim, declaramos.

Sócrates - Por consequência, o que na alma, opina contrariamente à medida não forma, com o que opina conforme a medida, um único e mesmo elemento?

Glauco - Com efeito, não.

Sócrates - Mas, por certo que, o elemento que confia na medida e no cálculo é o melhor da alma.

Glauco - Sim.

Sócrates - Então, o que é contrário será um elemento inferior de nós mesmos.

Glauco - É como vejo.

Sócrates - Era a esta conclusão que queria conduzir-vos, quando dizia que a pintura, e costumeiramente toda espécie de imitação, realiza a sua obra longe da verdade, que se relaciona com um elemento de nós mesmos que, geralmente, encontra-se afastado da sabedoria e não se propõe, com essa ligação e amizade, nada de saudável nem de real.

Glauco - Exato.

Sócrates - Desse modo, a imitação só dará frutos medíocres, sendo que é uma coisa medíocre unida a um elemento medíocre.

Glauco - Assim me parece.

Sócrates - Mas, será assim apenas com a imitação que se dirige à vista ou

também com a que se dirige ao ouvido, e a que chamamos poesia?

Glauco - Com certeza, será assim também com a última.

Sócrates - Não vamos nos ater, no entanto, a esta semelhança da poesia com a pintura. Voltemo-nos para esse elemento do espírito com que está relacionada à imitação poética e vejamos se é desprezível ou precioso.

Glauco - É o que temos de fazer.

Sócrates - Elaboremos a pergunta da seguinte maneira: a imitação, segundo cremos, representa os indivíduos que agem voluntariamente ou à força, pensando segundo os casos, que agiram bem ou mal e entregando-se em todas estas conjunturas quer à dor, quer à alegria. Algo mais, além disso?

Glauco - Nada.

Sócrates - Em todas estas situações, o homem está de acordo consigo mesmo? Ou, do modo como estava em desacordo a respeito da vista, tendo ao mesmo tempo duas opiniões diferentes dos mesmos objetos, está igualmente, no que se refere à sua conduta, em contradição e em luta consigo mesmo? Mas algo me diz que não temos de concordar com este ponto. A bem da verdade, no que dissemos atrás, reconhecemos tudo isso e que a nossa alma está cheia de contradições desta natureza, que nela se manifestam ao mesmo tempo.

Glauco - E falamos com razão.

Sócrates - É verdade, tivemos razão. Mas julgo necessário analisar agora o que então omitimos.

Glauco - O que se dá?

Sócrates - Dizíamos nós que um homem de caráter moderado, a quem sucede uma desgraça, como a perda de um filho ou qualquer outro objeto de seu apreço, suporta essa perda mais facilmente do que qualquer outro.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Então, vejamos. Pensas que ele não ficará de modo nenhum aflito ou, sendo impossível tal indiferença, se mostrará moderado na sua dor?

Glauco - A segunda alternativa é a verdadeira, certamente.

Sócrates - E quando achas que ele lutará contra a dor e lhe resistirá? Quando estiver sendo observado pelos seus semelhantes, ou quando ficar só, à parte consigo mesmo?

Glauco - Procurará se dominar mais quando estiver sendo observado.

Sócrates - Porém, uma vez só, ousará - eu suponho - proferir muitas palavras que teria vergonha que fossem ouvidas e fará muitas coisas que não suportaria que o vissem fazer.

Glauco - É como penso.

VI. Sócrates - Então, o que o obriga a conter-se não é a razão e a lei, e o que leva a afligir-se não é o próprio sofrimento.

Glauco - É verdade.

Sócrates - Quando dois impulsos contrários se produzem ao mesmo tempo no indivíduo, com relação aos mesmos objetos, dizemos que há, necessariamente, nele dois elementos, não é assim?

Glauco - Como não?

Sócrates - E um desses elementos está disposto a obedecer à lei em tudo o que ela prescreve.

Glauco - Como?

Sócrates - A lei diz que não há nada mais belo do que manter a calma, tanto quanto possível, na infelicidade, e não se afligir, porque não se pode distinguir com clareza o bem do mal que ela comporta; não se ganha nada em indignar-se, nenhuma das coisas humanas merece ser tomada muito a sério, e numa ocasião dessas, agindo com destempero, seria impossível ver o que estaria vindo em nosso socorro, porque nosso desgosto nos impediria.

Glauco - Do que falas?

Sócrates - Reflito sobre o que nos aconteceu. Como num lançamento de dados, devemos, de acordo com o lote que nos toca, restabelecer os nossos assuntos pelos meios que a razão nos prescreve como sendo os melhores e indo de encontro a qualquer coisa, não agir como as crianças, que agarrando-se à parte magoada, perdem o tempo a gritar. Mas pelo contrário, lutar por habituar a nossa alma a ir o mais depressa possível tratar o ferimento, erguer o que está por terra e fazer calar os lamentos mediante a aplicação do remédio.

Glauco - Temos aí, com certeza, o melhor a fazer nos acidentes que nos ocorrem.

Sócrates - Bem, segundo dizemos, é o melhor elemento de nós mesmos que quer seguir a razão.

Glauco - Evidentemente.

Sócrates - E o elemento que nos leva a recordar a infelicidade e os lamentos, de que não pode saciar-se, não diremos que é irracional, ocioso e, sobretudo, amigo da covardia?

Glauco - Diremos, com razão.

Sócrates - O caráter irascível presta-se a imitações numerosas e variadas, ao passo que o caráter prudente e tranquilo, sempre igual a si mesmo, não é fácil de imitar, nem fácil de compreender, uma vez expresso, sobretudo numa assembleia, em festas e pelos homens de todo tipo que se encontram reunidos

nos teatros. Estariam assim imitando sentimentos que lhes são estranhos.

Glauco - Correto.

Sócrates - Então é claro que o poeta imitador não se inclina, por natureza, para tal caráter da alma, e o seu talento não se importa em agradar-lhe, visto que pretende salientar-se no meio da multidão. Ao contrário, inclina-se para o caráter irritável e instável, porque este é fácil de imitar.

Glauco - É óbvio.

Sócrates - Podemos, com razão, censurá-lo e considerá-lo o par do pintor. Assemelha-se a ele por só produzir obras sem valor, do ponto de vista da verdade, e assemelha-se também por estar relacionado com o elemento inferior da alma, e não com o melhor dela. Estamos, então, bem fundamentados para não o recebermos, num Estado, que deve ser regido por leis sábias, visto que esse indivíduo desperta, alimenta e fortalece o elemento mau da alma e assim arruína o elemento racional, como ocorre num Estado que se entrega aos maus, deixando-os se tornar fortes e destruindo os homens mais nobres. Diremos o mesmo do poeta imitador que introduz um mau governo na alma de cada indivíduo, lisonjeando o que nela há de irracional, o que é incapaz de distinguir o maior do menor, que pelo contrário, considera os mesmos objetos ora grandes, ora pequenos, que só produz fantasias e se encontra a uma distância enorme da verdade.

Glauco - Certamente.

VII. Sócrates - E vê que ainda, não acusamos a poesia do mais grave dos seus malefícios. O que mais devemos recear nela é, sem dúvida, a capacidade que tem de corromper, mesmo as pessoas mais honestas, com exceção de um pequeno número.

Glauco - Com certeza.

Sócrates - Ouve e considera o caso dos melhores de nós. Quando vemos Homero ou qualquer outro poeta trágico, imitar um herói na dor, que no meio dos seus lamentos, estende-se numa longa tirada ou canta ou bate no peito, sentimos, como sabes, prazer. Acompanhamos tudo isso com a nossa simpatia e no nosso entusiasmo, louvamos como um bom poeta aquele que, no mais alto grau possível, provocou em nós tais disposições.

Glauco - Certo, como poderia eu ignorá-lo?

Sócrates - Mas, quando uma desgraça doméstica nos fere, já percebeste que fazemos força por manter a atitude contrária, por ficarmos calmos e mostrar coragem, porque isso é próprio de um homem e o comportamento que há instantes aplaudíamos só fica bem às mulheres?

Glauco - Sim, notei.

Sócrates - Então, é belo elogiar um homem com o qual não gostaríamos de nos parecer, que por sua atitude nos faria corar, e em vez de sentir repugnância, comprazermo-nos com esse espetáculo e louvamo-lo?

Glauco - Não, por Zeus! Isso não me parece correto.

Sócrates - Sem dúvida, sobretudo, se analisares o caso deste outro ponto de vista.

Glauco - Qual?

Sócrates - Se considerares que, esse elemento da alma que, nos nossos maiores infortúnios reprimimos, tem sede de lágrimas e gostaria de se saciar de lamentações, coisas que é de sua natureza desejar, é aquele mesmo que os poetas se esforçam por satisfazer e contentar. E que, de outra feita, o elemento melhor de nós mesmos, não estando suficientemente formado pela razão e pelo hábito, desiste do seu papel de soldado, em face desse elemento propenso às lamentações, com o pretexto de que é simples espectador das desgraças dos outros; que para ele não há vergonha, se outro que se diz homem de bem, verte lágrimas vãs, em louvá-lo e lamentá-lo; que considera o seu prazer algo de que não suportaria privar-se, desprezando toda a obra. É bem verdade que é dado a poucas pessoas, ponderar que o que se sentiu a propósito das desgraças do outro se sente a propósito das suas; por isso, depois de termos alimentado a nossa sensibilidade com essas desgraças, não é fácil contê-la nas nossas próprias?

Glauco - Nada há mais verdadeiro que isso.

Sócrates - O mesmo argumento não se aplica ao riso, segundo penso. Embora, tendo vergonha de fazer rir, sentes um vivo prazer na representação de uma comédia ou, na vida particular, numa conversa burlesca, detestas essas coisas por serem vulgares, comportando-se do mesmo modo que nas emoções patéticas. E que, essa vontade de fazer rir que reprimias pela razão, receando ganhar a reputação de desabusado, tu irá libertá-la, e se lhe deres força, sucede-te muitas vezes que, entre os teus familiares, te abandones ao ponto de te tornares ator cômico.

Glauco - Tens razão.

Sócrates - E, no que diz respeito ao amor, à cólera e a todas as outras paixões da alma, que acompanham cada uma das nossas ações, a imitação poética não provoca em nós semelhantes efeitos? Fortalece-as, regando-as, quando o certo seria secá-las. Faz com que reinem sobre nós, quando deveríamos reinar sobre elas, para nos tornarmos melhores e mais felizes, em vez de sermos mais viciosos e miseráveis.

Glauco - Estás certo, mais uma vez.

Sócrates - Então, Glauco, quando encontrares panegiristas de Homero, dizendo que este poeta educou-se na Grécia e que, para administrar os negócios humanos ou ensinar a sua prática, deve-se basear nele, estudá-lo e viver regulando de acordo com ele toda a existência; deves saudá-los e acolhê-los com respeito, como se fossem homens tão virtuosos quanto possível, e conceder-lhes que Homero é o príncipe da poesia e o primeiro dos poetas trágicos, mas saber também que em matéria de poesia não se devem admitir na cidade, senão, os hinos em honra dos deuses e os elogios das pessoas de bem. Se, pelo contrário, admitires a Musa voluptuosa, o prazer e a dor serão os reis da tua cidade, em vez da lei e desse princípio que, de comum acordo, sempre foi considerado o melhor: a razão.

Glauco - Exatamente.

VIII. Sócrates - Tínhamos isto a ser dito, visto que voltamos a falar da poesia, para nos justificar de termos banido do nosso Estado uma arte desta natureza: a razão obrigava-nos a isso. E digamos-lhe também, para que ela não nos acuse de dureza e rudeza, que é antiga a dissidência entre a filosofia e a poesia. Testemunham-no os seguintes aspectos: “a cadela arisca que ladra para o dono”, “o homem que passa por grande nas palavras vãs dos loucos”, “o magote das cabeças magistrais”, “as pessoas que se atormentam a subtrair porque estão na miséria” e mil outros que marcam a sua velha oposição. Declaremos, porém, que se a poesia imitativa puder provar-nos com boas razões que tem o seu lugar numa cidade bem policiada, vamos recebê-la com alegria, porquanto, temos consciência do encanto que ela exerce sobre nós, mas seria ímpio trair o que se considera a verdade. Aliás, meu amigo, tu não te sentes seduzido também, ainda mais quando a vês através de Homero?

Glauco - Muito.

Sócrates - Portanto, é justo que possas entrar, depois de se ter justificado, quer numa ode, quer em versos de qualquer outra medida.

Glauco - Sem dúvida.

Sócrates - Permitiremos até que, os seus defensores que não são poetas, mas que amam a poesia, falem por ela em prosa, e nos demonstrem que não é apenas agradável, mas também útil, ao governo dos Estados e à vida humana. E iremos ouvi-los com boa vontade, visto que será proveitoso para nós se ela se revelar tão útil como agradável.

Glauco - Por certo que teremos a lucrar.

Sócrates - Porém, meu caro amigo, se ela não se apresentar assim, faremos

como aqueles que se amaram, mas que, tendo reconhecido que o seu amor não era proveitoso, se desligam, contrariados; é cedo, mas se desligam. Também nós, por um efeito do amor que a educação das nossas belas repúblicas fez nascer em nós por essa poesia, estaremos dispostos a ver manifestar-se a sua excelência e altíssima verdade. No entanto, enquanto não for capaz de justificar-se, escutá-la-emos repetindo, como um encantamento que nos previna contra ela, as razões que acabamos de enumerar, com receio de cair nesse amor de infância que é ainda, o da maioria dos homens. Repetiremos, então, que não se deve tomar a sério tal poesia, como se, sendo ela própria séria, chegasse à verdade, mas que ao contrário, é preciso ao escutá-la, tomar cautela, receando pelo governo da alma, e enfim, ter como lei tudo o que dissemos acerca da poesia.

Glauco - Estou inteiramente de acordo contigo.

Sócrates - Com efeito, é um grande combate, amigo Glauco, sim, maior do que se pensa aquele sobre nos tornarmos bons ou maus; por isso, nem a glória, nem as riquezas, nem a dignidade, nem mesmo a poesia, merecem que nos deixemos resvalar para o desprezo da justiça e das outras virtudes.

Glauco - Estou de pleno acordo e julgo que não há ninguém que deixe de concordar também.

IX. Sócrates - Mas ainda não falamos das recompensas maiores e dos prêmios reservados à virtude.

Glauco - Devem ser extraordinariamente grandes se são maiores ainda do que os que enumeramos!

Sócrates - Mas o que, sendo tão grande, poderia ter lugar num curto espaço de tempo, visto que todo esse tempo que separa a infância da velhice é bem curto, em comparação com a eternidade?

Glauco - Não é nada.

Sócrates - Ora! Achas que um ser imortal deva inquietar-se com um período tão curto como esse e não com a eternidade?

Glauco - Claro que não. Mas aonde queres chegar com esse teu discurso?

Sócrates - Não observaste que a nossa alma é imortal?

Glauco - Por Zeus, não! E tu poderás prová-lo?

Sócrates - Sim, com certeza. Mas creio até que tu poderias fazê-lo, pois não é difícil.

Glauco - Para mim é, mas gostaria de te ouvir demonstrar essa coisa fácil.

Sócrates - Ouve então.

Glauco - Fala.

Sócrates - Reconheces que há um bem e um mal?

Glauco - Sim.

Sócrates - Mas os concebe como eu?

Glauco - Como?

Sócrates - O que destrói e corrompe as coisas é o mal; o que as conserva e desenvolve é o bem.

Glauco - De acordo.

Sócrates - Pois bem. Quando um desses males se prende a uma determinada coisa, não faz com que se deteriore e não acaba por dissolvê-la e destruí-la totalmente?

Glauco - Sim.

Sócrates - Então, são o mal e o vício, próprios por natureza, de cada coisa que a destroem, e se esse mal não a destrói, logo, nada mais poderia fazê-lo. Na verdade, o bem nunca destruirá o que quer que seja, assim como o que não é nem um bem, nem um mal.

Glauco - Na verdade, como seria isso possível?

Sócrates - Se encontrarmos na natureza um ser que o seu mal torna vicioso, sem no entanto, poder destruí-lo e perdê-lo; nós saberemos de antemão que para um ser assim constituído, não há destruição possível?

Glauco - Sim, ao que parece.

Sócrates - Mas como? Não há nada que torne a alma má?

Glauco - Sim, há todos os vícios que enumeramos: a injustiça, a intemperança, a covardia, a ignorância.

Sócrates - Será então que um desses vícios a dissolve e a corrompe? Sendo assim, não nos enganamos ao julgar que o homem injusto e insensato, apanhado em flagrante delito de crime, é perdido pela injustiça, sendo esta o mal da alma. Encara antes o assunto desta maneira: a doença, que é o vício do corpo, mina-o, o destrói e o reduz a já não ser corpo; e todas as coisas de que falávamos há instantes, devido ao seu próprio vício, que se instala nelas e as destrói, acabam no aniquilamento, não é assim?

Glauco - É.

Sócrates - Considera, então, a alma da mesma maneira: é verdade que a injustiça ou qualquer outro vício, ao instalar-se nela, corrompe-a e a faz mirrar até levá-la à morte e separá-la do corpo?

Glauco - De modo nenhum.

Sócrates - Por outro lado, seria absurdo imaginar que um mal estranho, pudesse destruir uma coisa, e o seu próprio, não.

Glauco - Sim, um completo absurdo.

Sócrates - Percebes então, Glauco, que a má qualidade dos alimentos, que é o seu vício próprio, por falta de frescor, por podridão, por qualquer outra deterioração não é, segundo nos parece, o que deve destruir o corpo. Se a má qualidade dos alimentos provocar no corpo o mal que lhe é próprio, diremos que no momento da alimentação o corpo padeceu por causa da doença, que é propriamente o seu mal. Porém nunca acreditaremos que tenha sido destruído pelo vício dos alimentos; que é uma coisa, ao passo que ele é outra, ou seja, por um mal estranho que não teria originado o mal ligado à sua natureza.

Glauco - Muito bem.

X. Sócrates - Por conseguinte, se a doença do corpo não provoca na alma a doença da alma, não devemos crer que a alma seja destruída por um mal estranho, sem a intervenção do mal que lhe é próprio, como se uma coisa pudesse ser destruída pelo mal de outra.

Glauco - O teu raciocínio está certo.

Sócrates - Desse modo, creiamos que estas provas são falsas, ou então, enquanto não forem refutadas, evitemos dizer que a febre, ou qualquer outra doença, ou o assassinato, mesmo que o corpo fosse cortado em pedacinhos, podem contribuir para a ruína da alma, a não ser que nos demonstrem que o efeito destes acidentes do corpo é tornar a alma mais injusta e ímpia. Mas, quando um mal estranho surge numa coisa, sem que a ele se junte o mal particular, não deixemos que se diga que essa coisa pode morrer disso.

Glauco - É bem verdade que ninguém conseguirá provar, que as almas dos moribundos se tomam mais injustas por causa da morte.

Sócrates - Mas se alguém ousasse fazer face, ao nosso raciocínio e afirmar, para não ser forçado a reconhecer a imortalidade da alma, que o moribundo se torna pior e mais ímpio, concluiríamos que, se diz a verdade. A injustiça é, como a doença, fatal para o homem que a tem dentro de si, e que é deste mal, mortífero por natureza, que perecem aqueles que o recebem: os mais injustos, mais cedo; os menos injustos, mais tarde; ao passo que a causa real da morte dos maus é o castigo que lhes é infligido pela sua injustiça.

Glauco - Por Zeus! A injustiça não pareceria tão terrível, se fosse mortal para o que a recebe dentro de si, visto que seria uma libertação do mal. Penso mesmo que, ao contrário, descobrir-se-á que ela mata os outros, tanto quanto está em seu poder, ao mesmo tempo, que dá vitalidade e vigilância ao indivíduo que a tem. Assim, está longe de ser uma causa de morte.

Sócrates - Estás certo. Se a perversidade própria da alma, se o seu próprio mal, não a pode matar, nem destruir, um mal destinado à destruição de uma coisa

diferente, levará muito tempo a destruir a alma ou qualquer outro objeto que não seja aquele a que está ligado.

Glauco - Sim, assim creio.

Sócrates - Então, quando não existir apenas um único mal, próprio ou estranho, que possa destruir uma coisa, é evidente que essa coisa deve existir sempre. Assim, se existe sempre, é imortal.

Glauco - Certamente.

XI. Sócrates - Consideremos isto verdade. Porém, se assim é, podes conceber que são sempre as mesmas almas que existem, já que o seu número não pode diminuir, visto que, nenhuma morre, nem aumenta. Desse modo, se o número de seres imortais aumentasse, sabes que aumentaria com o que é mortal e, nesse caso, tudo seria imortal.

Glauco - É assim.

Sócrates - Mas não acreditaremos nisso, pois iria contra a razão, nem também que, na sua essência, a alma esteja cheia de diversidade, de dessemelhança e de diferença consigo mesma.

Glauco - Como?

Sócrates - Não deve ser eterno, como vimos ocorrer para a alma, um composto de várias partes, se essas partes não formarem um conjunto perfeito.

Glauco - Não me parece mesmo possível.

Sócrates - Este argumento que acabo de apresentar e outros, obrigam-nos a concluir que a alma é imortal. Para conhecer bem a sua natureza, outrossim, não devemos observá-la, como viemos fazendo, no estado de degradação em que a põem a sua união com o corpo e outras misérias. É preciso contemplá-la com atenção, com os olhos do espírito, tal como é, quando é pura. Então, logo a veremos, infinitamente, mais bela e distinguiremos com mais clareza a justiça e a injustiça e todas as coisas de que acabamos de falar. O que dissemos da alma é verdadeiro em relação ao seu estado presente. Por isso, vimo-la no estado em que poderíamos ver Glauco, o Marinheiro: teríamos muita dificuldade em reconhecer a sua natureza primitiva, porque as antigas partes do seu corpo foram umas partidas, outras gastas e totalmente desfiguradas pelas águas, e formaram-se partes novas, compostas de conchas, algas e seixos. Também vemos assim a alma, desfigurada por mil males. Mas eis, Glauco, o que se deve ver nela.

Glauco - O quê?

Sócrates - O seu amor pela verdade. Temos de considerar que objetos ela atinge, que companhias ela procura, devido ao seu parentesco com o divino, o imortal e o eterno. O que viria a ser se se entregasse por completo a essa procura,

se levada por um nobre impulso, se erguesse do mar em que agora se encontra e sacudisse as pedras e as conchas que a cobrem, porque se alimenta de terra, crosta espessa e rude de areia e rocha que se desenvolveu à sua superfície nos festins, ditos bem-aventurados. Aí, então, seria possível ver a sua verdadeira natureza, se é multiforme ou uniforme e como é constituída. Quanto ao presente, julgo que descrevemos, perfeitamente, as afecções que experimenta e as formas que toma no decurso da sua existência.

Glauco - Com certeza.

XII. Sócrates - Mas que! Não refutamos da discussão todas as considerações estranhas, evitando louvar a justiça por causa das recompensas ou da reputação que proporciona como fizeram Hesíodo e Homero? Não descobrimos que a justiça é o bem supremo da alma considerada em si mesma e que esta deve realizar o que é justo, quer possua ou não o anel de Giges e, para além desse anel, o elmo do Hades?

Glauco - É a mais pura verdade.

Sócrates - Então, Glauco, podemos, sem que nos censurem, restituir à justiça e às outras virtudes, independentemente das vantagens que lhes são próprias, as recompensas de toda espécie que a alma delas retira, da parte dos homens e dos deuses, durante a vida e depois da morte?

Glauco - Certamente.

Sócrates - Então me devolverás o que te emprestei durante a discussão?

Glauco - O que é?

Sócrates - Concedi que o justo pudesse passar-se por mau e o mau por justo. A bem da verdade, tu pedistes que, embora fosse impossível enganar os deuses e os homens, te concedesse isso, para que a justiça pura fosse julgada em relação à injustiça pura. Não te lembras?

Glauco - Não agiria bem se não me lembrasse.

Sócrates - Assim, visto que foram julgadas, volto a pedir, em nome da justiça, que a reputação que ela possui junto dos deuses e dos homens lhe seja reconhecida por nós, com o fito de que ganhe também os prêmios que recebe por essa reputação e que distribui àqueles que a têm. Com efeito, demonstramos que ela dispensa os bens que provêm da realidade e não engana os que a recebem realmente na alma.

Glauco - O que pedes é justo.

Sócrates - Portanto, em primeiro lugar, restitui a mim este ponto: que, pelo menos, os deuses não se enganem a respeito do que são o justo e o injusto.

Glauco - Pois bem, restituo.

Sócrates - E, se os deuses não se enganam, têm amor pelo primeiro, e pelo segundo, ódio, como concordamos no princípio.

Glauco - Exato.

Sócrates - Mas não havemos de reconhecer que tudo o que vem dos deuses será, para aquele que eles amam, tão bom quanto possível, a não ser que tenha atraído sobre si, por uma fatia anterior, algum mal inevitável?

Glauco - Sim, certamente.

Sócrates - Temos de admitir, então, que quando um homem justo está exposto à pobreza, à doença ou a qualquer outro destes pretensos males, isso acabará por ser-lhe proveitoso, durante a vida ou depois da morte, pois os deuses não podem desprezar alguém que se esforça por ser justo e por tornar-se, tanto quanto é possível ao homem, pela prática da virtude, semelhante a ela.

Glauco - É natural que tal homem não seja desprezado pelo seu semelhante.

Sócrates - E em relação ao injusto, não se deve pensar o contrário?

Glauco - Sem dúvida alguma.

Sócrates - São estes, com efeito, os prêmios que por parte dos deuses, pertencem ao justo.

Glauco - Assim o penso.

Sócrates - E por parte dos homens? Não é assim que as Coisas acontecem, na verdade? Os patifes astutos, não fazem como esses atletas que correm bem até o limite do estádio, mas não faz o mesmo na volta? Começam por lançar-se com rapidez, mas ao final as pessoas riem deles, quando os veem, de orelha caída, retirar-se precipitadamente sem serem coroados. Ao contrário, os verdadeiros corredores chegam ao fim, ganham o prêmio e recebem a coroa. Ora, não costuma se passar o mesmo em relação aos justos? No termo de qualquer empreendimento, do trato que têm com os outros e da sua vida, não adquirem prestígio e não ganham os prêmios que os homens dão?

Glauco - Certamente!

Sócrates - Permitirás, portanto, que eu aplique aos justos o que tu disseste dos maus. Pretendo que os justos, tendo chegado à idade madura, obtenham na sua cidade as magistraturas que queiram obter, que escolham a sua mulher onde quiserem e deem os seus filhos em casamento a quem melhor lhes aprouver. E tudo aquilo que disseste desses, digo-o agora destes. E direi também sobre os maus que a maioria deles, mesmo ao esconder o que são durante a juventude, se deixa apanhar no fim da sua carreira e se tomam motivo de troça. Quando chegam à velhice, são insultados na sua miséria pelos estrangeiros e pelos cidadãos, são chicoteados e sujeitados a esses castigos que com razão

qualificavas de atroz. Depois, são torturados, queimados com fenos em brasa. Vês tu, se estou a enumerar todos os suplícios que suportam e vês, se me podes permitir que falasse assim.

Glauco - Certamente, pois que tens razão.

XIII. Sócrates - São estes os prêmios, as recompensas e os presentes que o justo recebe dos deuses e dos homens durante a vida, para além dos bens que lhe proporciona a própria justiça.

Glauco - São belas e sólidas recompensas - bem o vejo.

Sócrates - Porém não são nada, nem pelo número, nem pela grandeza, em comparação com o que aguarda, depois da morte, o justo e o injusto. É isto que se deve entender, a fim de que um e outro recebam, até o fim, o que lhes é devido pela argumentação.

Glauco - Dizes, pois há bem poucas coisas que eu escute com mais deleite.

Sócrates - Não é a história de Alcino que te vou contar, mas a de um homem valoroso: Er, filho de Armênio, originário de Panfília. Ele morrera numa batalha; dez dias depois, quando recolhiam os cadáveres já putrefatos, o seu foi encontrado intacto. Levaram-no para casa, a fim de o enterrarem, mas ao décimo segundo dia, quando estava estendido na pira, ressuscitou. Assim que recuperou os sentidos, contou o que tinha visto no além.

XIV. Quando, disse ele, a sua alma deixara o corpo, pusera-se a caminhar com muitas outras, e juntos chegaram a um lugar divino onde se viam na terra duas aberturas situadas lado a lado e no céu, ao alto, duas outras que lhes faziam fronteiras. No meio estavam sentados juízes, que tendo dado a sua sentença, ordenavam aos justos que se dirigissem à direita na estrada que subia até o céu, depois de terem posto à sua frente um letreiro contendo o seu julgamento; e aos maus que se dirigissem à esquerda na estrada descendente, levando eles também, mas atrás, um letreiro em que estavam indicadas todas as suas ações. Como ele se aproximasse, por seu turno, os juízes disseram-lhe que devia ser para os homens o mensageiro do além e recomendaram-lhe que ouvisse e observasse tudo o que se passava naquele lugar. Viu as almas que se iam, uma vez julgadas, pelas duas aberturas correspondentes do céu e da terra; pelas duas outras entravam almas que, de um lado, subiam das profundezas da terra, cobertas de sujeira e pó. Do outro, desciam puras do céu, e todas essas ai que chegavam sem cessar, pareciam ter feito uma longa viagem. Chegavam à planície com alegria e acampavam aí como num dia de festa. As que se conheciam desejavam-se as boas-vindas, e as que vinham do seio da terra informavam-se do que se passava no céu. As demais, que vinham do céu, informavam do que se passava debaixo

da terra. As primeiras contavam as suas aventuras gemendo e chorando, à lembrança dos inúmeros males e de tudo que tinham sofrido ou visto sofrer, durante a sua estada subterrânea, que tem mil anos de duração, ao passo que as outras, que vinham do céu, falavam de prazeres deliciosos e de visões de extraordinário esplendor. Diziam muitas coisas, Glauco, que exigiriam muito tempo para ser relatadas. Mas aqui está o resumo. Por determinado número de injustiças que tinha cometido em detrimento de uma pessoa e por determinado número de pessoas em detrimento das quais tinha cometido a injustiça, cada alma recebia, para cada falta, dez vezes a sua punição e cada punição duravam cem anos, ou seja, a duração da vida humana, a fim de que a expiação fosse o décuplo do crime. Por exemplo, os que tinham causado a morte de muitas pessoas, seja traindo cidades ou exércitos, seja reduzindo homens à escravidão, seja se prestando a cometer qualquer outro tipo de maldade, eram atormentados dez vezes mais por cada um desses crimes. Os que, em vez disso, tinham praticado o bem à sua volta, tinham sido justos e piedosos, recebiam, na mesma proporção, a recompensa merecida. A respeito dos que foram mortos ainda na infância ou que viveram apenas alguns dias, Er dava outros pormenores que não merece referir. Para a impiedade e a piedade em relação aos deuses e aos pais e para o homicídio, havia, segundo ele, castigos e recompensas ainda maiores. Ele dizia ter estado presente quando uma alma perguntou a outra onde estava Ardieu, o Grande. Este Ardieu fora tirano de uma cidade de Panfilia mil anos antes dessa época. Havia matado o seu velho pai, o irmão primogénito e cometido, diziam-se, muitos outros sacrilégios. Bem, a alma interrogada respondeu: “Não veio e não virá nunca a este lugar. Porque, entre outros espetáculos horríveis, vimos este: quando estávamos perto da abertura e prestes a subir, depois de termos sofrido as nossas penas, vimos de súbito esse tal Ardieu com outros, a maior parte, tiranos como ele, mas havia também particulares que se tinham tornado culpados de grandes crimes. Estes julgavam poder subir, mas a abertura recusou-lhes a passagem e mugia sempre que tentava sair um desses homens que se tinham consagrado inteiramente ao mal ou que não tinham expiado o suficiente. Então, dizia ele, seres selvagens, com os corpos em chamas, que estavam ali perto, ouvindo o mugido, agarraram alguns e levaram. Quanto a Ardieu e aos outros, depois de lhes terem manietado e amarrado os pés e a cabeça, derrubaram-nos, esfolaram-nos, depois os arrastaram para fora do caminho e fizeram-nos dobrar sobre arbustos espinhosos, declarando a todos os que passavam o motivo pelo qual os tratavam assim e que iria precipitá-los no Tártaro”. Nesse lugar, acrescentava, tinham sentido terrores de toda espécie, mas

este se sobrepunha a todos: cada um temia que o mugido se fizesse ouvir no momento em que deveria subir e foi para eles uma viva alegria poderem subir sem que ele rompesse o silêncio. Tais eram, mais ou menos, as penas e os castigos, assim como as recompensas correspondentes. Cada grupo passava sete dias na planície. Ao oitavo, devia levantar o acampamento e pôr-se a caminho para chegar, quatro dias mais tarde, a um lugar de onde se via uma luz direita como uma coluna estendendo-se desde o alto, através de todo o céu e de toda a terra, muito semelhante ao arco-íris, mas ainda mais brilhante e mais pura. Chegaram lá após um dia de marcha; e aí, no meio da luz, viram as extremidades dos vínculos do céu, porque essa luz é o laço do céu: como as armaduras que cingem os flancos das trirremes, mantêm o conjunto de tudo o que ele arrasta na sua revolução. A essas extremidades está suspenso o fuso da necessidade, que faz girar todas as esferas; a haste e a agulha são de aço e a roca, uma mistura de aço e outras matérias. É a seguinte a natureza da roca: quanto à forma, assemelha-se às deste mundo, mas segundo o que dizia Er, deve-se representá-la como uma grande roca oca por dentro, à qual se ajusta outra roca semelhante, mas menor, do modo como se ajustam umas caixas às outras, e igualmente, uma terceira, uma quarta e mais quatro. Com efeito, há ao todo oito rocas inseridas umas nas outras, deixando ver no alto os seus bordos circulares e formando a superfície contínua de uma única roca em torno da haste, que passa pelo meio da oitava. O bordo circular da primeira roca, a que fica no exterior, é a mais larga, depois seguem esta ordem: na segunda posição o da sexta; na terceira posição o da quarta; na quarta posição o da oitava; na quinta, o da sétima; na sexta roca, o da quinta; na sétima, o da terceira e na oitava, o da segunda. O primeiro círculo, o maior de todos, é o mais cintilante; o sétimo brilha com o mais vivo esplendor; o oitavo tinge-se da luz que vem do sétimo; o segundo e o quinto, que têm mais ou menos a mesma tonalidade, são mais amarelos que os anteriores; o terceiro é o mais branco de todos; o quarto é avermelhado; e o sexto é o segundo mais alvo. Todo o fuso gira com um mesmo movimento circular, mas, no conjunto arrastado por este movimento, os sete círculos interiores realizam lentas revoluções de sentido contrário ao do todo. Destes círculos, o oitavo é o mais rápido, depois se segue o sétimo, o sexto, e o quinto, que ocupam a mesma posição em velocidade; nesta mesma ordem, o quarto ocupava a terceira posição nesta rotação inversa; o terceiro, a quarta posição, e o segundo, a quinta. O próprio fuso, gira sobre os joelhos da necessidade. No alto de cada círculo está uma Sereia, que gira com ele fazendo ouvir um único som, uma única nota; e estas oito notas compõem em conjunto uma única harmonia. Três outras

mulheres, sentadas ao redor a intervalos iguais, cada uma num trono, as filhas da Necessidade, ou seja, as Moiras, vestidas de branco, com a cabeça coroada de grinaldas. Elas cantam acompanhando a harmonia das Sereias, e são três: Láquesis canta o passado; Cloto, o presente; e Atropo, o futuro. E Cloto toca de vez em quando com a mão direita no círculo exterior do fuso, para fazê-lo girar, enquanto Atropo, com a mão esquerda, faz girar os círculos interiores. Quanto a Láquesis, toca alternadamente no primeiro e nos outros, com uma e outra mão. Assim, quando chegaram, tiveram de se apresentar imediatamente a Láquesis. Antes disso, um hierofante os pôs por ordem; depois, tirando dos joelhos de Láquesis destinos e modelos de vida, subiu a um estrado elevado e falou assim:

XV. “Declaração da virgem Láquesis, filha da Necessidade. Almas efêmeras, vós ides começar uma nova carreira e renascer para a condição mortal. Não é um gênio que vos escolherá, vós mesmos escolhereis o vosso gênio. Que o primeiro designado pela sorte seja o primeiro a escolher a vida a que ficará ligado pela necessidade. A virtude não tem senhor: cada um de vós, consoante, a venera ou a desdenha, terá mais ou menos. A responsabilidade é daquele que escolhe. Deus não é responsável”. A estas palavras, lançou os destinos e cada um apanhou o que caíra perto dele, exceto Er, porque não lhe foi permitido. Cada um ficou então sabendo qual a posição que lhe tinha cabido por sorte. Depois, o hierofante estendeu diante deles modelos de vida em número muito superior ao das almas presentes. Havia de toda espécie: todas as vidas dos animais e todas as vidas humanas; viam-se tiranias, umas que duravam até a morte, outras, interrompidas a meio caminho, que acabavam na pobreza, no exílio e na mendicância. Havia também vidas de homens famosos, quer pelo seu aspecto físico, beleza, força ou aptidão para a luta, quer pela sua nobreza e grandes qualidades dos seus antepassados. Havia também as obscuras em todos os aspectos, e o mesmo acontecia para as mulheres. Mas essas vidas não implicavam nenhum caráter determinado da alma, porque esta devia por lei mudar consoante a escolha feita. Todos os outros elementos da existência estavam misturados com a riqueza, a pobreza, a doença e a saúde, e também os meios termos entre eles. Parece que é aqui, Glauco, que reside para o homem o maior perigo. Aqui está a razão por que cada um de nós, pondo de lado qualquer outro estudo, deve, sobretudo, reocupar-se em procurar e cultivar este, ver se está em condições de conhecer e descobrir o homem que lhe dará a capacidade e a ciência de distinguir as boas e as más condições e, na medida do possível, escolher sempre as melhores. Tendo em mente qual é o efeito dos elementos de que acabamos de falar, tomados juntos e depois em separado, sobre a virtude de

uma vida, conhecerá o bem e o mal que proporciona certa beleza, unida à pobreza ou à riqueza e acompanhada desta ou daquela disposição da alma; quais são as consequências de um nascimento ilustre ou obscuro, de uma condição privada ou pública, da força ou da fraqueza, da facilidade ou da dificuldade em aprender e de todas as qualidades semelhantes da alma, naturais ou adquiridas, quando se misturam umas com as outras, para que, confrontando todas estas considerações e não perdendo de vista a natureza da alma, possa escolher entre uma vida má e uma vida boa, chamando má à que possa tornar a alma mais injusta e boa à que a torne mais justa, sem atender ao resto. Na verdade, vimos que, durante esta vida e depois da morte, é a melhor escolha que se pode fazer. E é preciso defender esta opinião com absoluta inflexibilidade ao descer ao Hades, para que também lá, não se deixe deslumbrar pelas riquezas e pelos miseráveis objetos desta natureza; não se exponha, lançando-se sobre tiranias ou condições afins, causando assim, males sem número e sem remédio e sofrendo, por conseguinte, outros ainda maiores; para saber, pelo contrário, escolher sempre uma condição intermediária e evitar os excessos nos dois sentidos, nesta vida, tanto quanto possível e em toda a vida futura, porque é a isto que se liga a maior felicidade humana.

XVI. - Pois bem, segundo o relato do mensageiro do além, o Merofante dissera, ao lançar os destinos: “Mesmo para o último a chegar, se fizer uma escolha sensata e perseverar com ardor na existência escolhida, há uma condição agradável, e não má. Que o primeiro a escolher não se mostre negligente e que o último não perca a coragem”. Quando acabou de pronunciar estas palavras, disse Er, aquele a quem coubera o primeiro destino escolheu de imediato a maior tirania e, arrebatado pela loucura e avidez, apossou-se dela sem prestar a devida atenção ao que fazia; e não viu que o destino implicava que o seu possuidor comeria os próprios filhos e cometeria outros horrores; mas, depois de cair em si, bateu no peito e deplorou a sua escolha, esquecendo os avisos do hierofante, pois que, em vez de acusar a si mesmo por seus males, voltava-se contra a sorte, os demônios e tudo o mais. Era um dos que vinham do céu: tinha passado a vida anterior numa cidade bem policiada e aprendido a virtude por hábito e sem filosofia. E pode-se afirmar que, entre as almas assim pegas, as que vinham do céu não eram as menos numerosas, porque não tinham sido postas à prova pelos sofrimentos; pelo contrário, a maior parte das que chegavam da terra, havendo sofrido e visto sofrer as outras, não se precipitavam na escolha. Daí que, como dos acasos do sorteio, a maior parte das almas trocasse um bom destino por um mau e vice-versa. E assim, se sempre que um homem nascesse para a vida

terrestre se dedicasse salutarmente à filosofia e o destino não o convocasse a escolher entre os últimos, parece, segundo o que se conta do além, que não só seria feliz neste mundo, mas que a sua passagem deste mundo para o outro e o regresso se fariam não pelo rude caminho subterrâneo, mas pela via unida do céu. O espetáculo das almas que escolhem a sua condição, acrescentava Er, valia a pena ser visto, porque era digno de dó, ridículo e estranho. Com efeito, era segundo os hábitos da vida anterior que, a maioria das vezes, faziam a sua escolha. Ele dizia ter visto a alma que foi um dia a de Orfeu escolher a vida de um cisne, porque, por ódio ao sexo que lhe dera a morte, não queria nascer de uma mulher. Tinha visto a alma de Tâmiras escolher a vida de um rouxinol, um cisne trocar a sua condição pela do homem e outros animais canoros fazerem o mesmo. A alma chamada em vigésimo lugar a escolher, optou pela vida de um leão: era a de Ajax, filho de Télamon, que não queria voltar a nascer no estado de homem, pois não tinha esquecido o julgamento das armas. A seguinte era a alma de Agamenon; tendo também aversão pelo gênero humano, por causa das desgraças passadas, trocou a sua condição pela de uma águia. A alma de Atalanta, estando junto com as que tinham obtido uma situação intermediária, considerando as grandes honras prestadas aos atletas, não pôde ir mais além e escolheu-as. Em seguida, viu a alma de Epeio, filho de Panopeu, passar à condição de mulher perita, e ao longe, nas últimas filas, a do bobo Tersites revestir-se da forma de um macaco. Por fim, a alma de Ulisses, a quem a sorte fixara o último lugar, adiantou-se para escolher; despojada da sua ambição pela lembrança das fadigas passadas, andou muito tempo à procura da condição tranquila de um homem comum. Com certa dificuldade, descobriu uma que jazia a um canto, desdenhada pelos outros; e, quando a viu, disse que não teria agido de maneira diferente se a sorte a tivesse chamado em primeiro lugar e alegre, escolheu-a. De igual modo os animais passavam à condição humana ou à de outros animais, os injustos nas espécies ferozes, os justos nas espécies domesticadas; faziam-se assim cruzamentos de todas as espécies. Depois que todas as almas escolheram a sua vida, avançaram para Láquesis pela ordem que a sorte lhes fixara. Esta deu a cada uma o gênio que tinha preferido, para lhe servir de guardiã durante a existência e realizar o seu destino. O gênio conduzia-a primeiramente a Cloto e, fazendo-a passar por baixo da mão desta e sob o turbilhão do fuso em movimento, ratificava o destino que ela havia escolhido. Depois de ter tocado o fuso, levava-a para a trama de Átropo, para tomar irrevogável o que tinha sido fiado por Cloto; então, sem se voltar, a alma passava por baixo do trono da Necessidade; e quando todas chegaram ao outro lado,

dirigiram-se para a planície do Lete, passando por um calor terrível que queimava e sufocava, pois esta planície está despida de árvores e de tudo o que nasce da terra. Ao anoitecer, acamparam nas margens do rio Ameles, cuja água nenhum vaso pode conter. Cada alma é obrigada a beber certa quantidade dessa água, mas as que não usam de prudência, bebem mais do que deviam. Ao beberem, perdem a memória de tudo. Então, quando todas adormeceram e a noite chegou à metade, um trovão se fez ouvir, acompanhado de um tremor de terra, e as almas, cada uma por uma via diferente, lançadas de repente nos espaços superiores para o lugar do seu nascimento, faiscaram como estrelas. Quanto a ele, dizia Er, tinham-no impedido de beber a água; contudo, ele não sabia por onde, nem como a sua alma se juntara ao corpo: abrindo de repente os olhos, ao alvorecer, vira-se estendido na pira. E foi assim, Glauco, que o mito foi salvo do esquecimento e não se perdeu, e pode salvar-nos, se lhe prestarmos fé; então, atravessaremos com facilidade o Lete e não mancharemos a nossa alma. Portanto, se acreditas em mim, crendo que a alma é imortal; e capaz de suportar todos os males, assim, como todos os bens, nos manterá sempre na estrada ascendente e, de qualquer maneira, praticaremos a justiça e a sabedoria. Assim, estaremos de acordo conosco e com os deuses, enquanto estivermos neste mundo e quando tivermos conseguido os prêmios da justiça, como os vencedores que se dirigem à assembleia para receberem os seus presentes. E seremos felizes neste mundo e ao longo da viagem de mil anos que acabamos de relatar.

Publicidade

Editora Kiron

Brasília (DF)
C-01 lote 01/12 sala 434 - Ed. TTC
Taguatinga - CEP: 72.010-010
Fone: (61) 3563.5048
João Pessoa (PB)
Av. Monteiro da Franca, 936
Manaíra - CEP: 58.038-323
editora@editorakiron.com.br
www.editorakiron.com.br



Hoje é muito mais fácil publicar um livro do que se imagina. A Editora Kiron é a solução para autores que desejam publicar seu livro em grande e pequenas quantidades, com um custo acessível e boa qualidade.

Com um processo inovador de produção de livro por demanda (pequenas quantidades), o autor pode realizar o sonho de publicar uma obra. Com a assessoria dos nossos profissionais, você pode ter sucesso e obter um bom retorno.

Conheça as publicações da Editora Kiron no site:
www.editorakiron.com.br

Coleção Filosofia à Maneira Clássica

A República

Platão

Nascido em Atenas no ano de 427 a.C., Platão é considerado um dos principais filósofos da história. Suas ideias e teorias influenciaram, e influenciam até hoje, o pensamento ocidental.

O método utilizado por Platão em suas obras é o diálogo. Este termo vem do grego "dia logos", que significa "duas inteligências", ou seja, por meio da dualidade chega-se à verdade.

A base de seu pensamento é a "teoria das ideias". Segundo Platão, o mundo sensível (o que se percebe pelos sentidos), com suas variações e mutações, é apenas uma "sombra" do mundo real, constituído este pelas formas puras, ideias perfeitas, fixas e imutáveis, que só podem ser conhecidas por meio da razão pura, desenvolvida nos diálogos.

EDITORA KIRON

ISBN 978-85-8113-093-4

9 788581 130934